



JUVENTUDE RURAL POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL

SUZANA MARIA VALLE LIMA
LUIS FERNANDO VIEIRA
ANTÔNIO MARIA GOMES DE CASTRO
EDUARDO PAULO DE MORAIS SARMENTO

JUVENTUDE RURAL E AS POLÍTICAS E PROGRAMAS
DE ACESSO À TERRA NO BRASIL:
Recomendações para Políticas de
Desenvolvimento para o Jovem Rural

SUZANA MARIA VALLE LIMA
LUIS FERNANDO VIEIRA
ANTÔNIO MARIA GOMES DE CASTRO
EDUARDO PAULO DE MORAES SARMENTO

Ministério de Desenvolvimento Agrário
Brasília, 2013

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PEPE VARGAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER
Secretário Executivo do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e
Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI
Secretário de Agricultura Familiar

ANDREA BUTTO ZARZAR
Secretária de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES
*Secretário de Regularização Fundiária na
Amazônia Legal*

ROBERTO NASCIMENTO
*Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural*

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO
*Coordenador executivo do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural*

NEAD Estudos 25
Copyright 2013 MDA

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO (MDA)**
www.mda.gov.br

**NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E
DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD)**
SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis - Bloco D - loja 10 -
Sala S2 - CEP: 70.040-910
Brasília/DF
Telefone: (61) 2020 0189
www.nead.gov.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Bruno Eustáquio

CAPA
Faro Brasil

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
INOVA Consultoria Prospectiva e Estratégia Ltda.

PRODUÇÃO GRÁFICA
Ana Carolina Fleury

Projeto de Cooperação Técnica Internacional
“Consolidação de uma Agenda de Desenvolvi-
mento Rural Sustentável e Solidário” – PCT IICA/
NEAD

Estudo realizado de janeiro de 2012 a junho de
2013.

L732j

Lima, Suzana M. V. Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural / Suzana Maria Valle Lima ... [et al.]. -- Brasília: MDA, 2013. 184p.; 19,6 x 16,7 cm. - (NEAD Estudos; 25).

ISBN: 978-85-8354-005-2

1. O jovem rural no Brasil – Brasil. 2. Invisibilidade e exclusão de jovens rurais – Brasil. 3. Acesso e permanência na terra de jovens nas áreas rurais – Brasil. 4. Política de desenvolvimento agrário – Brasil. 5. Demandas dos jovens rurais em relação às políticas de desenvolvimento agrário – Brasil. 6. Jovens rurais e seu contexto familiar – Brasil. I. Título II. Série. III. Vieira, Luis F. IV. Castro, Antônio M. G. V. Sarmiento, Eduardo P. M.

CDU 304.351

Equipe Responsável

Coordenação Geral do Estudo

Suzana Maria Valle Lima

Equipe Técnica Principal

Suzana Maria Valle Lima

Luís Fernando Vieira

Antônio Maria Gomes de Castro

Eduardo Paulo de Moraes Sarmento

Equipe de Pesquisa de Campo

Lercy Maria Cardoso Lima

Marivânia Garcia da Rocha

Georreferenciamento

Daniel Valle de Lima

Apresentação

Esta publicação tem o objetivo de elencar recomendações para a melhor inserção da juventude rural nos programas e políticas de acesso à terra. A reflexão foi possível a partir de dados da realidade brasileira e de estudos de caso em áreas de atuação do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário na Região Nordeste e Sul.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) propôs o estudo em resposta à demanda do Grupo de Trabalho (GT) de Juventude Rural da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). Este GT é composto por representantes dos governos nacionais e da sociedade civil dos países membros. Seu objetivo é discutir propostas e iniciativas voltadas para o segmento da juventude rural, em um espaço estratégico de diálogo permanente para promoção e efetivação de políticas públicas.

A iniciativa teve o apoio e acompanhamento do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), da Assessoria Internacional de Promoção Comercial (AIPC), e da Assessoria de Juventude do Ministério.

Nas discussões do GT foram definidos como temas centrais da juventude rural a migração, a educação no campo, os sistemas de produção sustentáveis, o acesso à terra e a institucionalidade do tema juventude rural. Nesse contexto foi considerada estratégica a elaboração de estudos sobre o acesso à terra pela juventude de cada país.

O acompanhamento e a avaliação permanente dos planos, programas e ações são necessários para identificar e aprimorar a forma de acesso à terra pela juventude. Além disso, as outras políticas de desenvolvimento agrário são essenciais para garantir as condições de permanência dos jovens e das jovens no campo.

A revisão das normas das políticas vigentes e a sistematização da percepção e proposta dos gestores públicos, líderes de movimentos sociais e dos jovens permitiram a identificação de aspectos culturais, sociais, econômicos, geracionais e de gênero. As diferentes opiniões possibilitaram um melhor retrato dos indicadores das políticas de acesso à terra para um entendimento da migração e da permanência da juventude no meio rural.

Estas reflexões abrem um novo ciclo para a qualificação, articulação, criação e o aperfeiçoamento das políticas públicas vigentes para além do acesso à terra pela juventude, apresentando conclusões e recomendações necessárias para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Sugerem também o apoio a uma produção diferenciada e adequada às diferentes juventudes do meio rural, por meio da formação, assistência técnica, capacitação, crédito, organização produtiva, entre outros.

Assim, esta publicação, que integra a Série NEAD Estudos, se traduz em um importante passo da juventude rural na busca pela identificação de seus dilemas e anseios, permitindo um olhar mais preciso da atual situação do rural brasileiro. Contribui para a elaboração e a implementação das políticas públicas, favorecendo a autonomia e a emancipação e propiciando a permanência no campo.

Boa leitura!

Pepe Vargas
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Agradecimentos

A realização desse trabalho demandou a mobilização de inúmeras instituições e pessoas que, por seu trabalho e apoio, permitiram à INOVA Prospectiva & Estratégia levar a cabo tarefas complexas como a coleta e processamento de informações secundárias e primárias, na forma e no tempo necessários para que resultados relevantes fossem produzidos e os objetivos do estudo fossem alcançados.

A INOVA deseja expressar seu reconhecimento a essas instituições e pessoas que compartilharam sua experiência e conhecimentos para tornar esse trabalho possível, nos diversos momentos de sua realização:

Um primeiro “obrigado” é devido aos jovens rurais entrevistados em Congonhinhas (Paraná) e Petrolina (Pernambuco), que dedicaram tempo e entusiasmo na resposta às muitas perguntas sobre a sua situação no campo, seus projetos futuros, e sua experiência com políticas de acesso à terra e de suporte à exploração produtiva da terra, políticas estas a cargo do MDA.

Este primeiro agradecimento nos leva também a apresentar nossa gratidão à equipe de pesquisa de campo (Marivânia e Lercy), dedicadas pesquisadoras dispostas a enfrentar muitas, diversas e inesperadas dificuldades, para realizar o seu trabalho. E também ao trabalho de georreferenciamento e articulação de bases de dados realizado por Daniel Lima, que permitiu mostrar distâncias e proximidades entre as regiões urbana e rural em que a pesquisa de campo foi realizada.

Esta pesquisa contou também com a imprescindível colaboração das Delegacias Federais do MDA do Paraná e de Pernambuco, e apresentamos a elas nossos agradecimentos, nas pessoas de seus titulares, os Delegados Federais Reni Antonio Denardi e Demetrius Fiorante.

No Paraná, registramos o apoio recebido da Emater e de seus técnicos, na localização dos jovens rurais em Congonhinhas. Em Petrolina, o Delegado Adjunto do MDA, Senhor Bosco Carvalho, ofereceu à equipe de pesquisa inestimável apoio para realizar o trabalho nos assentamentos. Raimundo Nonato (Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina), e o Senhor Denilton Souza, Presidente da Associação PA Terras da Liberdade, também devem ser mencionados, entre os voluntários que possibilitaram a localização dos jovens rurais, e a realização das entrevistas.

O trabalho de pesquisa qualitativa sobre as diversas políticas de acesso à terra e de suporte à produção agropecuária envolveu inúmeros gestores e representantes de juventude rural, que compartilharam com a INOVA sua experiência e conhecimentos. Ainda, o trabalho de campo não seria factível sem a colaboração dos gestores das bases de dados que permitiram planejar toda a pesquisa de campo. A estes colaboradores, que citamos a seguir, expressamos nosso reconhecimento:

Adriana Gregolim (MDA, Secretaria de Agricultura Familiar)

Ana Carolina Santos Silva (MDA, Assessora de Juventude do Ministro)

Elisa Guaraná de Castro (SNJ, Gerente de Projeto – Jovem Rural)

Evandro Cardoso (INCRA – Coordenador Geral de Cadastro Rural)

Francisco das Chagas Filho (MDA, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenador

Geral de Crédito Fundiário)

Jacksonvillian Nagornni (MDA, Secretaria de Agricultura Familiar)

Maria Elenice Anastasio (CONTAG - Secretária de juventude)

Maria Josana de Lima (FETRAF - Secretária de juventude)

Marlon Duarte Barbosa (MDA, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-geral de Planejamento Monitoramento e Avaliação)

Mauri José de Andrade (MDA, Secretaria de Agricultura Familiar, Coordenador de Financiamento e Proteção da Produção)

Raquel Santori (MDA, Secretaria de Reordenamento Agrário, Chefia de Gabinete)

Roberto Kiel (INCRA, Assessoria de Apoio Parlamentar).

Agradecemos ainda à REAF-Seção Nacional Brasileira que nos abriu espaço para, em várias de suas reuniões, apresentarmos e discutirmos os avanços do projeto, nos oferecendo comentários e sugestões que ajudaram a enriquecer a pesquisa.

Um agradecimento especial é devido à Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial, na pessoa do seu Chefe, Francesco Maria Pierri, pela sua competente condução do relacionamento com a INOVA durante todo o estudo, facilitando o acesso e a articulação com os atores e espaços de competência sobre a juventude rural e pela interação técnica ao longo da execução do projeto. Na mesma Assessoria, a INOVA não pode deixar de registrar a boa vontade, dedicação e apoio recebidos de Carolina Albuquerque Silva, Ernesto Pereira Galindo e Úrsula Andressa Morais Zacharias, em todos os momentos do trabalho.

Finalmente, e não menos importante, agradecemos todo o apoio recebido do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sempre que foi necessária sua atuação em relação a cada Produto intermediário gerado, e na publicação do presente estudo.

Os Autores.

S umário

Sumário

Introdução.....	14
Antecedentes do Estudo: o Problema de Pesquisa.....	17
Objetivos do Estudo	21
Marco conceitual e metodológico	23
Resultados.....	35
1. Fatores relacionados à migração/permanência de jovens rurais no campo e sua participação política, identificados em estudos anteriores.....	35
2. Adequação de Políticas de Desenvolvimento Agrário às demandas e condições dos Jovens Rurais	46
3. Políticas para o Jovem Rural: A Visão de Gestores e Representantes de Juventude	57
4. A Perspectiva do Jovem Rural, Nordeste e Sul do País.....	81
Conclusões e Recomendações	152
Referências Bibliográficas.....	159
Listas de Tabelas, Figuras e Quadros.....	165
ANEXOS.....	171
ANEXO 1: Metodologia para Planejamento da Pesquisa de Campo.....	171
ANEXO 2: Critérios para a seleção de entrevistados	175
ANEXO 3: Informações normativas e operacionais das políticas de desenvolvimento agrário	176
ANEXO 4: Questionário utilizado na pesquisa de campo	178



Introdução

Introdução

A condição de invisibilidade e exclusão de jovens, em relação aos seus direitos sociais, culturais e econômicos, vem sendo apontada por diversos autores (por exemplo, Weisheimer, 2005; Castro, 2009; Castro, Aquino e Andrade, 2009). A boa notícia é que pouco a pouco a temática de juventude e da juventude rural ganha espaço no debate político no país, mesmo que isto ainda se reflita de maneira tímida na formulação e implementação de políticas públicas específicas e adequadas a esta população.

Historicamente, como lembram Silva e Andrade (2009), a primeira declaração formal sobre a necessidade de um olhar sobre os jovens é representada pelo compromisso assumido pela ONU, em 1965, quando os Estados-membros assinaram a “*Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*” (Silva e Andrade, 2009, pg. 45).

Em 1985, vinte anos depois deste primeiro compromisso, é realizado o Ano Internacional da Juventude; em 1995, a ONU lança o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), sugerindo aos países políticas positivas e integradas, destinadas aos jovens, especialmente aos mais vulneráveis.

Em 2005, o Informe sobre a Juventude Mundial, da ONU, revelava um quadro bastante pessimista sobre o respeito aos direitos humanos, replicado nos vários países:

“O Informe sobre a Juventude Mundial da ONU mostrava... que a maioria dos problemas atingia, indistintamente, os jovens do mundo inteiro, sendo que o quadro, no entanto, era mais grave nos países em desenvolvimento” (Silva e Andrade, 2009, pg. 44).

No Brasil, a vulnerabilidade dos jovens em geral tem sido periodicamente constatada em pesquisas como as realizadas pelo IBGE (Censo e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios). Pobreza, violência, mortes, baixo acesso à educação, desemprego, tem sido mais de uma vez relatados – por exemplo, na PNAD de 2007 – como caracterizando fortemente este segmento social.

A vulnerabilidade que caracteriza o jovem, de modo geral, é ainda mais complexa quando se observa o jovem rural. Este grupo - talvez por ser cada vez menor, no Brasil - recebe ainda pouca atenção como um problema relevante para políticas públicas específicas. A constituição da *Reunião Especializada em Agricultura Familiar (REAF)* do Mercosul, com o objetivo de criar canais de diálogo regional para o fortalecimento institucional e construir políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, abriu espaço para a discussão sobre juventude e juventude rural e sobre políticas adequadas a estes cidadãos, nos países membros. Neste foro, como não poderia deixar de ser, o Ministério de Desenvolvimento Agrário tem exercido importante papel nas discussões e resoluções tomadas.

A presente pesquisa é resultante das discussões e compromissos assumidos no âmbito da REAF. Estudou-se a questão do jovem rural no Brasil, a partir de diferentes vertentes teóricas, conceituais e metodológicas que tentam compreendê-la, e que já acumularam muitos resultados de pesquisa; foram também avaliadas as várias políticas de desenvolvimento agrário e a maneira como seus conceitos, critérios e métodos lidam com o jovem rural, incluindo análise documental das regras definidas para cada política, e a avaliação de gestores e representantes de juventudes rurais sobre as demandas dos jovens e sobre como as políticas existentes atendem a estas demandas; e por fim, chegando aos resultados de pesquisa

de campo, realizada no Paraná e em Pernambuco, que procurou elucidar ainda mais as diversas questões analisadas, por meio de entrevistas com beneficiários e não-beneficiários de políticas de acesso à terra.

Ao final, o estudo de caso aqui apresentado fundamenta um conjunto de recomendações para que sejam aperfeiçoadas as políticas de desenvolvimento agrário (de acesso à terra, de incentivo à produção agrícola, e de ATER), de modo a aumentar seu apoio ao jovem rural.

Antecedentes do Estudo: o Problema de Pesquisa

Antecedentes do Estudo: o Problema de Pesquisa

A tendência do jovem rural a deixar o campo, escolhendo em geral a migração para uma cidade próxima, é fenômeno que vem ocorrendo desde a década de 40-50 do século passado. Esta tendência foi discutida em detalhe por Camarano e Abramovay (1999), e continua a ser observada e aprofundada, considerando os dados do último Censo (IBGE, 2010) (Figura 1).

Camarano e Abramovay analisaram uma série histórica de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil e suas cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Concluíram que a saída de agricultores do campo para as cidades incluía pessoas cada vez mais jovens, com uma predominância crescente das mulheres. Tanto no Brasil como na América Latina, segundo relatório da FAO (1995, apud Camarano e Abramovay, 1999) fica no campo o filho a quem “*la cabeza no le dá para más [a cabeça não dá para mais nada]*”.

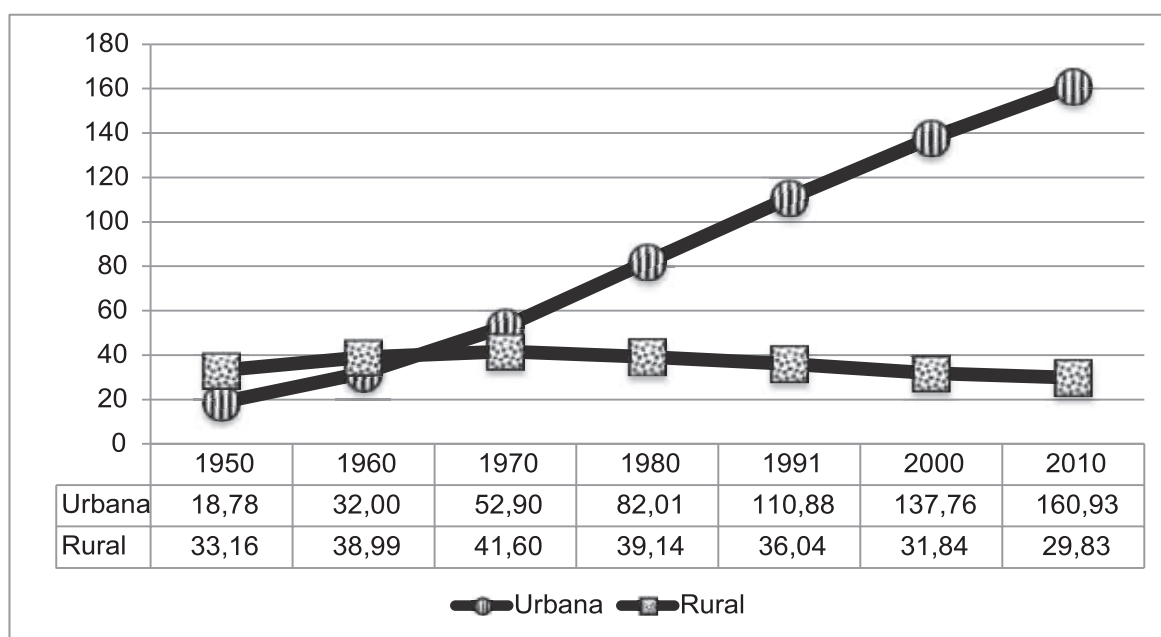


Figura 1: População residente em área urbana e rural no Brasil, no período 1950-2010 (em milhões de pessoas). Fonte: IBGE, 2010.

Os mesmos autores (Camarano e Abramovay, 1999) mostraram que em 1950 havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos era praticamente a mesma; nas décadas seguintes, o predomínio populacional dos rapazes foi crescente. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças.

Os autores salientam que o aumento no predomínio masculino entre os jovens rurais é nítido, sobretudo, no período mais recente, em todas as regiões brasileiras. O Nordeste era a região cuja área rural apresentava o menor grau de masculinização; o Sul era a segunda região rural menos masculinizada do Brasil e, o Centro-Oeste, a mais masculinizada; para a região Norte, havia uma tendência ao predomínio dos rapazes no meio rural.

Os achados de Camarano e Abramovay vêm se repetindo, a cada ano. Dados do Censo brasileiro de 2010, por exemplo, indicam que a população brasileira, com um total de 190,7 milhões de pessoas, está concentrada nas cidades, onde vive 84,36% deste total. Por outro lado, entre os 15,64% que vivem no meio rural, 8,23% são homens, e 7,41% são mulheres, o que evidencia uma continuação, nesta década, da tendência que vem sendo observada no Brasil desde os anos cinquenta.

Por outro lado, como observam Camarano e Abramovay (1999):

“Uma das preocupações explícitas da União Europeia ao reformar sua política agrícola em 1992 foi evitar aquilo que na França é conhecido como “desertificação rural” ... Por mais que haja um certo exagero no termo, o fato é que hoje nos países capitalistas centrais quase ninguém encara o esvaziamento social do campo como uma contrapartida natural (e no limite desejável) do progresso. Ao contrário, há inúmeras políticas públicas na Europa e nos Estados Unidos voltadas ao povoamento do meio rural.

O envelhecimento e a masculinização do meio rural são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio. É bem verdade que, nos últimos anos, as migrações de retorno de populações aposentadas e com um bom nível de renda têm contribuído para inverter processos de desagregação que parecem irreversíveis ... Mas é claro que a ausência de jovens e a desproporção entre os sexos acabam por comprometer as próprias chances desta retomada.” (Camarano e Abramovay, 1999, pg. 15).

O tema de migração, especialmente dos jovens rurais, foi estudado por muitos pesquisadores brasileiros, nos anos que se seguiram à identificação deste fenômeno. Esta literatura - da qual são exemplos Schneider (1994), Carneiro (1998), Abramovay (2001, 2005), Galizoni (2002), Brumer (2007, 2008), Castro e Aquino (2008), Carvalho et al. (2009), Lisboa (2008), Martins (2008), Menezes et al. (2008), Castro et al., (2009), Castro e Andrade (2009), Ferreira e Alves (2009), Junges (2009), Neves (2009), Silva e Andrade (2009), Wedig e Menasche (2009), Silva e Moreira (2010), Novaes (sem data), Cordeiro (2009), Silvestro et al. (2001) - tem se expandido nos últimos anos, possivelmente como influência do interesse pessoal dos pesquisadores pelo tema, mas também como um reflexo de sua emergência como questão relevante na agenda política dos países, em parte motivado por conscientização do que representa para as agriculturas nacionais, em parte por incentivos de organismos internacionais, como a ONU.

De fato, o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), lançado em 1995 pela ONU, colocou o debate sobre a necessidade de políticas dirigidas aos jovens, suas oportunidades de trabalho e seu futuro, como agenda política relevante para os países em geral e, em especial, para os países em desenvolvimento.

A questão da migração dos jovens rurais passa gradualmente a ser entendida não como uma tendência inexorável, mas como um fenômeno que deveria ser mais bem entendido, em suas causas e consequências, que permitissem identificar alternativas que possibilitassem um desenvolvimento mais harmônico do campo e das cidades, traduzindo-se isto em termos de políticas que melhorassem a vida do jovem rural no campo, dando-lhe oportunidades de trabalho e permanência, em primeiro lugar.

Segundo documento sobre o problema de pesquisa, divulgado pelo IICA (2011):

“Em 2004, o Governo Federal formulou orientação estratégica no sentido de renovar a política externa e priorizar a América Latina e a América do Sul, com foco no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em decorrência, o governo brasileiro sugeriu e viu aprovada sua proposta de criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF ...

Entre 2008 e 2010 o GT Juventude Rural da REAF realizou o Curso Regional de Formação de Jovens Rurais do Mercosul, com apoio da FAO para América Latina e Caribe, e reuniu jovens dos Estados Partes em quatro módulos, para discutir políticas públicas, integração regional e experiências e exemplos de jovens das diversas regiões rurais da América do Sul. Posteriormente, com base nas propostas elaboradas no curso, os temas do acesso à terra para jovens e a institucionalidade da juventude rural foram identificados pelo GT Juventude Rural da REAF como os mais importantes para o desenvolvimento rural sustentável da região.

“Los cuatro temas destacados de la agenda ... fueron acceso a tierra y reforma agraria integral, fortalecimiento institucional para la juventud rural, educación rural y manejo sustentable de proyectos. Transversalmente se identificó el tema de las migraciones.” (ANEXO VI MERCOSUR/XIII

REAF/DI N° 3/10; GRUPO TEMÁTICO DE JUVENTUD RURAL, 1 de junio de 2010, Mar del Plata, Argentina.)

De acordo com estudos recentes, tornou-se claro ser essa uma questão crucial para a permanência e continuidade da agricultura familiar e camponesa no meio rural. Contudo, como apontado pelo GT, o acesso à terra deve ser compreendido no contexto mais amplo que envolva a reforma agrária e a mudança do modelo produtivo. Dessa forma, analisar as condições da juventude rural, nos programas e políticas de acesso à terra, implica observar não apenas as políticas diretas de acesso, mas também as demais políticas relacionadas à garantia da permanência na terra sob condições dignas. ...

Por outro lado, a continuidade dos programas em curso ou a adoção de novos deve ser realizada em conformidade com os programas específicos já adotados. É fundamental, ainda, por um lado, conhecer os limites e as dificuldades enfrentadas no acesso a essas políticas e programas e, por outro, avaliar as iniciativas, identificando as que obtêm respostas positivas e as que não alcançaram o resultado esperado.” (IICA, 2011, págs. 15-16).

Dada a continuidade deste fenômeno e suas implicações para a estrutura produtiva e social no campo e nas cidades, esta pesquisa se apresenta como um passo necessário para contribuir para a formulação de políticas públicas, certamente de longo prazo, com o propósito de alterar ou atenuar essa tendência.

O

Objetivos do Estudo

Objetivos do Estudo

Objetivo Geral: Estudar a situação e o acesso da juventude rural aos programas e políticas de acesso à terra.

Objetivos específicos

- Obter informações a respeito da legislação agrária vigente no Brasil no que se refere à posse da terra por parte de jovens rurais e diagnóstico da presença/ausência de jovens nas políticas e programas de acesso à terra e unidades produtivas.
- Sistematização das propostas das organizações da agricultura familiar sobre acesso à terra e reforma agrária com foco na juventude rural.
- Entender o acesso e a permanência na terra de jovens nas áreas rurais, na condição de responsáveis e/ou titulares de terra no Brasil, envolvendo a identificação dos aspectos culturais, sociais e jurídicos, com enfoque de gênero, mediante estudos de caso.
- Obter propostas para eventuais programas de facilitação - ações, projetos, programas ou políticas públicas de Governo - no que se refere ao acesso à terra e à permanência dos/as jovens rurais em suas comunidades, em temas como implementação da produção adequada às diferentes áreas, assistência técnica, capacitação, organização, formação produtiva e comercial, entre outros.

Questões de Pesquisa

- Questão 1: Que fatores estão relacionados à migração de jovens rurais do campo para as cidades, de acordo com pesquisas anteriores e com indicadores demográficos sobre a população urbana e rural?
- Questão 2: Quais são as demandas dos jovens rurais, em geral, e em relação a políticas de desenvolvimento agrário? Em que medida as políticas existentes são adequadas ao jovem e suas demandas?
- Questão 3: Como se diferenciam os jovens rurais de áreas do Nordeste e do Sul do país, em relação a suas características e de suas famílias, sucessão, projetos de migração, experiências com políticas de desenvolvimento agrário, participação política e exploração produtiva da terra?

Marco Conceitual e Metodológico

Marco conceitual e metodológico

Marco conceitual: Principais conceitos adotados no estudo

Inicialmente, é necessário definir os principais conceitos que serão utilizados neste trabalho. Primeiramente, é preciso delimitar os indivíduos que são considerados como **jovens rurais**. Estudos sobre juventudes, no Brasil, apontam as diferentes abordagens utilizadas para definir este segmento da população brasileira, entre eles o de Weisheimer, 2005:

- a) Juventude como faixa etária: nesta abordagem, a juventude é definida pelo critério da idade biológica dos indivíduos. Esta abordagem tem sido criticada por não levar em conta as diferenças entre idade biológica e social;
- b) Juventude como período de transição, que indica uma etapa ou estado transitório da vida, coincidente com a emergência da puberdade, e que se conclui pela percepção de que os indivíduos passam a assumir papéis especificamente atribuídos aos adultos.
- c) Juventude como compartilhamento de experiências comuns: o enfoque de gerações, que apresentam similaridades resultantes de participação em um mesmo processo histórico;
- d) Juventude como cultura ou modo de vida: os indivíduos são definidos como jovens por critérios culturais;
- e) Juventude como representação social e auto representação: nesta abordagem, segundo Weisheimer (2005), *“fala-se em condição juvenil, que aparece como uma posição na hierarquia social fundada em representações sociais...”* (Weisheimer, 2005, p. 24).

Castro e Aquino (2008), por exemplo, sugerem um recorte etário, coincidente com as demandas de movimentos sociais ligados aos jovens rurais, associado a uma definição de juventude como um período de transição, concluído quando este constitui uma unidade produtiva autônoma, após o casamento, ou pela herança da terra.

O critério etário é o que vem sendo adotado por programas de acesso à terra, como as linhas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (é considerado jovem, neste programa, os indivíduos com idade entre 16 a 28 anos). É importante mencionar que as diferentes políticas públicas direcionadas à juventude utilizam distintas faixas etárias (e, portanto, distintas definições do que é “jovem”, para aquela política).

Do ponto de vista teórico e conceitual, compreender a distinção entre idade cronológica, e o que é social ou culturalmente aceito como definição de “jovem” apresenta relevância. No entanto, do ponto de vista de políticas públicas para o jovem (e para o jovem rural) o critério mais apropriado é o de idade, por ser universal (tanto em termos do que é idade, como de sua mensuração) e apresentar previsibilidade de seu estado futuro (a cada dia, a idade de uma pessoa é maior).

Critérios de transição, por exemplo, não apresentam previsibilidade, pois seus indicadores (estado civil, posse de unidade produtiva, emprego, etc.), podem ser alterados, mais de uma vez, e em direções opostas, com o passar do tempo. Critérios de transição, portanto, só podem ser usados se associados à idade das pessoas.

Seria também útil que esta definição etária fosse consistentemente adotada, entre os vários órgãos encarregados de políticas públicas direcionadas a este grupo social.

Nas pesquisas analisadas neste estudo, a maioria dos autores não define o conceito utilizado; em segundo lugar, aparecem os estudos que utilizam o conceito de transição, mencionado por Weisheimer (2005).

O Conselho Nacional de Juventude, em um recente trabalho, intitulado “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010” (BRASIL, 2011), buscou avaliar qualitativamente as diversas políticas existentes, ouvindo os diversos atores e gestores envolvidos, nos vários órgãos de Governo. Sobre este trabalho, o Conselho afirma que

“A juventude está sendo compreendida neste documento, não apenas em sua dimensão etária e geracional. Parte-se da premissa de que apreender a juventude implica entender que a vivência juvenil tem um sentido em si mesma, não sendo somente uma passagem para a vida adulta, sendo preciso considerar o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades de como esta condição é ou pode ser vivida. Trata-se, portanto, de pensar a juventude não presa a um padrão único na transição para a vida adulta, mas sim como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que têm especificidades que marcam a trajetória de cada um. Disso decorre a importância de considerar a pluralidade e as circunstâncias que caracterizam a vivência juvenil” (BRASIL, 2011, pg. 17).

No presente trabalho, adotou-se o conceito de faixa etária, considerando-se o período que vai de 16 a 28 anos, e quando possível (pela existência de dados adequados), expandindo-se esta faixa para 32 anos. Cobre-se assim, a faixa de idade que vem sendo adotada em políticas de acesso à terra, um tema central para este estudo.

O segundo conceito que precisa ser definido é o de **programas e políticas de acesso à terra**, e sua orientação para os jovens. Políticas e programas públicos correspondem a uma intervenção na realidade social, que ocorre na esfera pública. Esta intervenção busca solucionar um macro problema ou necessidade, vinculada a um grupo social ou a toda a sociedade (Draibe, 2001).

A mesma autora indica que uma intervenção na esfera pública pode ser de natureza estatal ou corporativa. No presente trabalho, são consideradas apenas as intervenções governamentais.

Novaes (sem data) classifica as Políticas Públicas de Juventude (PPJs) em três dimensões: a) universais, políticas que respondem a demandas de distribuição de recursos de todos os cidadãos, incluindo os jovens; b) atrativas ou preferenciais, dirigidas a públicos definidos; c) políticas exclusivas, dirigidas apenas para jovens. Há uma grande concentração de políticas, no Brasil, focalizando a educação de jovens – portanto, categorizadas como políticas exclusivas - gerenciadas por diferentes Ministérios.

No Brasil, as políticas de acesso à terra (universais) estão consubstanciadas nos programas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Um dos pressupostos do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA é a democratização do acesso à terra com medidas que ampliem o acesso aos atuais beneficiários e seus filhos e filhas, criando condições para sua viabilidade econômica. Este Plano é operacionalizado por meio de desapropriação de terras para reforma agrária, e por meio de financiamentos para aquisição de terra.

O II PNRA também explicita a juventude rural como parte integrante de seu público e reconhece a necessidade de abordagens próprias e específicas dirigida às comunidades rurais tradicionais e à superação da desigualdade que afeta mulheres e jovens.

Dentre os mecanismos de implementação do PNRA, está o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. Este Programa é

“um mecanismo de acesso à terra por meio da aquisição do imóvel rural e de investimentos básicos e comunitários em projetos apresentados pelos beneficiários voltados a produzir o aumento da renda e da produção de alimentos, à melhoria de suas condições de vida e à dinamização das economias locais”. (INCRA, 2005, p. 25).

Até abril de 2013, o mecanismo específico, dentro do PNCF, que poderia beneficiar os jovens é o que dispunha sobre incentivos (Selos) para os jovens de 18 a 32 anos, Nossa Primeira Terra, um subprograma específico para estes jovens. Até então, jovem rural era atendido pelas linhas de atendimento geral do PNCF - Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

A partir de abril de 2013, o PNCF criou uma linha de financiamento específica para o jovem rural (de 18 a 29 anos). Esta é uma demonstração clara de que a questão do jovem rural faz parte, hoje, da agenda política de governo.

Os programas de acesso à terra são complementados pelo acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), para o financiamento de projeto agrícola, e a subprograma similar específico para jovens (Pronaf Jovem); a pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Todas as políticas mencionadas serão detalhadas mais adiante.

Os conceitos de **migração, permanência (na terra) e acesso à terra** são, em geral, tomados como de senso comum, e raramente definidos, nos estudos que tratam destes fenômenos.

A dificuldade de conceituar migração é reconhecida mesmo por aqueles que se propõe a explorar o conceito, como é o caso de Cerqueira e Givisiez (2004):

“Historicamente, a migração tem tido uma posição secundária nos estudos demográficos. ... isso pode ser explicado por diversos motivos: (a) ...de ordem conceitual, [pela] ... dificuldade de incluí-la dentro de relações analíticas e teóricas similares àquelas geradas para outros componentes demográficos; (b) dificuldades metodológicas para definir, medir, projetar e obter informações confiáveis sobre os processos migratórios...Os fluxos migratórios são capazes de alterar significativamente o padrão e o nível da fecundidade e da mortalidade de uma região. Ressalta-se, ainda, que a migração é um fenômeno essencialmente social, e que é determinado pela estrutura cultural, social e econômica da região em que ocorre ...”. (Cerqueira e Givisiez, 2004, pg. 28).

Em geral, os autores consideram o conceito de migração como sinônimo de mobilidade espacial de uma população, ou a deslocamentos de pessoas (ou grupos de pessoas) de um local para outro. Segundo Woortman (1990), a migração pode ser entendida como uma forma de reprodução e manutenção das famílias camponesas, como grupo social. Galizoni (2002), no mesmo sentido, afirma que

“... [Alguns autores indicam] a insuficiência de terras cultiváveis pela força de trabalho familiar como um fator limitante que obriga as famílias a construir estratégias de acumulação e trabalho fora de suas terras, combinando-as com maior intensificação de trabalho familiar por área. [Em alguns casos] tem havido um processo de partilha controlado pelo estabelecimento original, mas que, ao mesmo tempo, desfalca-o e lhe compromete a existência. Concluiu que o processo de herança e sucessão é uma construção social, coletiva, uma estratégia familiar de reprodução que pode ter o seu desenrolar e sua multiplicação ocorrendo pela via da interveniência da migração e do trabalho urbano.” (Galizoni, 2002).

É necessário considerar também de que tipo de migração se está falando. No contexto deste trabalho, está se falando de migrações internas, isto é, as que ocorrem dentro de um mesmo país, e que podem assumir diversas configurações, conforme origem e destino considerados, por exemplo, migrações interregionais, intrarregionais, rural-urbana (de maior interesse neste trabalho). Há ainda que se tomar em conta se se trata de migração sazonal e temporária ou definitiva. As migrações sazonais são permitidas pela própria característica de exigências variáveis de cada cultura, ao longo do ano, que resulta em épocas com maiores e menores requerimentos de trabalho, por parte do agricultor familiar. Como indicam Garcia Jr. e Heredia, 2009:

“O conhecimento preciso da temporalidade do ciclo agrícola, que varia não só com o clima e a pluviosidade, mas também com o tipo de lavoura adotada, permite entender melhor a lógica das práticas e estratégias dos grupos domésticos... exemplo clássico é o das migrações sazonais ..., que não acarretam nenhum problema se o deslocamento se efetuar durante as épocas de vazio do ciclo agrícola. Porém, grande é o desfalque da força de trabalho familiar se a migração coincidir com os momentos de preparação dos cultivos para a semeadura, ocorrência provocada muitas vezes pelo fim dos estoques de alimentos e de escassez de recursos monetários, impondo o trabalho assalariado temporário como paliativo. As ameaças à reprodução do grupo doméstico não são uniformes ao longo do ciclo agrícola, e muitas estratégias econômicas só ganham sentido se o analista reconstituir as exigências em trabalho ao longo do ciclo completo” (Garcia Jr. e Heredia, 2009, pg. 232)..

Em oposição a migração, coloca-se o conceito de permanência na terra. Isto é, este último corresponde a não-migração, como já definido, por exemplo, por Lisboa (2008):

“A não-migração ... é caracterizada pela permanência das pessoas residentes em determinada localidade, enquanto os fatores de atração dos locais de origem agem levando parte da população a migrar. A não-migração é então a fixação ou permanência da população nos seus locais de origem ou de residência atual...” (Lisboa, 2008, pg. 10-20).

O acesso à terra, ou a obtenção de terra (por herança, aquisição, concessão, aluguel, ou uso), é central para a agricultura familiar, pois da terra depende a produção rural para o autoconsumo e, ainda para a venda de excedentes em mercados locais. Além disto, a terra é o principal patrimônio dos agricultores. Fatores que de algum modo impeçam ou dificultem o acesso à terra impulsionam a migração para outras localidades, em geral, para as cidades. Por outro lado, processos que facilitem o acesso à terra – por exemplo, por meio de políticas públicas – pela mesma razão, impulsionariam a permanência na terra.

Em complementação a estes conceitos, a partir de informações analisadas em bases de dados estatísticos, e em pesquisas sobre migração e permanência do jovem rural, foram derivadas variáveis, com sua definição constitutiva (Kerlinger, 1980), e definição operacional (forma de mensuração) estabelecida como a mensuração de cada uma delas, em instrumento de coleta de dados.

2. Marco metodológico

O objetivo central deste trabalho (“*estudo sobre a situação e o acesso da juventude rural nos programas e políticas de acesso à terra*”) necessita, para ser alcançado, que se aprofunde o conhecimento sobre os jovens rurais e sua vida no campo, ao lado de suas famílias, e sobre os fatores que facilitam ou dificultam a sua permanência na terra, entre eles, valores familiares e a possibilidade de herança da unidade produtiva.

De outro lado, o objetivo central do trabalho também requer que se realize uma avaliação dos programas e políticas de acesso à terra em relação a estes beneficiários, os jovens rurais.

O que significa avaliar “programas e políticas de acesso à terra” em sua relação com a juventude rural?

Em primeiro lugar, significa identificar como jovens rurais têm sido beneficiados por esses programas e políticas, pela comparação com não beneficiários, assim como com suas características.

Duas questões deveriam ser respondidas, neste estudo: que fatores afetam o acesso à terra de jovens rurais? Esta questão guarda semelhança, com as questões de que se ocupam as pesquisas sobre migração e permanência. Esta questão focaliza as condições que favorecem ou dificultam este acesso, e a escolha do jovem pela exploração da terra, a partir destas políticas e programas.

Este momento de avaliação procura identificar estas condições, junto a jovens assentados (mas não beneficiários de programas de acesso à terra), e especialmente verificando que requerimentos/exigências de programas e políticas, assim como sua gestão, dificultam ou favorecem a escolha do jovem pela terra, pois estes são os fatores que podem sofrer alteração ou intervenção, para a remoção de obstáculos ou a disseminação de boas práticas. Assim, por exemplo, as condições de entrada, de propriedade definitiva da terra, de pagamento de financiamentos recebidos, podem se constituir em inibidores ou facilitadores do acesso à terra (e da escolha por permanecer no meio rural).

Os jovens rurais beneficiários de acesso à terra também devem ser objeto da presente avaliação. Neste caso, a questão a responder é: dado que estes jovens já contam com o acesso à terra, o que influencia seu interesse em permanecer nela, ou em migrar para outro local, ou para outra atividade?

Novamente, esta questão é aparentada das questões sobre migração/permanência. No entanto, não é exatamente a mesma questão, visto que quase nenhum dos estudos focaliza, a não ser lateralmente, o caso dos jovens rurais que já conquistaram seu pedaço de terra.

No presente trabalho, a estratégia metodológica adotada foi a de estudo de caso (Yin, 2010). Este método de pesquisa é adequado quando as questões estão relacionadas ao “porque” e “como”, quando há pouco controle sobre os eventos, e quando o enfoque “*está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real*” (Yin, 2010, pg. 23).

O estudo de caso envolveu a aplicação de técnicas de coleta, processamento, análise e síntese de informação secundária e primária, gerando-se - a partir de diagnósticos inicialmente isolados e por meio de triangulação de seus resultados - recomendações para melhoria e fortalecimento de programas e políticas de acesso à terra.

Tal esforço contemplou a coleta de informação já disponível (informação secundária), de forma a constituir um acervo de informação sobre os temas focalizados no estudo. Essa base de informação permitiu a determinação dos vazios de informação, ou seja, da informação não disponível para responder as questões propostas no estudo. Esse conhecimento foi usado para formular a estratégia de coleta de informação primária (informação coletada junto aos beneficiários, gestores e *stakeholders* do Programa, por exemplo, as Juventudes de movimentos sociais) e para formular os mecanismos e instrumentos de coleta de informação primária.

A metodologia adotada no presente estudo envolve as seguintes abordagens, por questão de pesquisa focalizada:

Questão 1: Fatores relacionados à migração/permanência de jovens rurais no campo, identificados em estudos anteriores

A investigação relativa a Questão 1 envolveu levantamento de dados secundários sobre a situação do jovem rural no Brasil. Dois tipos de fontes secundárias foram utilizadas neste levantamento: em primeiro lugar, as *bases de dados* incluindo informações sobre população urbana e rural, análise descritiva desta população, considerando sexo, idade, escolaridade; análise descritiva de condições de domicílios na área rural. Estas estatísticas foram levantadas junto a organizações que regularmente levantam e disponibilizam bases de dados sobre estes temas (IBGE e DIEESE).

Tanto junto ao IBGE (Censo Brasileiro, 2010) como no do DIEESE (DIEESE, 2011), foram selecionados os dados mais diretamente relacionados a descrição da juventude rural (em oposição a jovens urbanos), ou à condições dos domicílios no meio rural, em contraposição à situação observada nas cidades.

A segunda fonte de dados é a literatura brasileira sobre migração e permanência de jovens rurais, de 2005 a 2012.

A análise desta literatura iniciou-se pela identificação de publicações técnico-científicas sobre migração/permanência. Para sua seleção, foram seguidos os seguintes passos:

- Busca na Internet (Google), utilizando as palavras chave: jovens rurais, juventude rural, acesso à terra, migração, permanência, políticas públicas, agricultura familiar, e suas combinações. Inicialmente, realizou-se uma busca aberta na Internet; na sequência, procurou-se apenas por estudos, ensaios, dissertações, teses, etc., publicados no sítio da Scielo, biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros (www.scielo.br);
- Seleção de artigos publicados (impressos) ou constando de sítios institucionais (de revistas ou patrocinadores de pesquisas);
- Seleção de textos no período 2005 a 2012, isto é, não incluídos na revisão feita por Nilson Weisheimer (2005); ou ainda, que representassem textos clássicos e bastante citados por outros autores, mesmo que anteriores a este período.
- Análise de conteúdo dos textos selecionados, identificando categorias que representem influências sobre a decisão de sair ou permanecer na terra.

Questão 2: Adequação de políticas de desenvolvimento agrário a condições e demandas dos jovens rurais

A investigação sobre esta questão envolveu a análise de políticas governamentais de acesso à terra (reforma agrária e crédito fundiário), e de políticas de suporte à exploração produtiva da terra (crédito rural e ATER). Esta avaliação recorreu à análise documental (leitura e análise de textos relatando critérios, condições e resultados das diferentes políticas, bem como a entrevistas semiestruturadas com gestores destas políticas e com representantes de juventudes rurais. Estas entrevistas também foram submetidas a análise de conteúdo (Bardin, 1977), chegando-se a diferentes categorias (incluindo-se, entre estas, as principais demandas dos jovens rurais).

Questão 3: Características de jovens rurais, seu contexto familiar, experiências com políticas de desenvolvimento agrário e projetos/razões para migração, em área do Nordeste e do Sul do país.

A resposta a esta questão envolveu pesquisa de campo, coleta e análise de dados primários, junto a amostragem de jovens rurais em área da região Sul e da região Nordeste do país, por meio de entrevistas estruturadas, e focalizando:

- Caracterização dos jovens e de suas famílias, incluindo dados sobre educação, escolaridade e trabalho;
- Estrutura da família, herança e valores em relação à permanência ou migração;
- Intenções de migração ou de permanência, e suas razões;
- Acesso a políticas de acesso à terra e de suporte à exploração produtiva da terra;
- Dificuldades encontradas para obtenção de acesso a estas políticas;
- Exploração produtiva da terra, renda derivada da produção agrícola e perspectivas de futuro, em relação à esta exploração;
- Participação do jovem rural em sindicatos ou movimentos sociais.
- Os entrevistados, nesta pesquisa, podem ser classificados em beneficiários de políticas de acesso à terra (por meio de reforma agrária ou de financiamento de imóvel rural), e não-beneficiários. A descrição completa da escolha de Estados e municípios participantes desta pesquisa, do planejamento amostral, de instrumentos e procedimentos de coleta de dados pode ser encontrada no Anexo 1 desta publicação.

Plano Amostral

1. Jovens Rurais: Critérios para elegibilidade: Para fins desse trabalho, foram considerados “jovens”, elegíveis para inclusão na população de jovens assentados da Reforma Agrária e do PNCF, aqueles beneficiários que na data da concessão da terra tinham *entre 16 e 28 anos de idade*. Também eram elegíveis “jovens” sem terra, que na data do levantamento de campo tivessem entre 16 a 28 anos de idade.
2. Locais Selecionados para o Estudo de Caso e Tamanho da Amostra: De acordo com critérios baseados em “indicadores de atratividade de áreas urbana e rural” (ver Anexo 1) para os jovens que residem no campo, foram escolhidos os seguintes locais para o levantamento de dados primários para o estudo de caso:
 - Estado do Paraná, município de Congonhinhas (Território do Norte Pioneiro);
 - Estado de Pernambuco, município de Petrolina (Território do Sertão do São Francisco).

Em cada um desses locais coexistem assentamentos da Reforma Agrária e do PNCF e jovens sem terra. O Plano Amostral previu amostras compostas destas três categorias de jovens, conforme **Tabela 1**.

3. Cadastros de Beneficiários e Critérios para Seleção da Amostra: Para a seleção dos beneficiários na amostra de jovens entrevistados foram levantados junto ao INCRA e ao PNCF cadastros dos respectivos beneficiários nesses locais. Refletindo as diferentes características desses dois programas, os respectivos cadastros obviamente diferem.

No caso do PNCF, o cadastro indicava dados sobre cada beneficiário e particularmente, dados sobre a data do contrato e a idade do beneficiário. O Cadastro do INCRA contava com diversas informações sobre os beneficiários de reforma agrária, mas não sua idade e data do contrato. Em razão dessas diferenças, foram utilizados diferentes critérios de seleção da amostra de jovens rurais para as entrevistas. No **Anexo 2** são descritos os critérios utilizados em cada caso. Para os jovens sem terra não havia cadastro.

Tabela 1: Tamanho e composição da amostra de jovens rurais a serem entrevistados

Estado	Município	Assentados da R. Agrária	Assentados do PNCF	Jovens Sem-terra	TOTAL
Paraná	Congonhinhas	35	35	até 35	até 105
Pernambuco	Petrolina	35	35	até 35	até 105
TOTAL		70	70	até 70	até 210

Instrumentos: Elaboração e Validação

A construção do instrumento de pesquisa iniciou-se pela identificação de variáveis relevantes, relacionadas seja à questão de adequação de políticas de desenvolvimento agrário, às necessidades dos jovens rurais, como a influências críticas para a decisão de sair ou permanecer na terra. Estas variáveis foram identificadas a partir de análises realizadas anteriormente pela equipe responsável por esta pesquisa (Lima et al., 2012a; 2012 b). A **Tabela 2** apresenta categorias de variáveis que serão utilizadas, variáveis relacionadas, e exemplos de questões que servirão para mensurar cada uma delas, no instrumento de pesquisa.

Tabela 2: Categorias de variáveis, variáveis e exemplos de questões que serão utilizadas para mensuração das variáveis, em pesquisa de campo.

Categoria	Variáveis relacionadas	Exemplos de questões
CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTA	Local de realização	Estado, Município
	Data e horário de início e término	Data, hora
	Georreferenciamento do local de entrevista	Longitude/Latitude
CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO	Dados pessoais	Nome, CPF, sexo, estado civil, nascimento, número de filhos
	Relação com políticas de acesso à terra	Beneficiário de CF ou RA?
	Principal atividade produtiva	Em que trabalha?
	Residência	Sozinho, com os pais, com os filhos
EDUCAÇÃO E ESCOLARIDADE	Nível de escolaridade (último)	Qual o nível que frequenta ou frequentou?
	Tipo de escola	Que tipo de escola frequenta?
	Razões para abandonar escola	Por que abandonou?
ATIVIDADES ROTINEIRAS DE ESTUDO E TRABALHO	Principal atividade de estudo e/ou trabalho, na semana	Qual é sua atividade rotineira, na semana?
	Relação entre formação escolar e trabalho atual	Qual a relação entre sua formação e o seu trabalho atual?
	Qualificação profissional	Que cursos de qualificação profissional realizou?
ESTRUTURA DA FAMÍLIA	Tamanho da família	Quantos irmãos tem?
	Posição na família	É o filho mais velho? Tem chances de herdar a terra?
	Estratégias de atividades futuras incentivadas pela família	Com que frequência sua família lhe incentiva a (diversas alternativas)?
PERMANÊNCIA NA TERRA E PROJETOS DE MIGRAÇÃO	Tempo de residência na terra	Há quanto tempo mora aqui?
	Experiência anterior de migração	Morou em outro Estado/município, nos últimos cinco anos?
	Intenções de migração, no futuro	Pretende mudar-se daqui, nos próximos anos?
	Razões para permanecer na terra	Diga qual a importância de cada razão que eu vou falar, para você querer ficar aqui.
INTENÇÃO DE APLICAR PARA OBTENÇÃO DE TERRA	Interesse em obtenção de terra, por meio de políticas do MDA/Incra	Se você não possui terra, gostaria de ter?
	Condições de informação para iniciar o processo	Tem informações? Tem DAP? Já conversou com sindicato? Com UTE?
DIFICULDADES ENCONTRADAS, REF. AGRÁRIA	Grau de dificuldade em conseguir terra, motivada por diversas razões	Que grau de dificuldade você teve para conseguir seu lote, por diversas razões?
DIFICULDADES ENCONTRADAS, PNCF	Grau de dificuldade em conseguir terra, por meio do PNCF motivada por diversas razões	Que grau de dificuldade você teve para financiar seu lote, em relação a diversas razões?
ACESSO AO PRONAF	Linha do Pronaf acessada	Que linha do Pronaf acessou?
	Atendimento da linha às necessidades de exploração da terra	O valor do Pronaf atendeu às necessidades de exploração da terra?
ACESSO A ATER	Acesso à ATER	Você já teve acesso à ATER
	Atendimento da ATER recebida necessidades de exploração da terra	A ATER recebida atendeu às necessidades de exploração da terra?
EXPLORAÇÃO PRODUTIVA DA TERRA	Produção para o autoconsumo	Que alimentos produz para família?
	Produção para o mercado	Que alimentos produz para venda?
	Atendimento às necessidades de sua família, pela exploração produtiva da terra	Que proporção de sua renda familiar é obtida da produção vendida ao mercado?
	Perspectiva de aumento de venda ao mercado	Você planeja aumentar a produção para venda ao mercado, no futuro?

Uma primeira versão do instrumento de pesquisa, contendo questões que mensuravam as variáveis descritas, foi inicialmente validada junto aos profissionais de diversas áreas do MDA (AIPC, SRA), e junto a membros da REAF (representantes de juventudes rurais e do INCRA). Em seguida, a partir desta primeira validação, o instrumento foi ajustado e submetido a segunda validação, desta vez por meio de sua aplicação (em situação similar à do levantamento de campo), junto a quatro jovens rurais filhos de assentados de Reforma Agrária, em assentamento de Brazlândia. Esta validação foi realizada pelas duas pesquisadoras de campo e observada pela Coordenadora do projeto.

Esta validação testou: a) a clareza da linguagem com que cada questão era apresentada aos entrevistados; b) a necessidade de ajustes em sequência de algumas questões; c) a necessidade de instruções mais claras para os entrevistados, em questões que só poderiam ser apresentadas se determinadas condições fossem satisfeitas; d) o tempo médio para aplicação de uma entrevista, no caso de ser feita por formulário impresso ou por *tablet*; a estimativa feita durante a validação indicou um tempo médio de 30 minutos, para a realização de cada entrevista; esta informação foi importante para estimar a duração total do período de coleta de dados; e) a conveniência de se utilizar formulários impressos (como questionários individuais), ou realizar o registro de cada entrevista de forma eletrônica (em um *tablet*), de forma a permitir rápida agregação das diferentes entrevistas, em uma planilha. Para isto, duas validações ocorreram com a utilização de formulários impressos, e duas, com o registro eletrônico. Também, as duas pesquisadoras de campo que realizaram o levantamento em situação real, se revezaram nestas duas condições.

Os ajustes indicados em relação a estes pontos orientou a reelaboração do instrumento em sua terceira versão, tal como apresentado no **Anexo 4**. A validação também permitiu que se tomasse a decisão de realizar o registro por meio de *tablet* e que se fizesse o planejamento do tempo de coleta de dados, o qual foi definido como um período de seis dias (incluindo trânsito), em cada local a ser visitado.

Procedimento de coleta de dados

O procedimento de coleta iniciou-se por contato entre o MDA e suas Delegacias, nas cidades de Congonhinhas e Petrolina. Estas delegacias atuaram identificando guias que apoiariam as duas pesquisadoras de campo da INOVA – as quais já tinham treinamento em levantamentos deste tipo, em trabalhos anteriores com o MDA – na identificação de entrevistados que participariam do levantamento.

Isto significava que, mais do que simplesmente identificar o assentamento/lote a ser visitado, havia ainda que identificar potenciais entrevistados que atendessem aos critérios de idade (entre 16 e 28 anos, à época do contrato, se beneficiário; ou atualmente entre 16 e 28 anos, e sem terra).

Identificado o potencial entrevistado, as pesquisadoras de campo o convidavam a participar da pesquisa, explicando as suas finalidades. Havendo concordância na participação, iniciava-se então a entrevista, usando-se as questões tal como indicado no formulário eletrônico, anotando-se as respostas conforme as instruções do mesmo formulário.

Durante a validação, estimou-se um tempo médio de trinta minutos para realização de cada entrevista. No planejamento da coleta, foi determinado um tempo de cinco dias de oito horas, por pesquisadora em cada local, o que possibilitaria a realização de 12 entrevistas por pesquisadora, se o tempo médio fosse de 40 minutos, e, portanto, de 120 entrevistas, ao

longo dos cinco dias, em cada localidade. Isto é, em relação ao total de entrevistas em cada localidade, o valor de 120 entrevistas potenciais correspondia a um adicional de 15 entrevistas (portanto, esta folga permitiria, em princípio, que cerca de 12% a mais, do número de entrevistas previsto, fosse realizada).

O registro de resposta dos entrevistados foi gravado no *tablet* e posteriormente enviado à Coordenação do projeto por meio de conta na Internet criada especialmente para esta finalidade (dropbox). Nesta conta, as pesquisadoras tinham também acesso ao formulário, aos procedimentos de amostragem, às listas de beneficiários em um e outro local, e a orientações sobre os procedimentos a utilizar. Todas estas informações também foram entregues a cada pesquisadora em forma impressa, antes de sua viagem.

As pesquisadoras também tinham em mãos formulários impressos, para o caso em que precisassem lançar mão deste recurso, por impossibilidade de fazer o registro por meio eletrônico.

O georreferenciamento do local da entrevista foi feito por meio de *software* (Savepoint) disponível no *tablet*. Este software estimava longitude e latitude em cada localidade, e permitia que se gravasse esta informação, ao mesmo tempo em que a entrevista era realizada, o que possibilitou relacionar cada entrevista ao ponto de georreferenciamento registrado.

A metodologia de coleta de dados utilizou técnicas quantitativas e qualitativas. No levantamento de dados de natureza quantitativa, foram utilizadas técnica de pesquisa *survey*, com instrumentos de pesquisa estruturados. Estes dados foram levantados por meio de técnica de entrevista, com o apoio do formulário eletrônico. Nesta mesma ocasião, procurando aprofundar alguns temas de pesquisa, estão incluídas algumas questões não estruturadas.

Análise de dados

Todos os dados coletados na pesquisa de campo foram submetidos a análises estatísticas descritivas, com o propósito de caracterizar o jovem rural e sua família, sua intenção de permanecer ou sair do campo (e as razões para estas intenções), suas dificuldades de acesso às políticas públicas de acesso à terra, e de políticas de suporte à exploração produtiva da terra (ATER e crédito rural), suas estratégias de exploração da terra, assim como a renda obtida desta exploração e perspectivas para o futuro. As questões abertas, que requerem técnicas qualitativas de análise, foram tratadas por meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Todos os resultados envolvem a comparação entre as duas áreas (Sul, representada por Congonhinhas, Paraná, e Nordeste, por Petrolina, Pernambuco).

R resultados

Resultados

Esta seção está organizada ao redor das questões de pesquisa definidas para este estudo. Assim, a primeira destas questões está relacionada aos fatores que influenciam migração ou permanência de jovens rurais no campo, identificados em bases de dados e indicadores estatísticos (como por exemplo, os Censos do IBGE, ou análises do DIEESE), e na pesquisa sobre estes temas. Essa primeira questão compreende, também, descrições sobre a participação política destes jovens em sindicatos, movimentos sociais e organizações sociais como ONGs, associações, cooperativas, etc., também obtida em pesquisa sobre este ponto, uma influência importante para que as demandas de jovens rurais possam ser respondidas, corretamente, por políticas dirigidas a este segmento.

A segunda parte desta seção focaliza as políticas de desenvolvimento agrário (políticas e programas de acesso à terra – reforma agrária e crédito fundiário – e políticas e programas de suporte à exploração produtiva da terra – crédito agrícola e ATER). Esta análise busca identificar a adequação destas políticas ao jovem rural e suas demandas, e foi realizada por meio de análise documental e de entrevistas abertas, sobre estes temas, com gestores e representantes de juventude rural.

A terceira, e última, parte desta seção busca compreender a perspectiva dos próprios jovens rurais, a respeito de sua situação, de intenções de migrar ou permanecer (e as razões para estas intenções), sua experiência com as diversas políticas de desenvolvimento agrário e características e resultados da exploração da terra que realizam. Esta parte foi realizada por meio de pesquisa junto à amostra de jovens rurais, nos municípios de Congonhinhas (Paraná) e Petrolina (Pernambuco).

1. Fatores relacionados à migração/permanência de jovens rurais no campo e sua participação política, identificados em estudos anteriores

1.1. Fatores de influência sobre migração e permanência do jovem rural no campo, indicados por indicadores demográficos

Nesta seção, são analisados dados obtidos em bases de dados institucionais, como por exemplo, as informações coletadas nos diversos Censos Nacionais. Estes dados focalizam características da população brasileira, de modo geral e, dentro dela, são analisados os que estão relacionados aos jovens rurais. Também são analisados as informações, nestas bases, que tratam das condições da vida no campo (educação, serviços, formas de ocupação, etc.) que podem indicar influências relevantes para a decisão de permanecer ou deixar o campo.

Uma análise geral da população brasileira, considerando sua área de residência, mostra que existe uma simetria notável, quando se observa a população urbana e rural: enquanto os homens correspondem a 48% da população vivendo nas cidades, na área rural são as mulheres que apresentam esta proporção; esta situação é a mesma registrada desde Camarano e Abramovay (1999), e indica um fator que provavelmente alavanca a saída do jovem para a cidade: a busca de uma companheira¹. A **Figura 2** apresenta o total de homens e mulheres, nas áreas urbana e rural do país, com base no último Censo (IBGE, 2010).

¹Dados do IBGE, do Censo 2010, indicam que há na área urbana cerca de seis milhões e quatrocentas de mulheres a mais do que o número de homens; e na área rural, cerca de um milhão e duzentos mil homens a mais do que o de mulheres (IBGE, 2010).

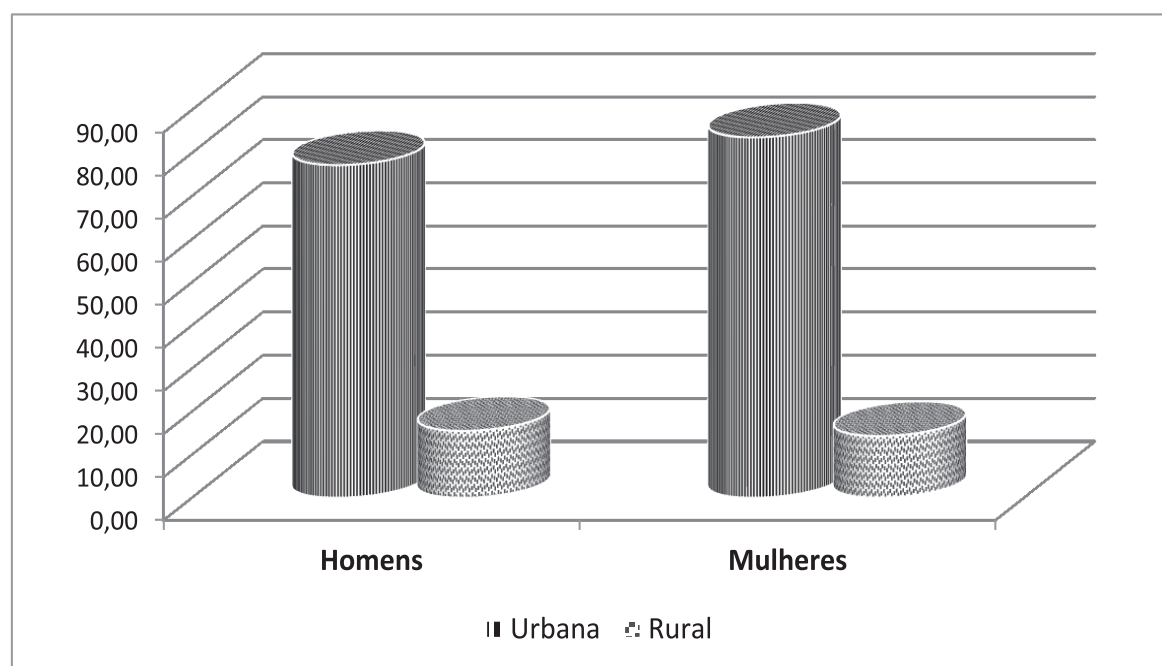


Figura 2: Homens e mulheres residentes em área urbana e rural no Brasil, em 2010 (em milhões de pessoas).

Fonte: IBGE (2010).

Por sua vez, os dados do DIEESE (DIEESE, 2011) indicam que:

a) Em relação a características da população:

Quando se considera a *distribuição da população por idade e região*, observa-se menor proporção de jovens (18 a 24 anos) e de idosos (60 anos ou mais) em qualquer região. Esta é talvez uma das influências para que este grupo social (especialmente o jovem rural) tenha sido pouco contemplado por políticas públicas, até o momento.

A menor proporção de jovens (18 a 24 anos) ocorre na região Centro-Oeste (9,2%), a maior, nas regiões Norte (11%) e Nordeste (12%), sendo a média brasileira de 11%; na faixa de 25 a 39 anos, que engloba pessoas com idades que poderiam também ser contemplados em algumas políticas de juventude, o Centro Oeste (com 22,9%), o Norte (com 22,4%), e o Sudeste (com 21,8%), estão acima da média brasileira (20,9%).

Considerada ao lado de outros indicadores regionais – como a de menor acesso a serviços, para algumas destas regiões – esta diferença pode indicar a necessidade de incentivos específicos para a permanência dos jovens, em algumas regiões do país.

Dados sobre a *taxa de analfabetismo por faixa etária e por local de residência* indicam que, em qualquer idade, esta taxa é sempre superior para os que vivem na área rural, especialmente entre 5 a 11 anos, e entre 24 anos ou mais (**Figura 3**).

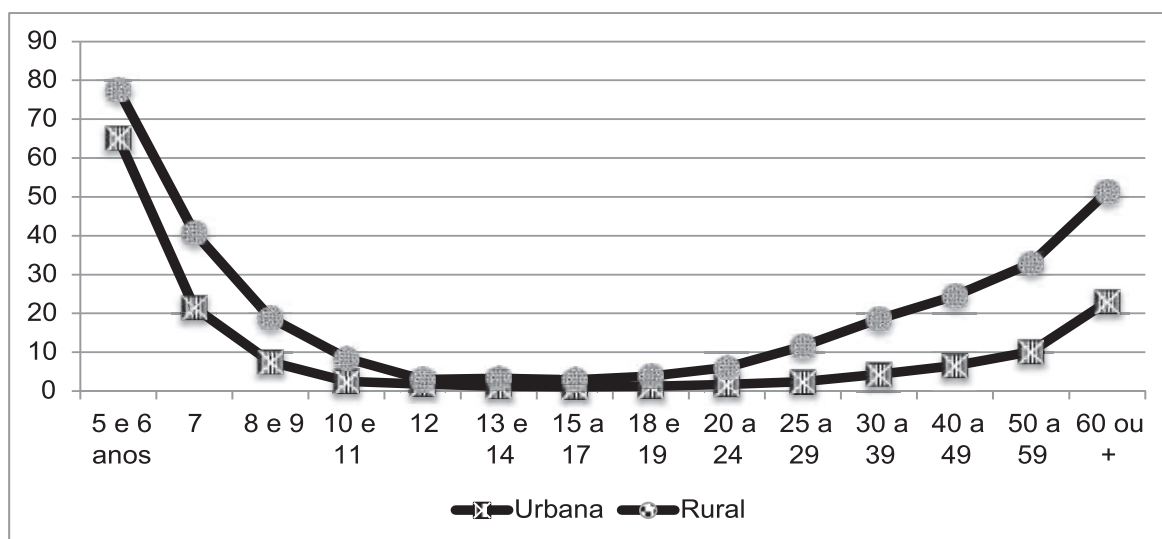


Figura 3: Taxa de analfabetismo, por faixa etária e local de residência, Brasil. Fonte: DIEESE (2011).

A área rural apresenta proporção maior do que a observada na área urbana, para pessoas sem instrução ou com apenas o nível fundamental incompleto. Para todos os demais níveis de escolaridade (fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo), é maior a proporção de pessoas na área urbana. Entre estes níveis, a maior diferença é para o nível médio completo, alcançado por 20% da população urbana, e por apenas 8% da população rural. No outro extremo da distribuição, 79,6% da população rural apresenta nenhum nível de instrução ou apenas o fundamental incompleto, contra 53,9%, nas mesmas condições, que vivem nas cidades.

Por outro lado, quando se considera somente a população rural, verifica-se que os homens apresentam proporção maior que as mulheres nos extremos mais baixos da distribuição de anos de estudo (de 0 a 4 anos); na categoria 5 a 8 anos, observa-se valor similar, levemente superior para as mulheres; diferença semelhante é observada para as categorias de 9 a 12 anos de estudo, e de mais que 12 anos de estudo, indicando que as mulheres no campo logram obter maior tempo de escolaridade, em geral, do que os homens (Figura 4).

As análises sobre escolaridade indicam, de um lado, maior dificuldade para melhorar o nível de qualificação no campo, do que nas cidades; indicam também que para os homens esta dificuldade é maior.

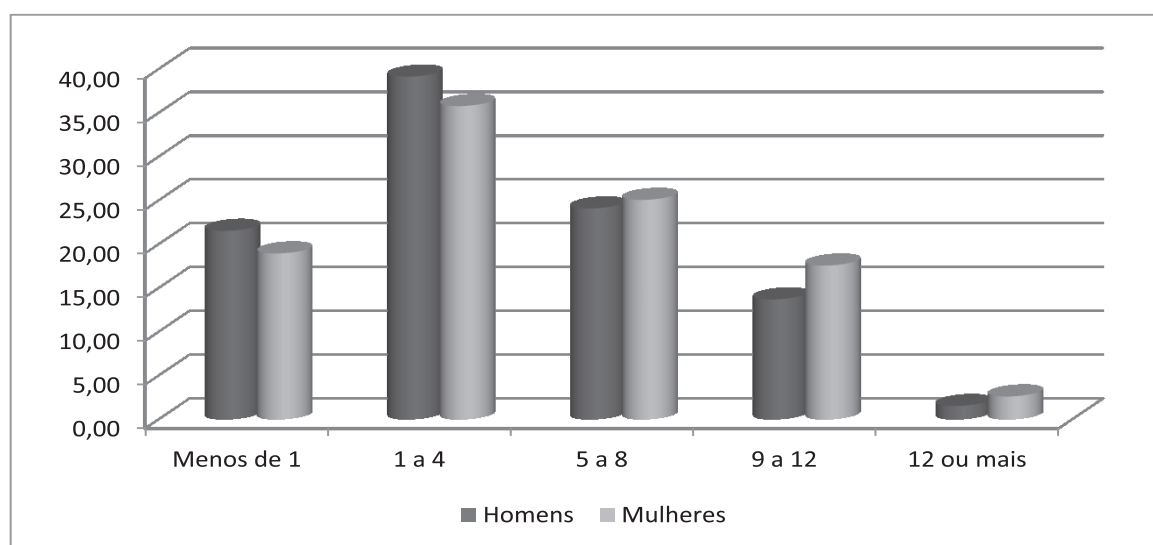


Figura 4: Percentual de homens e mulheres, por anos de estudo, na área rural, Brasil. Fonte: DIEESE, 2011, adaptado.

b) Em relação a características dos domicílios:

A responsabilidade pelos domicílios mostra que, embora tanto nas cidades como no campo os homens sejam maioria em relação a este encargo, na área urbana, em média (isto é, considerando as cinco regiões do país), isto ocorre em 63,7 % dos domicílios, estando a mulher como responsável, nos demais 36,3%; na área rural, a proporção de homens responsáveis sobe a 82%, em média, sendo a mulher a responsável em apenas 18% dos domicílios.

Ou seja, no campo se verifica que o *gênero* está relacionado ao logro de posições de poder, o que indica que os filhos homens continuam a ser provavelmente os que têm maior probabilidade de herdar a terra, em comparação com as filhas.

Em termos de *número de pessoas por domicílio urbanos ou rurais*, por região, a média brasileira para a área urbana é de 3,2 pessoas, e a do meio rural, 3,5 pessoas. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maiores proporções de pessoas por domicílio, tanto na área urbana como no campo: 3,8%, para ambos os locais, na região Norte; e no Nordeste, 3,4 de pessoas por domicílio na área urbana, e 3,8 na área rural; novamente, aqui se observa uma desvantagem de jovens, nestas duas regiões, considerando o processo sucessório na atividade agrícola: há maior competição pela herança, para rapazes e moças. No entanto, é provável que a desvantagem seja maior para as jovens rurais.

Os domicílios da área urbana contam, em maior proporção do que os do meio rural, com *equipamentos domésticos* (fogão, rádio, TV, geladeira, filtro, máquina de lavar, telefone, freezer) e *serviço de luz elétrica*. Esta diferença é maior para a posse de TV, geladeira, máquina de lavar e telefone. O único equipamento em que os domicílios na área rural apresentam maior proporção, em relação aos das cidades, é o freezer. Para o serviço de luz elétrica também há maior proporção de acesso pelos domicílios da área urbana.

Em relação a *saneamento básico*, enquanto 61,4% dos domicílios na área urbana contam com rede coletora de esgoto, apenas 6,9 % dos domicílios rurais contam com este serviço. Fossas sépticas aparecem em maior proporção na área rural (24,7%), do que na área urbana (19,9%). Outro tipo de serviço coletor (dejetos esgotados em fossa rudimentar, diretamente em vala, rio, lago ou mar, ou outro), está presente em 68,4% dos domicílios rurais, e de 18,7% dos urbanos (**Figura 5**).

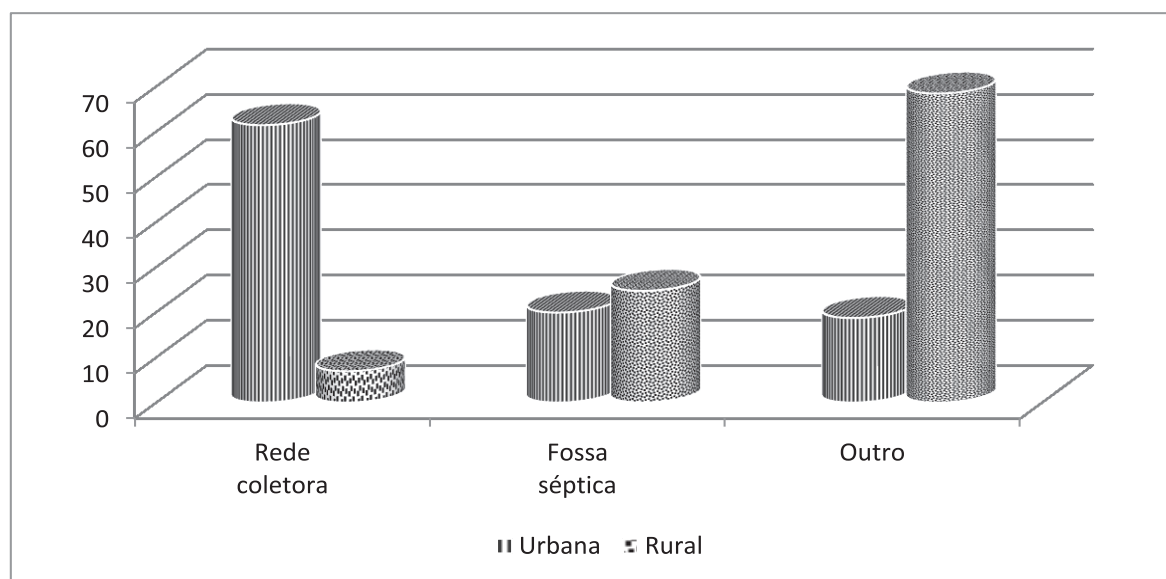


Figura 5: Proporção de domicílios, nas áreas rural e urbana do Brasil, por tipo de esgotamento sanitário. Fonte: DIEESE, 2011.

Outro serviço importante para os domicílios, o de *canalização interna de água*, está presente em 97% dos domicílios urbanos, e de 68,8% dos rurais. Este tipo de canalização é maior na região Sul (95,3%), Sudeste (89%), e Centro-Oeste (87,6%). As regiões Norte e Nordeste apresentam 53,3% e 50,4% de seus domicílios com canalização interna.

Em conclusão, considerando os serviços disponíveis e o acesso a bens domésticos, verifica-se maior vulnerabilidade dos domicílios localizados na área rural.

c) Em relação a trabalho e rendimento:

A proporção de ocupados em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados, é maior no Nordeste (29,6%), seguido pela região Norte (20,2%), Sul (17,5%), Centro-Oeste (15,1%), e Sudeste (8,8%); esta distribuição provavelmente reflete a demanda por estas atividades, em cada região. Tal demanda é, obviamente, um dos fatores que podem facilitar ou dificultar a permanência dos jovens no meio rural;

Em 2006, observa-se uma maior proporção de homens ocupados em atividades agrícolas (67%), do que de mulheres (33%). Esta proporção superior de homens aumentou para 69,3%, em 2009, ao mesmo tempo em que se reduziu a de mulheres (para 30,7%);

A *idade média de pessoas ocupadas* com atividades agrícolas é de 40,2 anos para homens e de 43,4 anos para mulheres. Em relação ao número médio de anos de escolaridade, homens e mulheres ocupadas com atividades agrícolas apresentam similaridade (cerca de 4 anos de estudo);

Na área urbana, 79% dos homens começaram a trabalhar antes dos 17 anos (10% deles, antes dos nove anos, a maioria (39,6%) de 10 aos 14 anos); já 87,9% das mulheres começam a trabalhar entre 10 a 24 anos. Elas não trabalham antes dos nove anos, como os homens.

No meio rural, os homens também começam a trabalhar cedo, e 95% deles iniciam o trabalho antes dos 17 anos (28,4% antes dos dez anos, 54,1% de 10 a 14 anos). As mulheres, no campo, seguem o mesmo padrão que o homem, sendo que 90% delas começaram a trabalhar antes dos 17 anos (23,8% antes dos dez anos, 51,8%, de 10 a 14 anos);

Da população ocupada no meio rural, a maioria das famílias trabalha por conta própria (47,8%) ou como assalariada (47,53%). Das que trabalham por conta própria, 50,62% somente exercem atividades agrícolas, 29,49% são pluriativas, e 19,89% somente exercem atividades não agrícolas. Entre as famílias assalariadas, proporção semelhante de 44% realizam atividades agrícolas e outros 44% não agrícolas (totalizando 88% destas famílias); as 12% restantes são pluriativas. A atividade agrícola, portanto, é uma fonte importante de geração de renda, para os que vivem no campo.

Os que empregam duas pessoas possuem padrão semelhante aos que trabalham por conta própria (48,50% exercem atividades agrícolas, 30,08% são pluriativas, 21,43% exercem atividades não agrícolas). Dos que empregam três ou mais pessoas, 21,33% exercem atividades agrícolas, 20% são pluriativas, e 58,67% exercem atividades não agrícolas. Considerando-se que a capacidade de empregar mais pessoas é um indicador de renda, observa-se que entre estas famílias, esta renda provém, pelos dados, de atividades não agrícolas.

1.2. O jovem rural: a pesquisa sobre permanência e migração

Identificou-se um grande número de documentos tratando da questão da permanência e migração, incluindo artigos, relatórios, dissertações de mestrado e teses de doutorado e livros e capítulos de livros. Estes textos em geral focalizavam mais de um dos temas de interesse para

a presente pesquisa (por exemplo, consideravam tanto a questão da migração-permanência como as políticas para a juventude). Destaca-se ainda o grande número de documentos que trabalham com a perspectiva de avanço incremental do conhecimento na área temática.

A maior parte dos trabalhos utiliza abordagens qualitativas de coleta e análise de dados, com pequena amostra de entrevistados, em um assentamento ou município. Abordagens quantitativas são utilizadas de forma restrita, em geral considerando um número limitado de influências sobre migração/permanência na terra. Estas estratégias metodológicas resultam em falta de generalidade (pois os resultados acabam por ser muito específicos para uma dada região ou população); e impossibilidade de definir que fatores (influências) são mais relevantes para a permanência/migração, conhecimento essencial para a definição de uma política mais adequada para a fixação do jovem ao meio rural.

Observa-se que a produção levantada é bastante heterogênea, fazendo necessário definir um padrão mínimo para inclusão no conjunto de trabalhos analisados: para ser incluído no levantamento, cada texto devia apresentar, minimamente, fundamentação teórica adequada e metodologia e resultados que sustentassem teoria e conclusões.

Cada um dos textos foi submetido à análise de conteúdo (Bardin, 1977), visando identificar categorias que representassem influências sobre permanência e migração no campo, tema que é central para esta análise. Esta análise permitiu a identificação de *onze categorias de influências*, as quais são descritas a seguir:

CATEGORIA 1: Desequilíbrio de gênero: consiste na presença assimétrica e relevante de moças e rapazes no meio rural (em que os homens são maioria) e nas cidades (onde predominam as moças).

Esta categoria tem sido central para o estudo da migração e permanência. É estudada como consequência da migração do campo para as cidades, desde meados do século passado, e tem sido observada como tendência, desde aquela época (Schneider, 1994; Camarano e Abramovay, 1999; Castro e Aquino, 2008; Castro, 2009). A relação entre desequilíbrio de gênero e permanência na terra é apresentada como influência para a migração. Segundo os documentos analisados, a agricultura familiar requer a formação de novas famílias, para sua reprodução social. Estas novas famílias tem maior chance de permanecer na terra, desde que possam explorá-la (ou seja, desde que disponham de terra para esta exploração). A assimetria na distribuição de homens e mulheres, observada no campo, torna mais difícil a formação de novas famílias e em consequência a permanência no campo.

Destacam-se ainda estudos que apresentam indícios de uma desvalorização do possível matrimônio com um agricultor, por moças do meio rural, como por exemplo em Brumer (2007).

CATEGORIA 2: Acesso a recursos financeiros suficientes para atenção a necessidades de consumo dos jovens rurais: consiste na renda obtida pelo jovem, como resultado da renda familiar obtida de diversas origens, ou de economias possíveis por compartilhar a residência paterna, ou de rendas obtidas fora da unidade produtiva (por exemplo, nas cidades), em relação com as necessidades específicas do jovem, especialmente no que se refere ao consumo de bens (alguns deles valorizados por jovens urbanos), como roupas e equipamentos.

Nesta categoria estão aquelas influências que permitem ao jovem a obtenção de recursos financeiros para atenção a suas necessidades específicas de consumo; estes recursos podem resultar de partilha, pela família, de rendimentos obtidos, ou de economias possibilitadas por sua residência na casa paterna, mesmo quando o jovem não trabalha mais na propriedade do pai, ou ainda de rendas obtidas fora da unidade produtiva (por exemplo, nas cidades) (Wei-

sheimer, 2005; Menezes, Malagodi e Marques, 2008; Castro e Aquino, 2008; Wedig e Menasche, 2009). Esta categoria está relacionada a diversos fatores que são avaliados e comparados, pelos jovens, quando escolhe entre permanecer ou sair da terra.

Não há um resultante claro destas influências, portanto, sobre a decisão do jovem, visto que algumas delas atuam positivamente sobre a permanência e outras, no sentido contrário. Seria possível, por outro lado, imaginar que, no caso de ser baixa a renda originada na família, de haver impossibilidade de obtenção de moradia e alimentação, junto à família, de haver obtenção de renda autônoma fora da família (nas cidades), pelo jovem, que permitisse a ele o consumo de determinados bens, sua decisão seria migrar. O contrário se verificaria, em caso de boa renda obtida da família, ao lado de moradia e alimentação, e baixa renda obtida autonomamente nas cidades.

CATEGORIA 3: Acesso à educação e à formação profissional: são as condições para obtenção de educação e/ou de formação profissional, no campo e nas cidades, bem como adequação desta educação/formação às necessidades do meio rural e a características do trabalho rural.

Acesso à educação é influência muito importante, comentada por diversos autores (Abramovay et al., 2001; Silvestro et al., 2001; Weisheimer, 2005; 3. Castro, 2009; Wedig e Menasche, 2009). Este acesso é dificultado, para a maioria dos jovens rurais, por condições de acesso à escola (existência de escola próxima, distância de escolas em cidades distantes; disponibilidade de transporte até a escola mais próxima); o acesso à educação entre os jovens do meio rural é um pouco mais elevado para as moças, e estas também tem maior acesso a formação profissional nas cidades. Há ainda a questão de oposição entre valores urbanos e rurais, e entre habilidades necessárias no campo e nas cidades (que não são as mesmas). Acrescente-se que a formação do jovem rural se dá por práticas agrícolas, ensinadas pelo pai e por outros membros da família, e que esta informação está completa por volta dos 15 anos de idade, segundo pelo menos um dos textos analisados (Menezes, Malagodi e Marques, 2008). Há, possivelmente, alguma incompatibilidade entre ensino na escola, mesmo que este seja voltado para habilidades necessárias para o trabalho rural, e o ensino familiar sobre estas práticas.

Combinados, os fatores considerados nesta categoria levam a uma situação em que as moças, geralmente com maior acesso a educação nas cidades, acabam decidindo deixar o meio rural, enquanto o oposto se passa com os rapazes, quando sua capacitação prática, como agricultor, e sua educação formal forem consistentes com o que se espera do trabalho neste ambiente.

A questão da educação, no entanto, vai além de sua influência sobre permanência ou migração. Um ponto pouco explorado, nesta linha de pesquisa, é a relação entre maior educação e a escolha e uso de tecnologias agropecuárias adequadas, desde que os demais condicionantes (por exemplo, acesso a crédito, a assistência técnica, a insumos, etc.) estejam garantidos. Atualmente, a saída do campo se dá entre os de maior escolaridade. Se esta tendência continua, então permanecerão no campo apenas os de menor capacidade para a produção agrícola sustentável, que serão também incapazes de consolidar-se como agricultores familiares, com a obtenção de melhores rendimentos e melhor interação com os mercados (locais, regionais, nacionais ou internacionais). Por outro lado, ao melhorarem as condições de educação, pelo menos uma parcela dos que hoje estão dispostos a ficar no campo partirão para as cidades, em busca de melhor trabalho e remuneração. Este dilema é resolvido ao se considerar que o acesso à (melhor) educação é um direito de todos, e uma vez que se torne o jovem agricultor (rapaz ou moça) mais capacitado ao desenvolvimento de projetos agrícolas os ganhos individuais e locais serão sempre positivos, mesmo se isto significar que uma parcela deles deixe o campo.

CATEGORIA 4: Atributos do jovem rural: são características do jovem rural que modificam o desejo de permanência ou a capacidade de migração do jovem, para as cidades.

Especialmente importante é o gênero, como fulcro do desejo de permanência ou de migração. O gênero, no entanto, está associado ao modo de vida, à dedicação à terra ou ao lar, à divisão de trabalho na unidade familiar, à disponibilidade de tempo para a educação. As moças veem no trabalho nas cidades maiores chances para autonomia, em relação à família; têm menor envolvimento na unidade produtiva, menor probabilidade de herdar a terra; maior acesso à escola, após o ensino fundamental; menor desejo de permanência no meio rural, maior rejeição à profissão agrícola, maior oferta de trabalhos nas cidades, maior carga de trabalho (no meio rural) do que nas cidades; possuem maior nível de escolaridade e maior acesso a formação profissional nas cidades. Os rapazes, especialmente se casados, em geral tem maior intenção de permanecer na terra.

A posição hierárquica inferior das moças, no interior das famílias, bem como a divisão de trabalho entre meninos e meninas, na unidade familiar, leva a algumas destas diferenças relacionadas ao gênero.

CATEGORIA 5: Valorização dos modos de vida no campo e na cidade: *consiste no valor atribuído, pelo jovem e sua família, aos modos de vida (da família e dos jovens), no campo e nas cidades, em relação com a permanência na terra.*

A convivência com a terra e com a atividade agrícola e com as cidades, dos jovens e de seus pais, leva a uma valoração sobre as qualidades da vida no campo e nas cidades. Os pais em geral incentivam a permanência dos filhos na terra, tomando em conta, por outro lado, as dificuldades que enfrentarão para realizar este desejo, se não herdarem a propriedade. Neste caso, os pais inclusive incentivam os filhos a migrar. Os jovens avaliam as dificuldades de vida no campo, olhando o exemplo de seus pais, e as comparações positivas e negativas sobre campo e cidade, encontradas em suas interações sociais. Estas influências não tem uma relação clara com a permanência na terra, pois existem interações importantes, relacionadas, por exemplo, à questão sucessória, que podem alterar estas percepções.

Esta categoria envolve a valorização da vida no campo versus a vida nas cidades, e a valorização do modo de vida, dos pais em relação aos jovens e vice-versa. Em um dos estudos sobre o tema, Castro (2009) aborda aspectos destes dois lados. Um fator considerado importante é a diferenciação social estabelecida entre o que é ser do campo e ser da cidade. Segundo a autora, *“morar no campo é desvalorizado culturalmente, considerando-se também o que tangem as diferenças de condições de vida... jovens que afirmaram querer ir embora ... [relacionaram] este desejo a querer viver em um lugar melhor”* (Castro, 2009, p. 192).

Ainda para Castro (2009), as percepções sobre juventude/jovem assumem a premissa de que este último é um ser pouco capaz, que deve ser controlado e vigiado, mesmo quando reconhecidos pelos pais como “muito responsáveis”. Para as jovens rurais esta percepção é aprofundada, e o desejo de deixar o campo é aumentado pela possibilidade de autonomia. Esta desvalorização do jovem se estende para outros contextos que não o familiar, como o da organização política. A autora afirma que a *“exclusão social é uma marca da juventude rural no Brasil, seja pela invisibilidade de suas demandas nas esferas das políticas públicas,... seja pelas difíceis condições de permanência dos jovens no meio rural...”* (Castro, 2009, p. 195.).

Brumer et al. (2008) realizaram estudo de abordagem quantitativa (*survey*) com 1677 jovens rurais do Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Neste estudo, os autores observaram que, de modo geral, são positivas as avaliações dos jovens sobre o modo de vida no meio rural, e os rapazes superam as moças tanto nas avaliações positivas como no desejo de estabelecer residência no meio rural (45% das moças e 71% dos rapazes). Já as moças superam os rapazes quanto à preferência em residir no meio urbano (35% e 19% respectivamente) e na indiferença pelo local de moradia (20% das moças e 11% dos rapazes). O meio rural é valorizado por sua tranquilidade, segurança e qualidade de vida, enquanto

o meio urbano é apreciado pela facilidade de acesso aos recursos valorizados pelos jovens, como o estudo e o trabalho.

CATEGORIA 6: Processo de sucessão e herança da terra: conjunto de condições e regras, definidas dentro de cada família, para a herança de terras.

A herança dos pais é um dos meios disponíveis para que o jovem rural possa ter acesso à terra. No entanto, o processo sucessório é tornado especialmente mais difícil com a escassez de terras, pois há um limite para o fracionamento destas, especialmente nas pequenas propriedades da agricultura familiar. Regras gerais, que se acreditavam ser as mais aplicadas (como a herança da terra ser deixada para o filho mais velho ou mais novo), nem sempre são adequadas, e as famílias necessitam estabelecer novas regras. A probabilidade de herança aumenta para os filhos homens, e para os que tem aptidão ao trabalho no campo. As moças, em geral, são postas à margem deste processo. A qualidade da terra a ser herdada modifica o interesse do jovem, mesmo se herdeiro, em permanecer no campo.

Carneiro (1998) realizou estudo sobre o tema, aplicando questionários e realizando entrevistas junto a 130 estudantes (jovens rurais) de escolas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Na escola de Nova Pádua, Caxias do Sul, as informações coletadas permitiram identificar que as estratégias familiares voltadas para a reprodução de uma prole numerosa centrada na atividade agrícola - predominantes nas duas primeiras gerações de 'colonos' - exigiram esforços do conjunto da unidade doméstica para a aquisição de novas terras, suficientes para a instalação de todos os filhos homens na agricultura. Já os filhos mais jovens da segunda geração eram estimulados a buscar alternativas, como a migração para a nova fronteira agrícola em Santa Catarina ou a mudança de ocupação.

Segundo a autora: *“Essas mudanças tiveram consequências sobre o padrão de herança conferindo-lhe maior flexibilidade. Não há mais uma regra a seguir, fica em casa aquele que tiver “mais aptidão” para a agricultura e “menor vocação para os estudos”.* (Carneiro, 1998).

CATEGORIA 7: Condições do trabalho no campo e nas cidades: características ou requisitos do trabalho, no campo e nas cidades, bem como experiência do jovem com o trabalho, no campo e nas cidades.

O trabalho no campo e na cidade é avaliado pelo jovem, na sua decisão sobre migração ou permanência. No campo, este jovem tem uma formação para tornar-se agricultor desde muito cedo, e aos catorze anos, já é considerado um agricultor completo, formado em geral pelo pai. Este jovem rural tem uma vida em que é comum a pluriatividade, o envolvimento com a unidade produtiva, mas também jornadas de trabalho mais extenuantes, e as chances de risco climático, por exemplo. Por outro lado, visualiza as oportunidades para trabalho autônomo, nas cidades (isto é, fora do controle dos pais), onde acredita que exista uma jornada de trabalho mais amena. Esta percepção sobre a cidade pode ser menos positiva para os que têm experiência de trabalho nas cidades, como indicado por Carneiro (1998).

CATEGORIA 8: Serviços oferecidos às unidades produtivas agrícolas, no local de residência: disponibilidade de serviços de luz elétrica, água encanada, saneamento básico, atendimento de saúde, transporte, telefone, lazer e internet, no local onde reside o jovem.

Em comparação com as cidades, o meio rural dispõe de menor acesso a serviços como educação, água encanada, saneamento básico, saúde, transporte e telefone; quando existem, estes serviços são em geral precários.

Em outro ponto deste documento, o “acesso à educação e à formação profissional” foi destacado como uma das influências importante em relação à permanência no campo. No entanto, muitos trabalhos apontam a carência destes serviços, de modo geral, no campo: por exemplo,

as estatísticas demográficas levantadas no Censo e na PNAD, e consolidadas pelo DIEESE (DIEESE, 2011), mostram a precariedade destes serviços (água encanada, saneamento).

CATEGORIA 9: Oferta de trabalho no meio urbano: facilidade de acesso e remuneração esperada do trabalho, no meio urbano, vis a vis sucesso esperado na produção agrícola, ou a oferta de trabalho no campo.

As condições de oferta de trabalho e renda, no campo e nas cidades, são avaliadas pelos jovens rurais e influenciam sua intenção de sair ou permanecer na terra. Os que estão próximos a cidades com boas ofertas de trabalho tendem a deixar o campo.

Na verdade, estas condições são colocadas por vários autores, e em etnografias verifica-se a exploração, por parte do investigador, sobre a oferta de trabalho em mercados próximos. Por exemplo, Camarano e Abramovay (1999) afirmam que uma das hipóteses para a migração e particularmente, para a maior migração de moças, em comparação com os jovens rurais, está relacionada *“diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vinculadas à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência.”* (Camarano e Abramovay, 1999, pg. 14).

CATEGORIA 10: Condições para obtenção de sucesso na produção agrícola: incluem todas as condições necessárias ao desempenho eficiente na produção agrícola, existentes na unidade produtiva paterna ou do próprio jovem.

O jovem avalia todas as condições favoráveis e desfavoráveis que encontra em seu meio, para empenhar-se, com sucesso, na atividade agrícola. Observa as dificuldades e as realizações de seus pais, compara-as e valora as opções de permanecer ou ficar na terra.

Menezes et al. (2008), descrevem assim a situação extremamente precária, para os jovens, em assentamentos que visitaram:

“A instalação no assentamento e a vida atual das famílias estão marcadas por um grande número de dificuldades: inadimplência e endividamento dos pais, venda da produção a atravessadores, queda no preço dos produtos, falta de assistência técnica, falta de crédito, além da enorme dificuldade que enfrentam até hoje para montar a infraestrutura adequada, de capital mínimo para cuidar da lavoura, para a formação das culturas permanentes, criação de qualidade, instalações rurais etc. Todas essas dificuldades são vivenciadas de maneira peculiar pelos jovens assentados, e os influencia na construção de suas estratégias de vida. A renda obtida pela venda da produção anual de bananas, principal produto da região, somada à renda obtida com os cultivos de subsistência, é insuficiente para atender o consumo das famílias e, conseqüentemente, suprir satisfatoriamente as demandas dos próprios jovens.” (Menezes, Malagodi e Marques, 2008, pg.140).

CATEGORIA 11: Acesso à terra no meio rural: consiste na obtenção de terra, pelos jovens, por diversos meios, formais ou informais, em que a posse legal pode ou não estar garantida.

Tradicionalmente, o uso e cuidado da terra – independente de posse legal – é considerado, por algumas comunidades de agricultores familiares, como forma legítima de acesso à terra. Políticas públicas (como reforma agrária e financiamento de imóveis) permitem atender a uma demanda crescente, da agricultura familiar, mas dependem do cumprimento, pelos agricultores, de requerimentos formais nem sempre considerados adequados, ou mesmo bem compreendidos por eles.

O acesso à terra para sua exploração agrícola pela unidade familiar pode dar-se de modo informal ou formal, com a posse legalizada desta terra. A terra é central para a unidade familiar, e pode ser garantida por meio de uso, compra, herança, casamento ou concessão. As políticas

públicas para acesso à terra trabalham com os mecanismos de concessão da terra, por tempo limitado (no caso da Reforma Agrária, dez anos), e por financiamento de imóveis em determinadas condições.

No entanto, o próprio uso da terra, para algumas comunidades, proporciona-lhes o sentimento da posse da terra, como afirma Galizoni (2002), a respeito de agricultores no alto Jequitinhonha. Por outro lado, o crescimento das famílias, e o tamanho limitado dos lotes tem trazido problemas para o acesso à terra. As famílias desenvolvem várias estratégias para a superação deste problema, entre elas, a migração (sazonal ou definitiva) para outras regiões, e o abandono da exploração agrícola, em muitos casos.

O acesso à terra, por meios informais ou formais, é considerado como uma influência positiva sobre a permanência dos jovens rurais no campo.

É importante observar que estas categorias também são adequadas como influências sobre migração e permanência derivadas de informações em bases de dados institucionais, apresentadas na seção anterior (Resultados, 1.2).

Estas categorias correspondem a influências sobre a decisão de migrar ou permanecer no campo. Foram utilizadas como variáveis na pesquisa de campo, relatada na última parte da seção de resultados, em relação a influências para migração ou permanência.

1.3. Organização política, movimentos sociais e demandas dos jovens, no Brasil

Nesta seção, são apresentados os principais resultados de pesquisas sobre a participação de jovens rurais em espaços de organização política (sindicatos, movimentos sociais e outras organizações), pelos jovens rurais e ainda, sobre a aceitação de formas de mobilização para acesso à terra, por parte destes atores.

Abramo et al. (2009) apresentam as principais conclusões do “Projeto Juventudes Sul-Americanas, diálogos para a construção da democracia regional”, realizado pelo IBASE e pelo Instituto Pólis, que analisou a situação do jovem em seis países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. O trabalho citado focaliza o diagnóstico realizado no Brasil.

É um trabalho de fôlego, que entrevistou 3500 pessoas, 50% deles com idade entre 18 a 29 anos, 50% com 30 anos ou mais. O trabalho analisou tendências demográficas, a condição juvenil, e temas como: informação, sociabilidade e participação social; opinião e valores; representações da juventude; questões e demandas dos jovens; desigualdades e oportunidades; políticas públicas de juventude; integração sul-americana. Todas estas dimensões foram relacionadas às seguintes variáveis: sexo, cor, raça, religião, situação de moradia (rural/urbano), tamanho do município e região do país em que vivem, nível de escolaridade, renda e situação socioeconômica. Estas dimensões são sempre focalizadas em comparações entre os jovens e adultos que participaram da pesquisa.

Em relação à participação em diversos tipos de entidades (de organização política, estudantil, partidária, sindical, religiosa ou comunitária), os autores identificaram que os jovens participam menos do que os adultos, mesmo se considerada a situação do domicílio (urbano ou rural). No entanto, jovens rurais se mostram mais engajados do que os jovens urbanos, participando mais de movimentos do campo do que seus pares urbanos participam de movimentos urbanos congêneres (23% dos jovens rurais, 7,3% dos urbanos), de entidades de trabalhos ou sindicais; e de entidades comunitárias. Jovens rurais também gostariam de participar, mais do que jovens urbanos, de diversas entidades (destacam-se as comunitárias, partidárias e de movimentos rurais).

Castro (2009) realizou importante pesquisa focalizando o jovem rural como ator político. Segundo esta autora, a inserção de jovens rurais em movimentos sindicais, rurais e similares cresceu bastante, no período por ela analisado (2000 a 2007). A autora destaca a “riqueza e diversidade” dos processos de organizações dos jovens, mas também a “intensa disputa nas esferas de tomadas de decisão”.

Destaca-se ainda a pesquisa realizada por Condé (2006), sobre mobilização política de agricultores familiares, com financiamentos de terra (Fundo de Terras, Banco de Terras e Crédito Fundiário) e sem acesso à terra, no município de Caçador (Santa Catarina), usando abordagem qualitativa. Embora não fosse uma pesquisa sobre o jovem rural, cerca de 35% dos entrevistados (de um total de 85) tinham entre 15 e 29 anos.

O autor é profissional fortemente engajado em movimentos sociais, defensor da reforma agrária; realizou levantamento aprofundado da situação dos agricultores familiares e seus estabelecimentos, no município. Na parte da pesquisa que investigou a questão de mobilização pela terra, encontrou entre os entrevistados forte rejeição à reforma agrária, e aos procedimentos utilizados na mobilização pela terra, especialmente pelo MST.

Partindo do princípio que a luta pela terra pressiona o Estado para implantar e acelerar o processo de reforma agrária, a principal pergunta de pesquisa foi a seguinte: por que razão muitas famílias demandantes por terra não se mobilizam² nessa luta? Várias hipóteses foram formuladas como possíveis respostas a essa questão central, e a pesquisa não rejeitou as seguintes: 1. Pela ruptura que esse processo provoca no aspecto econômico e social; 2. Pela divergência em relação aos métodos e princípios de organização dos movimentos sociais; 3. Pela rejeição aos riscos e conflitos eventualmente violentos; 4. Pela indisposição em passar longas privações em acampamentos; 5. Por outros motivos (receio de convivência com pessoas estranhas, de fora do município). A hipótese de que o conservadorismo ideológico e/ou religioso destes agricultores motivaria a não mobilização foi também rejeitada, porque, nas palavras do autor, este conservadorismo é mais de cunho cultural ou moral.

Em síntese, esta área de investigação retrata um jovem rural pouco engajado a organizações de natureza política, embora haja também indícios de aumento deste engajamento. Também apresenta resultados que indicam forte rejeição à mobilização pela terra, e a movimentos sociais que a preconizam, pelo menos em uma região do país (a região Sul).

2. Adequação de Políticas de Desenvolvimento Agrário às demandas e condições dos Jovens Rurais

O foco central desta seção é a análise de políticas de desenvolvimento agrário (isto é, políticas de acesso à terra por reforma agrária ou crédito fundiário) e políticas de suporte à exploração produtiva da terra, considerando sua adequação às demandas e condições de jovens rurais, em termos de critérios, regras, procedimentos que particularizem ou não o jovem rural, ou pelos processos adotados por cada uma delas.

Inicialmente, são apresentados resultados de análise documental sobre estas políticas. Em seguida, são apresentados resultados obtidos por análise exploratória destas políticas, por meio de entrevistas com seus gestores, e com representantes de juventude rural. Esta análise exploratória focaliza as demandas dos jovens rurais, e aspectos das políticas atuais que favorecem ou dificultam seu acesso a elas e afetam a decisão de migrar ou permanecer no campo.

² Nessa pesquisa “mobilização na luta pela terra” é entendida, principalmente, como a participação em movimentos sociais que adotam os acampamentos e as ocupações de terra como principal forma de reivindicação.

2.1. Políticas de Acesso à terra e o Jovem Rural

A política de acesso à terra está definida no II Plano Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2005). Este Plano define assim o público alvo da Reforma Agrária:

*“O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a **juventude rural**, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas.” (INCRA, 2005, pg. 10)*

Por outro lado o mesmo Plano, ao tratar da demanda por reforma agrária (em que a terra desapropriada é cedida em concessão aos beneficiários), afirma que o público, para este mecanismo de acesso à terra:

*“.. é formado por: trabalhadores rurais sem terra, público potencial de novos assentamentos; atuais assentados, que necessitam de infraestrutura e apoio à produção; um imenso setor da agricultura familiar que ainda não acessa os mecanismos do Plano Safra; posseiros, marcados pela insegurança jurídica em relação ao domínio da terra que lhes restringe o acesso às políticas agrícolas e os expõe a ameaças de despejo; populações ribeirinhas; comunidades quilombolas, que demandam o reconhecimento e a titulação de suas áreas; agricultores que ocupam terras indígenas, que precisam ser reassentados; extrativistas, que lutam pela criação e reconhecimento de reservas extrativistas; agricultores atingidos por barragens; **juventude rural**; mulheres trabalhadoras rurais; entre outros pobres do campo. Estes setores serão objeto de instrumentos diferenciados e apropriados às suas especificidades e às características de cada região. (INCRA, 2005, pg. 17).*

Assim, enquanto a primeira destas citações apresenta a juventude rural como um beneficiário “indireto” do PNRA, a segunda menciona este grupo social como um dos muitos grupos de segmentos vulneráveis, que seriam atendidos por instrumentos específicos.

O primeiro programa a operacionalizar esta política é o de reforma agrária tradicional, por meio de desapropriação de terras e sua concessão aos candidatos selecionados; o PNRA tem um segundo mecanismo de acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais.

2.1.1. Acesso à Terra por Reforma Agrária

Uma primeira aproximação a este programa envolve a identificação de critérios que devem ser atendidos, por potenciais beneficiários, para que estes possam participar deste mecanismo de acesso à terra. Estes critérios são definidos pela Norma de Execução Nº 45 (INCRA, 2005). (Ver **Anexo 3**, para uma descrição detalhada destes critérios).

Vários dos critérios estabelecidos nesta Norma podem desfavorecer o jovem rural, ao privilegiarem, em seu intento de obter terra:

- a) Características da família (tamanho e força de trabalho) do candidato, em geral, sempre menor para os mais jovens;
- b) Tempo de residência no imóvel, em geral menor, para os jovens;
- c) Faixas etárias maiores com maior pontuação do que as faixas etárias de jovens (15 a 29 anos).

Esta primeira análise confirma algumas das críticas feitas por movimentos de jovens rurais, sobre sua inadequação para este segmento (Castro e Aquino, 2008).

No entanto, no início de 2013, o INCRA estabeleceu novas regras, que garantem (em assentamentos com mais de vinte lotes), que 5% sejam destinados aos jovens, sem considerar as regras gerais (tamanho da família, renda, residência, e outros). (INCRA, 2013).

O Programa de Reforma Agrária também oferece aos beneficiários uma ajuda financeira chamada Crédito Instalação, que é segundo diz o INCRA:

“O Crédito Instalação é financiado aos beneficiários da reforma agrária, para que eles possam se instalar no lote, começar a trabalhar a terra ou executar os projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.”

O Crédito Instalação tem as seguintes formas: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido. Serve para atender as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de casas e atender necessidades de água das famílias dos projetos de assentamento.

Em termos de grupos sociais focalizados de modo diferencial, no que se refere ao crédito instalação, observa-se estes grupos seriam: mulheres (apoio mulher), assentados mais pobres (adicional de fomento), e assentados na região semiárida nordestina. De modo similar, a Norma de Execução INCRA/Nº 79/08, de 19/12/2008, e a Norma de Execução INCRA/Nº 84/09, de 03/09/2009, que detalham as finalidades, públicos-alvo e valores para este crédito, indicam que o jovem rural não vem sendo diretamente focalizado, pelo mecanismo de acesso à terra via reforma agrária.

2.1.2. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Jovem Rural

A alternativa de acesso à terra para o jovem rural é candidatar-se ao financiamento de imóveis rurais, dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação. Além da compra de terras, o PNCF também financia assistência técnica e subprojetos complementares que auxiliam no estabelecimento dos empreendimentos, assim como nos investimentos iniciais necessários para melhorar a produtividade das terras recém-adquiridas.

A. Condições de acesso à terra pelo PNCF até abril de 2013

Até o início de 2013, o PNCF contava com duas linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural (MDA, 2010a) e Consolidação da Agricultura Familiar (MDA, 2010b). Observava-se bastante similaridade entre os critérios de elegibilidade, nas duas linhas de financiamento. Eram favorecidos os candidatos com renda anual entre nove e quinze mil reais (CPR) e entre quinze e trinta mil reais (CAF). A linha Combate à Pobreza Rural, portanto, destinava-se (e ainda se destina) a candidatos em situação de maior vulnerabilidade que os elegíveis para a linha CAF.

Por outro lado, não se incluíam critérios, em nenhuma das duas linhas, que estabelecessem diferenciação por faixa etária; as duas linhas atendiam de jovens com 16 anos ou mais, até os idosos. A experiência na atividade agrícola – como também é o caso nos programas de reforma agrária – era requerida por ambas as linhas. Destaca-se que esta regra, para o jovem que busca a linha CPR, pode ser comprovada por frequência à escola vinculada ao meio rural, ou

pelo próprio trabalho na atividade agrícola (incluindo o exercido no próprio grupo familiar). Por outro lado, para o jovem rural que buscasse acessar terra pela linha CAF, esta experiência inclui o tempo de escolaridade.

Até abril de 2013, as regras para concessão de bônus de adimplência, assim como as condições de financiamento, eram as mesmas para todos os beneficiários do PNCF, independente de sua idade. Ou seja, estas regras também não particularizam o jovem rural.

Em relação ao jovem rural, o PNCF contava com um selo³ específico, denominado Nossa Primeira Terra. Este selo corresponde a um

“adicional no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por participante de grupo organizado em associação, com pelo menos 70 % de beneficiários, que acessarem a linha de financiamento CPR, com idade entre 18 e 28 anos, sendo os 30% restantes com idade até 32 anos, com a finalidade de implementar projetos comunitários e/ou produtivos, a partir das demandas específicas da juventude rural...”(MDA, 2010a, pg. 34).

Como se pode observar, as condições de financiamento eram semelhantes, para todos os grupos sociais (não havia diferenciação por faixa etária, por etnia, por gênero, por exemplo). Todos enfrentavam as mesmas condições de financiamento, as quais se destinavam a facilitar o pagamento da dívida, ao estabelecer juros, prazos e bônus por adimplência.

No entanto, o PNCF previa um incentivo (valor adicional) à participação de jovens (de 16 a 28 anos), mulheres e afrodescendentes (não quilombolas). Embora este valor seja pequeno, considerado o montante total que a dívida pode assumir, é um estímulo para que os jovens, foco do presente trabalho, possam buscar o Programa. Ou seja, é um estímulo para a adesão dos jovens ao Programa, mais do que para apoiar o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Estas regras foram recentemente alteradas, no sentido de criação de uma linha de financiamento destinada especificamente aos jovens de 18 a 29 anos. As alterações feitas no PNCF e suas linhas são descritas a seguir.

B. Alterações no Programa Nacional de Crédito Fundiário: a criação de uma linha de financiamento de terra para o jovem rural

O Conselho Monetário Nacional (CMN) introduziu mudanças substanciais nos regulamentos e normas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), tanto no que se refere às condições de contratação de financiamento para aquisição de imóvel rural com recursos do FTRA - Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Resolução 4.177, de 07/01/2013), que passaram a vigorar a partir de 01/abril/2013 (CMN, 2013a), quanto aos processos e condições de repactuação dos contratos adimplentes e inadimplentes que estão ao abrigo do FTRA (Resolução 4.178, de 07/01/2013) (CMN,2013b).

A principal mudança, para este estudo, consiste na criação de uma linha de financiamento de terras denominada NPT (Nossa Primeira Terra). Anteriormente, a NPT era uma ação complementar às linhas tradicionais do PNCF (CAF ou CPR). A partir destas mudanças, a NPT assume as características de uma linha de financiamento específica para os jovens rurais. A **Tabela 3** apresenta os requisitos para enquadramento nesta linha e ainda, nas linhas convencionais do PNCF (CPR e CAF).

³ O Selo corresponde a um adicional de recursos para mulheres (PNCF-Mulher), jovens (PNCF-Nossa Primeira Terra) ou afrodescendentes (PNCF-Terra Negra).

Tabela 3: Condições de enquadramento do financiamento, por linha de crédito do PNCF.

Linhas de Crédito	Juros (a.a.)	Renda Anual	Patrimônio	Experiência na Agricultura	Formas de Acesso	Infraestrutura Básica e Produtiva
Combate à Pobreza Rural (Cad-Único)	0,5%	Até R\$ 9 mil	Até R\$ 15 mil	5 anos	Coletivo	Não reembolsável R\$25 mil + adicionais por beneficiário
					Individual	Não reembolsável Até R\$15 mil
NPT (18 a 29 anos)	1,0%	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 30 mil			Reembolsável Até R\$15 mil
Consolidação da Agricultura Familiar	2,0%	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 30 mil			Reembolsável: Até R\$15 mil
Limite de Crédito			R\$ 80 mil por Beneficiário			
Recursos para ATER			R\$ 7.500,00, por até 5 anos			
Prazo de Financiamento			20 anos, com 3 de carência			

Fontes: a) Resolução CMN no. 4.177, de 07/01/2013 (CMN, 2013a);

b) Apresentação das novas condições do PNCF (SRA/MDA, 2013).

Verifica-se que o jovem rural, na faixa etária compreendida entre 18 a 29 anos, pode ser agora um beneficiário especial do crédito fundiário. Este grupo distingue-se dos demais por apresentar requisitos intermediários (em termos de juros) em comparação com as outras linhas. Em outros requisitos, apresenta-se como mais similar à linha CAF.

Mudanças nas condições de Financiamento

A Resolução 4.177, de 07/01/2013, introduziu mudanças a partir de 01 de abril de 2013, que tornaram as condições de financiamento dos imóveis rurais substancialmente mais favoráveis relativamente às condições anteriores: juros anuais foram reduzidos, prazos de pagamento aumentados, assim como os limites de rebote, para todas as linhas de financiamento e, em especial para a linha Nossa Primeira Terra (Ver **Anexo 3**, para uma comparação das condições anteriores com as atuais) (MDA, 2013a).

Além das novas condições introduzidas nas linhas de crédito do PNCF já apresentadas, os créditos adicionais da linha CPR (isto é, o valor dos Selos, incluindo o Selo Nossa Primeira Terra também foram aumentados para R\$ 3 mil por beneficiário. Outra resolução do CMN (Resolução 4.186, de 31/01/2013), introduziu a possibilidade de os beneficiários do PNCF, condicionado à contratação de financiamento de custeio do PRONAF, optar pelo seguro da parcela anual do financiamento de aquisição da terra via o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO MAIS) (CMN, 2013c).

Em conclusão, a partir de abril de 2013, o jovem rural conta com uma linha de crédito fundiário específica, dando instrumentalidade a uma política de acesso à terra pelo PNCF dirigida a este grupo social.

2.1.3. Participação de jovens rurais em políticas e programas de acesso à terra

Os dois programas de acesso à terra (Reforma Agrária e Crédito Fundiário) contam com sistemas de informação (SIPRA e SIGCF, respectivamente). Infelizmente, o Sistema de Informação sobre Reforma Agrária (SIPRA) encontrava-se em manutenção e não pôde ser acessado, durante a realização desta pesquisa.

Por outro lado, o INCRA apresenta em sua página na Internet os resultados de Pesquisa de Qualidade de Vida nos Assentamentos (INCRA, 2010). Esta será a base para a análise da pre-

sença dos jovens na reforma agrária, que se vai apresentar a seguir. Para o PNCF, são usados o Painel de Indicadores do PNCF (MDA, 2012), e dados do SIGCF.

O Programa Nacional de Reforma Agrária assentou mais de 1,1 milhão de famílias, até 2011. A **Figura 6** apresenta dados sobre a evolução destes assentamentos, no período de 1995 a 2012. Observam-se dois picos de assentamentos, o primeiro em 1998 (com 101.094 famílias), e o segundo, em 2006 (136.358 famílias). A média de assentamentos, no período, é de 66.221 famílias assentadas. A tendência observada nos últimos anos é de decréscimo do número de assentamentos e, portanto, do acesso à terra por meio deste programa, independente da idade do beneficiário.

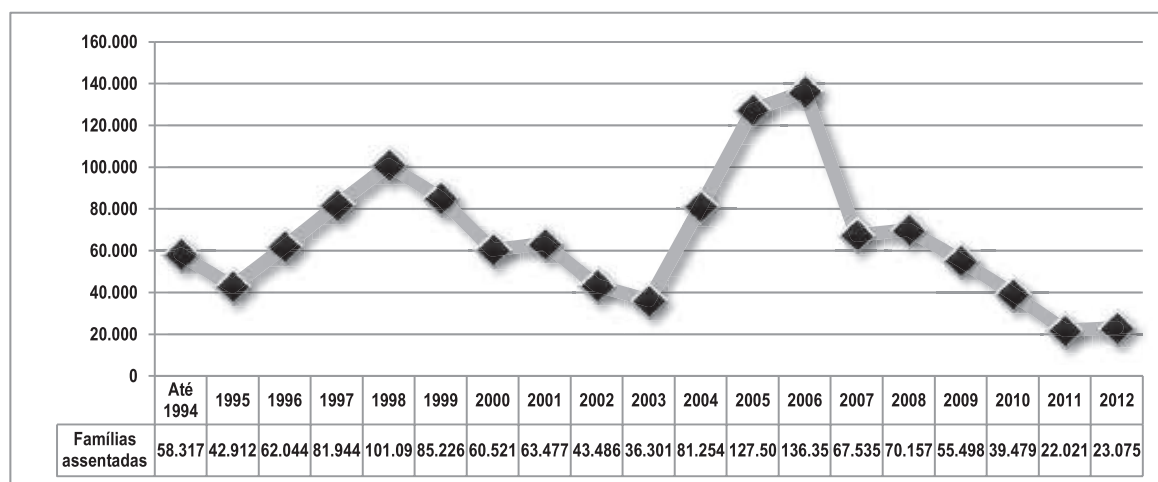


Figura 6: Famílias assentadas, por ano (1995-2012), pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Fonte: INCRA, 2013.

A Pesquisa de Qualidade de Vida nos Assentamentos da Reforma Agrária foi realizada em 2010, para uma população de 804.867 famílias assentadas, em 1.164 assentamentos, junto aos quais foram aplicados 16.153 questionários.

Em termos de gênero, a população nos assentamentos apresentava-se como predominantemente masculina (53,43%). Em idade, esta população pode ser considerada como jovem, já que as faixas de idade mais baixas (de 0 a 20 anos), somam quase 45% da população. (Ver **Figura 7**, dados de idade da população).

No entanto, a pesquisa não disponibilizou dados sobre a idade de beneficiários e não beneficiários, o que não permite concluir sobre o acesso de jovens rurais à terra, neste programa. Caso a hipótese anteriormente levantada (quando se analisaram os critérios de elegibilidade do PNRA, como favorecedores de beneficiários mais velhos), se confirme, então a população jovem dos assentamentos investigados representa uma demanda futura importante, para o acesso à terra.

Em termos de tamanho da família, a moda da distribuição situa-se em quatro membros, com 19,12% das famílias. 43,64% das famílias tem entre um a três membros, e 37,25% possuem mais de quatro membros. Estes dados são apresentados, desagregados, na **Figura 8**, e indicam tendência no sentido de diminuição do tamanho das famílias, nos assentamentos. Os motivos vão desde o controle espontâneo de natalidade, pelas mulheres, até uma possível migração de jovens, para outras localidades.

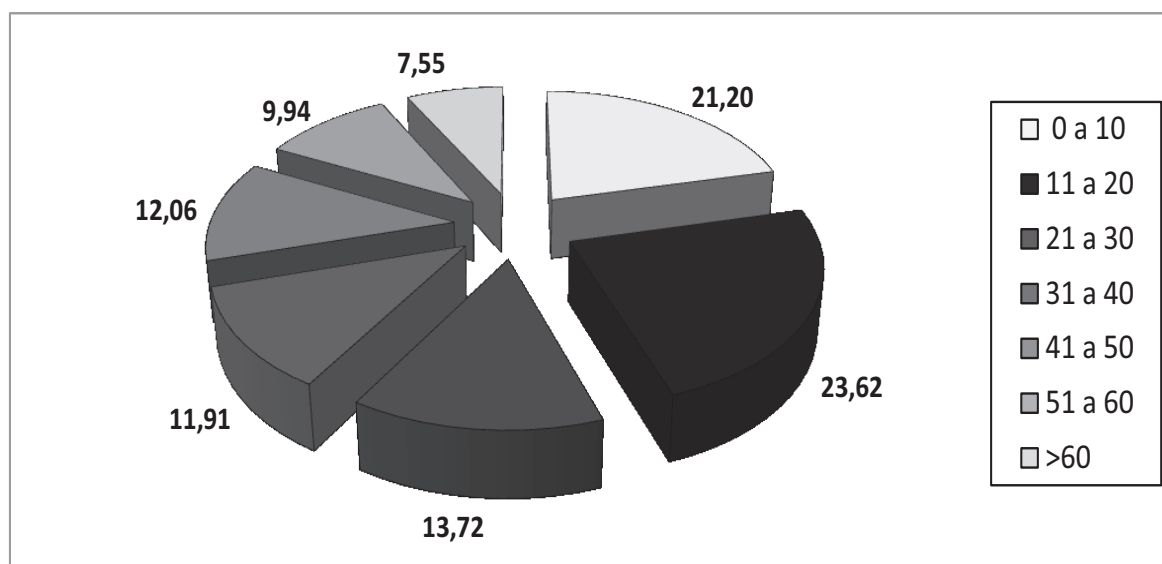


Figura 7: Distribuição dos membros das famílias, por faixa etária, na população investigada, em percentual. Fonte: INCRA, 2010.

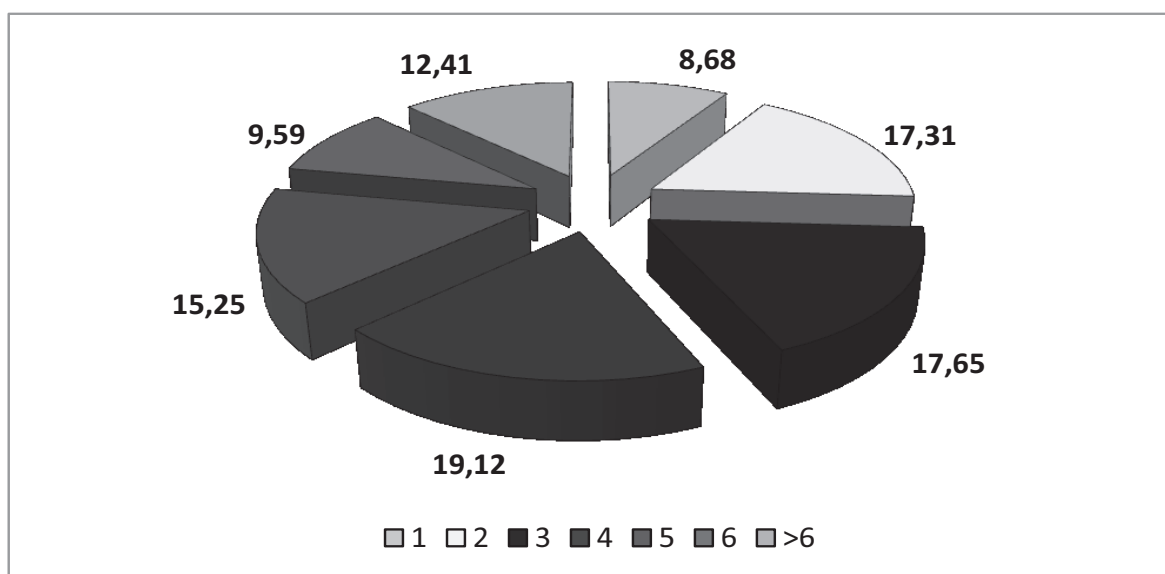


Figura 8: Número de membros na família, na população investigada, em proporção de famílias. Fonte: INCRA, 2010.

A qualidade de vida destas famílias foi investigada por meio de diversos indicadores (quantidade de cômodos na casa, saneamento básico, suficiência da água, acesso a energia elétrica, qualidade das estradas de via de acesso ao lote, qualidade do acesso a hospital ou posto de saúde), e os resultados são sucintamente apresentadas no **Quadro 1**.

Alguns destes resultados coincidem, no todo ou em parte, com dados sobre a agricultura familiar apresentados anteriormente (DIEESE, 2011), e com diversos outros estudos que indicam ser o acesso por estradas um dos obstáculos, por exemplo, à educação dos jovens. As avaliações sobre melhoria em qualidade de vida indicam que o Programa vem atingindo seus objetivos, nesta dimensão.

Quadro 1: Resultados sobre qualidade de vida nos assentamentos.

Indicador	Descrição do resultado
Quantidade de cômodos na casa	Mais de 70% das famílias contam com 5 cômodos ou mais
Saneamento básico	34,30% contam com fossa simples, 29,83% com fossa negra, 11,60% com fossa séptica, 1,14% com rede de esgoto, e 22,75% com outras formas
Suficiência da água	78,98% afirmam ser a água suficiente para atender as necessidades da família, durante o ano inteiro.
Acesso a energia elétrica	43,86% afirma ter luz elétrica o ano todo, em condições adequadas; 32,62% a tem, com quedas ou pouca força; 23,52% não tem acesso a energia elétrica
Qualidade de vias de acesso	57,89% consideraram as estradas como péssimas ou ruins; 29,17% as classificaram como razoáveis ou boas; apenas 1,65% as consideraram ótimas (11,28% não responderam)
Qualidade de acesso a hospital ou posto de saúde	55,74% consideram o acesso como péssimo ou ruim; 40,10%, como razoável ou bom; apenas 3,23 % como ótimo (0,92% não responderam).
Melhoria de moradia, após o assentamento	% respondendo “melhor ou muito melhor”: 73,50%
Melhoria de alimentação, após o assentamento	% respondendo “melhor ou muito melhor”: 64,86%
Melhoria de educação, após o assentamento	% respondendo “melhor ou muito melhor”: 63,29%
Melhoria de renda, após o assentamento	% respondendo “melhor ou muito melhor”: 63,09%
Melhoria de saúde, após o assentamento	% respondendo “melhor ou muito melhor”: 47,28%

Fonte: INCRA, 2010, adaptado.

Na população, um dado preocupante diz respeito ao acesso ao Pronaf: apenas 52,22% das famílias tiveram acesso ao Programa. Ora, os recursos do Pronaf são essenciais para desenvolver a produção agrícola, seja para autoconsumo ou para venda de possíveis excedentes, em mercados locais. As razões para que estes recursos não sejam acessados precisam ser mais bem investigadas. Em todo o caso, há também indicações, nesta pesquisa, da importância da produção agropecuária, para toda a população, com variações relacionadas a regiões e Estados (por exemplo, para Santa Catarina, a produção agrícola contribui com 76% da composição da renda familiar; para o Ceará, representa 48% desta renda).

O tamanho do lote, um dado importante sobre o acesso à terra, foi considerado como razoável ou bom por 72,49% das famílias.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário se iniciou mais recentemente, por volta de 2002/2003. Desta data até abril de 2012, o Programa já atendeu 92.484 famílias, financiando imóveis rurais que totalizam uma área de 1.547 milhão de hectares. Os dados sobre atendimento de famílias, por ano, são apresentados na **Figura 9**.

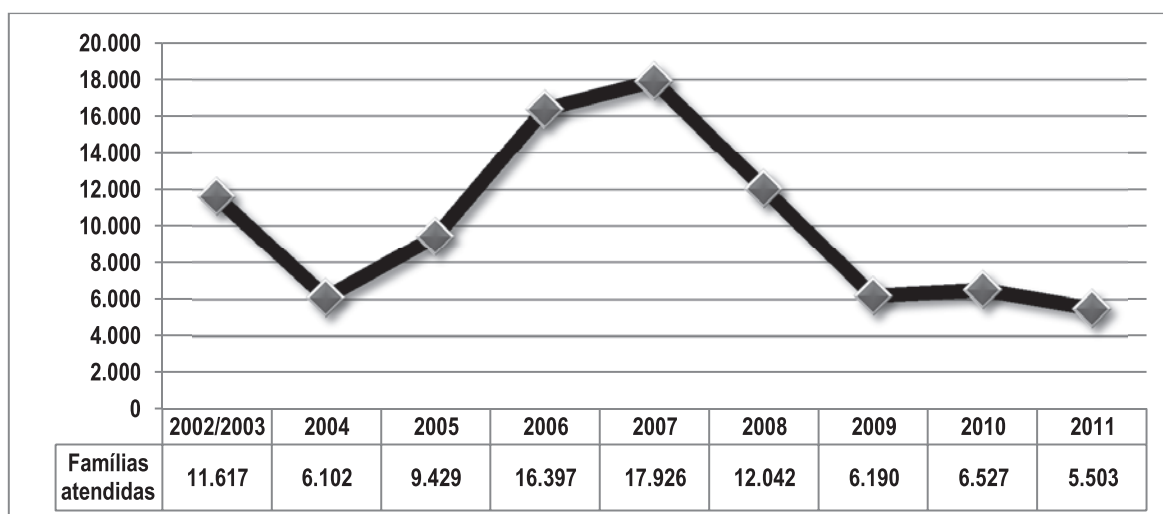


Figura 9: Número de famílias atendidas pelo PNCF, no período 2002 a 2011. Fonte: MDA, 2012.

De modo similar ao observado para o PNRA, há um pico de atendimento por volta de 2006/2007, e uma redução/estabilização no número de famílias atendidas, de 2009 a 2011. Novamente, as razões para estas tendências não estão claras, mas elas indicam menor acesso à terra, por meio deste Programa, nos últimos anos.

Em termos de acesso de jovens rurais, na faixa de 16 a 32 anos, como beneficiários diretos deste Programa, dados do MDA (2012) são apresentados na Figura 10, e indicam um crescimento da participação de jovens, ao longo dos anos (especialmente na faixa de 16 a 28 anos).

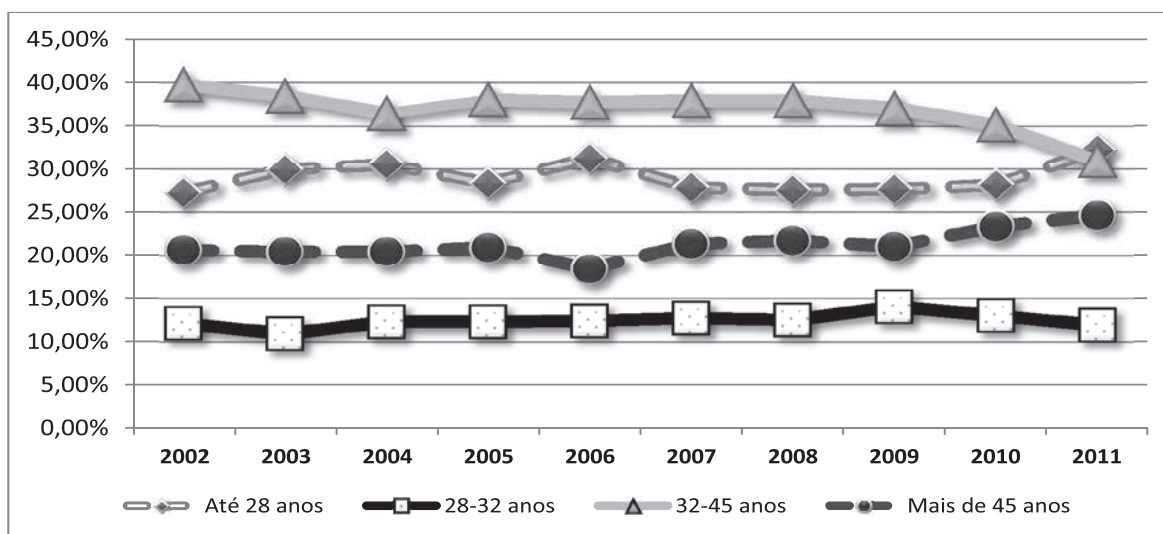


Figura 10: Participação percentual de beneficiários, por faixa etária, no PNCF. Fonte: MDA, 2012.

Consideradas ambas as faixas que representam os jovens rurais (16 a 28 e 28 a 32), a participação de jovens no programa chega uma proporção média de 42%, em todo o período. Este é um indicador da presença relevante do jovem rural, em financiamento de terra pelo PNCF, mesmo antes da existência de linha específica para estes atores.

2.2. Políticas de Suporte à Exploração Produtiva da Terra

O Ministério do Desenvolvimento Agrário também oferece outras políticas e programas que podem ter o jovem rural como beneficiário direto. São elas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que garante o crédito rural para agricultores familiares; e a Política de Assistência Técnica voltada para a Agricultura Familiar. Esta seção apresenta

as condições formais estabelecidas por estas políticas, procurando analisar, a partir destas informações, como elas favorecem (ou dificultam) a situação do jovem rural que tenha tido acesso à terra, via Reforma Agrária ou via crédito fundiário.

2.2.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Jovem Rural

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) garante crédito para custeio e investimentos na produção agrícola para várias categorias de produtores familiares, em diferentes situações de vulnerabilidade. Neste Programa, existe uma linha específica de crédito para jovens rurais, cujas condições de acesso são apresentadas no Quadro 2. Esta linha, chamada Pronaf Jovem, beneficia os filhos de famílias que foram já enquadradas no Pronaf, para a atividade agrícola. Estes jovens deverão explorar parcela da terra dos pais.

Os critérios mais gerais do Pronaf Jovem são os mesmos do Pronaf (que categorizam os diferentes tipos de agricultores familiares nos chamados grupos especiais (“A”, “B”, “C”, “A/C”)). Além disto, há critérios de elegibilidade que privilegiam aqueles jovens rurais que estejam realizando esforço adequado para obter melhor qualificação como produtor rural, o que pode ser um incentivo relevante para aumentar a capacidade (e o nível de escolaridade em geral reduzido) destes jovens. O Quadro 2 apresenta o público alvo e os critérios de elegibilidade da linha de crédito rural Pronaf Jovem.(Banco Central do Brasil, 2012).

As condições de financiamento do Pronaf Jovem são as seguintes:

- Limite por beneficiário: até R\$12.000,00 (doze mil reais), independentemente dos limites definidos para outros financiamentos ao amparo do Pronaf, observado que só pode ser concedido 1 (um) financiamento para cada beneficiário;
- Encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano);
- Prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, a qual poderá ser elevada para até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade.

Ou seja, a linha Pronaf Jovem permite que o jovem rural, filho de uma família que obteve acesso à terra (por meio de reforma agrária ou crédito fundiário), possa usar parcela da terra de seus pais para realizar projeto de exploração produtiva, contando com o máximo de R\$ 12.000,00 para este projeto. Não há qualquer relação desta linha com algum incentivo adicional para o acesso à terra, pelo próprio jovem rural. Assim, as condições desta linha mantêm o jovem como dependente de sua família, e nem mesmo lhe acenam com a promessa de acesso à terra, no futuro.

Quadro 2: Beneficiários do Pronaf Jovem e critérios de elegibilidade no Programa.

BENEFICIÁRIOS
Jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), maiores de 16 (dezesesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino
II - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino
III - tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) ou que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2012.

O jovem rural pode também obter a terra via reforma agrária ou crédito fundiário, o que lhe dará acesso a condições específicas para o crédito rural (Pronaf) nas categorias A e A/C. Estas condições específicas são descritas no Anexo 3.

De acordo com as condições específicas definidas pelo Pronaf, nas categorias A e AC, o jovem rural do Grupo A terá acesso a créditos de maior montante (R\$ 20.000 para investimento ou R\$ 21.500,00 se o Projeto Técnico incluir Assistência Técnica e Extensão Rural), do que o oferecido pela linha Pronaf Jovem.

Para acessar o Pronaf e suas linhas, os interessados devem obter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Segundo o MDA/SAF (2007)

“a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA...”

O total de DAPs denominadas principais (isto é, de agricultores familiares que aplicaram ou estão interessados em aplicar para as linhas de financiamento tradicionais do Pronaf), *vis a vis* o total de DAPs denominadas acessórias (das quais o Pronaf Jovem é uma instância), permite uma medida forte do reduzido apelo que o Pronaf Jovem tem apresentado aos jovens rurais. Gestores ouvidos em entrevistas neste trabalho estimam as DAPs acessórias (Pronaf Jovem) em cerca de 2000, o que é indicação do pouco apelo desta linha, para os jovens rurais.

É preciso apontar ainda que os financiamentos do crédito rural a que os agricultores familiares podem concorrer, no caso de terem tido acesso a programas de acesso à terra, não são concedidos automaticamente a estes concessionários/beneficiários: como já se mencionou, apenas 52,2% dos concessionários de reforma agrária, da população de assentados, já obteve o Pronaf A.

Nos programas do PNCF (CAF e CPR), estudo recente mostrou que o percentual de acesso ao Pronaf A, no Programa Combate à Pobreza Rural (CPR - dirigido a agricultores familiares mais vulneráveis), para beneficiários adimplentes, estava por volta de 46%; para os beneficiários do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF - para agricultores familiares mais integrados ao mercado), este valor ascendia a 73% dos adimplentes (Lima et al., 2011; Vieira et al., 2012).

2.2.2. O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Jovem Rural

Este Programa orienta-se pelos seguintes documentos: o chamado PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) e pelo PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), e pela Lei de ATER (Lei 12.188, sancionada em 11 de janeiro de 2010).

A Lei de ATER define a assistência técnica e extensão rural como

“serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 1).

O PNATER (2003), cuja última versão foi publicada em 2007, estabelece princípios e diretrizes para a ATER; forma de atuação (descentralização): missão e objetivos da ATER; orientação metodológica para ações da ATER pública, entidades participantes; forma de gestão; recursos financeiros; e critérios para alocação de recursos (MDA, 2007).

A ATER compreende desde ações de qualificação profissional de agricultores familiares, organizados de diversas formas e com o esforço de diferentes atores, a orientação técnica para elaboração de um projeto técnico para a propriedade, e o acompanhamento da execução deste projeto, até a formação de extensionistas e de redes de discussão e aprimoramento em diversos eixos temáticos (MDA, 2007).

Na PNATER, o jovem rural aparece entre as diretrizes estabelecidas para ATER, do seguinte modo:

“Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão”... (MDA, 2007, pg. 8).

No entanto, até recentemente, o jovem rural não havia ainda sido contemplado com as ações que a diretriz estabelece. Por exemplo, entre as chamadas Redes Temáticas de ATER, existe uma rede dedicada à ATER específica para Mulheres Rurais, mas nenhuma, até o momento, dedicada aos jovens rurais.

A Chamada Pública SAF/ATER 3/2012, divulgada em maio desse ano, foi especificamente orientada para atendimento a este público alvo. Esta chamada estabelece grupos (lotes) de municípios, em determinados Estados, em que se registra a presença de jovens rurais, para os quais se demandam serviços de ATER, em termos de atividades e carga horária por unidade beneficiária, como: diagnóstico (unidade de diagnóstico=4 horas), intercâmbio (4 horas), reuniões (4 horas) e visitas técnicas (4 horas). A Chamada focaliza um total de 10.010 jovens em treze Estados, com um valor total de R\$ 14.574.418,76.

Neste conjunto de ações, o diagnóstico e as visitas são ações direcionadas a cada jovem; intercâmbios, reuniões e avaliação final são atividades coletivas. Cada uma delas tem as mesmas quatro horas de duração. A atividade de diagnóstico levanta necessidades dos jovens; as atividades coletivas mesclam objetivos de motivação e de elaboração do Projeto Profissional do Jovem (PPJ); e as visitas técnicas visam iniciar e monitorar a implantação deste projeto. O PPJ propriamente dito parece iniciar-se na primeira visita e prosseguir nas atividades seguintes (segunda reunião, segunda e terceira visitas técnicas).

Considerando o valor total da Chamada (R\$ 14.574.418,76) e o número previsto de jovens atendidos (10.010), os valores médios por jovem são similares (cerca de 1500 reais); esta similaridade ocorre mesmo quando se considera os valores específicos para cada região. A Chamada, tal como se apresenta, parece insuficiente para atender às necessidades dos jovens rurais em termos de ATER, seja pelo montante destinado a cada jovem, seja pelo número e tipo de atividades previstas, seja pelo tratamento único dado às diferentes regiões do país.

No entanto, ela tem o valor objetivo de direcionar esforços para o jovem rural, algo que ainda não havia sido feito, e o valor simbólico de colocar este público na agenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, avançando em políticas mais claras e orientadas a este segmento.

3. Políticas para o Jovem Rural: A Visão de Gestores e Representantes de Juventude

Nesta seção, são apresentados os resultados de pesquisa exploratória, junto a gestores de políticas de desenvolvimento agrário detalhadas anteriormente, e a representantes de juventude rural nos principais sindicatos ligados aos trabalhadores rurais. Estes dados foram levantados em entrevistas abertas, com gestores e representantes, e foram analisadas por meio de técnicas de análise de conteúdo (ver seção sobre Marco Metodológico).

Esta análise permitiu identificar categorias verbais, e estas categorias correspondem às subseções que são apresentadas a seguir.

3.1. O jovem rural: como se define este ator social?

A definição do ator “Jovem rural” tem sido amplamente discutida na literatura sobre o tema. Faixa etária, período de transição em ciclo de vida, aspectos culturais, são evocados como elementos fundamentais desta definição. No entanto, todos estes elementos são, isoladamente, insuficientes, segundo esta literatura (para uma revisão, ver Weisheimer, 2005; Lima et al., 2012a).

Os gestores de áreas responsáveis pelos Programas de acesso à terra, crédito rural e ATER do MDA, tem uma resposta objetiva a esta questão. Apesar de argumentos (identificados, por exemplo, por Weisheimer, 2005) sobre a insuficiência da faixa etária como principal indicador do que é “ser jovem”, esta primeira parte da pergunta é respondida com a definição da faixa de 16 a 28 anos de idade; por outro lado, a qualificação de “rural” é deixada para indicadores de experiência com a atividade rural (mesmo que com a própria família), e/ou com treinamento formal em agricultura.

Gestores ligados à definição de políticas de governo, no entanto, consideram que se deve levar em conta também uma parte subjetiva, nesta definição: “é preciso entender o caminhar desta construção “juventude rural”, e que ela não é fixa, e não deve ser”. (Gestor).

Alia-se a esta concepção a ideia de que o chamado “jovem rural” não é um público-alvo homogêneo, e que se pode segmentar este grande conjunto em diferentes subgrupos, com dificuldades e demandas específicas.

“... a gente planeja como público alvo tanto o jovem localizado em áreas do Brasil sem Miséria, dos territórios da cidadania, que tem um impacto sócio econômico forte, ... que a gente sabe que é nossa prioridade, como o jovem que está saindo e migrando de regiões mais consolidadas do país, pois os jovens destes dois grupos estão saindo do campo. E também deve-se incluir jovens de migração sazonal, pois é um outro problema e está relacionado com a ideia de desenvolvimento sustentável, com inclusão social. A lógica de relação com o rural que não seja só produtivo, não seja só voltado para produção, deve aliar qualidade de vida, condições de produção e trabalho; o isto aproximaria estas três pontas [imigrantes rurais de regiões mais e menos consolidadas, imigrantes de trabalho sazonal]. Também se procura atender jovens, mas também quilombolas, indígenas e outras realidades interligadas. A definição focaliza a faixa etária de 15 a 29 anos; mas há reivindicações de que se estenda até os 35 anos.” (Gestor).

As reivindicações de uma faixa etária maior partem das organizações sociais, como a Contag e a Fetraf, que contam em sua estrutura com Secretarias ou Diretorias que representam os interesses deste grupo social. Segundo um dos entrevistados, uma primeira razão para que a faixa etária se amplie está relacionada ao aumento na expectativa de vida do brasileiro, observada nas últimas décadas.

3.2. O Jovem Rural: A Questão de Gênero

Na definição do ator “Jovem rural”, é importante destacar as diferenças entre os gêneros, resultados do envolvimento (maior ou menor) na atividade agrícola, e de decisões familiares sobre escolhas mais adequadas para meninas e meninos. A diferença entre os jovens e as jovens rurais é descrita de forma eloquente por uma Representante de Juventude entrevistada:

“... em casa era o meu pai quem definia as datas do que se tinha de fazer, tal dia é o dia plantar, de colher e depois de vender vamos comprar isso e aquilo, minha mãe não podia opinar em nada e nós também. O dia que eu disse que ia fazer meu próprio roçado, ele quase teve um piripaque,

eu apanhei até dizer chega! Ele era o chefe da família. Essa realidade no campo perdura até hoje. A falta de autonomia das mulheres na família leva principalmente as mais jovens a sair para estudar, geralmente ficam na casa de parente ou vão ser empregada doméstica na casa de alguém. Elas preferem estudar desejando ter um emprego fora do campo para não ficar e casar com um jovem agricultor e passar pelas mesmas condições. É o marido quem vai ditar as regras, ela vai sair do comando do pai para o comando do marido.” (Representante de juventude rural).

O próprio trabalho no campo influencia fortemente as diferenças de gênero:

“... vou principalmente falar do Nordeste. Uma família constituída de três mulheres e dois homens jovens, esses dois vão estudar até um certo período, quando estão na idade de viajar eles saem para trabalhar na colheita de frutas, no corte de cana e na construção civil, quem foi que disse que eles podem estudar no canavial, eles estão cansados demais depois de cortar toneladas de cana. Num período da vida dessas pessoas eles vão e voltam; os homens nestas idas e vindas não tem condições de estudar. Enquanto que as mulheres que ficam continuam estudando na escola por todo o período que a escola oferecer na comunidade e quando não tiver aquele grau de ensino no campo elas vão de pau de arara, a pé, de bicicleta estudar na cidade, desejando um lugar melhor que geralmente a escola prega que não é no campo. A escola prega que os perdedores fiquem no campo, quem não sabe ler, escrever ou que sabe pouco ou quem não tem outra opção na vida.” (Representante de juventude rural).

No entanto, as famílias também influenciam as decisões sobre educação, por exemplo, por acreditarem que o campo não ofereça as melhores oportunidades de futuro:

“Acho que existia uma geração muito interessada, no começo da formação dos assentamentos rurais [da reforma agrária], as crianças que participaram dos processos de acampamento, existia uma dinâmica de muita participação de homens, mulheres, crianças, jovens. Mas sempre se retornava a uma dinâmica extremamente patriarcal, onde as mulheres são muito controladas; ... eram famílias com uma situação muito precária, e já havia uma segmentação no trabalho, na relação da propriedade, as meninas já eram muito afastadas do processo. A ideia é que o bom era ir para fora, estudar, para ter uma vida melhor. Isto as próprias famílias reproduzem, reproduziam e continuam reproduzindo. Esta situação é difícil para as próprias famílias. Desde que as condições iniciais no assentamento (muito ruins) não são ideais, as famílias tinham muitas dúvidas se elas queriam que seus filhos se dedicassem exclusivamente, e começou uma tendência de encaminhar as meninas para estudar fora. Em muitas vezes, ambos os sexos eram estimulados a estudar e trabalhar fora, não havia nem diferença estatística, mas se tinha a sensação de que elas estudavam mais do que eles, porque eles dividiam mais o tempo com o trabalho nas propriedades, nos lotes. Já elas faziam o trabalho doméstico, e como o trabalho doméstico é muito pouco visível... Mas é óbvio que elas têm hoje maior escolaridade...” (Gestor)

“O jovem sai do campo para estudar e estuda para sair do campo. Desde sua infância ele ouviu seus pais dizerem - vai estudar menino para não ter que ficar na terra. A vida é tão dura para as famílias agrícolas, estão tão distante de tudo: das facilidades, da tecnologia, de apoio do governo, de serem vistos pela sociedade, que os pais não desejam a mesma vida para seus filhos e acabam incentivando-os a estudar na cidade.” (Gestor)

Na literatura, o gênero é o fulcro do desejo de permanência ou de migração. Está associado ao modo de vida, à dedicação à terra ou ao lar, à divisão de trabalho na unidade familiar, à disponibilidade de tempo para a educação. As moças veem no trabalho nas cidades maiores chances para autonomia, em relação à família; têm menor envolvimento na unidade produtiva, menor probabilidade de herdar a terra; maior acesso à escola após o ensino fundamental; menor desejo de permanência no meio rural, maior rejeição à profissão agrícola, maior oferta de trabalhos nas cidades, maior carga de trabalho (no meio rural) do que nas cidades; possuem maior nível de escolaridade e maior acesso a formação profissional nas cidades. Os rapazes, especialmente se casados, em geral tem maior intenção de permanecer na terra. E dadas as escolhas das famílias e seus filhos, nos últimos anos, um dos gestores aponta:

“Acho que temos uma situação em que não há uma reversão fácil...Hoje você tem um problema geracional para resolver, há uma geração toda formada, com uma aposta forte em um novo projeto, ainda sem conclusão e desenvolvimento pleno, e uma ou duas gerações que ficaram no meio do caminho, vislumbrando que é melhor estar fora do que estar dentro...”(Gestor).

3.3. As demandas dos jovens rurais

Quais são as principais demandas destes jovens? Este tema tem sido uma preocupação constante das organizações públicas dedicadas ao jovem rural (como a SNJ e o MDA), as quais têm realizado diversos encontros e seminários, com representantes deste grupo social, para fazer o levantamento destas demandas⁴.

É importante conhecer a visão dos entrevistados sobre que demandas são mais relevantes. Os entrevistados mencionam, mais frequentemente, o acesso à terra e a educação, como as demandas mais relevantes para este grupo social.

“Acesso à terra. Acho que duas demandas são acesso à terra e a questão da educação. Hoje, tem algumas políticas para acesso à terra, mas são políticas muito limitadas, são políticas que não estão na realidade dos jovens, que o jovem não consegue acessar porque não foi pensado para o jovem... (Gestor).

“A educação, porque hoje o jovem que não tem terra está demandando educação. O jovem que já tem terra ou trabalha na terra da família também está demandando educação. As escolas no campo estão fechando, nos últimos cinco anos mais de treze mil escolas foram fechadas, quem perde com isso? Quem mora no campo. Lá só tem o segundo grau, que existia na cidade, a educação básica é pouco oferecida no campo, e quando tem ela é nucleada. Essa educação que a gente busca no campo e lá não tem a gente busca na cidade.” (Representante de juventude rural).

“Para estes jovens que hoje são assalariados rurais, que não tem acesso à terra etc. deveria ter qualificação profissional para trabalhar em outras coisas e Investimento para potencializá-los. Terra para trabalhar e qualificação para serem empreendedores do próprio negócio.” (Gestor)

A educação é mesmo considerada como pré-requisito para o acesso do jovem rural, de forma integral, às políticas de desenvolvimento:

“Antes os filhos dos agricultores sonhavam em aprender a ler e a escrever, com o tempo passou a sonhar com o segundo grau, hoje a juventude sonha em ter um curso superior, em ter um curso técnico. Os jovens assumiram a bandeira da reforma agrária, do acesso ao crédito, mas uma das coisas fundamentais para que se possa ter acesso e ser bem sucedido na reforma agrária e no crédito é a educação...”(Representante de juventude rural).

Ainda em relação à educação, destacada por muitos entrevistados como a principal demanda para a juventude rural, há inúmeras ressalvas feitas em relação a características deste grupo social, que tornam necessário que esta educação se alinhe com estas características e necessidades:

“Essa educação quando existe no campo não é contextualizada e quando a gente a busca na cidade ela também não dialoga com a nossa realidade. A gente não tem a educação para o trabalho que a gente tem em volta. Não serve nem para nos despertar como cidadão de nossos direitos, e de políticas; a gente vai lá para aprender a ler, escrever e a contar, até aprende que Dom Pedro montado num cavalo deu o grito da independência na beira de um riacho, mas não

⁴ Em seminário recente realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, as principais demandas foram (de forma resumida): 1. Acesso à terra e ao território; 2. Educação do campo e no campo, em todos os níveis; 3. Políticas agrícolas voltadas para a juventude rural; 4. Eliminar o trabalho degradante e em condições análogas a escravidão que os jovens rurais são submetidos nos latifúndios do agronegócio; 5. Acesso a políticas de cultura, esporte, tecnologias de informação e comunicação; 6. Geração de renda agrícola e não agrícola. (SNJ, 2012).

conhece a história da nossa comunidade, de nosso sindicato. Existem algumas experiências desenvolvidas pelas organizações sociais, escolas familiares rurais e pelos movimentos sociais que contextualizam a educação rural. Essa educação formal estimula a gente a sair do campo, que a gente tem que aprender a ler e a escrever para ser gente, quem não sabe ler e escrever não é gente!” (Representante de juventude rural).

No entanto, outros entrevistados apresentam ainda demandas relacionadas à outros aspectos da vida no campo:

“.. ainda não se consegue ter, no campo, a oferta dos “serviços sociais” que se observa nos centros urbanos, por exemplo, educação de melhor qualidade, serviços de comunicação, acesso à internet e, também, com grande peso, as opções de fato de se construir uma renda na atividade agropecuária familiar. A produção da agricultura familiar é ainda muito primária, com baixa agregação de valor, tornando a renda das famílias muito aquém daquela que seria necessária para ter uma vida de melhor qualidade e permitir concretamente uma evolução do seu padrão sócio econômico.” (Gestor)

“a realidade rural ainda não é convidativa para a juventude, a realidade rural apesar de ter melhorado bastante, por exemplo, em área consolidadas de produção familiar no Sul, que até há pouco tempo via uma expulsão dos jovens porque só cabia um herdeiro na terra, hoje mesmo o que pode caber não quer ficar; e o problema não é renda, o problema é gestão da propriedade, o problema é que ele não vai viver só em função da propriedade, quer dizer, que vida ele tem naquela região, e a gente continua reproduzindo um olhar extremamente tradicional do rural brasileiro, que vem da concepção do desenvolvimento, que reforçou muito um apartheid rural e urbano, o rural como um lugar de produção para o urbano, não um lugar de moradia, não um lugar de vivência. Acho que a juventude rural, desde 2000, quando se organiza, o grande tema é este, é como você ter um lugar de vivência no lugar em que você produz, um lugar em que você se sinta em condições de fazer algo além do que simplesmente produzir, em condições ainda bastante difíceis e ainda por cima, com pouca ou nenhuma autonomia sobre o processo produtivo”. (Gestor).

“O Governo tem visto o campo como um lugar de produção e não como um lugar de viver, é por isso que no campo não chega política de esporte, lazer, cultura que a população necessita também para viver. Nós não queremos que o SENAR venha ensinar para a gente apenas a ser empregados, queremos ser empreendedores do nosso próprio negócio, queremos gerar renda e ter acesso as nossas próprias coisas... Hoje os jovens têm orgulho de se afirmarem como agricultores. Há seis milhões de jovens dizendo que querem continuar no campo e que querem ter no campo os mesmos benefícios que existem na cidade.” (Representante de juventude rural).

“Dois temas muito novos no movimento sindical, além da terra e crédito: nós queremos ficar no campo, mas não só pela produção. Os jovens querem educação, esporte, lazer e cultura não apenas como entretenimento, mas como fonte de renda também”. (Representante de juventude rural).

Os jovens rurais também tem o desejo de transformar o campo em um lugar para viver, e almejam fazer isto por meio da obtenção de uma renda (derivada do trabalho no campo), que lhes permitam acessar bens que hoje não conseguem:

“Os municípios rurais até 50mil habitantes, que tem principal atividade a agricultura, quem vive neste lugar vive da agricultura. Meus pais e eu somos deste tipo de município, a gente trabalhava na terra de outras pessoas como arrendatários ou meeiros. A juventude permanece ali pelo desejo de transformar aquele lugar. Nós não queremos ter a mesma vida dos nossos pais e avós, porque nós vimos estas pessoas trabalhando, trabalhando só para comer e sem ter um desenvolvimento. Nós não queremos isto para nós, queremos trabalhar para comer e para vender e ter condições de adquirir outros bens necessários as nossas vidas.” (Representante de juventude rural).

3.4. Sair ou permanecer na terra: o dilema do jovem rural

A difícil realidade encontrada pelo jovem rural, em seu local de origem, faz com que ele considere a possibilidade de abandoná-lo, migrando para outras regiões. As decisões dos jovens rurais sobre migração também podem ser diferenciadas por região do país:

“A situação da juventude rural no Nordeste é muito diferente da situação da juventude rural no Sul. O jovem rural no Nordeste enfrenta muito mais dificuldades que o jovem rural do Sul. No Sul existe uma concentração muito maior de experiências interessantes, nessa região a juventude está mais inserida entre os espaços políticos, de forma que existe espaço para mostrar para a sociedade que os jovens são capazes de desenvolver-se como trabalhadores e desenvolver projetos relevantes... no Nordeste, pela própria história, pelas restrições climáticas, que fazem com que os períodos de seca no Nordeste sejam mais restritivos que na Região Sul, muitas vezes o jovem se vê obrigado a deixar sua terra para sobreviver, mudando-se para outra cidade, outro Estado ou, mesmo, para outra Região. Como consequência, observa-se, no Nordeste, um número grande de jovens que deixaram o campo. Isso faz com que a migração da juventude do campo para a cidade no Nordeste seja proporcionalmente maior que na Região Sul.... Só agora começam a chegar tecnologias apropriadas para contornar parcialmente essas limitações, como, por exemplo, as cisternas de placas com capacidade para prover água para a produção (até então as cisternas estavam dirigidas ao suprimento de água para consumo da família).” (Representante de juventude rural)

“Quando a gente fala do jovem da região Sul, é um outro perfil, com outra característica, com outro projeto pessoal. A questão da sucessão é muito mais presente para este jovem. Aí temos um agricultor minimamente estruturado, em fase de consolidação... Quando se fala do jovem na região Nordeste, aí estamos falando de um jovem que tem ainda um espelho em um modelo que não necessariamente é um referencial de um projeto de vida... Então as vezes ele quer ficar por falta de oportunidade mesmo. Ele enxerga que o meio rural pode lhe oferecer esta oportunidade. E mesmo no Nordeste, há esta dicotomia, de um jovem que já está lá, que trabalhou, que estudou lá, mas sabe todas as dificuldades que historicamente ele vem enfrentando e vai enfrentar. E muitas vezes o modelo familiar diz o seguinte: eu não quero isto pro meu filho...” (Gestor)

“Observa-se que nessa saída de jovens da área rural há uma predominância das moças sobre rapazes, que tendem a permanecer no campo em número proporcionalmente maior que as moças. A exceção dessa tendência observa-se nas áreas de atividades extrativistas, nas quais os rapazes tendem a deixar as áreas e as moças tendem a permanecer em maior proporção. Essas áreas concentram-se nas Regiões Norte (as atividades extrativistas estão em toda a região) e Nordeste (predominantemente nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará)”. (Gestor).

No entanto, a migração para outras regiões não é uma decisão sempre tomada de forma definitiva. O jovem que hoje toma a decisão de migrar, amanhã pode decidir retornar à sua terra de origem. Estes jovens, muitas vezes, são filhos de assentados pela reforma agrária. Estas decisões também variam de acordo com a região em que o hoje vive:

“Os jovens que saem do campo no Nordeste vão e voltam, saem em busca de trabalho em outros lugares e depois voltam para sua terra. Esses jovens acabam envolvidos com drogas para poder cumprir as metas de produção nos canaviais. Os jovens do Sul vão e não voltam, porque em torno das suas cidades existem muitas oportunidades nas indústrias. No Centro-Oeste, os dados do DIEESE mostram que na década de 80 era de 80% vivendo no campo e 20% na cidade e hoje só 16% vivem no campo. No Centro-Oeste há uma grande evasão de jovens sem perspectiva de volta principalmente nas regiões de Goiás e Mato Grosso do Sul.” (Representante de juventude rural).

Por exemplo, tomando-se o caso do Piauí, dependendo da região do Estado tem-se um fluxo migratório para São Paulo, tem-se um fluxo migratório para Brasília, tem-se um fluxo migratório para o Norte, sobretudo para o Pará. Em geral, esses jovens que saem passam tempo fora, mas voltam constantemente e permanecem indo e voltando. Em muitos casos eles acabam construindo uma casinha ao lado da casa dos pais, no lote do assentamento, tornando-se um agregado da reforma agrária. Ou seja, o sentimento de vinculação não diminuiu, mas sim a visão que o jovem tem da possibilidade de construir ali uma vida diferente dos pais, com melhoria das condições de vida, sobretudo a condição econômica. Ou seja, a força que o impele a sair está mais relacionada com sua perspectiva de futuro do que com uma rejeição a ficar. (Gestor)

Um dos fatores que impulsionam a migração para as cidades é a busca de educação. No entanto, há ainda outros fatores, como explica um dos entrevistados:

“A migração definitiva do jovem do campo para a cidade é impulsionada pelas limitações que ele encontra na área rural, por exemplo, ele sentir que na área rural não tem a escola adequada, as dificuldades para acesso à internet e à comunicação de qualidade (muito embora quase todos já tenham telefones celulares, nem sempre se tem cobertura de qualidade e em todos os espaços), as limitadas opções de lazer, etc. A percepção do jovem é que na cidade ele teria acesso ao estudo e a essas outras coisas, sem perceber que pela sua trajetória de vida, sua formação e sua qualificação ele terá dificuldade de se incluir na sociedade urbana... É comum que a moça ou o rapaz auxiliem nas tarefas de produção da família, por exemplo, plantando e colhendo os produtos cultivados ou participando de outras atividades produtivas, porém, o responsável pela comercialização dessa produção é o chefe da família, que também retém a renda obtida. O jovem que participou da produção, seja o rapaz ou a moça, acaba não tendo acesso à uma renda própria que possa ser usada para satisfazer suas próprias necessidades e desejos... Essa situação de ter o pai como a pessoa que sozinha determina como serão as coisas, o que vai ser feito com o dinheiro, etc., torna-se bastante frustrante para o jovem. Outro fator determinante para a saída do jovem do campo, tanto moças quanto rapazes, é a discriminação. Mesmo na escola percebe-se que a juventude do campo é tratada de forma diferente. Essa sensação de exclusão frente à sociedade urbana é um dos fatores que impulsiona o jovem rural a querer deixar o campo, urbanizar-se, e passar a ser parte da sociedade urbana.” (Representante de juventude rural).

O acesso à terra, uma das principais demandas do jovem rural, é considerado por muitos entrevistados como um fator extremamente relevante para a permanência do jovem no campo, por ser uma condição fundamental para o acesso a todas as demais políticas públicas relacionadas à agricultura familiar. Também a educação, uma das principais demandas, é considerada como fator que favorece a permanência do jovem rural em sua terra de origem:

“[Um aspecto importante sobre o] acesso à terra, diz respeito ao Crédito Fundiário, ao INCRA e a outras iniciativas pontuais que existem até mesmo fora do Governo, que precisam partir da compreensão que para o jovem rural, ter a terra no seu nome, é muito importante para abrir uma grande porta para praticamente todas as políticas públicas. Para quem não é dono da terra o acesso a quase todas as políticas públicas, aí incluídos créditos, financiamentos, fica inviabilizado pois seu acesso depende de ser proprietário de terra”. (Gestor).

Na próxima seção, começa-se a analisar as políticas atualmente existentes, de acordo com a avaliação feita por gestores e representantes de juventudes rurais.

3.5. As Políticas de Desenvolvimento e as Demandas dos Jovens Rurais

Nas entrevistas realizadas, os gestores das diversas políticas foram generosos em apontar necessidades de ajustes, considerando as demandas deste grupo social. Por exemplo, um dos entrevistados começou a discorrer sobre as políticas existentes afirmando:

Sabemos que [a política] não vai dar conta de tudo. Estamos falando de uma família que tá lá numa região de extrema pobreza, que historicamente não teve oportunidade, e que dá conta de dar um prato de comida pra família, ao longo do dia, que tem dificuldade de acesso à água, problemas climáticos os mais diversos, e nós vamos chegar com uma política para dizer a ele: “olha, aqui é o melhor lugar para você ficar; por que lá nos centros urbanos, o que você vai fazer?” (Gestor)

As contribuições apresentadas pelos entrevistados, em relação às políticas de acesso à terra (programa de reforma agrária e programas de crédito fundiário); e às políticas de apoio à exploração produtiva (programa de crédito rural; e programas de assistência técnica e extensão rural) são apresentadas a seguir, por política/programa específico.

3.6. Políticas de Acesso à terra

O que influencia (positiva ou negativamente) a busca pela terra, por parte do jovem rural? Na visão dos entrevistados

“O jovem rural busca sua própria terra para poder concretizar sua ânsia de liberdade, pois, no caso daqueles que são filhos de proprietários de terra, eles são muito limitados pelo controle exagerado dos pais nas decisões sobre o uso da propriedade, no que tange ao que plantar, ao que criar, os modos de produzir, etc. As decisões tomadas pelos pais nem sempre coincidem com as decisões que os jovens tomariam. A realidade da agricultura que forma o conhecimento do pai não é a mesma do jovem que estudou e que está mais “atenado” sobre técnicas mais modernas de produção, sobre a dinâmica mercado e dos consumidores, etc. Essa diferença cultural faz com que esses jovens alimentem o desejo de ter sua própria terra para satisfazer sua ânsia de aplicar seus conhecimentos e convicções nas decisões sobre o uso da propriedade. Esse acaba sendo o principal fator que leva o jovem a querer ser proprietário de terra.” (Gestor).

“São vários os fatores que influenciam negativamente a juventude rural na busca pela propriedade da terra. A ideia que a atividade rural não é um bom negócio e que a vida na cidade é melhor (na cidade estão as manifestações culturais, o cinema, a televisão, a internet, etc.) estão entre esses fatores. O meio urbano oferece mais oportunidades de socialização, especialmente se o jovem rural não faz parte de um grupo, do sindicato, da cooperativa, etc. Acaba-se criando a ideia de que o campo é o “atraso” e a cidade a “evolução”... Outro fator importante é a discriminação: já existe um grau de discriminação nos órgãos públicos, nos agentes financeiros para aquele que é rural. Essa discriminação acentua-se com respeito ao jovem rural: quando apresenta uma proposta o jovem é olhado com desconfiança no sindicato, ..., no agente financeiro, etc. Mesmo estando explícita a prioridade para a juventude nas políticas de acesso à terra. Essa mesma atitude de desconfiança se vê na hora da comercialização do seu produto seja, por exemplo, quando oferece seus produtos aos supermercados, seja mesmo nas feiras livres, o jovem frequentemente é tratado com desconfiança. Essa discriminação é um dos grandes fatores negativos e é notada, principalmente, com relação aos jovens na faixa de até 25 anos de idade, mais ou menos.” (Gestor).

“Um dos atrativos fortes para a juventude buscar ter sua própria terra é a perspectiva de ter uma renda própria. Isso, no entanto é um tanto contraditório, pois a renda é um dos grandes gargalos da reforma agrária e, de resto, da agricultura familiar...” (Gestor)

Mesmo com tais dificuldades, e algumas de que se tratará a seguir, o jovem rural tem mostrado, sempre que possível, o seu interesse na obtenção de terra. Nesta seção, a visão de gestores e representantes de juventude é apresentada, em relação ao programa de reforma agrária, e aos programas de crédito fundiário, mecanismos complementares do PNRA.

3.6.1. O Programa de Reforma Agrária

Uma primeira dificuldade (não específica do jovem, mas sim das próprias características do programa), é a questão da obtenção da terra a ser concedida aos assentados, por desapropriação ou por meio do uso de terras públicas ainda sem destinação. Como já foi mostrado neste trabalho, quando se falou sobre a participação de famílias no programa, nos últimos três anos esta vem caindo sensivelmente, isto é, um número menor de famílias tem logrado acesso à terra pelo programa.

O **Quadro 3** apresenta, de forma resumida, as principais razões para esta tendência, segundo um dos gestores entrevistados. É importante observar que a questão de valorização de terras (mencionada como dificultando a reforma agrária), em princípio também afeta o programa de crédito fundiário⁵.

Quadro 3: Causas da redução em participação no programa de reforma agrária, segundo os entrevistados.

Causas da redução em participação no programa	Descrição do problema
Redução da demanda por reforma agrária	Nos últimos 10 anos, o número de famílias assentadas foi bastante grande, reduzindo a pressão dessa demanda por assentamentos, em que pese ainda a existência de milhares de famílias não atendidas.
Baixa organização da demanda existente	A maior parte dessas famílias, por não estarem vinculadas a algum movimento social, acaba ficando menos visível. A relação com os movimentos sociais (CONTAG, MST, FETRAF e outros menores) é que pressiona a RA. Quando essas famílias sem terra não estão vinculadas aos movimentos, elas acabam ficando imperceptíveis aos olhos do Estado. Os acampamentos de beira de estrada das famílias vinculadas a esses movimentos reduziram-se substancialmente, diminuindo a pressão que prevaleceu durante as últimas décadas. Portanto, de fato reduziu-se a demanda visível por acesso à terra.
Complexidade do processo de desapropriação onerosa	No caso de desapropriações onerosas (aquelas que são pagas pelo INCRA) decisões legais criam maiores dificuldades para desapropriações, em resposta a reações dos proprietários de terra, que têm recorrido cada vez mais ao judiciário contra os processos de desapropriações, estimulados pela verdadeira explosão dos preços de terras no Brasil. Um processo de desapropriação que até pouco tempo se concluía em 10 meses, hoje demora 2 anos ou mais para ser concluído.
Exigência legal de juros compensatórios sobre a desapropriação de terras	O pagamento das desapropriações é feito com TDAs, resgatáveis em até 20 anos. A justiça entende que são devidos pagamentos de juros compensatórios sobre as parcelas do pagamento. Esses pagamentos tem um impacto significativo, consumindo grande parte do orçamento de reforma agrária do INCRA.
Capacidade orçamentária para realizar desapropriações	Com a exigência legal do pagamento de juros compensatórios, e a valorização explosiva das terras, a questão orçamentária passa a ser um limitador importante, pois com o mesmo orçamento a capacidade de desapropriações reduziu-se substancialmente.
Regularização fundiária na Amazônia	Outra forma de obtenção de terra para RA é o uso de terras públicas ainda sem destinação, sobretudo na Amazônia. Representam áreas muito grandes de terras ditas devolutas, que não o são, pois elas pertencem à União e aos Estados. Em grande parte delas têm-se posseiros históricos que estão ocupando essas terras, mas que não têm o domínio sobre elas (falta de escritura); há agora um grande fluxo de grileiros para ocupação da Amazônia, do Cerrado, sul do Piauí, regiões do Maranhão e Bahia, com a convivência de cartórios, e começa-se a ter “camadas de domínio”, com documentos de propriedade indevidos ou falsos.

⁵ Nos programas de crédito fundiário (PNCF), a questão do preço da terra vem sendo solucionada pelo Sistema de Monitoramento do Mercado de Terras (SMMT), o qual “busca refletir a real dinâmica do mercado, por meio da obtenção de valores de referência para os imóveis financiados pelo PNCF, visando realizar o cálculo do bônus adicional, bem como proporcionar análises da evolução do mercado de terras no Brasil, criando um sistema de gestão e de apoio à tomada de decisão” (IICA, 2012, pg. 14). Este sistema se baseia em pesquisa sobre preços no mercado de terras, realizada periodicamente pela Secretaria de Reordenamento Agrário. A metodologia envolvida no SMMT permite estimar preços praticados e visa “eliminar a alta especulativa do mercado de terras por meio da criação da cultura de negociação do valor do imóvel, o que geraria economia para o governo e para o beneficiário” (IICA, 2012, pg. 14).

Os programas de acesso à terra por meio de reforma agrária foram bastante criticados pelos entrevistados. Há percepções de que a reforma agrária oferece terra sem recursos para sua exploração pelos assentados, o que não atende as suas necessidades. Nesse contexto, o jovem rural seria ainda mais prejudicado. Há pouca informação sobre a presença de jovens nos sistemas de controle destes programas, uma vez que as crianças são incluídas no cadastro como filhos das famílias de assentados, juntamente com os jovens, o que mascara os resultados da política. E existe ainda a crítica de que estes programas não possuem políticas específicas para o assentamento de jovens rurais.

“Verifica-se que os assentamentos, tanto da Reforma agrária quanto do Crédito Fundiário estão, muitas vezes, localizados em áreas muito distantes da sede do município, em áreas com limitações de acesso, de suprimento de água, de solos pobres, etc. A [organização] vê isso como um problema muito sério”. (Representante de juventude rural).

A questão do acesso à terra para os próprios filhos de assentados é mencionada pelos entrevistados. Estes jovens, criados nos assentamentos e partícipes de experiências de mobilização pela terra em que seus pais foram protagonistas, se vêm na situação de reiniciar a mesma luta:

“Acesso à terra a situação é mais grave, há discussão desde o governo Lula, via Incra, sobre linha específica para juventude no PNRA: jovem começa como criança como filho de assentado, depois tem que começar tudo de novo, não se pensou em incluir os jovens que já estão nos assentamentos, em processo de autonomia e emancipação, para garantia de absorção das famílias consolidadas. O acesso pela reforma agrária ainda não foi solucionado. Na reforma agrária, há problemas com a priorização, que beneficia pessoas mais velhas; quando o jovem consegue entrar no sistema ele é o último da fila.” (Gestor).

“Não há, no INCRA, ... nenhum programa especial para priorizar a juventude nos processos de acesso à terra. Como o público da Reforma Agrária é muito heterogêneo, incluindo homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, o jovem que se candidata ... tem que ter o perfil e atender os pré-requisitos como qualquer outro agricultor familiar para ter acesso à terra pela Reforma Agrária...” (Gestor)

Em relação a dificuldades que particularizam o jovem rural, os entrevistados apontam a questão dos critérios de elegibilidade e como estes afetam a seleção de jovens rurais como concessionários da Reforma Agrária:

“Eu não nasci no campo, nasci na cidade e só em 2005 consegui minha primeira terra pelo crédito fundiário (minha primeira terra) junto com mais oito jovens; apesar de ter tentado por desapropriação para reforma agrária, nós, os jovens, não éramos considerados como prioridade neste tipo de assentamento. Até hoje não são. Somente as pessoas de meia idade com família tinham prioridade, os mais idosos não são aceitos porque não tem capacidade de trabalhar e os jovens só se forem casados e com muitos filhos é que tem alguma chance.” (Representante de juventude rural).

Além dos critérios de elegibilidade, o acesso a outras políticas é também mencionado como um problema para os jovens assentados, o que torna muito difícil a participação deste grupo social em programas de Reforma Agrária. Como consequência, os jovens assentados acabam por deixar os assentamentos e suas famílias, buscando oportunidades por meio de outras políticas (como a de crédito fundiário) ou outra atividade nas cidades:

“O grande problema que a RA vivencia hoje com a juventude rural é que, apesar dos avanços obtidos nesses últimos anos, ainda não se consegue ter, no campo, a oferta dos “serviços sociais” que se observa nos centros urbanos, por exemplo, educação de melhor qualidade, serviços de comunicação, acesso à internet e, também, com grande peso, as opções de fato de se construir uma renda na atividade agropecuária familiar. A produção da agricultura familiar é ainda muito primária,

com baixa agregação de valor, tornando a renda das famílias muito aquém daquela que seria necessária para ter uma vida de melhor qualidade e permitir concretamente uma evolução do seu padrão sócio econômico. Isso ainda inibe um maior afluxo de jovens para os assentamentos da RA... [O resultado] é o envelhecimento dos assentamentos pela saída da juventude. A regra geral é que quando o jovem atinge um nível escolar que não lhe permite continuar os estudos, quer seja no assentamento ou nas proximidades dele, ele sai para a cidade. Assim a população que se encontra hoje nos assentamentos, como regra geral, é uma população adulta tendendo para a terceira idade. Essa é a realidade que os programas do MDA tentam reverter” (Gestor).

Uma consequência importante da falta de perspectivas, trabalho e oportunidades, nos assentamentos – e pouco observada, segundo um dos gestores entrevistados - é que a desesperança leva os jovens ao consumo de álcool e drogas:

“... O acesso a cultura, a lazer, é muito limitado, em que pese a forte identidade cultural e as manifestações culturais, no Nordeste... há um descompasso nos projetos de assentamentos... ...que é o elevado envolvimento de jovens com álcool e drogas nos assentamentos.... Por exemplo, o alcoolismo é um problema gravíssimo, para a desestruturação das unidades familiares. ... Isto é mais concentrado no Nordeste... a experiência que eu vivi no Piauí foi muito impactante. ... as opções de lazer são limitadas; quando não está trabalhando, a juventude tem acesso a festas, aos chamados eventos festivos, onde o álcool, a droga é combustível... no assentamento você não tem acesso a uma quadra de esporte, a um centro cultural, a uma biblioteca, a uma videoteca, você não tem, enfim, o aparato social que permite a este jovem ver que existe uma outra opção além da droga... ela não está mais só no meio urbano, ela se disseminou para o meio rural...” (Gestor).

3.6.2. O Programa de Crédito Fundiário

Outro programa de acesso à terra avaliado pelos entrevistados é o chamado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Este programa recebeu comentários positivos de praticamente todos os entrevistados; alguns destacaram o que seriam limitações do programa: a escolha do imóvel, em condições inadequadas, por pressões das famílias; e a limitação de área para novos beneficiários. Ajustes feitos no programa, desde sua concepção, e necessidades de ajustes atuais, no processo de gestão e execução do Programa, mereceram contribuições de vários entrevistados⁶.

A adequação do PNCF às necessidades dos jovens foi assim comentada:

“Já o crédito fundiário é melhor acessado pelos jovens. Os indicadores do Programa indicam muitos acessos por jovens. Todavia, um gargalo é o financiamento da produção, uma vez obtida a terra.” (Gestor)

“O crédito fundiário é o mais acessado, mas também tem limites, a mudança necessária para a juventude não pode ser atendida pelo Programa. A limitação do PNCF é o tamanho da área possível para atender todos os jovens. CF só atende áreas em regiões em que não se possa mais realizar RA, em áreas residuais, não se está falando do que ainda tem de fronteira efetiva. Só o crédito fundiário não vai dar conta [da demanda] de jovens.” (Gestor)⁷

⁶ Observe-se que os entrevistados estavam se referindo às condições do Crédito Fundiário anteriores a abril de 2013, quando foram introduzidas profundas mudanças no Programa, que passou a contar com uma linha específica de financiamento de imóveis para jovens rurais de 18 a 29 anos.

⁷ Um reparo é necessário a esta limitação: embora seja verdade que o PNCF não possa realizar financiamento de imóveis potenciais para reforma agrária (um dos critérios de elegibilidade dos imóveis é que estes não sejam passíveis de desapropriação), não há qualquer outra limitação em tamanho de área total de financiamentos do programa, a não ser aquela relacionada aos recursos financeiros disponibilizados para a compra de terras. A escolha dos imóveis, atendidos os critérios de elegibilidade, é dos beneficiários e a compra se dá no mercado de terras.

“O PNCF se mostra uma ótima alternativa para o jovem, os jovens tem conseguido pegar empréstimo para pagar a longo prazo, o que demonstra o interesse da juventude para permanecer no campo produzindo.” (Representante de juventude rural).

Apesar de todos os comentários positivos sobre o programa, os entrevistados também apontaram necessidades de ajustes:

“Os estudos técnicos para o assentamento, em geral, são feitos por uma comissão, formada muitas vezes por membros de fora do local do assentamento, que não conhecem bem a realidade daquele local. A [organização] tem se empenhado para fazer com que as análises das áreas propostas para os assentamentos comecem exatamente por esses critérios. Muitas vezes, porém, a ansiedade dos postulantes à terra fica acima da racionalidade e a própria comissão se vê impelida a concordar com o assentamento em áreas inadequadas pela pressão das próprias famílias...Os maiores problemas em relação à questão de localização dos assentamentos são observados nas áreas do PNCF, pois pela maior autonomia das famílias, elas têm mais peso na decisão e, muitas vezes, a ansiedade para obter a posse da terra se sobrepõe à racionalidade na escolha.”(Representante de juventude rural).

É interessante notar também que parte das dificuldades que o jovem rural enfrenta, no programa de crédito fundiário, é oriunda do próprio grupo (associação ou coletivo) de agricultores familiares:

“... quando da formação de grupos para aquisição de terras no PNCF, embora a política de crédito fundiário não faça qualquer diferenciação com respeito à situação marital, é comum que o grupo dê preferência aos candidatos já unidos maritalmente em detrimento dos candidatos solteiros. Ou seja, mesmo entre os candidatos ao crédito para acesso à terra, não é incomum que se discriminem os jovens rurais solteiros. Quando a demanda por terras é muito alta relativamente à disponibilidade de recursos, esse critério pode até ser defensável, no entanto em muitas situações esse não é o caso e ainda assim esse critério é aplicado.” (Gestor).

As jovens rurais enfrentam ainda mais dificuldades, para acesso à terra por meio do crédito fundiário, do que os jovens rurais:

“Existe um viés mais forte com relação às moças, pois os critérios de elegibilidade que caracterizam o trabalhador rural tendem a ver esse último como aquele faz o trabalho braçal, de abrir a terra para a roça, de plantar, etc. Muito embora a mulher participe dessas tarefas, principalmente no que tange à produção pecuária, ela tende a ser vista como auxiliar e não como a capaz de fazer o trabalho mais braçal. Essa visão, embora errônea, desfavorável às moças, prevalece até mesmo entre as comunidades rurais. Em que pese esse viés, existe uma importante participação de moças nos grupos de jovens, mesmo em posição de dirigentes. Existem bons grupos de juventude dirigidos por moças, mas se é fato que ser jovem nesse contexto representa uma restrição, ser jovem e mulher representa uma dupla restrição.” (Gestor).

O processo burocrático pelo qual o jovem tem que passar, para a obtenção de terra nos programas de crédito fundiário, envolve muitos atores e etapas, com exigências de documentação e de elaboração de projeto técnico e avaliação destes por um agente financeiro, e de todo o processo, por conselhos municipais e estaduais, além da fiscalização rotineira do MDA. Este processo começa pela divulgação de informações e termina na negativa ao pedido do jovem, ou em sua aceitação. Na entrevista a um dos gestores, solicitou-se a ele que indicasse as principais dificuldades que se apresentam ao jovem, em cada uma destas etapas, e como o programa poderia ser ajustado, para que estas fossem reduzidas ou mesmo eliminadas. Suas respostas são apresentadas no **Quadro 4**.

Quadro 4: Dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, em pontos selecionados do processo de obtenção de terra pelo PNCF, segundo Gestor entrevistado.

Etapa do processo	Dificuldade encontrada pelo jovem rural
Divulgação do processo de obtenção de terra	O PNCF ainda não consegue atingir bem a juventude rural, por mais esforço que tenha sido despendido. Os convênios com federações, confederações, os materiais e as atividades de comunicação (vídeos, material escrito, seminários) não conseguiram atingir grande parte da juventude. Em particular, temos muitos grupos perdendo os recursos do selo dirigido à juventude por desconhecimento de sua existência. Muitos técnicos experimentados, parceiros de longa data do Programa, ao montar as propostas deixam de fazer uso do recurso adicional de juventude. Ainda, para a quantidade de recursos liberados, nota-se pouca quantidade de projetos bons, prevalecendo projetos repetitivos, com pouca criatividade. Esses são indícios que a atividade de divulgação está longe de atingir o público-alvo prioritário desejado.
Seleção de beneficiários	A rejeição aos jovens no processo de acesso ao crédito fundiário tem mais peso nas fases iniciais, nos Conselhos Municipais, e finais, no Banco. Na fase inicial porque, pela força da norma, se a proposta do jovem for aprovada ela terá prioridade na tramitação, razão pela qual, muitas são rejeitadas. Na fase final por problemas de cadastro junto ao banco, pois os jovens não tem histórico de relacionamento com os agentes financeiros e, portanto, não são vistos como bons clientes pelos bancos muito embora, em geral, tenham ficha mais limpa que os pais. Nas etapas intermediárias da tramitação das propostas não se verificam maiores restrições. Melhoria sugerida, nesta etapa: Hoje o jovem que se candidata ao crédito fundiário tem que comprovar que satisfaz os mesmos requisitos que qualquer outro candidato. Por exemplo, ele tem que apresentar a mesma documentação que qualquer candidato. Dessa forma, ele tem que comprovar que possui 5 anos de experiência na agricultura nos últimos 15 anos, além dos demais requisitos de enquadramento na definição de agricultor familiar. Ou seja, existem contradições entre a priorização dada à juventude para o acesso à terra e aquilo que determina a legislação e as normas para qualificar os jovens candidatos ao crédito fundiário. Assim, nesse aspecto, seria necessário adequar as referências normativas do programa.
Atuação de Agentes Financeiros e Prioridades do Crédito Fundiário	Os riscos associados ao crédito para aquisição de terras são do Fundo de Terras e Reforma Agrária e associados ao PRONAF são do Tesouro, ou seja, todo o risco dessas operações são incorridos pela União e não pelos bancos. Assim sendo estranha-se a atitude excessivamente zelosa dos agentes financeiros que, ao aplicar suas normas na avaliação dos cadastros dos beneficiários, interferem nas prioridades de aplicação dos recursos definidos pelas políticas. Por exemplo, a recomendação do Programa é para que propostas de jovens, mulheres e de comunidades negras passem à frente da fila, porém, muitas vezes detalhes pequenos acabam colocando essas propostas no fim da fila.
Gestão do Programa feita pelas UTEs	Os jovens encontram também dificuldades nos trâmites das UTEs. A institucionalidade relacionada com o tema da juventude é muito desuniforme entre Estados: em alguns existe até mesmo a Secretaria Estadual de Juventude, que tem trabalhos importantes vinculados ao crédito fundiário; outros têm também Secretaria análoga, mas que não tem boa vinculação com o Programa. Existem ainda Estados que não têm políticas específicas para a juventude rural e não priorizam o tema e, como consequência o gestor da UTE nesses estados, não incorpora a juventude como prioridade, mesmo sendo esta uma prioridade do crédito fundiário. Esse é, portanto, um ponto importante: fazer com que os Estados absorvam, na prática, essa prioridade do crédito fundiário. Entre as iniciativas com essa finalidade, o MDA tem estabelecido convênios com ONGs para capacitar as UTEs e a Rede de Apoio no sentido de concretizar essa prioridade.
Exploração agrícola do lote	O jovem encontra dificuldades para organizar a exploração agrícola de seu lote porque, via de regra, o jovem é mais inseguro; mais sonhador e menos realizador. Ele tem o sonho, a vontade, mas às vezes lhe falta a prática, o conhecimento mesmo, a vivência do dia a dia. Muitas vezes observa-se uma desvinculação entre o que aprenderam na escola e sua aplicação. Parece haver ainda uma distância grande entre a formação mais teórica e a possibilidade de colocar o conhecimento em prática. Muitas vezes os seus projetos são utópicos e em outras vezes sua visão aproxima-se muito da visão tradicional vigente na sua região. Melhoria sugerida: aproximar o PNCF das escolas-famílias, das escolas agrotécnicas e dos movimentos de juventudes. Já existe uma experiência neste sentido (descrita na seção sobre ATER), que possibilita ao jovem desenvolver um projeto adequado à exploração da terra, enquanto se forma nestes escolas, e mesmo dispensar a ATER, quando conclui sua formação.

É preciso avaliar os motivos para a recusa de projetos de jovens rurais baseadas em risco. Embora parte deste risco signifique dificuldades futuras para os próprios jovens (por exemplo, se a proposta contemplar produção vegetal incompatível com o zoneamento agrícola para a região), há a sensação, por parte de vários gestores, de que a maior parte das recusas deve-se a excesso de zelo por parte dos agentes financeiros. Esta mesma sensação é compartilhada pelos gestores que

analisaram o programa de crédito rural (Pronaf), como se verá a seguir, na seção que examina as políticas de suporte à exploração produtiva da terra.

3.7. Políticas de Suporte à Exploração Produtiva da Terra

Quando o acesso à terra está solucionado (por meio de concessão de terra da reforma agrária ou por financiamento de um imóvel rural), o jovem se depara com a questão de geração de renda a partir desta terra. Entram então em campo duas políticas orientadas a apoiá-lo (assim como a outros agricultores familiares) nesta questão, operacionalizadas pelos seguintes programas:

1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
2. O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER).

Estes dois programas, e a sua adequação às necessidades dos jovens rurais, serão analisados nas seções seguintes.

3.7.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: a experiência dos jovens rurais com o Pronaf

Há duas linhas do Pronaf que podem ser acessadas, atualmente, pelos jovens. O Pronaf Jovem, em que o jovem rural explora parte da terra da família, e ainda mora com ela. As outras linhas disponíveis (que não são específicas para jovens) podem ser acessadas por eles, se tiverem sido emancipados.

Segundo vários gestores entrevistados, o Pronaf Jovem não atende as necessidades de acesso à terra do jovem rural (pois na verdade o que esta linha permite é a exploração de terra que já está no nome da família). Vários entrevistados mencionaram que esta linha seria melhor denominada de “Pronaf Filho”, ao invés de Pronaf Jovem. Verdadeiramente, ela não pode atender, por exemplo, a demanda de jovens rurais que não estejam vinculados a famílias já contempladas com terra.

Esta é uma das razões para que esta linha tenha demanda muito reduzida, em relação a outras linhas do Pronaf (Pronaf B e C, principalmente). Além disto, os agentes financeiros sugerem aos jovens estas outras linhas, conforme um dos entrevistados:

“Os Bancos e mesmo a ATER sempre oferecem Pronaf B e Pronaf C por serem mais fáceis de conceder, porém com valores mais baixos. Mesmo quando o jovem tem conhecimento do Pronaf jovem e elabora um projeto [do Pronaf Jovem] os bancos insistem na mudança do projeto para pegar o Pronaf B ou C. ...O Governo não investiu em informar os bancos e as Emateres sobre o Pronaf Jovem”. (Representante de juventude rural).

Um dos entrevistados mencionou que a linha Pronaf Jovem não tem abertura de novos contratos nos últimos dois anos, por problemas de acordo (nas condições de participação), entre os agentes financeiros e o MDA. Aponta ainda a dificuldade que é o fato de que o jovem (na linha Pronaf Jovem) só toma um financiamento (dos 16 aos 28 anos).

Considerando diversas etapas do processo de obtenção de crédito rural (Pronaf), um dos entrevistados indicou as dificuldades apontadas no **Quadro 5**, como as enfrentadas pelo jovem rural.

Há uma etapa do processo de obtenção que envolve os candidatos ao crédito e os agentes financeiros que não está adequadamente compreendida, com as informações disponíveis,

mesmo pelos gestores do Programa, no MDA. É a etapa que envolve a aceitação ou recusa do pedido de financiamento apresentado pelo jovem rural. Entram aí muitas variáveis que afetam a decisão dos agentes financeiros (por exemplo, riscos, garantias, adequação do projeto proposto, etc.). O MDA termina com a informação dos jovens cujos projetos foram aprovados, mas não tem conhecimento – segundo gestores entrevistados – de quantos jovens aplicaram para o Pronaf, quantos foram recusados e o porquê da recusa. Esta avaliação seria de grande valia para o aperfeiçoamento do Programa, quer em relação ao jovem rural, quer em relação aos agricultores familiares em geral.

Quadro 5: Dificuldades encontradas pelo jovem rural para o obtenção de crédito agrícola, em algumas etapas do processo, segundo um dos entrevistados.

Etapa do processo	Dificuldade encontrada pelo jovem rural
Divulgação do processo para obtenção do crédito agrícola	<p>Em relação à divulgação do Pronaf, esta é realizada de diversas formas (site do MDA, Plano Safra, movimentos sociais, ATER, Sindicatos, etc.). Não existe divulgação específica para jovens. Parte da divulgação poderia ser feita pelos agentes financeiros, mas estes apenas orientam os candidatos ao Programa quando são demandados por eles. Acredita que a divulgação poderia ser melhorada. Para superar dificuldades provocadas pelas distâncias (entre a residência dos jovens e os atores envolvidos), o rádio é frequentemente usado.</p> <p>Há deficiência na comunicação entre formuladores e usuários do Programa, que provoca o desconhecimento das normas operacionais pelos potenciais clientes e entraves no funcionamento do Programa nas agências bancárias, dificultando o acesso dos jovens, por falta de garantias.</p>
Seleção do beneficiário	<p>Neste ponto, os agentes financeiros, se observam indícios de risco, empregam maior rigor, e o jovem pode ser rejeitado por este motivo. Os recursos do Pronaf Jovem são inteiramente do Tesouro Nacional, e neste caso, os bancos não enfrentam nenhum risco. A garantia (aval) é oferecida pela família do jovem. Se de um lado a família tem uma história favorável como tomadora de crédito (o que facilita o crédito ao jovem), de outro se inadimplente prejudica o seu acesso a este crédito. No entanto, a inadimplência no Pronaf é baixa (cerca de 2%).</p>
Critérios e normas de crédito (incluindo elegibilidade)	<p>Estas normas são propostas pelo MDA, em consulta a movimentos sociais, e oficializadas pelo Conselho Monetário Nacional. Entre os critérios de elegibilidade estão a exigência de conclusão de curso técnico ou em escolas de alternância; no entanto, estes critérios isoladamente foram considerados como muito restritivos pelos movimentos sociais, e acrescentou-se que a garantia de assistência técnica ao jovem deveria substituir estes critérios, o que foi aceito formalizado como critério (“... e tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira”).</p>
Elaboração e aprovação do projeto técnico	<p>Este projeto permite a obtenção de crédito para custeio (35%) e investimento (65%). É orientado pela ATER pública ou privada, credenciada pelo Banco. Existem cerca de 13 a 14 agentes financeiros que atuam no processo como um todo. As agências facilitaram o acesso, descentralizando para os sindicatos o processo de elaboração da proposta. Quando há zoneamento agrícola, este interfere na concessão do crédito, em função do seguro (Proagro).</p> <p>Há pouca orientação aos jovens para oferecer projetos de produção, relacionada com a limitada ATER oferecida aos jovens.</p>
Exploração agrícola do lote	<p>Não há informações sobre a exploração agrícola, no caso específico dos jovens. Não há indicadores sobre impactos do Pronaf sobre a produção agrícola (somente há indicadores de inadimplência). Estudo feito sobre tomadores de crédito Pronaf mostra que gerentes das propriedades tem mais de 40 anos.</p>

Muitos gestores consideram, como a maior razão para recusa do pedido dos jovens rurais ao crédito, o risco de inadimplência que poderiam representar. Dois dos gestores entrevistados falam sobre este risco, com perspectivas distintas sobre o tema:

“Mas aí tem outro problema, que envolve os créditos, o que justifica ainda o baixo acesso do Pronaf Jovem; há muita resistência ainda de se pensar em crédito pra jovem; ainda se ouvem técnicos falando como você vai criar o jovem endividado, e não tem o que comprove isto, as experiências mostram o inverso, um pagamento mais ágil por parte do jovem. Tentou-se buscar evidências junto ao Banco Central, com ajuda do CONDRAF, mas não se conseguiu. Que comprovassem porque este medo do risco, mas ele está associado à própria categoria, o jovem é visto como em formação,

não está pronto, é um risco, e tem o outro lado da moeda, ele tem que comprovar formação, os projetos são duplamente checados, se ele está fazendo algo muito próximo do que a família faz, ele não está inovando, se ele faz algo muito diferente, ele está quebrando a tradição da família, e há riscos, de onde vem está ideia de que ele pode fazer algo tão diferente, quer dizer, não tem saída. É um processo que não envolve só melhoria da política, envolve como foi feito no caso do Pronaf Mulher, um processo de sensibilização, formação e capacitação dos próprios técnicos e gerentes de banco, de quem atende o jovem, e dos próprios jovens. É preciso qualificá-lo mais para que ele saiba os seus direitos, conheça os programas e como acessá-los e dialogar com os agentes. Objetivamente, o jovem não é um risco em si.” (Gestor).

“...os jovens têm mais dificuldades para manterem-se adimplentes, pois eles não têm patrimônio, ou seja, têm muitos sonhos e pouca capacidade de investimento. Além da terra, que significa um salto em termos de patrimônio, há necessidade de construir patrimônio produtivo, ou seja, investimentos em matrizes, máquinas, apiários, pomares, poços, açudes, etc. Os beneficiários adultos, em geral, têm outras rendas, seja vendendo sua mão-de-obra fora da propriedade, seja renda proveniente de aposentadoria, de aporte de outros membros da família, enquanto que o jovem normalmente conta só com o que puder obter de sua propriedade. Assim, até que sua base produtiva esteja consolidada, eles enfrentam mais dificuldades para se manter adimplentes.” (Gestor)

3.7.2. O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: a experiência dos jovens rurais com a ATER

A demanda por assistência técnica e extensão rural, junto a famílias com acesso à terra, indica que as políticas de ATER tem muito a avançar, no sentido de atendê-la, seja em termos de cobertura (número de famílias atendidas), como no de qualidade da assistência fornecida.

“.. Então, [a falta de ATER] é um fator limitante para o desenvolvimento pleno da agricultura familiar no Brasil, e que atinge, em cheio, a reforma agrária. Os programas de ATER que foram implantados para assistir à reforma agrária e à agricultura familiar, eles não tem conseguido eficácia e efetividade em razão de dois problemas centrais: primeiro, a forma como o orçamento brasileiro é executado, não consegue estabelecer uma sistemática de pagamentos às empresas e instituições que prestam os serviços de ATER, gerando descontinuidades no processo: uma empresa vence uma chamada pública hoje e passa 3-5 meses e atrasa os pagamentos, isto desmonta o que foi pensado...; e, b) o grande desafio para a academia e institutos de pesquisa é repensar o modelo, temos muito resquícios dos pacotes da Revolução Verde; por exemplo, para financiar projetos [os bancos] muitas vezes exigem definição de quantidade de produtos químicos que serão usados, apesar de haverem algumas linhas que financiam agroecologia, mas isto é exceção. Embora as instituições de pesquisa já tenham uma produção de conhecimentos que pode atender muitas das necessidades da agricultura familiar, existe um distanciamento entre as estruturas de ATER e a de pesquisa, dificultando a inserção dessas tecnologias nos sistemas de produção da agricultura familiar.” (Gestor).

“Estamos pensando em ampliá-lo [o prazo para o projeto de investimento (SIC) no crédito fundiário], para 3-4 anos, para poder haver o acompanhamento técnico da família, para que possamos prepará-la para o acesso ao crédito (Pronaf). O acompanhamento técnico das chamadas, que também prepara para isto. Há um problema real, a falta de ATER. De 140.000 famílias (BT + PNCF), há praticamente 100.000 sem assistência técnica...” (Gestor).

As ações relacionadas à assistência técnica e extensão rural (ATER) foram avaliadas como as menos consolidadas, tanto em termos de agricultura familiar como um todo, como no que se relaciona de forma específica ao jovem rural. Em relação a estes, há uma reflexão, proposta por um dos entrevistados, sobre o tipo de ATER que se deseja para o jovem rural:

“Atualmente há uma dificuldade para o jovem obter acesso a assistência técnica e extensão rural devido a oferta restrita desse serviço capaz de atender tanto o agricultor familiar como o

jovem rural. Essa dificuldade reside principalmente na falta de técnicos em quantidade e capacitação adequada para atender especificamente ao público jovem. Além disso, o atendimento da assistência técnica depende ainda da situação na qual esse jovem se encontra na terra. Se ele estiver em unidade produtiva em seu nome, certamente receberá esta oferta de serviço, não sendo esta a situação ele não terá acesso a assistência técnica.” (Gestor)

“Que AT nós queremos para a juventude? Queremos que o jovem perceba que ele pode ser um empreendedor, e que ele mesmo pode desenvolver o seu projeto, a partir de seus conhecimentos, suas origens, sua experiência, porque afinal de contas nós temos no perfil do público [do programa] muitos jovens que frequentaram escolas agrícolas, e que poderiam estar fazendo AT para suas famílias...” (Gestor)

Por outro lado, a ação de ATER que se tem visto, até o momento, parece muito incipiente para motivar e formar o jovem rural, na visão de outro gestor, que afirma que o próprio jovem poderia ser um agente de assistência técnica e extensão rural:

“A ATER está ainda em construção, não dá nem para falar. A ATER precisa incluir o jovem rural em todas as etapas. Tem que ter, para além da chamada pública que foi feita⁸, é preciso pensar na integralização da formação e capacitação dos jovens dos assentamentos, que possam prestar serviço como assistentes técnicos e serem assentados, pois isto é um grande problema. Se ele está no Pronera⁹, por exemplo, e começa a atuar como técnico, ele tem que se desligar do Pronera, ainda tem questões no manual que ainda atrapalham um pouco esta integração, pois esta juventude poderia ser totalmente integrada no processo de ATER, como técnicos mesmo. Ao mesmo tempo, como qualquer outro produtor, eles também tem problemas e também precisam de AT.” (Gestor).

Um dos gestores entrevistados aponta dificuldades e vantagens que o jovem rural enfrenta, em geral e no processo de obtenção de assistência técnica:

“As dificuldades que o jovem rural enfrenta são de várias naturezas: no processo de obtenção de assistência técnica tem sido tomar a decisão de qual será a atividade de seu projeto na propriedade; no ambiente familiar tem sido sua dependência sobre o que a família pretende produzir na propriedade, a falta de autonomia e de apoio paterno que o impede de colocar em prática seus projetos. ...O jovem encontra ainda dificuldades na elaboração de seu projeto por não dispor de informações e nem ter acesso sobre o que, como produzir e como chegar ao mercado com seus produtos. Sua situação é agravada pelas dificuldades que encontra para obter apoio da ATER na elaboração de seus projetos. Se o jovem conseguir elaborar seu projeto, decidir o que vai fazer, enfrentar as questões burocráticas de acesso ao crédito, tiver garantias para oferecer e, principalmente, convencer a família e implantar seu projeto com recurso de financiamento, daí sim ele será normalmente atendido pela assistência técnica”. (Gestor)

“Ao enfrentar este processo a grande vantagem que o jovem poderá ter será gerar sua autonomia na propriedade e se sentir um membro ativo em sua comunidade, perceber que tem um espaço para viver naquela propriedade e naquela comunidade e poder tirar dali seu sustento e acesso aos bens que sente necessidade. Quando isto acontece sai ganhando a família, o campo onde passa a ocorrer a reprodução da agricultura familiar e o Governo por diminuir a pressão nas cidades, por emprego e moradia. Seria um resultado positivo para as políticas públicas o

⁸ Menção à Chamada Pública de ATER nº 3/2012, de maio de 2012, primeira dirigida ao jovem rural.

⁹ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que tem por objetivos: I – oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento; II – melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; e III – proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (INCRA, 2005).

jovem conseguir realizar seu projeto, receber o acompanhamento da assistência técnica, produzir e colocar no mercado seus produtos.” (Gestor).

Por outro lado, os gestores entrevistados também apontam questões do lado da oferta de ATER, que seriam mais básicas, em sua avaliação. Por exemplo, que tipo de ATER atende as necessidades do jovem rural? E como tratar a ATER para diferentes segmentos da juventude rural?

“Nós não estamos preparados e não estamos dando conta disto. A lei [de ATER] chegou em janeiro de 2010. Mudamos o modelo, avançamos, construímos uma política que trabalha a ATER numa nova perspectiva – ou na mesma perspectiva – mas o importante é que criamos condições mais facilitadas de estruturação e de possibilitar o acesso. Que acontece? A questão da ATER passa por diversos interesses, isto é uma coisa que não vai mudar historicamente no país. Então nós temos segmentos e grupos que vem prestando estes serviços hegemonicamente no país, bem ou mal, e que conseguimos avançar este modelo que se está trabalhando, a partir da lei. Temos inclusive algumas EMATERs que tem feito um serviço fantástico. Outras não. Da mesma forma, as organizações sociais. Na Conferência (de ATER) tentamos trazer o debate para a ATER que nós queremos. Inclusive incorporando a pauta da juventude, sem a qual não se vai avançar. E de fato a gente ainda está engatinhando...”(Gestor).

“Atualmente, não há diferença na assistência técnica para os jovens do sexo masculino e do feminino, contudo deveria haver uma assistência técnica diferenciada por gênero, pois os papéis desses jovens são diferentes no campo e atenção especial e diferenciada deveria ser dada aos sistemas produtivos e processos de produção. Uma Ater de qualidade deveria ser capaz de atender a essas especificidades. Seria uma política positiva de assistência técnica e extensão rural a iniciativa de olhar para o jovem de forma estratificada e que em sua organização houvesse uma Diretoria direcionada aos jovens, pois assim criaria um espaço para um público que é diferenciado.” (Gestor).

Uma das formas de operacionalização da política de ATER consiste nas chamadas públicas de ATER. A primeira Chamada Pública dirigida ao jovem rural foi divulgada em maio de 2012 (ver seção 2.2.1, neste trabalho), pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. Alguns dos entrevistados mencionaram ações alternativas às chamadas públicas, que estão sendo (ou foram) testadas dentro do programa de crédito fundiário, e que são promissoras em termos de qualificação do jovem rural e de sua formação como agricultor familiar:

“Outro avanço seria aproximar o PNCF das escolas-famílias, das escolas agrotécnicas e dos movimentos de juventudes. Chegou-se a discutir com algumas escolas uma experiência com os alunos cujas famílias não têm terra, ou têm, mas que esses alunos não querem voltar a trabalhar na terra da família. Esses alunos teriam uma formação separada dos demais, já ao entrar no primeiro ano dessas escolas, de forma que ao saírem da escola, 3 ou 4 anos depois, já teriam sua própria terra. Além disso, durante seus anos de escola, seu trabalho de curso, que em algumas dessas escolas é chamado de “projeto de vida”, já seria o projeto de desenvolvimento de sua terra. Uma experiência piloto nessa linha já está no seu terceiro ano, com 3 (três) grupos em andamento que, ao terminar o curso, já estarão com a área adquirida, sendo desenvolvida em parceria com uma escola da Fundação Santa Ângela, localizada em Pedro II, no Piauí. O primeiro grupo, denominado “Projeto Paraíso”, tem 14 jovens que hoje desenvolvem muitas das atividades da agricultura familiar: suinocultura, caprinocultura, apicultura, apoiado por outras tecnologias, como biodigestores (produzindo biogás), um abatedouro coletivo para pequenos animais, etc. Boa parte desse grupo também atua como assessores técnicos, acompanhando grupos de assentados do PNCF ou de outros agricultores familiares, alguns prestaram concurso para o órgão estadual de ATER (3 entre os 14)...Essa experiência parece oferecer um desenho que vale a pena insistir, pois os jovens participantes têm tempo suficiente para pensar e fazer a seleção de

atividades, discutir e amadurecer na escola durante 2 ou 3 anos, combinando o aprendizado e aplicação dos conhecimentos nas atividades escolhidas. Mesmo que não se possam atingir muitos jovens de início, pode-se pensar que ao longo do tempo se provoque um efeito multiplicador. ...Com relação à ATER, os jovens envolvidos nessa experiência dispensaram a assistência técnica, sendo eles os responsáveis pelos seus projetos e, ainda, assistindo outros beneficiários e agricultores familiares, seus vizinhos....” (Gestor).

Finalmente, embora reconheça as limitações da ATER nos projetos atuais, um dos gestores aponta os grandes benefícios que uma política correta de assistência técnica e extensão rural traria:

“Os projetos para a juventude rural tem outras características para as quais a ATER não está preparada e as suas próprias carências a impedem de contemplar com assistência técnica adequada essas especificidades dos jovens rurais na realização de projetos que promovam: o intercâmbio entre diferentes comunidades para que os jovens percebam as diferentes realidades; reuniões comunitárias; atividades de lazer, atividades de fim de semana; grupo de jovens; formação, treinamento e capacitação para atividades rurais específicas. A incapacidade de promover este tipo de ações, de natureza distinta dos aspectos produtivos de uma propriedade, por parte das entidades de assistência técnica e extensão rural, tem criado obstáculos ao desenvolvimento do jovem rural... Uma política acertada de ATER especificamente direcionada para os jovens traria vantagens para todos. Há um grande desafio para a ATER que é olhar para todos estes aspectos e atualmente a ATER realiza um esforço de promover a intersectorialidade de ações para atender a esse público jovem, fazendo acordos com outras instituições para atuarem em suas áreas específicas – educação, cultura, esportes, lazer, saúde etc. A ATER pela sua origem, no seu conceito e em suas definições tem que olhar para todos esses aspectos. Atuar de modo a compreender a política territorial – territórios da cidadania, olhar regionalizado – e contribuir para se avançar na compreensão dessas dificuldades e demandas que o rural tem e não são tratadas. Esse seria um esforço de fazer conexões, chamar os outros parceiros para tratar os sistemas que são deles.”

3.8. As Políticas do MDA: Legitimação, Integração, Capacidades e Prioridades

Ao refletirem sobre as questões propostas por este trabalho, os entrevistados muitas vezes mencionaram aspectos que extrapolavam os limites da política que estava sendo analisada, e que seriam aplicáveis a ação do órgão público como um todo. Esta seção trata de apresentar suas avaliações sobre estes temas.

Estes aspectos podem ser categorizados como:

- i. Legitimação social do jovem rural, como público-alvo de políticas públicas;
- ii. Necessidades de integração entre políticas de responsabilidade do MDA/Incra e destas, com políticas externas (de outros Ministérios);
- iii. Capacidade interna, no MDA, para condução das políticas de desenvolvimento rural;
- iv. Demandas dos jovens rurais e prioridades, para as diferentes políticas.

O reconhecimento social do jovem rural, como um ator que enfrenta situação de vulnerabilidades, para seu desenvolvimento social e econômico, e que portanto, deveria ser considerado como grupo social a merecer a ação de políticas públicas, ainda não se pode considerar como institucionalizado, nem na sociedade como um todo, e nem mesmo dentro do MDA, segundo os gestores entrevistados:

“... é difícil o reconhecimento da categoria “juventude” como uma categoria de direitos. Este é um debate difícil, que ainda não está ganho na sociedade, é ainda uma disputa de entendimento, avançou muito o entendimento da importância da categoria, mas deve-se entender o jovem não só como agente passivo, mas como um agente estratégico especialmente para a construção de alguns temas. A juventude rural é um agente estratégico para este debate. O processo nos últimos dez anos foi difícil. Quem é esta juventude rural, o que ela reclama, o que ela ainda não tem? Isto ainda é um processo duro de convencimento na sociedade, mas o governo está avançando de forma cumulativa neste entendimento, com respostas mais diretas à pautas da juventude, por todos os Ministérios.” (Gestor).

“E temos o Ministério. E como a juventude rural tem sido, desde 2003, incorporada no tema da pauta central do Ministério? Criamos uma coordenação de juventude, na Secretaria de Reordenamento Agrário. Com a coordenação, depois da saída do [primeiro] coordenador se tocou a pauta, mas não houve legitimidade dentro do Ministério. Coordenamos o GT do Condraf, com muitas propostas ao Conselho. Quando chegou o governo da Presidente Dilma, a pauta da Contag foi criar uma estrutura para a juventude. E o que foi feito? Foi indicada uma Assessora ... sem a estrutura que precisa dar para o tema. Há um problema de que ainda não se deu para o tema e para a juventude, o que se conseguiu dar para as mulheres, e para as comunidades negras. Precisamos ter um espaço mais estruturante, mais consistente, que dialogue a intersectorialidade, e a integração de ações.” (Gestor)

A falta de integração entre as políticas, e o pouco cuidado na consideração a impactos que uma política pode ter sobre outra, foram mencionados por praticamente todos os gestores entrevistados:

“Acho que não tem uma centralidade no Governo... Se você for olhar no meio rural, a gama de organizações que se inter-relacionam, MAPA, MDA, ... Embrapa, CONAB, CODEVASF, BNDES, DNOCS, Banco do Brasil... quando você pensa uma política... você vê na verdade é que cada um, quando você olha no município, por exemplo, que é onde a vida acontece, é que cada um quer fazer, quer mostrar que faz bem feito, ou que seu projeto é melhor, que sua estratégia é melhor, e acaba você sobrepondo coisas... Vou pegar um exemplo que vai pautar a nossa convivência nos próximos anos, que é o acesso à água...por exemplo, no Piauí, você tem lá FUNASA, CPRM, você tem um programa estadual (PCPR), DNOCS e também INCRA, Crédito Fundiário, todas relacionadas com acesso à água. Em nenhum momento você tem uma discussão geral sobre o [tema], dentro destas instituições, então sai cada um perfurando seu pocinho, fazendo seu açude... então, quando se fala na integração, é você pensar uma estratégia, uma macro estratégia de acesso à água... e acaba você tendo uma pulverização de iniciativas que não se conectam e que se sobrepõem... então você tem, além de um desperdício público, você tem um desperdício do recurso ambiental... isto vale quando você vai para a área de comercialização, a CONAB tá lá, PAA tá lá, ... Há políticas que também não se encontram. ...quando a gente fala que não há centralidade que oriente e que determine, a gente acaba tendo esta pulverização toda...”(Gestor)

“A ATER [oferecida] pela Reforma Agrária, Crédito Fundiário e Secretaria de Agricultura Familiar tem um único cadastro de entidades fornecedoras de ATER, mas as ações de assistência técnica e extensão rural propriamente ditas são dissociadas. Todas têm a mesma lógica, definidas pela Lei Nacional de ATER, mas têm metodologias diferentes. Seguem o mesmo normativo, mas se encontram pouco, normalmente para discutir e alinhar assuntos pontuais como um ajuste em procedimentos, em manuais de fiscalização de convênios, etc., mas não vão a fundo no alinhamento de metodologias, no planejamento de capacitações, etc. Um indicador dessa pouca integração é o fato de entidades especializarem-se na prestação de assistência técnica a um determinado programa, seja [da] reforma agrária, seja [da] Secretaria de Agricultura Familiar ou seja [do reordenamento agrário], poucas são as entidades que assistem os beneficiários dos

três programas. Entre as entidades que transitam bem em todos os três programas estão, principalmente, as entidades públicas de ATER, com todas as suas conhecidas limitações.” (Gestor).

“Como as políticas dialogam entre elas? Na avaliação do Pronaf A, observem que prevê 1500 reais para ATER em quatro anos. Então não viabiliza [a ATER]. Que ATER é esta que o Pronaf permite? E quem analisa o projeto é o Agente Financeiro. A gente está envolvido, mas a responsabilidade é do Agente Financeiro. A gente não tem acesso ao Pronaf A.” (Gestor).

Sobre a ATER, foi ainda mencionado que coexistem diferentes modelos e estratégias dentro do próprio MDA. Tal situação limita a coordenação no Ministério e a formulação de políticas mais integradas. Para sanar essa dificuldade, recentemente foi realizada uma conferência regional e nacional sobre ATER, com a intenção de uniformizar as visões existentes. Os jovens rurais, segundo a entrevistada, não foram representados nesse evento.

Há ainda a questão da integração das políticas de desenvolvimento agrária do MDA, com as políticas de outros Ministérios. Por exemplo, a demanda por educação da juventude rural certamente não pode ser equacionada sem interação com o Ministério da Educação (MEC), as questões sobre saúde necessitam de ação conjunto com o Ministério da Saúde, e assim por diante.

Em relação à Educação, os gestores apresentaram muitas preocupações com a necessidade de que o MDA pudesse orientar determinados programas do MEC para as demandas do jovem rural:

“O MEC demandou que a gente ajudasse na operacionalização do Pronatec¹⁰. O Pronatec é um programa interessante: ... tem recursos, muito recursos... É mais direcionado para o ensino continuado, o Sistema S... Só que ele é um guia muito tecnicista; tem cerca de 300 cursos, alguns cursos bons, como Agricultura Familiar, Manejo de Animais de médio Porte, de Pequeno Porte, Gestão, Agroecologia, mas tem cursos para manicure, mecânico, alfaiate, para o jovem urbano (...). Então a gente está vendo como pega este Pronatec e transforma no Pronatec Campo... associando a formação técnica com elevação de escolaridade...Dentro do Pronatec, hoje, não podem participar as escolas sem fins lucrativos, como as escolas famílias agrícolas. E pra nós a metodologia, ... a forma como tem que ser ensinado, é o que fazem as escolas famílias agrícolas, com a pedagogia da alternância, com todo o acúmulo histórico de educação-cidadã que eles tem... Então a gente tá ... com o MEC, o MEC entendeu, o MEC tem outra lógica para rodar sua política, é mais via Prefeituras, enquanto o MDA orienta sua atuação para os colegiados territoriais, são os conselhos de desenvolvimento rural estaduais, que são espaços de governo e movimento [social]. A nossa prática se difere dos outros Ministérios neste aspecto...”(Gestor).

“Além disto, temos o MEC, com o Pronacampo¹¹, outro problema que a gente está enfrentando. O Pronacampo não é um programa novo, apenas reestruturou alguns programas que existiam dentro do MEC. Há algumas possibilidades que ainda estão travadas pela operacionalização: a

¹⁰ “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. ...A principal novidade do Pronatec é a criação da Bolsa-Formação, que permitirá a oferta de vagas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), também conhecidos como cursos de qualificação. Oferecidos gratuitamente a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, esses cursos presenciais serão realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o SENAC e o SENAI.” (MEC, 2011).

¹¹ “O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), .. vai oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo. ... O objetivo é formar agricultores em universidades e em cursos técnicos para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantir a distribuição de renda. O programa atenderá escolas rurais e quilombolas.” (PORTAL BRASIL, 2012).

questão de apoio às escolas-famílias, a construção de escolas específicas no meio rural, a questão metodológica. Temos um Pronatec; recebemos uma demanda do MEC para mobilização de 30.000 jovens. A gente quer incidir na política. A gente não pode limitar nossa participação neste processo apenas à mobilização. A gente já cometeu este equívoco na época do Fernando Haddad. As pessoas que estão lá (no MEC) não tem a percepção que educação para o meio rural a gente está buscando. E quem tem que dar conta disto é o MEC, nós (MDA) vamos junto, estamos trabalhando a integração das políticas.”(Gestor).

Sobre outros eixos de políticas para atendimento das necessidades dos jovens rurais, foram citados como problemas a pouca ou nenhuma atenção às questões relacionadas à oferta de serviços de saúde para os jovens, a questão do alcoolismo no meio rural, o problema do preconceito existente sobre a orientação sexual dos jovens, gerando em alguns casos pressão sobre indivíduos com orientação diferente da prevalente nas comunidades. Todas estas questões necessitariam não só da ação do próprio MDA, como de outros Ministérios.

A questão da integração de políticas do desenvolvimento agrário está relacionada fortemente à questão da capacidade interna, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para implementar as políticas analisadas neste trabalho:

“O rural não pode ficar só no MDA, é muito pouco, o MDA possui o menor orçamento e apenas 140 funcionários em todo o Brasil ...não há uma estrutura ... Precisa ter um espaço do rural nos outros Ministérios...” (Gestor).

Esta capacidade interna do MDA o induz tanto a parcerias com outros Ministérios, como a parcerias com as chamadas organizações sociais. No caso do consórcio social de juventude, conduzido em parceria com o Ministério do Trabalho, também as organizações sociais participavam. A necessidade de tê-las como parceiras na implementação de ações do Ministério, e as dificuldades que têm sido criadas para sua participação, a partir de 2011, são comentadas por um Gestor:

“No governo, há um problema com as parcerias com as organizações sociais. O consórcio era feito em convênio com as organizações sociais (ancoras) que contratavam outras organizações sociais que executavam o trabalho, em forma de rede, para fazer o processo formativo do jovem. Esta organização foi construída de forma participativa. Depois do último consórcio (dois deles com o Instituto Aliança, um com a Fetraf, dois com a Contag), não se construiu mais nenhum consórcio, e tudo passou para o Juventude Cidadã. Porque este era parecido com o consórcio. Mas o repasse dos recursos era com as prefeituras e aí a relação administrativa era com o município e com o Estado e este subcontratava. Aí ocorreram muitas denúncias, algumas verdadeiras outras não, e resultou no decreto 7592 de 2011, onde se investigou a regularidade de todos os contratos com todas as ONGs, e aí paramos com qualquer parceria com as organizações sociais... O impacto na execução sobre as políticas foi muito grande, porque as parcerias sociais são muito importantes para que o governo dê conta de chegar lá na base, não há capilaridade, não há capacidade operacional. Este processo de mobilização que a gente vive, não é que a gente está estimulando ..., eu digo em casa isto, mas há uma pauta e são eles que tem capacidade de chegar a este público que se precisa alcançar. O problema com as organizações sociais dificultou a continuidade do consórcio, que inclusive havia resistência no Ministério do Trabalho. Então onde nós estamos enfrentando problema: qualificação profissional. A ATER é importante, mas precisa qualificar estes jovens, preparar estes jovens para trabalhar em sua propriedade ou não.” (Gestor)

A pauta de reivindicações sobre demandas de acesso à terra (o que inclui crédito rural e assistência técnica) e de políticas de qualidade de vida, parece ir muito além da capaci-

dade de implementação do MDA, mesmo se as parcerias (com outros Ministérios e com as organizações sociais) pudessem funcionar da maneira esperada. Os gestores entrevistados concluem pela necessidade de estabelecer prioridades, para atender as demandas dos jovens rurais:

“[As] Políticas públicas não vão dar conta de tudo. Elas devem dar condições para que estes jovens busquem autonomia e emancipação. Não necessariamente vão atingir todas as perspectivas que a gente gostaria de atingir, por isto estamos discutindo com eles quais são as prioridades. ... Isto está sendo discutido com os representantes de juventudes rurais. Entende-se o Estado com não apartado da sociedade, deve-se propor de forma mais dialogada o que é possível, sem perder de vista o que se tem lá na frente, o que é o grande papel dos movimentos civis organizados, para que não se olhe só para o cotidiano, não olhe só para o imediato.”(Gestor).

“.. estamos vivendo uma fase de crescimento econômico importante, isto precisa se refletir na vida dos jovens, ainda não se reflete em termos de acesso a lazer, cultura, educação, a renda é bem menor que a de um jovem na cidade, há questões de fundo para enfrentar. Não há uma receita única, exige enfrentamento nacional, mas também deve considerar as diversidades de jovens rurais, e que não pode haver uma resposta única. Que é qualidade de vida em Sobral e em Chuí? São contextos muito distintos. É preciso trabalhar o discurso intergeracional local, não é uma questão só de recursos econômicos, é preciso trabalhar a subjetividade local... Sabe-se o que não é qualidade de vida, qualidade de vida é uma construção. Por exemplo, considerar que para os jovens da região Nordeste, a consolidação das condições de geração de renda com acesso a educação seria (no início) suficiente em alguns espaços, no primeiro momento; para os jovens da região Sul, as necessidades são diferentes (pois eles já tem o acesso tanto à renda como a educação e não estão satisfeitos).” (Gestor).

Em conclusão, as principais demandas dos jovens rurais são acesso à terra, educação e outras políticas de qualidade de vida. São demandas diferenciadas por região e gênero. As migrações acontecem quando estas demandas não são atendidas e o jovem não vê oportunidades futuras no campo. Estas migrações seguem padrões distintos, conforme a região de origem do jovem rural.

Os resultados indicam que as ações dedicadas ao jovem rural consistem, basicamente, na linha de financiamento específica para o jovem rural, no Programa Nacional de Crédito Fundiário, no selo concedido pelo mesmo Programa ao jovem rural com idade de 16 a 28 anos, e na linha Pronaf Jovem. A linha de financiamento para o jovem rural, recém criada, é parte de uma política de desenvolvimento direcionada ao jovem rural, no sentido de uma intervenção mais sistêmica para este grupo social. O Selo Nossa Primeira Terra (concedido pelo PNCF) pode ser melhor descrito como um incentivo para que os jovens rurais acessem a terra nos programas de crédito fundiário. A linha Pronaf Jovem garante recursos financeiros para explorar a terra de seus pais, se concessionários da reforma agrária ou de crédito fundiário, e não atende à sua demanda por emancipação por meio de acesso à terra. Não há ações que beneficiem o jovem rural, por outro lado, no Programa de Reforma Agrária, e os critérios de elegibilidade privilegiam beneficiários mais velhos e com muitos filhos.

Considerando a participação dos jovens nos dois Programas (RA e CF) há indicações de que o PNCF tem sido bem sucedido em atrair os jovens, e que estes têm aumentado sua participação dos programas de crédito fundiário. Devido a dificuldade na obtenção de dados sobre beneficiários do Programa de Reforma Agrária e suas famílias, não foi possível identificar tendência similar (ou mesmo contrária a esta), naquele Programa.

As políticas de suporte à exploração produtiva, uma vez acessada a terra, precisam de aperfeiçoamento. A linha Pronaf Jovem, que é uma iniciativa que poderia atrair o jovem, não está logrando este objetivo, já que este público – seja por motivos próprios ou por indução por outros atores, como os agentes financeiros – tem utilizado outras linhas do Pronaf. Possivelmente, pelo fato de que a linha Pronaf Jovem busca mais um objetivo de capacitação agrícola e no funcionamento do Pronaf – isto é, um objetivo do próprio programa de crédito agrícola – do que um objetivo anterior a este, e de maior valor para o jovem, que é o acesso à terra.

Tanto nos programas de crédito fundiário como os de crédito agrícola, a questão da cobertura dos programas (a proporção do público alvo que procura os programas e que é atendida) não está respondida e necessita de estudos mais aprofundados. Particularmente, as razões para recusas de solicitações de crédito (do agricultor familiar em geral, e do jovem rural, em especial) pelos agentes financeiros precisam ser melhor compreendidas, tanto no que pode significar proteção para a escolha correta em projetos produtivos, como o que pode ser resultante de zelo excessivo, que pode prejudicar o desenvolvimento pretendido pelos programas.

O programa de assistência técnica e extensão rural (ATER) trata de apoiar a agricultura familiar em relação a todos os aspectos de produção e gestão, necessários à exploração produtiva bem sucedida e constitui a terceira condição para o desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar. Ela tem sido oferecida de forma incipiente e insuficiente, até o momento, tanto para os agricultores familiares em geral como para o jovem rural. Os valores de financiamento destinados a esta atividade são reduzidos, e implicam em que ela não possa desenvolver-se com a qualidade que seria necessária.

O reconhecimento social do jovem rural como um ator que enfrenta situação de vulnerabilidade para seu desenvolvimento social e econômico, e que portanto, deveria ser considerado como grupo social a merecer a ação de políticas públicas, ainda não se pode considerar como institucionalizado, nem na sociedade como um todo, e nem dentro do MDA, segundo os gestores entrevistados. A exceção a esta afirmação é a recente criação de linha de financiamento de crédito de terra para o jovem rural.

Observa-se falta de integração entre as diferentes políticas do MDA, tanto de modo geral, como em relação ao jovem rural. As consequências de decisões sobre uma dada política, de um determinado setor ou unidade do Ministério, deveriam ser consideradas, em relação a outras políticas. Da mesma forma, é preciso uma atuação comum para a ação do MDA, em conjunto com outros Ministérios, em ações que impactam a agricultura familiar como um todo, e o jovem rural em particular.

A pauta de reivindicações sobre demandas de acesso à terra (o que inclui crédito rural e assistência técnica), e mais do que isto, de políticas de qualidade de vida, parece ir muito além da capacidade de implementação do MDA.

Estas parcerias podem ser feitas com outros Ministérios, ou com organizações sociais. As primeiras são dificultadas pelas lógicas em geral diferentes dos demais Ministérios, em comparação com a lógica do MDA, cuja execução envolve sempre colegiados e conselhos de desenvolvimento rural (e não as Prefeituras). A parceria com as organizações sociais vem sendo dificultada, desde 2011. *É preciso encontrar alternativas para a superação destas dificuldades.*

4. A Perspectiva do Jovem Rural, Nordeste e Sul do País

4.1. Contexto da Pesquisa de Campo

Nesta seção, são descritos os contextos socioeconômicos, nos municípios/territórios em que a pesquisa foi realizada. Uma breve descrição do município, sua população, e as principais atividades econômicas lá desenvolvidas é apresentada. Destacam-se ainda os assentamentos de reforma agrária e de crédito fundiário, presentes em cada município.

Congonhinhas, Território do Norte Pioneiro, Paraná

O município de Congonhinhas, Paraná, faz parte do Território da Cidadania do Norte Pioneiro. Este Território, segundo o MDA

*“... abrange uma área de 10.502,30 Km² e é composto por 29 municípios: Siqueira Campos, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Japira, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Santa Amélia, Santana do Itararé, Santo Antônio do Paraíso, Sapopema, Tomazina, Wenceslau Braz, Abatiá, Carlópolis, **Congonhinhas**, Jacarezinho, Joaquim Távora, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra e São José da Boa Vista. ...A população total do território é de 312.660 habitantes, dos quais 77.149 vivem na área rural, o que corresponde a 24,68% do total. Possui 17.065 agricultores familiares, 1.147 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,73.” (MDA, 2013a).*

A população economicamente ativa (PEA) de Congonhinhas tem como principal atividade a agricultura, pecuária e produção florestal. Esta atividade é a primeira, em número de pessoas empregadas, com 1.953 pessoas (de um total de 3.977 da PEA). Em segundo lugar, aparece o comércio, com 359 pessoas empregadas.

A predominância da atividade agrícola é também evidenciada por indicadores da produção agrícola e da produção animal, apresentado nas **Tabelas 4 e 5**, respectivamente. Para um município com 8.279 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), o valor gerado pela atividade agrícola e pecuária corresponde a um total de 51.754 milhões de reais e a uma renda per capita superior a um salário mínimo, para todos os habitantes do município.

Os dados das mesmas **Tabelas 4 e 5** indicam, também, uma possível participação importante da agricultura familiar nesta produção, dado que, no conjunto de culturas e de produtos de origem animal, a maior parte deles são característicos de explorações da pequena produção.

Tabela 4: Indicadores da produção animal de Congonhinhas, Paraná.

Produtos	Valor da Produção (R\$ 1.000,00)	Produção (t)	Unidade
Casulos bicho da seda	19	2.459	kg
Lã	2	700	kg
Leite	2.700	3.600	mil litros
Mel de abelha	10	2.000	kg
Ovos de galinha	63	42	mil dúzias

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2010, apud IPARDES, 2012

Tabela 5: Indicadores da produção agrícola de Congonhinhas, Paraná.

Cultura	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Valor da Produção Agrícola (R\$ 1.000,00)
Alho	44	321	7.295	908
Amendoim	3	3	1.000	4
Arroz	130	299	2.300	209
Café (em coco)	700	1.092	1.560	4.095
Cana-de-açúcar	3.150	299.250	95.000	8.678
Caqui	14	85	6.071	40
Feijão	178	165	927	149
Laranja	18	373	20.722	149
Maçã	2	12	6.000	14
Maracujá	3	6	2.000	5
Milho	782	6.762	8.647	1.528
Pêssego	37	87	2.351	157
Soja	14.670	46.210	3.150	23.105
Tangerina	29	58	2.000	23
Tomate	10	300	30.000	450
Trigo	9.000	23.417	2.603	9.371
Uva	3	30	10.000	75

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2010, apud IPARDES, 2012

O município é exemplo de urbanização estreitamente relacionada à agricultura. Dos 1.013 estabelecimentos agropecuários existentes, a maior parte (90,23%), detém a propriedade da terra; os restantes são posseiros, arrendatários, assentados, parceiros (IPARDES, 2012).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a população total de Congonhinhas é de 8.279 habitantes, 58% residindo na área urbana do município e 42% na área rural. A **Tabela 6** apresenta a distribuição do número de famílias residentes, pelo número de membros da família, nas áreas urbana e rural. O Censo de 2010 identificou, em Congonhinhas, o total de 2.464 famílias, das quais 1.493 vivendo em domicílios em área urbana e 971 em área rural.

Tabela 6: Número de famílias nas áreas urbana e rural, de acordo com o número de membros da família.

Tamanho da Família	TOTAL(no. de famílias)		
	Geral	Urbana	Rural
2	875	558	318
3	720	468	252
4	523	318	205
5	221	94	127
+ de 5	125	55	70
Total	2.464	1.493	971

Fonte: IBGE, 2010.

Na **Figura 11** apresenta-se a distribuição das famílias pelas categorias de tamanho, segundo sua localização, na zona urbana ou zona rural.

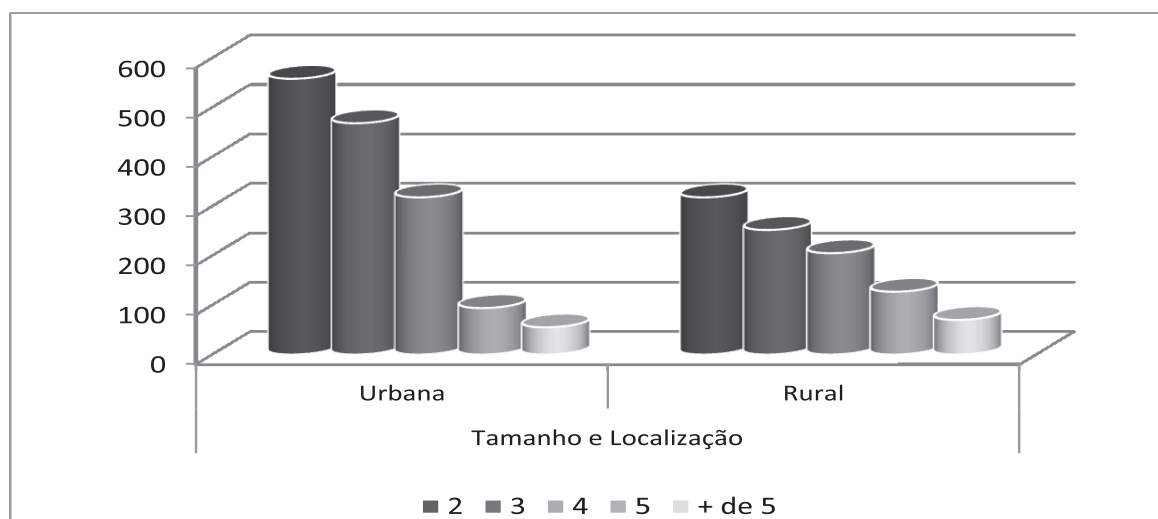


Figura 11: Congonhinhas, Paraná, Distribuição do número de famílias pelo tamanho e localização. Fonte: IBGE, 2010.

Guardada a diferença de escala, chama atenção a similitude das distribuições do tamanho das famílias das áreas urbana e rural, com a ordem decrescente das frequências conforme aumenta o número de membros das famílias, ou seja, há um evidente domínio quantitativo das famílias menores (com até 4 membros) sobre as famílias maiores, de 5 (cinco) membros ou mais.

Outro aspecto interessante dos dados demográficos de Congonhinhas é a distribuição dos habitantes das áreas urbana e rural, por faixa etária e sexo, que permite identificar a parcela de jovens nessas áreas. A **Tabela 7** apresenta os dados demográficos respectivos.

Tabela 7: População urbana e rural de Congonhinhas, por faixa etária

Faixa Etária	TOTAL		
	Geral	Urbana	Rural
0 a 4 anos	540	335	205
5 a 9 anos	623	324	299
10 a 14 anos	746	387	359
15 a 19 anos	806	473	333
20 a 24 anos	627	342	285
25 a 29 anos	556	367	189
30 a 39 anos	1.111	684	427
40 a 49 anos	1.175	606	569
50 a 59 anos	876	486	390
60 a 69 anos	624	419	205
+ de 69 anos	595	410	185
Total	8.279	4.833	3.446

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com os dados apresentados, a população de Congonhinhas com idade inferior a 29 anos soma 2.228 pessoas na área urbana e 1670 na área rural. Considerando apenas a população entre 15 e 29 anos, que mais se aproxima do conceito de jovem utilizado nas políticas fundiárias, encontram-se, respectivamente, na área urbana, 1.182, e, na área rural, 807 jovens. Esses números correspondem, respectivamente, a 24% da população urbana total e a 23% da população rural total.

Na **Figura 12** apresentam-se os dados da população rural de Congonhinhas, por faixa etária e sexo. Em geral, notam-se valores maiores para a população masculina em quase todas as faixas

etárias. As exceções, faixas etárias nas quais as populações masculinas superam as populações femininas, são: 30 a 39 anos, 5 a 9 anos e de 0 a 4 anos. Considerando todas as faixas etárias, a população rural de Congonhinhas apresenta 1.870 homens, para um total de 1.576 mulheres. Esses números põem em evidência o que a literatura tem denominado de déficit de gênero, que na zona rural de Congonhinhas representa 294 indivíduos do sexo feminino a menos que a população rural masculina, ou seja, aproximadamente 16% da população masculina.

Apenas para ilustração, o oposto se verifica com relação à população da área urbana de Congonhinhas, na qual se contabiliza uma maioria do sexo feminino, com 2.467 mulheres e uma parcela de 2.368 homens.

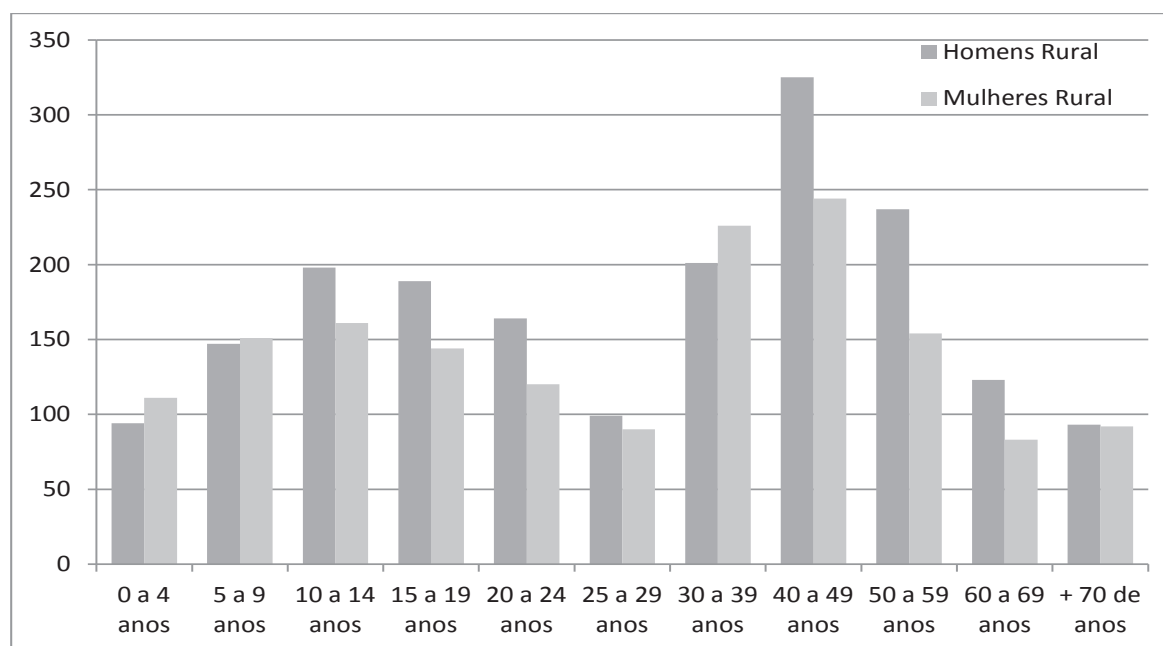


Figura 12: População rural de Congonhinhas, por faixa etária e sexo. Fonte: IBGE, 2010.

Petrolina, Território do Sertão do São Francisco, Pernambuco

O Território do Sertão do São Francisco, em Pernambuco, é descrito assim, pelo MDA:

*“O Território Sertão Do São Francisco - PE abrange uma área de 14.682,20 Km² e é composto por 7 municípios: Cabrobó, Lagoa Grande, Orocó, **Petrolina**, Santa Maria da Boa Vista, Afrânio e Dormentes.... A população total do território é de 434.835 habitantes, dos quais 154.008 vivem na área rural, o que corresponde a 35,42% do total. Possui 17.717 agricultores familiares, 4.694 famílias assentadas, 11 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,72” (MDA, 2013b).*

A região de Petrolina, segundo dados do IBGE, tinha em 2010 uma população de 293.962 habitantes, ocupando uma área de 4.558,537 km² distribuída nos seguintes Distritos: Petrolina, Cristália, Cural Queimado e Rajada; e Povoados: Nova Descoberta, Pedrinhas, Pau Ferro, Massangano, Assentamento São Francisco, Serrote do Urubu, Vila Nossa Senhora Aparecida, Uruás, Cruz de Salinas, Caititu, KM-25, Vila Nova N5, Núcleos de Serviços NS1 e NS2, Núcleos Habitacionais N1, N2, N3, N4, N5, N6, N7, N8, N9, N10 e N11, Centros de Serviços C1, C2 e C3. A população rural representava, naquele ano, cerca de 25% desse total de habitantes.

Em 2010, o Produto Interno Bruto de Petrolina, alcançou a preços correntes, conforme dados do IBGE, 2,88 bilhões de reais sendo o setor agropecuário responsável por 22% desse mon-

tante, Figura 13. A renda média da população urbana era de R\$ 2.577,57 e a renda média da população rural de R\$ 1.032,21. A média de pessoas por domicílio era de 3,64 e 30.872 famílias recebiam o Benefício Bolsa Família. O número de famílias inscritas no Cadastro Único somava 57.719, representando as famílias de baixa renda (IFECT-Sertão Pernambuco, 2012).

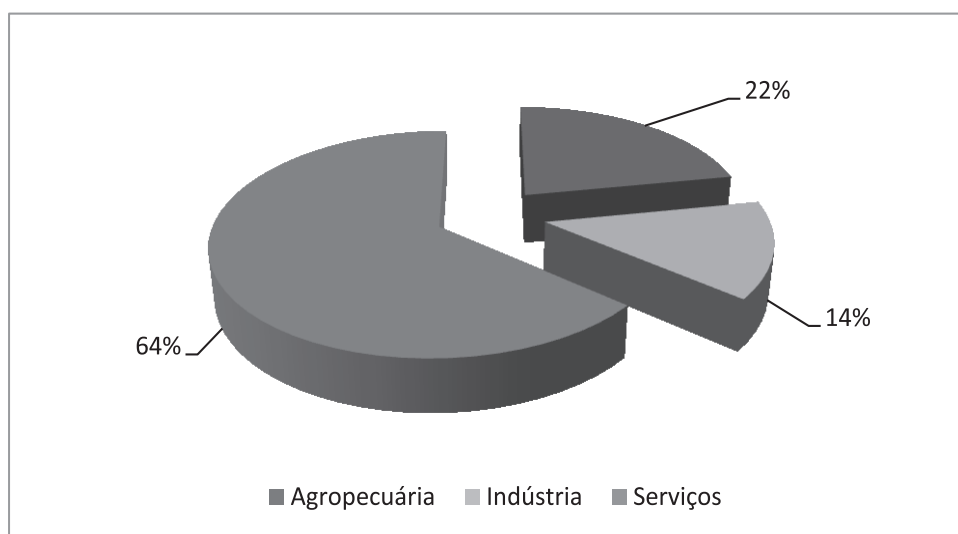


Figura 13: Percentual do PIB total de Petrolina (R\$ 2,88 bilhões), gerado por diferentes atividades econômicas. Fonte: IBGE (2010)

A população economicamente ativa (PEA) de Petrolina tem como uma das principais atividades a agropecuária, com 20,4% dos empregos existentes no município, sendo superada apenas pelos setores de serviço e comércio (Figura 14).

Não foi possível encontrar, nas estatísticas da região, dados específicos para a agricultura familiar; contudo, as atividades agropecuárias descritas a seguir, com exceção da vitivinicultura, são típicas de unidades produtivas familiares.

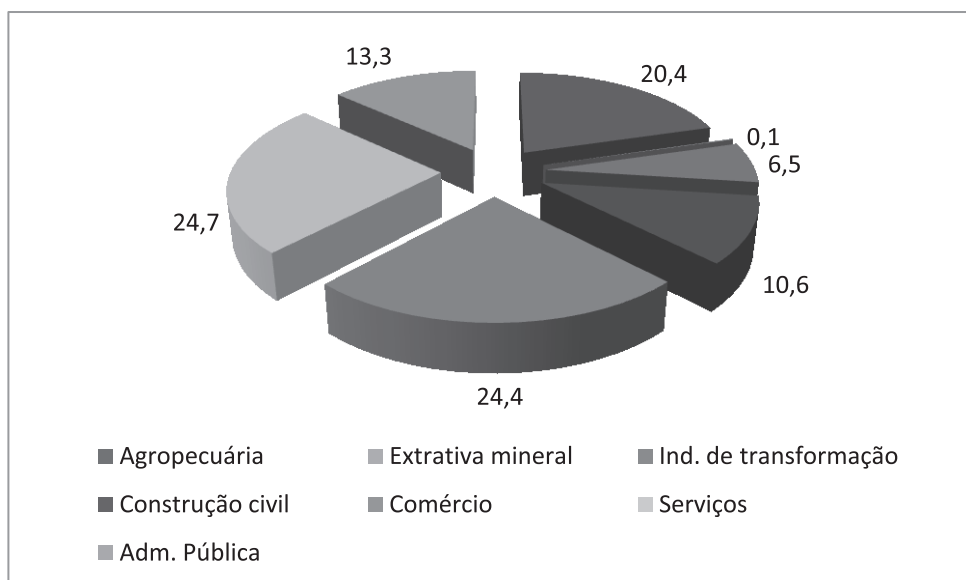


Figura 14: Empregos por atividade formal em Petrolina (em %). Fonte: IFCT- Sertão Pernambuco, 2010.

Embora a região possua um clima seco, as tecnologias adotadas na produção agrícola (com o auxílio da irrigação), tornou-a um polo produtor de frutas tropicais tanto para o mercado interno como para exportação. A adoção de modernas tecnologias possibilitou também a produção de uva e de vinho que transformaram a região no segundo polo vitivinícola do

país. A característica do clima da região favoreceu não apenas a produção de uva, mas também a exploração de outras lavouras permanentes de fruticultura: manga, banana, goiaba e coco. Atualmente a cidade responde por 90% das exportações nacionais de Manga e Uva (Ver **Tabela 8**). O valor da produção dessas frutas na safra de 2010 alcançou 612 milhões de reais.

Tabela 8: Área, produção e valor das principais lavouras permanentes de Petrolina, safra 2010

Lavoura permanente	Área (ha)	Produção (t)	Valor da produção (R\$ mil)
Uva	4.716	141.480	396.144,00
Manga	8.000	160.000	124.800,00
Goiaba	2.380	71.400	49.980,00
Banana (cacho)	2.750	49.500	39.105,00
Coco	13.200	1.500	2.904,00

Fonte: IF CET- Sertão Pernambuco, 2010.

As lavouras temporárias mais produtivas de Petrolina somaram, aproximadamente, 13,5 milhões de reais na safra de 2010; a cebola, o tomate e a melancia representavam 79% desse total ocupando 8% da área cultivada, enquanto que 77% da área plantada com milho e feijão, apenas, detinham 7% do valor da produção local (**Tabela 9**.)

Tabela 9: Produção e Valor das lavouras temporárias, safra 2010

Lavoura Temporária	Produção (t)	Área plantada (ha)	Valor da produção (R\$ mil)	% do total da produção	% do total da área plantada
Tomate	1.440	40	3.024	22,45	0,57
Melancia	6.000	300	2.040	15,15	4,25
Mandioca	5.000	400	650	4,83	5,67
Cebola	4.000	200	5.600	41,58	2,83
Cana-de-açúcar	3.600	120	346	2,57	1,70
Batata doce	1.120	70	493	3,66	0,99
Milho	240	3.000	103	0,76	42,49
Melão	480	30	322	2,39	0,42
Mamona	120	400	134	0,99	5,67
Feijão	270	2.500	756	5,61	35,41
Totais		7.060	13.468	100,00	100,00

Fonte: : IF CET- Sertão Pernambuco, 2010.

Dentre as espécies animais, caprinos e ovinos juntos representaram 73% do rebanho de Petrolina. Em seguida vem a produção de aves com 15% desse total (**Figura 15**).

A produção de leite em Petrolina (3,264 milhões de litros) é pouco expressiva quando comparada à produção pernambucana (480 milhões de litros em 2010). Nesta safra a produção local representou menos de 1% da produção estadual. A renda gerada ao produtor rural, em 2010, foi de 3,198 milhões de reais. A produção de ovos de Petrolina, 446 mil dúzias, tam-

bém é pouco expressiva diante da produção estadual de 147.881 mil dúzias (IBGE, 2010). A renda proporcionada pela produção de ovos aproximou-se de 1,5 milhões de reais (: IF CET-Sertão Pernambuco, 2010.2010).

Estes dados indicam que a produção agrícola, portanto, tem sido mais eficaz do que a atividade pecuária, em geração de renda, no Município.

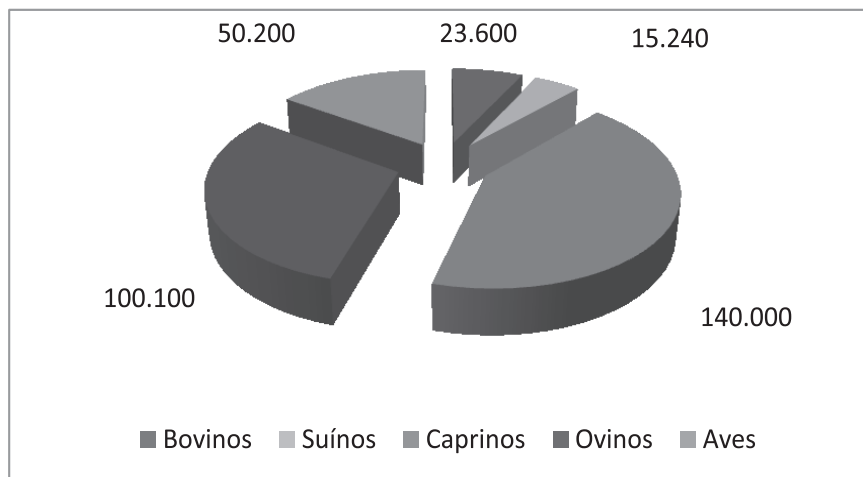


Figura 15: Efetivo dos Rebanhos (em cabeças) de Petrolina em 2010. Fonte: Produção Agrícola Municipal –PAM 2010, IBGE, 2011.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a população total de Petrolina é de 293.963 habitantes, dos quais 75% encontram-se na área urbana do município e apenas 25% na área rural. A **Tabela 10** apresenta a distribuição do número de famílias residentes em domicílios particulares, segmentadas pelo número de membros (componentes) da família, nas áreas urbana e rural.

Tabela 10: Número de famílias residentes nas áreas urbana e rural, de acordo com o número de membros (componentes) da família.

No. de Componentes	TOTAL		
	Geral	Urbana	Rural
2	21.061	16.717	4.344
3	23.265	18.122	5.143
4	19.698	15.192	4.506
5	10.091	7.205	2.886
+ de 5	6.365	3.996	2.368
Total	80.479	61.232	19.248

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com os dados, foi recenseado, em Petrolina, o total de 80.479 famílias, das quais 61.232 vivendo em domicílios na área urbana e 19.248 na área rural. Diferenciando-se de Congonhinhas, Petrolina apresenta-se como um município de porte substancialmente maior e com índices de urbanização notadamente mais elevados.

Na **Figura 16** apresenta-se a distribuição das famílias pelas categorias de tamanho, segundo sua localização, na zona urbana ou zona rural.

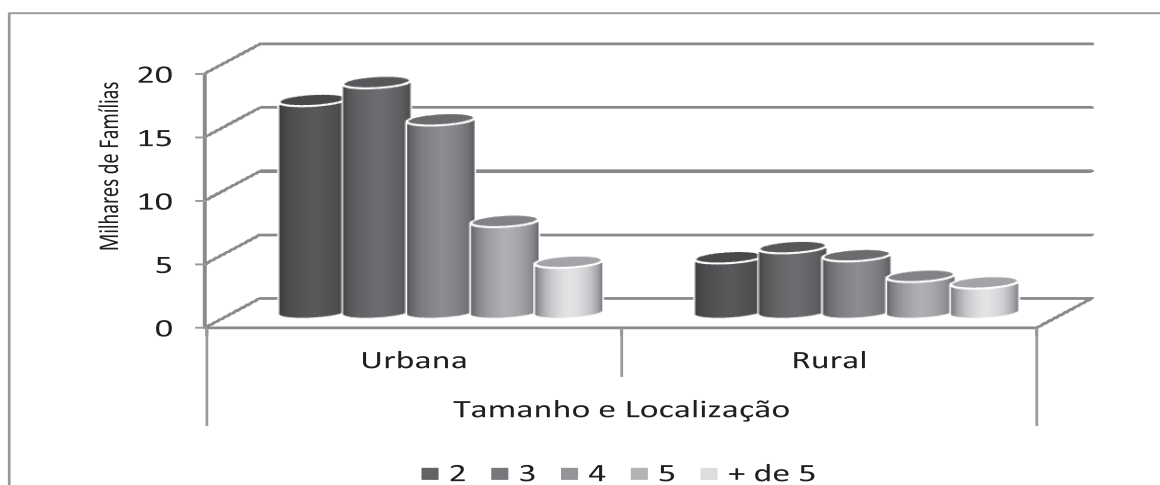


Figura 16: Distribuição do número de famílias pelo tamanho e localização. IBGE, 2010.

Guardada a diferença de escala, chama atenção a similitude das distribuições do tamanho das famílias das áreas urbana e rural, com moda sendo a família de 3 membros, ou seja, havendo um domínio quantitativo das famílias menores, com até 4 membros sobre as famílias maiores, de 5 (cinco) membros ou mais. Comportamento, de certa forma, análogo ao observado em Congonhinhas.

Outro aspecto demográfico interessante em Petrolina é a distribuição dos habitantes das áreas urbana e rural, por faixa etária e sexo, que permite identificar a parcela de jovens, tanto na área urbana como na área rural do município. A **Tabela 11** apresenta os dados demográficos respectivos.

Tabela 11: População urbana e rural de Petrolina, por faixa etária

Faixa Etária	TOTAL		
	Geral	Urbana	Rural
0 a 4 anos	26.521	18.854	7.666
5 a 9 anos	27.305	18.855	8.450
10 a 14 anos	29.797	21.312	8.485
15 a 19 anos	29.004	20.902	8.102
20 a 24 anos	30.504	22.608	7.896
25 a 29 anos	28.180	21.705	6.475
30 a 39 anos	48.815	37.366	11.450
40 a 49 anos	33.973	26.518	7.455
50 a 59 anos	19.550	15.491	4.059
60 a 69 anos	12.158	9.335	2.822
+ de 70 anos	8.156	6.226	1.931
Total	293.963	219.172	74.791

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com os dados apresentados, a população de Petrolina, com idade inferior a 29 anos, soma 124.236 pessoas na área urbana e 47.074 na área rural. Considerando apenas a população entre 15 e 29 anos, que mais se aproxima do conceito de jovem utilizado nas políticas fundiárias, encontram-se, respectivamente, na área urbana, 65.215, e, na área rural,

22.473 jovens. Esses números correspondem, respectivamente, a 30% da população urbana total e, também, a 30% da população rural total. Proporcionalmente, o número de jovens em Petrolina é maior que o número de jovens em Congonhinhas.

Na **Figura 17** apresentam-se os dados da população rural de Petrolina, por faixa etária e sexo. Em geral, notam-se valores maiores para a população masculina em virtualmente todas as faixas etárias. A única exceção fica restrita à faixa etária dos 60 a 69 anos, na qual a população masculina supera a população feminina em apenas 60 indivíduos. Considerando todas as faixas etárias, a população rural de Petrolina apresenta 38.434 homens, para um total de 36.355 mulheres. Esses números põem em evidência o que foi denominado nesta pesquisa como *desequilíbrio de gênero*, que na zona rural de Petrolina representa 2.079 indivíduos do sexo feminino a menos que a população rural masculina, ou seja, aproximadamente 5,4% da população masculina.

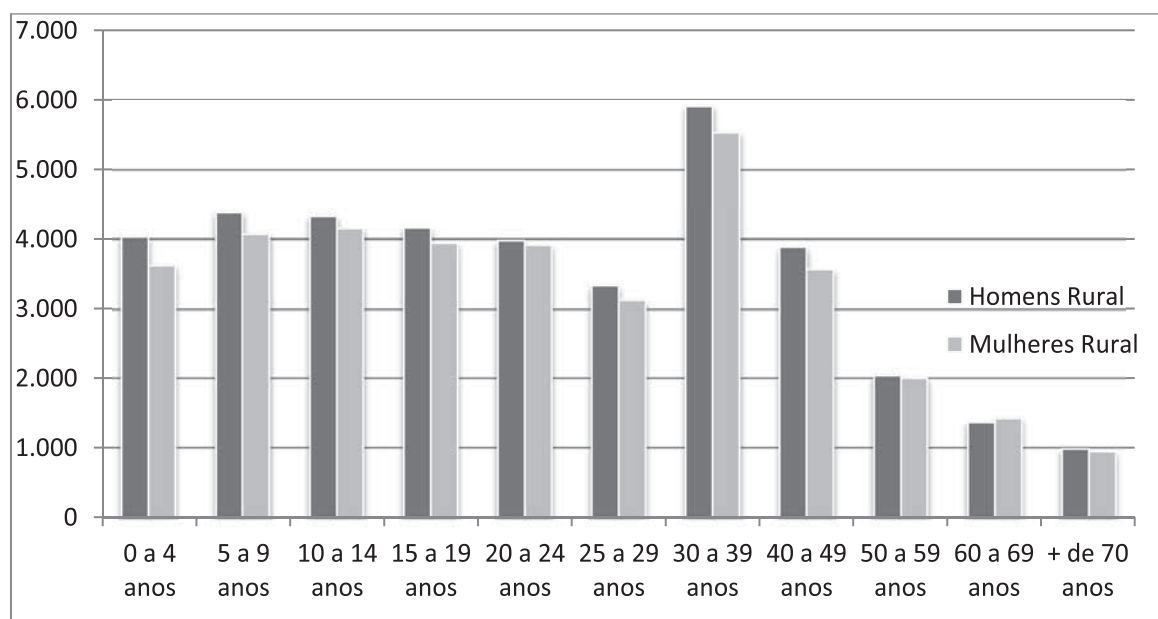


Figura 17: População rural de Petrolina, por faixa etária e sexo. Fonte: IBGE, 2010.

O oposto se verifica com relação à população da área urbana de Petrolina, na qual se contabiliza uma maioria do sexo feminino, com respectivamente 114.354 mulheres, em contraposição a 104.816 homens. A diferença representa um “superávit” de aproximadamente 9% da população feminina urbana sobre a população masculina.

Em conclusão, são observadas algumas semelhanças interessantes, entre Congonhinhas e Petrolina. Além de pertencerem a Estados com elevado índice de atratividade da região urbana (em comparação com a rural), ambas também apresentam a atividade agrícola, pecuária e/ou florestal como importantes na geração de renda. Em Petrolina, a importância destas atividades é relativamente menor do que em Congonhinhas, pois as atividades ligadas a serviços e comércio dividem espaço com a agricultura, naquele município nordestino.

Em termos de riqueza gerada por cada município, Petrolina apresenta valor superior ao de Congonhinhas. As populações de ambos os municípios também apresentam tamanhos diferentes, e Petrolina apresenta índice de urbanização (74,56%) bastante superior ao de Congonhinhas (58,38%).

Uma similaridade importante, entre os dois municípios, quando se observa o tamanho das famílias, nas áreas urbana e rural, é a tendência para redução do tamanho das famílias, mesmo na área rural.

A presença maior de homens no campo, e de mulheres na cidade, são observadas também nos dois municípios. Esta é uma indicação do desequilíbrio de gênero, em cada local de residência, característico de processos migratórios. Comparativamente, o “déficit de gênero” (menor presença de mulheres) na área rural de Petrolina, 5,4%, é substancialmente menor que os 16% de Congonhinhas. Por seu turno, os “superávits” urbanos de gênero (maior presença de mulheres na área urbana) nos dois municípios correspondem aproximadamente a 4% em Congonhinhas e a 9% em Petrolina.

4.2 Amostra final , por município e por programa de acesso à terra

Devido a fatores que serão comentados após a descrição da amostra obtida, a amostra final apresenta valores menores do que a planejada. A **Tabela 12** apresenta estes valores, em número de entrevistados e percentual relativo ao total previsto em cada categoria (35 entrevistados estavam previstos, em cada categoria).

Índices iguais ou superiores a 60% do total previsto foram obtidos, à exceção de Beneficiários do Crédito Fundiário, no município de Congonhinhas, Paraná.

Petrolina teve índices sempre superiores ao do município paranaense – chegando em alguns casos a apresentar 100% das entrevistas planejadas, como é o caso dos beneficiários da reforma agrária.

Tabela 12: Número de entrevistados (beneficiários da Reforma Agrária, do Crédito Fundiário e sem terra), por município; e percentual relativo ao total previsto em cada categoria, por município

MUNICÍPIOS	Número de entrevistados por categoria e por município			% de entrevistados, conforme total previsto por categoria e município (35)		
	Beneficiários de RA	Beneficiários de CF	Jovens sem terra	Beneficiários de RA	Beneficiários de CF	Jovens sem terra
Congonhinhas	22	14	23	62,86	40,00	65,71
Petrolina	35	21	27	100,00	60,00	77,14

*RA=Reforma Agrária; **CF=Crédito Fundiário.

Em relação à população de assentados, e considerando os beneficiários de reforma agrária ou do crédito fundiário, a amostra obtida representou melhor a população do Programa de Crédito Fundiário do que a de Reforma Agrária, visto a superioridade numérica desta última, em relação à do crédito fundiário, nos dois municípios. Observe-se, no entanto, que não se tinha informação sobre a participação de jovens (de 18 a 28 anos), na população total da reforma agrária. Na **Tabela 13** apresentam-se dados sobre a população de beneficiários, a amostra de beneficiários entrevistados e a relação percentual entre elas.

Tabela 13: População (beneficiários), tamanho da amostra e percentual relativo à população, por município.

MUNICÍPIOS	População		Amostra obtida		Relação amostra/população(%)	
	RA*	CF**	RA	CF	RA	CF
Congonhinhas	233	88	22	14	9,44	15,91
Petrolina	635	106	35	21	5,51	19,81

*RA=Reforma Agrária; **CF=Crédito Fundiário.

Os fatores que influenciaram as diferenças observadas entre amostra planejada e amostra final são os seguintes:

1. Em primeiro lugar, um dos focos da pesquisa (permanência do jovem rural no campo *versus* migração para as cidades), já nasce da constatação de que os jovens apresentam-se como uma subpopulação com menor fixação ao meio rural, e elevada propensão a deixá-lo; os dados da Tabela 14 oferecem evidências para esta afirmação;
2. Em muitos casos, a necessidade de localizar os potenciais entrevistados, e uma vez localizados, confirmar sua condição, levou a muita frustração e tempo perdido:
 - a. Em relação a jovens rurais sem terra, que precisavam ser indicados por outras pessoas presentes nos assentamentos visitados, e cuja localização poderia ser concluída ou com a sua ausência do lote, ou com a informação de que não se enquadrava nos critérios de jovem rural (estar atualmente em uma faixa etária de 16 a 28 anos);
 - b. No caso de beneficiários da reforma agrária, havia a informação cadastral sobre nome e localização, mas não sobre idade. De maneira similar ao que ocorria com o jovem rural sem terra, era necessário encontrar beneficiários que se enquadrassem nos critérios, neste caso, que tivessem entre 16 a 28 anos, no ano em que se integraram ao assentamento.
3. A mobilidade temporária ou de maior duração do potencial entrevistado – por viagem, estudo em outra localidade, migração, abandono do lote, venda do lote a terceiros, etc. - foi outro motivo que levou ao insucesso, na localização destes jovens.

Por estas razões, a utilização de bases de dados do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária, contendo os nomes de potenciais entrevistados (e, no caso do Crédito Fundiário, também dados sobre idade), revelou-se muitas vezes insuficiente para localizá-los.

No caso do Crédito Fundiário, em que os entrevistados jovens rurais foram sorteados a partir de dados fornecidos pelo MDA, e no município de Congonhinhas, PR, apenas se logrou entrevistar 15,91% dos beneficiários deste Programa, mesmo tentando localizá-los na lista completa de beneficiários. Para uma ideia um pouco mais precisa da dificuldade, a **Tabela 14** apresenta as diversas situações em que o jovem beneficiário não foi encontrado, no município de Congonhinhas; a **Tabela 15** apresenta estas situações, para o município de Petrolina. Em Congonhinhas, torna-se evidente a elevada desistência ao crédito obtido (abandono, venda do lote, etc.) e ainda a mudança para outras localidades (o que não significa necessariamente desistência do crédito, visto que alguns mantêm o pagamento da dívida) e a transferência informal para outra pessoa. Observe-se ainda que as razões “desistência do lote” e “outro ocupante no lote”, podem ser maneiras distintas de descrever uma mesma razão (que consiste na saída do beneficiário do Programa de Crédito Fundiário).

Tabela 14: Entrevistas previstas, realizadas e não realizadas, e razões pelas quais não puderam ser realizadas, considerando os beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, em Congonhinhas.

Entrevistas realizadas e não realizadas: Situação e Razão	Total de Beneficiários (entrevistados potenciais)	Beneficiários buscados para compor a Amostra (sorteados e substitutos)
Entrevista realizada, com beneficiários listados	10	11,36
Entrevista realizada com ocupantes do lote, que atendiam aos critérios estabelecidos	4	4,55
Entrevista não realizada, Desistência do lote pelo beneficiário	51	57,95
Entrevista não realizada, Beneficiário mora em outro município/ outro local	8	9,09
Entrevista não realizada, existência de outro ocupante no lote, que não atendia a critérios de seleção	8	9,09
Entrevista não realizada, outras razões*	7	7,95
Total Geral	88	100,00

* Outras razões: beneficiário fora do lote (3); beneficiário não conhecido (1), falecimento do beneficiário (1), entrevista marcada em outro local a pedido do beneficiário, que não compareceu (1), recusa em participar da entrevista (1)

Em Petrolina, por outro lado, considerando-se os que desistiram do lote ou não foram encontrados, chega-se a um percentual de 45% dos entrevistados potenciais. Estes resultados indicam maior fixação dos beneficiários à terra, em Petrolina, quando comparado a Congonhinhas. Esta condição permitiu que número 30% maior de beneficiários do Crédito Fundiário (21) fossem entrevistados no município, para apenas 14, em Congonhinhas.

É importante mencionar, enfim, que as Tabelas 14 e 15 só puderam ser construídas pelo fato de que a equipe de pesquisa contava com banco de dados sobre jovens rurais, nos municípios estudados, que atendiam as condições de elegibilidade para participar da amostra. Este banco é que permitiu, em primeiro lugar, que um plano amostral minimamente fundamentado na condição dos jovens rurais, como beneficiários do PNCF pudesse ser estabelecido. Este plano também foi de grande importância para que todas as demais condições da amostra (inclusive os valores totais, por tipo de categoria), pudessem ser definidas.

Tabela 15: Entrevistas previstas, realizadas e não realizadas, e razões pelas quais não puderam ser realizadas, considerando os beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, em Petrolina.

Entrevistas realizadas e não realizadas: Situação e Razão	Total de Beneficiários (entrevistados potenciais)	Beneficiários buscados para compor a Amostra (sorteados e substitutos)
Entrevista realizada, beneficiário listado	13	11,82
Entrevista realizada, morador do lote	8	7,28
Entrevista não realizada, Assentamento em fase de construção	8	7,27
Entrevista não realizada, Assentamento não visitado	31	28,18
Entrevista não realizada, beneficiário mora/trabalha em outro local	17	15,45
Entrevista não realizada, beneficiário não localizado	1	0,91
Entrevista não realizada, por desistência do lote	32	29,09
Total Geral	110	100,00

Sua disponibilidade, portanto, permitiu ainda que a equipe pudesse realizar um trabalho de identificação de razões para a não realização da entrevista, um indicador importante da dinâmica de migração de jovens rurais enfrentada por políticas de acesso à terra. Esta avaliação não pode ser realizada para o Programa de Reforma Agrária, visto que a equipe, neste caso, contava apenas com os nomes e alguns dados adicionais de beneficiários, nos diversos assentamentos localizados nos municípios estudados. Assim, não foi possível saber quantos jovens eram beneficiários (de antemão) nem identificar quantos haviam abandonado a terra.

4.3. Georreferenciamento do acesso à terra do jovem rural

O georreferenciamento foi feito no próprio local da entrevista, conforme descrito na seção sobre metodologia. Os dados do georreferenciamento foram associados aos dados das entrevistas, permitindo conectá-los à situação dos entrevistados frente a políticas de acesso à terra. Estes dados foram ainda integrados a mapas do Google Earth, e são apresentados neste Relatório por município (respectivamente, **Figura 18** (Congonhinhas, PR); **Figura 19** (Petrolina, PE), **Figura 20** (Lagoa Grande, PE). Nestes mapas, a identificação de cada ponto faz referência ao ponto georreferenciado onde ocorreu a entrevista, e à situação dos entrevistado em relação à políticas de acesso à terra: a) beneficiário de reforma agrária; b) beneficiário de crédito fundiário; c) filho de beneficiário de reforma agrária; d) filho de beneficiário de crédito fundiário; e) sem terra (e nenhuma relação com os programas de reforma agrária e crédito fundiário).

Em Congonhinhas, verifica-se que, em sua maioria, os beneficiários do crédito fundiário entrevistados estavam próximos à cidade. No caso de beneficiários de reforma agrária, estes se distribuem em pontos mais afastados, considerando a localização da cidade. Neste município não foram localizados filhos de beneficiários do PNCF.

Em Petrolina, como anteriormente relatado, as pesquisadoras de campo foram orientadas a selecionar os entrevistados a partir das bases de beneficiários da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário assentados no município de Petrolina. No entanto, a Figura 19 indica que alguns destes assentamentos estavam mais próximos do município de Lagoa Grande do que de Petrolina. Ambos os municípios fazem parte do Território do Sertão do São Francisco.

Nota-se ainda, no caso de Pernambuco, a grande distância, visível no mapa, entre os assentamentos onde estão os entrevistados e a cidade de Petrolina. Ainda ao lado da mesma rodovia, um pouco mais distantes de Petrolina, aparecem os três filhos de beneficiários do crédito fundiário, neste município. No caso do município de Lagoa Grande, observa-se uma predominância de beneficiários do PNCF. Lagoa Grande também abriga os demais filhos de beneficiários do crédito fundiário (quatro) que participaram da amostra, no Estado.

Finalmente, apenas dois jovens sem relação com as políticas de acesso à terra foram entrevistados: um jovem em Congonhinhas e um em Petrolina. Neste último caso, o jovem sem terra apresenta-se como um ponto próximo ao de filho de assentado da reforma agrária, no extremo norte da rodovia BR-407.



Figura 18: Mapa com georreferenciamento de entrevistas realizadas em Congonhinhas, Paraná, indicando localização da entrevista e condição de acesso à terra do entrevistado (beneficiários de reforma agrária, beneficiários de crédito fundiário, filho de assentado de RA, filho de beneficiário de CF, sem terra).

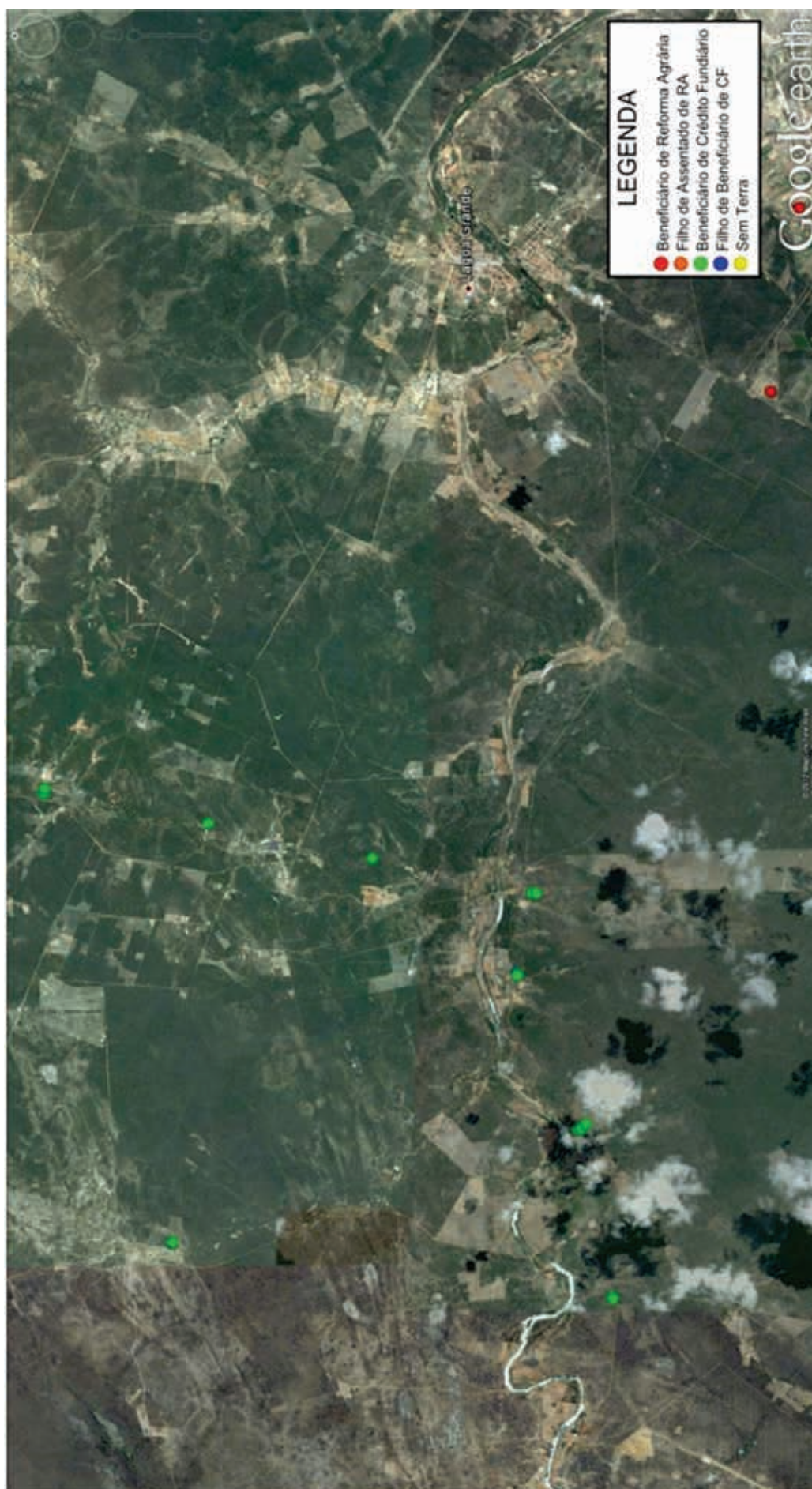


Figura 19: Mapa com georreferenciamento de entrevistas realizadas em Lagoa Grande, Pernambuco, indicando localização da entrevista e condição de acesso à terra do entrevistado (beneficiários de reforma agrária, beneficiários de crédito fundiário, filho de assentado de reforma agrária, filho de beneficiário do CF, sem terra.)

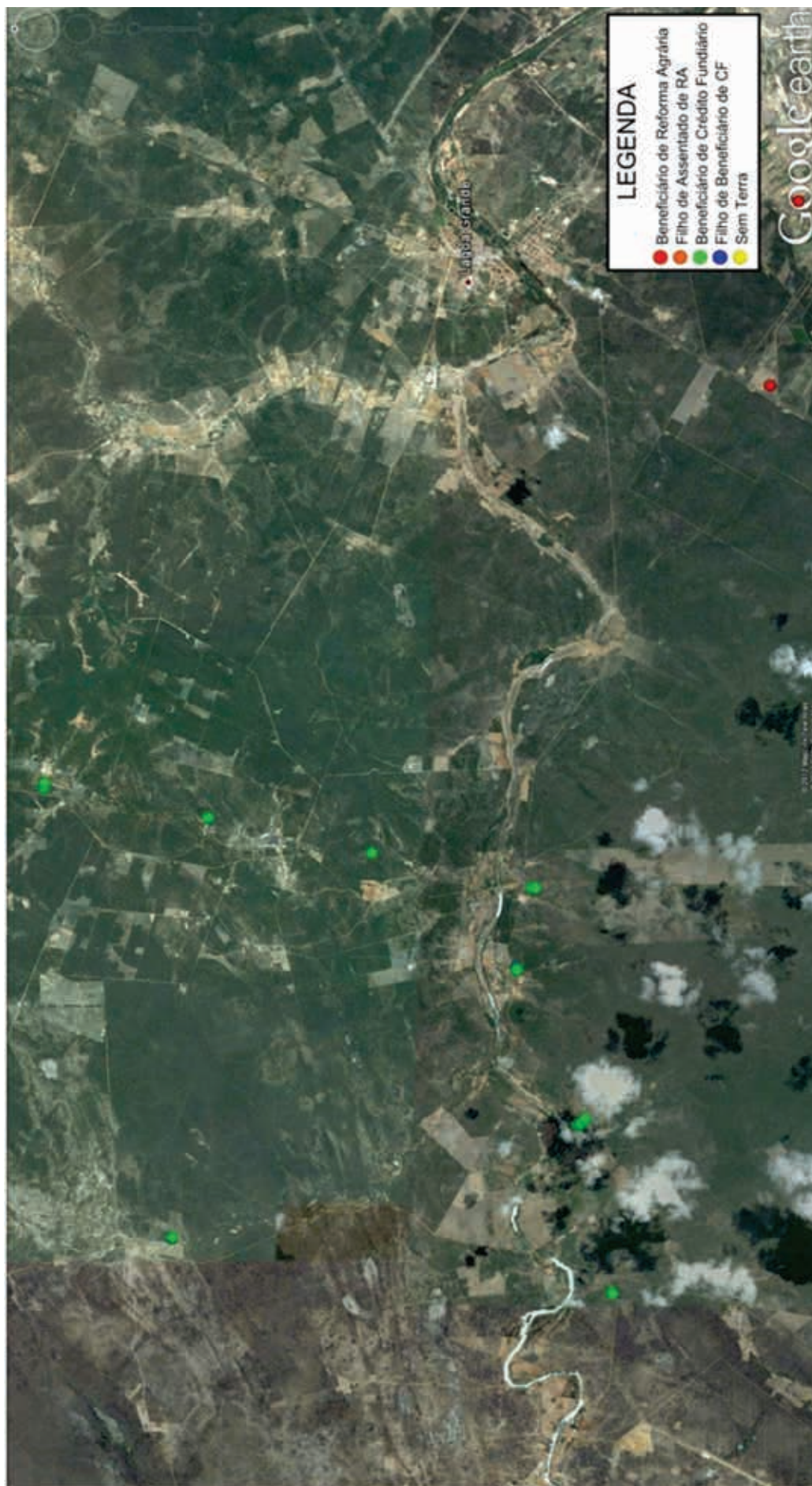


Figura 20: Mapa com georreferenciamento de entrevistas realizadas em Petrolina, Pernambuco, indicando localização da entrevista e condição de acesso à terra do entrevistado (beneficiários de reforma agrária, beneficiários de crédito fundiário, filhos de assentado de reforma agrária, filhos de beneficiários do CF, sem terra).

4.4. Caracterização dos Entrevistados

4.4.1. Características individuais

Gênero e Estado Civil

Os dados da **Tabela 16** mostram a distribuição de gênero dos beneficiários entrevistados nas localidades de Congonhinhas, PR, e Petrolina, PE. Percebe-se uma diferença substancial entre as duas localidades: enquanto em Congonhinhas a amostra se apresentou com participação praticamente igualitária de beneficiários dos sexos feminino e masculino, com, respectivamente, cerca de 52,5% e 48,5% dos entrevistados, em Petrolina a amostra compôs-se majoritariamente por entrevistados do sexo feminino, com 66,5% dos entrevistados, e 33,5% do sexo masculino.

Tabela 16: Congonhinhas (n=59) e Petrolina (n=83): Distribuição da amostra de beneficiários entrevistados, segundo o gênero.

Município	MASCULINO	FEMININO	Total Geral
Congonhinhas	52,54%	47,46%	100%
Petrolina	33,73%	66,27%	100%
Total Geral	36,62%	63,68%	100%

Nas **Tabelas 17 e 18**, respectivamente, apresentam-se os dados relacionando gênero e estado civil dos entrevistados em Congonhinhas e Petrolina.

Tabela 17: Distribuição dos entrevistados, por Gênero e Estado Civil, no município de Congonhinhas.

Estado Civil	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Solteiro	65%	35%	100%
Casado	39%	61%	100%
Total	51%	49%	100%

Interessante notar que 65% dos entrevistados masculinos são solteiros, percentual bastante superior à fração de 35% de mulheres solteiras. Essa proporção se inverte com relação aos entrevistados casados, com apenas 39% dos homens, contra 61% das mulheres, estando casados.

Tabela 18: Distribuição dos entrevistados, por Gênero e Estado Civil, no município de Petrolina.

Estado Civil	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Solteiro	29%	71%	100%
Casado	25%	75%	100%
Total	27%	73%	100%

Os dados da **Tabela 18**, para Petrolina, apontam para uma proporção menor de homens solteiros, 29%, respectivamente às mulheres solteiras, 71%. O mesmo se verifica com relação à proporção de homens e mulheres casadas na amostra de Petrolina, com apenas 25% dos entrevistados do sexo masculino casados, em oposição à 73% das mulheres.

Etnia

A distribuição dos entrevistados por grupo étnico está apresentada na **Tabela 19**, para os municípios de Congonhinhas e Petrolina. No município de Congonhinhas predominam na amostra 46% de beneficiários que se declararam brancos. Seguiram-se 39% que se declararam pardos, 14 % que se declararam negros e 2 % que se declararam de outras etnias.

Tabela 19: Congonhinhas e Petrolina: Distribuição dos beneficiários entrevistados, segundo o grupo étnico declarado.

Município	Estado Civil				Total
	BRANCO	PARDO	NEGRA	OUTRA	
Congonhinhas	46%	39%	14%	2%	100%
Petrolina	19%	47%	29%	5%	100%
Total Geral	30%	44%	23%	4%	100%

Ainda de acordo com os dados da Tabela 19, em Petrolina, a amostra de beneficiários entrevistados teve composição distinta de Congonhinhas, com a maioria dos entrevistados, 47%, declarando-se pardos, seguidos de 29% que se declararam negros. Brancos e outras etnias corresponderam, respectivamente, a 19% e 5% da amostra de beneficiários.

No geral, sem distinção de municípios, na amostra de beneficiários entrevistados, prevalecem os que se declararam pardos, com 44%, e os brancos, com 30%. Os negros aparecem com 23%, seguidos de outras etnias, com 4%.

Arranjos Domiciliares

A maior parte dos beneficiários entrevistados divide o domicílio com outros moradores. Conforme os dados da **Tabela 20**, apenas 2% dos beneficiários entrevistados em Congonhinhas e 9% dos entrevistados em Petrolina moram sós.

Tabela 20: Congonhinhas e Petrolina: Ocupação dos domicílios dos beneficiários entrevistados.

Município	Não Mora só	Mora só	Total Geral
Congonhinhas	98%	2%	100%
Petrolina	91%	9%	100%

Os principais moradores com os quais os entrevistados dividem os domicílios são os parentes, conforme declarado por 60% dos entrevistados de Congonhinhas e 83% dos entrevistados de Petrolina. Conforme a **Tabela 21**, aos parentes seguem-se os pais, como companheiros de domicílio, com 29 % em Congonhinhas e 13% em Petrolina.

Tabela 21: Congonhinhas e Petrolina: Com quem moram os beneficiários entrevistados.

Município	Mora com os pais	Mora com parentes	Mora com pais e parentes	Mora com outras pessoas	Total
Congonhinhas	29%	60%	7%	3%	100%
Petrolina	13%	83%	3%	3%	100%
Total Geral	20%	73%	4%	3%	100%

Procurou-se saber, ainda, se os beneficiários casados moravam com seus respectivos cônjuges. Os dados apresentados na **Tabela 22** mostram que, em Congonhinhas, 79% dos entrevistados casados, ainda que dividindo o domicílio com terceiros, primordialmente parentes e pais, moram com seus cônjuges. A proporção em Petrolina é bem superior, chegando a 85%.

Tabela 22 : Congonhinhas e Petrolina: Proporção de beneficiários casados que moram com seus cônjuges.

Município	Não mora com cônjuge	Mora com cônjuge	Total
Congonhinhas	21%	79%	100%
Petrolina	15%	85%	100%
Total Geral	17%	83%	100%

Foram investigadas as proporções dos beneficiários entrevistados que têm filhos e que com eles moram. Os resultados obtidos estão apresentados na **Tabela 23**.

Tabela 23 : Congonhinhas e Petrolina: Proporção de beneficiários entrevistados que tem filhos e com eles moram.

Município	Não mora com filhos	Mora com filhos	Total
Congonhinhas	0%	100%	100%
Petrolina	7%	93%	100%
Total Geral	5%	95%	100%

Os dados mostram que 100% dos beneficiários entrevistados, de Congonhinhas, que têm filhos, moram com eles. Em Petrolina, por sua vez, essa proporção atinge 93%. Estes dados, juntamente com os dados das **Tabelas 21 e 22**, são indicadores importantes da coesão das famílias dos beneficiários dos programas de acesso à terra em pauta.

4.4.2. Educação e Escolaridade

A educação é uma das mais importantes variáveis para a inovação e conseqüentemente, para o desenvolvimento social. Embora a educação possa ser conduzida por esforços individuais, em geral o processo educativo dos jovens está associado à frequência a escola. Por essa razão, a pesquisa de campo procurou identificar que proporção de jovens residentes nos locais pesquisados que frequentam ou já frequentaram a escola. O resultado é apresentado na **Tabela 24**.

Tabela 24: Percentual de jovens que frequentam/frequentaram a escola em Petrolina, PE e Congonhinhas, PR.

Municípios	FREQUENTA ESCOLA (%)				FREQUENTOU ESCOLA (%)				Total geral
	NÃO	SIM	SR*	TOTAL	NÃO	SIM	SR*	TOTAL	
Congonhinhas	0,00	86,44	0,00	86,44	0,00	5,08	8,47	13,56	100
Petrolina	1,20	75,90	4,82	81,93	6,02	4,82	7,23	18,07	100
Total Geral	0,70	80,28	2,82	83,80	3,52	4,93	7,75	16,20	100

* SR=Sem resposta

De uma maneira geral, a frequência a escola é alta, sendo de cerca de 85% na amostra pesquisada. Congonhinhas apresenta um percentual de frequência maior de jovens que frequentam escola atualmente, e similar (a Petrolina) para os jovens entrevistados que já frequentaram a escola.

Todavia, apenas a frequência a escola não significa que um razoável perfil de educação esteja sendo obtido. Por isso, foi também verificado qual o nível de escolaridade que os entrevistados têm obtido. O resultado está expresso na **Figura 21**.

Os resultados são muito reveladores: em Petrolina, 52,56% dos jovens entrevistados tinham curso fundamental incompleto, uma proporção maior do que aquela obtida pelos jovens de Congonhinhas. Além disso, à medida que mais anos de escolaridade eram considerados, aumentava a proporção de jovens de Congonhinhas com mais tempo de educação formal (curso médio incompleto ou completo). Ou seja, há um maior abandono da educação formal em Petrolina (41,02% de jovens com curso médio incompleto ou completo) do que em Congonhinhas (55,93% de jovens com curso médio incompleto ou completo). Somente uma minoria dos jovens chega a Universidade. Neste último nível de escolaridade, chama a atenção uma pequena mudança na tendência observada até então: embora o percentual seja relativamente baixo (cerca de 5%), Petrolina apresenta taxa superior de entrevistados com curso superior completo (ou nível maior), do que Congonhinhas (0%)

Uma extrapolação dos resultados obtidos para as regiões Sul e Nordeste pode sugerir uma maior valorização da educação formal na região Sul, ou uma maior dificuldade de acesso a educação formal dos jovens da região Nordeste. Tal possibilidade pode ter relação com o desempenho desses jovens na condução dos seus empreendimentos rurais, e por outro lado, com o acesso a novas oportunidades de trabalho, e pode estar associado a uma maior taxa de aban-

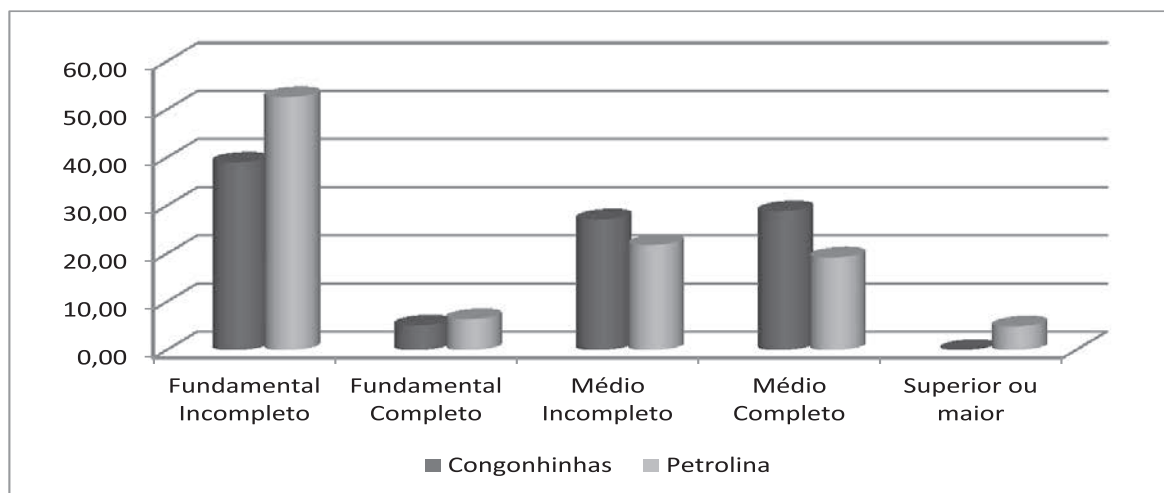


Figura 21: Grau de escolaridade, em proporção (%) dos entrevistados em Petrolina (n=78 e Congonhinhas (n=59).

Uma questão interessante: será que as mulheres e homens, em cada município, apresentam nível similares de escolaridade? As Figuras 22 e 23 apresentam os resultados relacionados a esta questão.

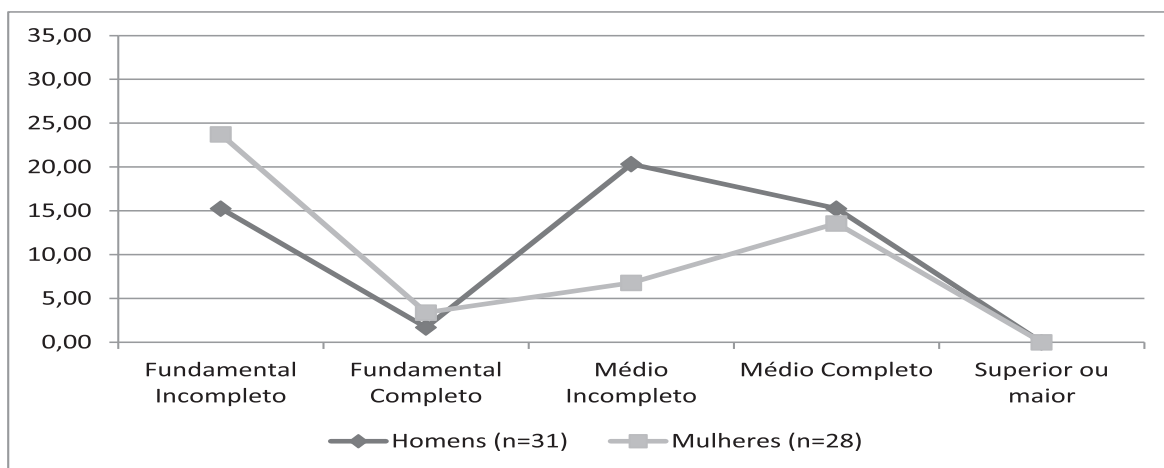


Figura 22: Nível de escolaridade de entrevistados homens e mulheres, em Congonhinhas, em percentual de entrevistados em cada nível considerado.

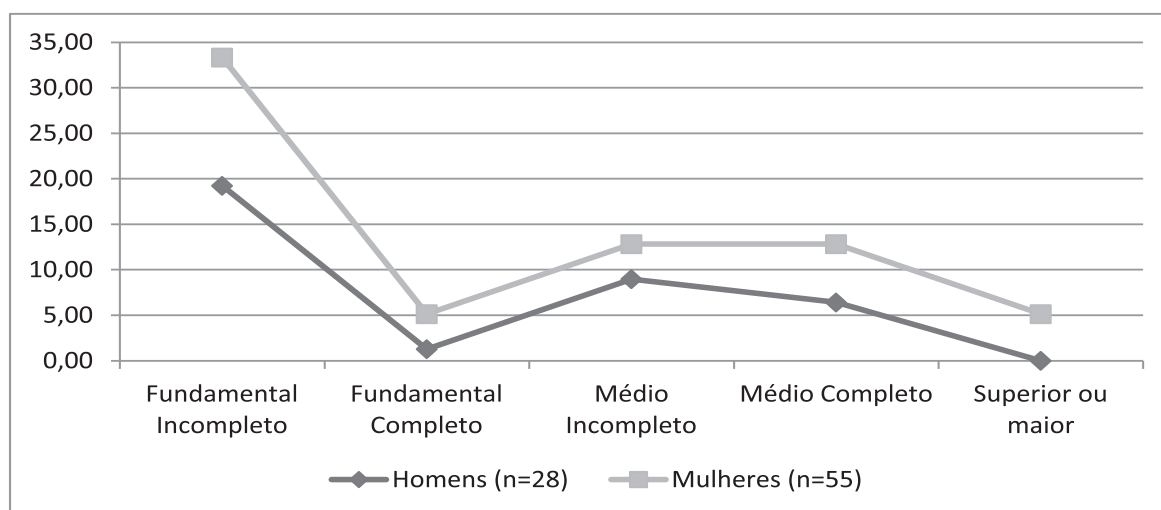


Figura 23: Nível de escolaridade de entrevistados homens e mulheres, em Petrolina, em percentual de entrevistados em cada nível considerado.

Em Petrolina (**Figura 23**), observa-se um padrão segundo o qual o grupo de mulheres apresenta proporção maior, em cada nível, do que o subgrupo de homens. As maiores diferenças são observadas para o nível mais baixo, e para os dois níveis superiores de escolaridade.

Em Congonhinhas este padrão não é tão claro. Relativamente ao subgrupo de homens, as mulheres apresentam maior presença no nível mais baixo (fundamental incompleto), e no nível médio incompleto. Nos demais níveis não se observa grandes diferenças entre os subgrupos.

Este resultado indica que o gênero não é a única influência sobre a busca e acesso de escolaridade. Outros fatores, dos quais o município é um indicador, provavelmente facilitam ou reduzem o efeito do gênero. Este resultado coincide com algumas das informações sobre o tema, levantado em entrevistas com representantes de juventude rural e com gestores de desenvolvimento agrário.

As escolas públicas convencionais são as frequentadas pela grande maioria dos jovens rurais, nos dois municípios pesquisados, como mostra a **Tabela 25**. Nenhum frequenta ou frequentou escola privada convencional. Por outro lado, também é pequena a proporção de jovens rurais que tiveram experiência com a escola de alternância, um tipo de escola especialmente desenhado para quem é jovem rural e deseja frequentar escola (apenas cerca de 8% dos entrevistados de Congonhinhas conhece esta alternativa de escola, e nenhum, em Petrolina).

Tabela 25: Tipo de escola que os jovens rurais frequentam ou frequentaram

Municípios	Escola Pública convencional	Escola Privada convencional	Escola de Alternância	Escola Agrotécnicas	Outro tipo de escola
Congonhinhas	86,36	0,00	7,58	4,55	1,52
Petrolina	92,05	0,00	0,00	2,27	5,68
Total Geral	89,61	0,00	3,25	3,25	3,90

* Os valores somam mais que o total da amostra, indicando sobreposição entre diferentes respostas

A informação coletada mostra que é muito pequena a afluência de jovens à escola agrotécnica, o que seria esperado em se tratando de jovens com muita exposição às atividades agrícolas.

Motivos de evasão escolar

A informação comentada anteriormente mostra uma evasão escolar significativa nas duas localidades pesquisadas. Foi investigado que causas estariam associadas a este fenômeno. Na

Figura 24, alguns dos motivos alegados pelos entrevistados e a frequência de ocorrência dessas alegações são apresentados.

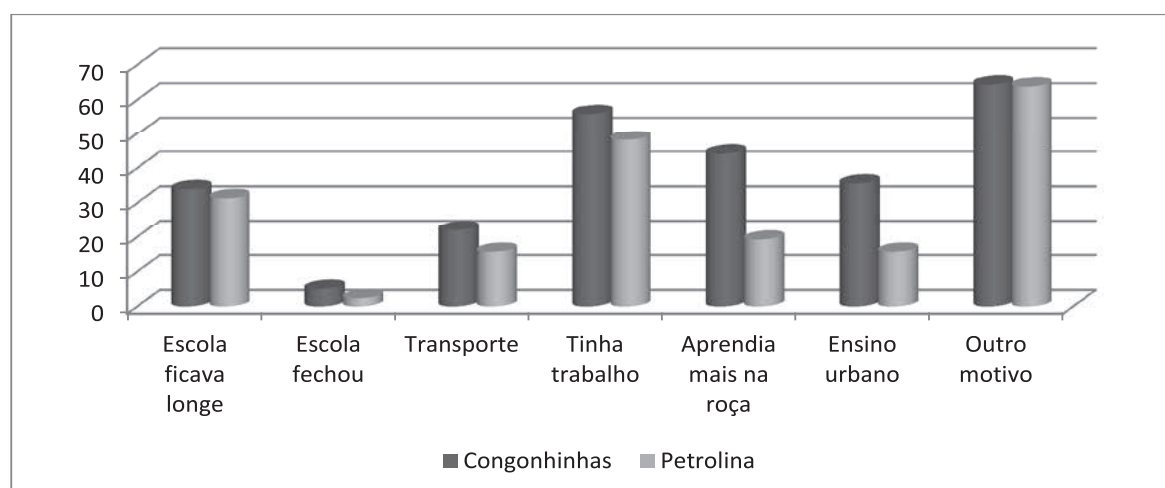


Figura 24: Razões apontadas pelos entrevistados para a evasão escolar.

Houve uma razoável convergência de motivos nos dois lugares para algumas causas estruturais, como a distância da escola do local de residência, a precariedade do transporte entre a residência e a escola ou a necessidade de realizar tarefas na própria propriedade ou em outros locais de trabalho.

Contudo, houve diferenças marcantes entre as duas localidades no que concerne a duas causas, que estão associadas à qualidade do ensino: entre os que declararam que “aprendiam mais na roça” e os que apontaram que o ensino era “urbano”. Ambas as razões foram sensivelmente mais percebidas pelos entrevistados de Congonhinhas do que os de Petrolina. Tais alegações estão associadas à qualidade do ensino oferecido aos jovens e a diferença entre as frequências obtidas nos dois locais pode indicar uma insatisfação dos jovens paranaenses em relação aos conteúdos e didática empregada pelas escolas públicas nestas localidades.

A distância entre a casa e a escola, apesar de enorme variação, dentro da amostra, na média aparece como sendo de 2 km e 2,6 km (Congonhinhas e Petrolina, respectivamente) (Tabela 26). Estes resultados corroboram, portanto, que a distância da escola parece ser motivo de abandono para parte menor (cerca de 30%) da amostra, nas duas localidades (ver Figura 24).

Tabela 26: Distância entre escola (que frequenta ou frequentou) e sua casa (em km)

Municípios	Média	Mediana
Congonhinhas	2,00	1,50
Petrolina	2,59	2,00

4.4.3. Atividades atuais de educação e trabalho

Além da educação, a possibilidade de exercer uma atividade profissional remunerada é um forte fator de atração para o jovem rural. Para permanecer no meio rural, este ambiente deve oferecer oportunidades de profissionalização do jovem, seja na atividade agrícola na própria terra onde o jovem vive, ou em atividades próximas ao seu local de residência. Por essa razão, investigaram-se as atividades atuais exercidas pelos jovens entrevistados. No entanto, sabe-se que neste ambiente o trabalho (em casa ou cuidando da terra) ocupa também parte relevante do trabalho dos jovens rurais. Os dados da pesquisa indicam que a maioria dos jovens ocupa-se tanto com sua educação como com o trabalho, como mostra a Figura 25.

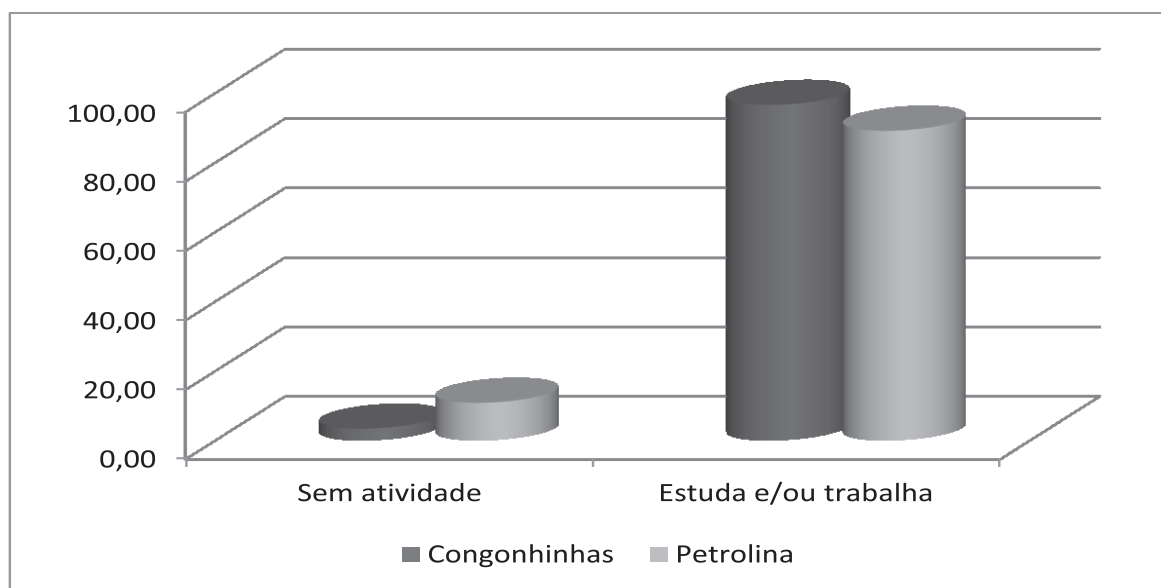


Figura 25: Atividades desempenhadas pelos jovens rurais em duas localidades (Congonhinhas e Petrolina).

Procurou-se também investigar a que tipo de trabalho se dedicavam estes jovens (ao trabalho na casa da família, ao cuidado da terra dos pais, de sua própria terra, ao cuidado da terra de terceiros, e ainda em trabalho na cidade próxima). A **Figura 26** apresenta os resultados obtidos nas duas localidades pesquisadas; observe-se que nesta Figura, a soma dos percentuais obtidos por tipo de local de trabalho não resulta em 100, pois os entrevistados poderiam apresentar mais de uma resposta, nesta questão. Assim, os percentuais são independentes uns dos outros, sempre considerando o total de respostas possíveis, se todos os de Congonhinhas ou todos os de Petrolina (59 e 83 entrevistados, respectivamente) respondessem sim, para cada alternativa de resposta.

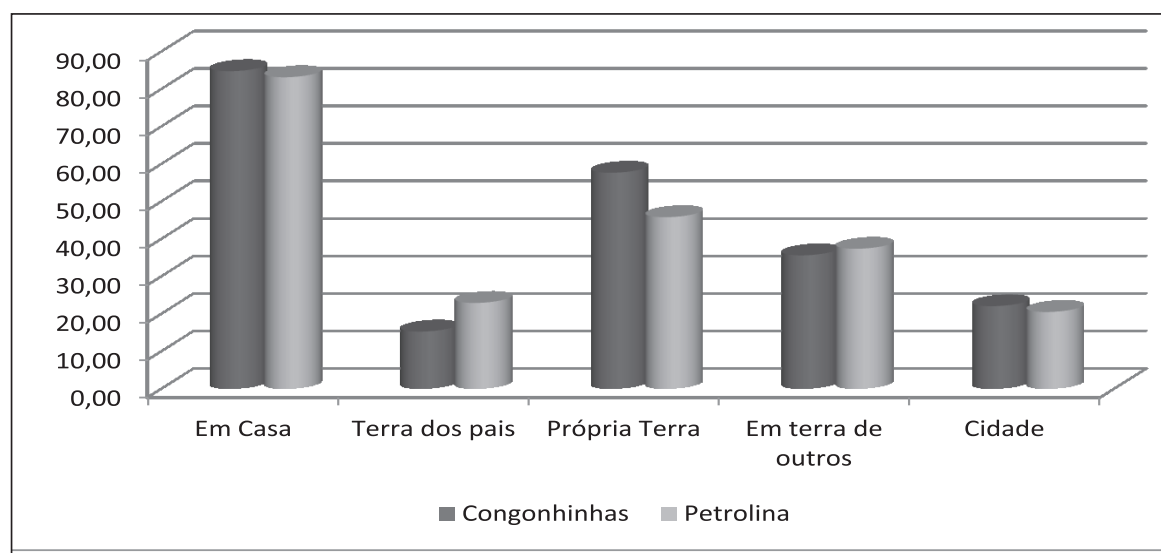


Figura 26: Locais/atividades de trabalho dos entrevistados, em Congonhinhas e em Petrolina.

O perfil de respostas foi semelhante nas duas localidades, com a grande maioria dos jovens entrevistados trabalhando nas suas residências (área rural) e em grande parte em terras próprias ou em terras de terceiros. O trabalho na terra dos pais aparece em último lugar. É importante lembrar, sobre este resultado, que quase 2/3 da amostra é formada por beneficiários de políticas de acesso à terra (já possuem sua terra), o que justifica o baixo envolvimento na terra dos pais. Somente um em cada cinco entrevistados desempenhava funções na cidade.

Entre os que trabalham na terra de terceiros, a maioria trabalha como empregado, como se pode observar na **Tabela 27**. Há uma diferença importante entre os dois municípios, no que tange à maior ocorrência de parcerias: em Petrolina, 16,13 % dos entrevistados trabalham em terras de terceiros como parceiros, proporção consideravelmente maior do que observada em Congonhinhas, situada em 9,52%. As demais condições de trabalho (meeiro e arrendatário) não foram indicadas pelos entrevistados.

Tabela 27: Proporção de entrevistados que trabalham na terra de terceiros, como empregado, meeiro, arrendatário ou parceiro. , em Congonhinhas (21 entrevistados), e Petrolina (31 entrevistados).

Municípios (Respondentes)	Como empregado	Como parceiro
Congonhinhas (21)	90,48	9,52
Petrolina (31)	83,87	16,13

O emprego em terras de terceiros possivelmente atua como uma fonte complementar de atividade e renda para os jovens rurais e dessa forma funciona como um fator de fixação desses jovens as suas localidades.

Aos entrevistados declararam trabalhar na cidade, perguntou-se a que tipo de trabalho se dedicavam (em casa de família, por conta própria, no Governo, ou empregado em firma). A **Figura 26** apresenta os percentuais de respostas a esta questão, considerando o total de respostas por. A grande maioria, trabalha por conta própria ou como empregado em alguma firma. Nenhum declarou trabalhar em casa de família (empregos domésticos), e uma minoria em Petrolina declarou trabalhar para o Governo. Entre os tipos de trabalho com maior acesso, verifica-se que em Congonhinhas o tipo de trabalho nas cidades que aparece em primeiro lugar é o chamado “por conta própria”; e em segundo, o “emprego em uma firma”. Preferência oposta a esta é observada em Petrolina.

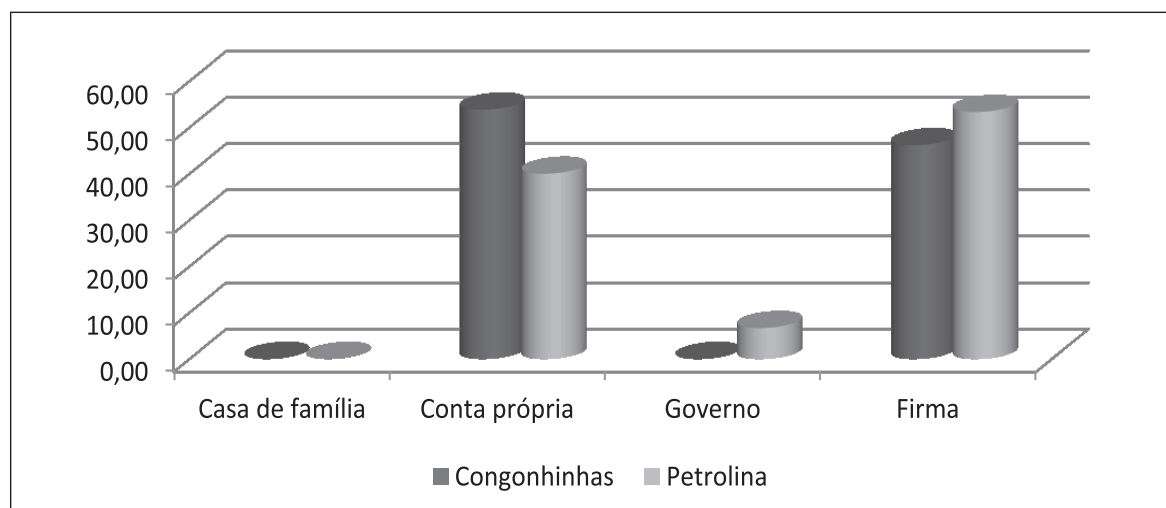


Figura 27: Proporção de entrevistados que se dedicam a diferentes tipos de emprego, na cidade, em Congonhinhas (13 entrevistados) e em Petrolina (15 entrevistados).

4.4.4. Participação política dos jovens rurais

A participação política dos jovens rurais pode alterar sua capacidade de modificar as suas condições sociais, ao propiciar a organização de suas demandas, e a busca de alternativas para sua obtenção. Esta participação dá voz aos jovens, sendo possivelmente uma das forças

a evitar a *saída* de uma situação em que não se vê alternativas, isto é, a evasão do campo (Hirschmann, 1970).

A participação política dos jovens rurais de Congonhinhas e Petrolina foi avaliada, neste estudo, levando-se em consideração sua filiação sindical, participação em movimento social e participação em espaço de controle social (ONGs, Associações, Federações, etc.). A **Tabela 28** apresenta os dados sobre estes indicadores de participação política dos entrevistados.

Tabela 28: Indicadores de participação política dos entrevistados (em número de respostas).

Indicadores de participação política	Municípios	Não	Sim	Total
Filiação a sindicato	Congonhinhas	53	2	55
	Petrolina	33	47	81
Participação em movimento social	Congonhinhas	26	8	34
	Petrolina	54	19	73
Participação em espaço de controle social (ONGs, associações, federações, etc.)	Congonhinhas	44	8	52
	Petrolina	38	41	79

As **Figuras 28, 29 e 30** apresentam comparações em percentual, sobre a participação política dos entrevistados, nos dois municípios, em termos de sua filiação a sindicatos, participação em movimentos sociais e participação em espaços de controle social respectivamente.

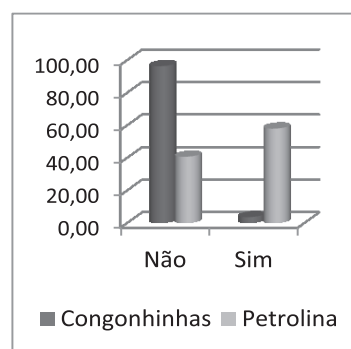


Figura 28: Filiação a sindicatos (em %).

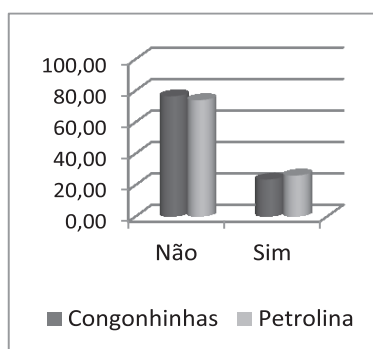


Figura 29: Participação em movimento social (em %).

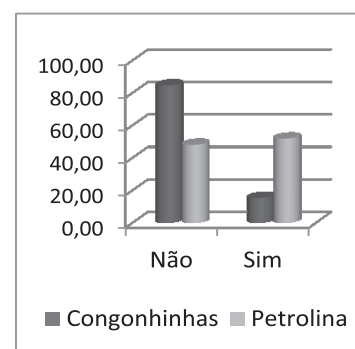


Figura 30: Participação em espaço social (em %).

Como se pode observar nestas Figuras, o jovem rural apresenta distintas adesões a estas formas de organização política, e ainda conforme o município onde reside (que representa também um contexto político).

De modo geral, o jovem rural de Congonhinhas apresenta valores reduzidos de participação, para qualquer das formas de organização consideradas. O jovem de Petrolina tende a participar mais, de qualquer uma delas.

Em Congonhinhas, o jovem apresenta maior adesão a movimentos sociais (23,53 dos entrevistados no município), e em segundo lugar, de espaços de controle social (15,38%). Sindicatos não são atraentes, de nenhum modo, para estes jovens.

Em Petrolina, as formas de organização política preferidas são, nesta ordem, os sindicatos (58% de adesão), os espaços de controle social (51%), e em último lugar, os movimentos sociais (26%).

Além destes resultados gerais, tentou-se identificar se jovens moças e rapazes apresentavam graus distintos de participação política, em cada município. Para isto, foi criada uma nova variável (grau de participação política), que era mensurada como a soma de partici-

pações indicadas pelo entrevistado/a. Assim, se ele não participava de sindicatos, nem de movimentos sociais, nem de nenhum espaço de controle social, recebia o valor zero de grau de participação política; se participasse de todos, recebi o valor de três (soma dos três tipos de participação). As **Figuras 31 e 32** apresentam os resultados para este grau de participação, nos dois municípios e por gênero.

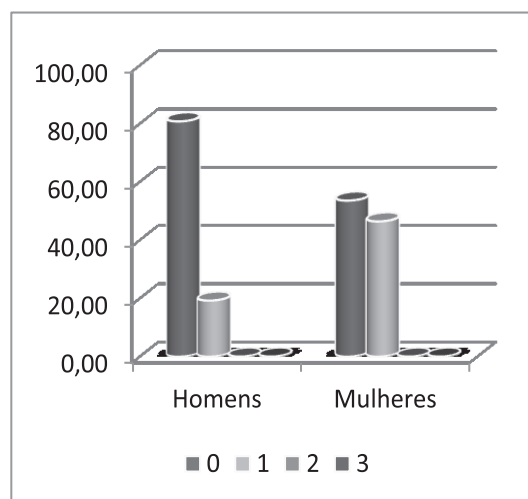


Figura 31: Grau de participação política de jovens rurais (homens e mulheres), em Congonhinhas.

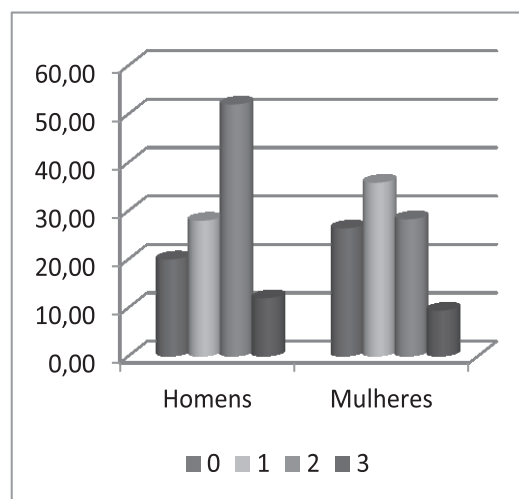


Figura 32: Grau de participação política de jovens rurais (homens e mulheres), em Petrolina.

Observa-se que o grau de participação política é muito maior em Petrolina do que em Congonhinhas. No município paraense, o jovem (tanto faz se mulher ou homem) participa no máximo de um tipo de organização; há uma grande maioria de homens que não participam de nenhuma (80,77%), o mesmo ocorrendo com as mulheres (53,57%). No entanto, as mulheres participam relativamente mais do que os homens.

Em Petrolina, por outro lado, tanto homens quanto mulheres tem maior participação em organizações de ação política. Ambos os grupos participam até de mais do que um tipo de organização. Somando-se os que participam de dois a três tipos de organização, observa-se que, enquanto em Congonhinhas este valor é nulo (para homens e mulheres), em Petrolina 64% dos homens e 37,73% das mulheres participam de dois ou três tipos de organização.

Os dados analisados permitem concluir que os jovens de Congonhinhas estão em menor capacidade de expressar suas demandas de forma organizada e sistemática: falta-lhe então voz, e a saída da terra é então muitas vezes a única alternativa. Petrolina apresenta uma situação em que os jovens estão mais organizados, politicamente, em que torna-se interessante buscar formas de permanecer na terra, mesmo quando há muitas dificuldades.

4.5. Projetos de Migração

Uma questão central desta pesquisa diz respeito às intenções do jovem em deixar a área rural onde vive atualmente e se deslocar a outro lugar. E, ainda, sobre suas experiências anteriores em deixar a terra em que vive.

Em média, os entrevistados de Congonhinhas residem há cerca de nove anos no local atual; e os de Petrolina, há quase dez anos. A grande maioria não tem experiência de morar em outro lugar, como se pode ver na **Figura 33**; os que tem esta experiência, estiveram fora do local atual por pouco tempo (em média, cinco anos para os jovens de Congonhinhas e quase três anos, para os de Petrolina).

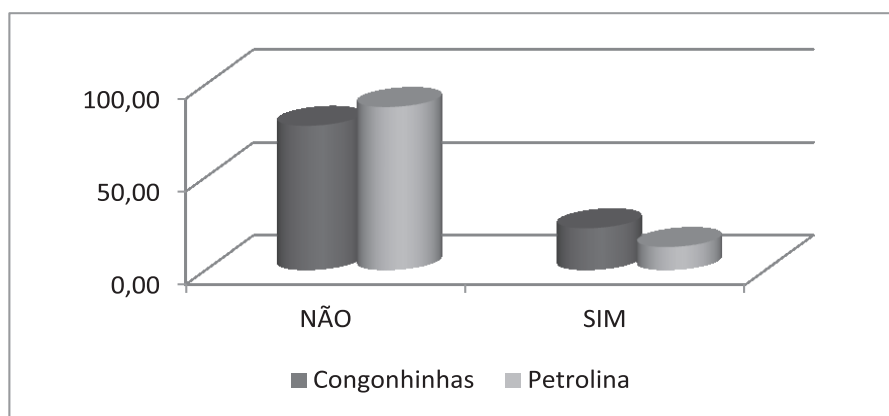


Figura 33: Proporção de entrevistados, em cada município, que possuem experiência (SIM) de morar em outro local.

Na **Figura 33**, observa-se que os jovens de Petrolina, em proporção, apresentam valor superior aos de Congonhinhas, em número de jovens que não possuem a experiência de migrar. Uma minoria planeja viver em outro lugar, apenas 22 jovens (nove em Congonhinhas, 13 em Petrolina). Em termos percentuais, conforme dados apresentados nas **Figuras 34 e 35**, a proporção de jovens de Congonhinhas e Petrolina que planejam migrar para outra localidade é muito similar.

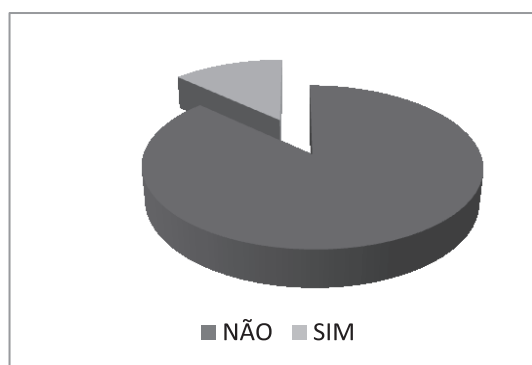


Figura 34: Proporção de jovens rurais que desejam (ou não) migrar para outro local, em Congonhinhas.

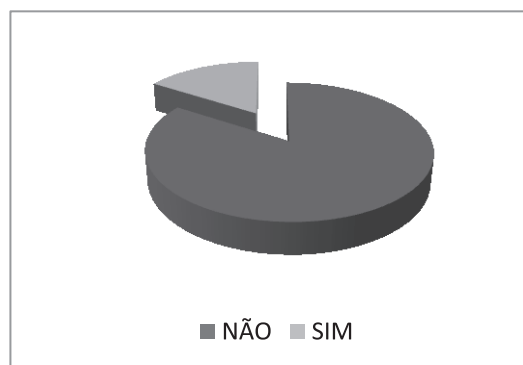


Figura 35: Proporção de jovens rurais que desejam (ou não) migrar para outro local, em Petrolina.

Esta intenção de migrar ou permanecer, em cada local, é um pouco diferenciada, quando se considera o gênero do entrevistado, ainda por município. Estes dados são apresentados nas **Figuras 36 e 37**. Nestas Figuras, os resultados indicam que, embora o padrão geral seja a intenção de permanecer, por parte da maioria dos entrevistados em cada município se mantenha, quando se considera também o gênero, verifica-se que o local (município), em conjunto com o gênero, tem influências um pouco diversas sobre a intenção de migrar ou permanecer.

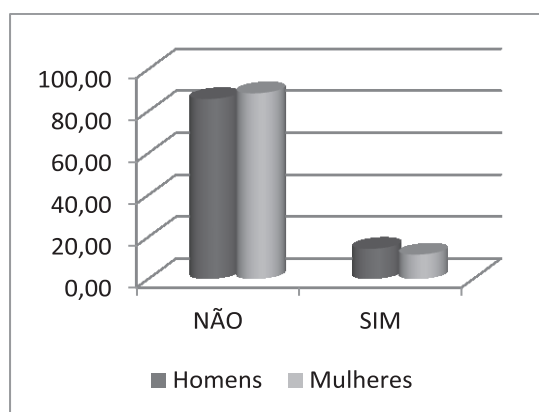


Figura 36: Intenção de migrar ou não, em Congonhinhas, por gênero.

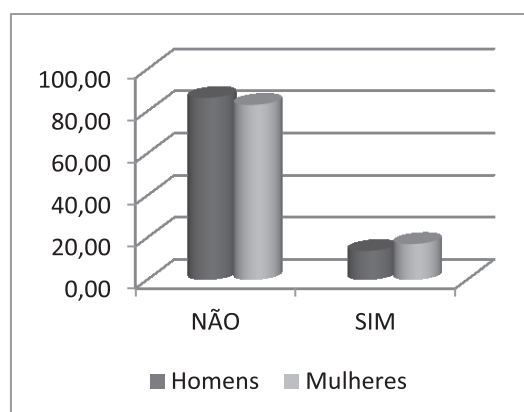


Figura 37: Intenção de migrar ou não, em Petrolina, por gênero.

Em Congonhinhas, observa-se que a proporção de mulheres que deseja permanecer na terra (88,46%), é um pouco superior à de homens com a mesma intenção; o oposto se verifica em relação à intenção de deixar a terra, em que maior proporção de homens revela este intento, do que as mulheres. No caso de Petrolina, por outro lado, vê-se que os homens querem permanecer na terra em maior proporção (86,36%) do que as mulheres (83,05%). De novo, o oposto se verifica quando se considera a intenção de migrar: as mulheres em Petrolina estão mais atraídas por esta possibilidade do que os homens.

A elevada proporção de entrevistados que deseja permanecer na mesma localidade, no entanto, não esconde outro resultado importante: entre os 22 que desejam migrar, apenas um deseja estabelecer-se na área rural (no município de Petrolina), caso concretize seu projeto de migração (**Tabela 29**). Todos os demais almejam morar nas cidades, indicando assim sua insatisfação com a vida no campo.

Tabela 29: Número e proporção de entrevistados, entre os 20 que desejam migrar, por área de residência que gostariam de ter, na nova localidade.

Município	Número de entrevistados			Proporção de entrevistados		
	Área Rural	Área Urbana	TOTAL	Área Rural	Área Urbana	TOTAL
Congonhinhas*	0	8	8	0,00	100,00	100,00
Petrolina**	1	9	10	10,00	90,00	100,00
Totais	1	17	18	5,56	94,44	100,00

* Sem resposta=1; ** Sem resposta=3.

Uma questão de interesse é o quanto a política de acesso à terra é bem sucedida em fixar o homem à terra. Buscou-se responder esta questão cruzando os dados sobre a situação dos entrevistados, em relação a estas políticas, e a sua intenção de migrar. Os resultados são mostrados na **Tabela 30** e na **Figura 38**. Tanto na Tabela como na Figura, os filhos de assentados, tanto de reforma agrária como de crédito fundiário, assim como os dois jovens rurais sem relação com as políticas, foram agregados na categoria “não beneficiários”.

Tabela 30: Número de entrevistados, por situação em relação a políticas de acesso à terra e por município, e sua intenção de migrar.

Situação, Políticas de Acesso à terra	Município	Pretende migrar?			
		NÃO	SIM	NS/NR	TOTAL
Beneficiário Reforma Agrária	Congonhinhas	21	0	1	22
	Petrolina	32	2	1	35
Beneficiário Crédito Fundiário	Congonhinhas	10	3	1	14
	Petrolina	20	1	0	21
Não-beneficiário	Congonhinhas	16	4	3	23
	Petrolina	17	10	0	27
Totais		116	20	6	142

Na Tabela 30, é possível distinguir com clareza que a grande maioria, em qualquer situação, quer permanecer na terra. No entanto, algumas diferenças aparecem quando se busca entender melhor as diferenças que podem estar associadas à situação de acesso à terra (aqui indicado pela condição de beneficiário (reforma agrária ou crédito fundiário), ou de não acesso (os não beneficiários de políticas), e/ou à localidade pesquisada.

Na Figura 38, apresentam-se os percentuais, por categoria (acesso à terra e município) que deseja ou não migrar. Considerando-se então os totais em cada uma destas categorias, a pro-

porção de beneficiários que pretendem migrar aparece como visivelmente superior; para beneficiários de crédito fundiário em Congonhinhas – exatamente onde a pesquisa enfrentou maiores dificuldades para encontrar jovens rurais – do que em Petrolina. Como se pode ver, o percentual relativo desta categoria que deseja migrar, é superior à de beneficiários da reforma agrária (e mesmo de não beneficiários) que desejam mudar, na mesma localidade. As razões para este resultado precisam ser melhor investigadas, pois podem indicar dificuldades que devem ser superadas pela operacionalização desta política, na região investigada.

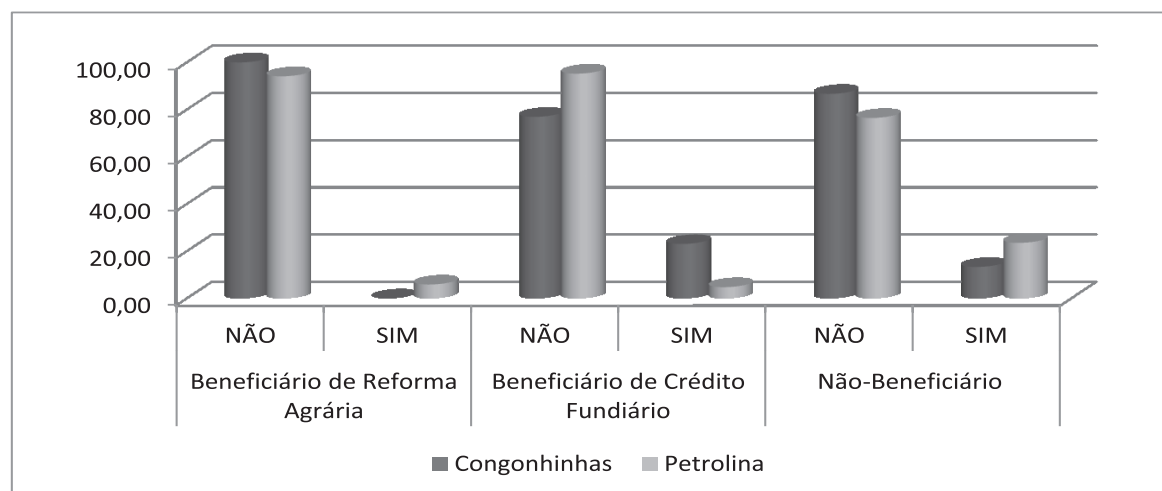


Figura 38: Proporção de jovens rurais, por categoria (acesso à terra e município), que responderam SIM ou NÃO a questão sobre sua intenção de migrar, em relação ao total de entrevistados e suas respostas, em cada categoria.

Em Petrolina, por sua vez, torna-se clara a diferença entre beneficiários e não beneficiários, no que se refere ao desejo de migrar. Proporção similar e pequena de entrevistados, em cada categoria de beneficiários, manifesta a intenção de deixar o local onde vive atualmente. Proporção visivelmente superior de jovens deseja sair de Petrolina, no caso de não-beneficiários.

Parece haver, portanto, uma tendência geral, independente da categoria, para a permanência (e não a saída), da terra. Os percentuais apresentados indicam ainda que esta tendência é maior para os jovens beneficiários de reforma agrária (de forma similar para ambos os municípios). Os jovens beneficiários de crédito fundiário, por alguma razão, estão mais dispostos a permanecer na terra, se esta se situa em Petrolina. Mas há também uma tendência que deve ser bem entendida, pelos planejadores das políticas públicas de desenvolvimento agrário: para os não beneficiários a intenção de deixar a terra é bem superior – quase o dobro – em Petrolina, quando comparada a Congonhinhas.

4.5.1. A Família e Perspectivas de Futuro

A vida do jovem, no ambiente familiar, certamente contribui para as intenções de migrar ou de permanecer na terra. Do que se viu até agora, há indicações de forte coesão familiar, nos dois municípios investigados, como se pode observar na seção sobre arranjos domiciliares. Estes arranjos permitem que os membros de uma mesma família se beneficiem pelo apoio dos demais, caracterizando-se como uma rede que gera capital social para o jovem¹².

A família contribui ainda de outras maneiras. Entre elas, apontadas pela literatura sobre mi-

¹² Todas as análises desta seção serão feitas considerando o sexo dos entrevistados, em uma tentativa de identificar tratamentos diferenciados para as jovens mulheres, em relação aos homens. Observe-se, no entanto, que em Congonhinhas o número de jovens mulheres é pequeno, e que os resultados relatados, por esta razão, podem ser considerados como indicações, e não como evidências.

gração, estão a possibilidade (acompanhada pelo interesse), em herdar a terra, e ainda, as várias estratégias de incentivo a diferentes escolhas que o jovem rural deve encarar, sobre seu futuro. Esta seção analisa estas duas influências familiares.

Sobre a questão de herança, a possibilidade de herdar, como percebida pelo jovem, e seu interesse em herdar e cuidar da terra, são apresentados na **Figura 39**.

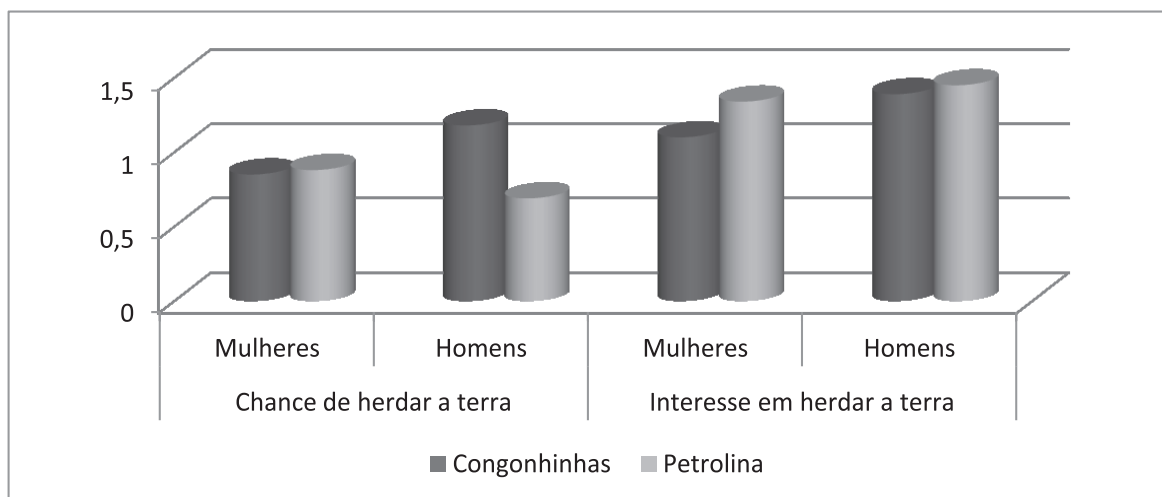


Figura 39: Média de avaliações sobre chance de herdar a terra e interesse nesta herança (medida em escala de três pontos, 0=nenhuma chance ou nenhum interesse, até 2=muita chance ou muito interesse), de entrevistados em Congonhinhas e Petrolina, conforme seu gênero.

Estes resultados indicam que os homens, em Congonhinhas, percebem-se como tendo maior chance de herdar a terra e também maior interesse, do que as mulheres, nesta herança. Em Petrolina, por sua vez, os homens se percebem com menores chances de herdar do que as mulheres, e como tendo interesse um pouco superior ao delas, nesta herança.

Comparando os dois municípios, as mulheres de Petrolina se percebem como tendo chance similar de herdar a terra, em relação com as entrevistadas de Congonhinhas; os homens de Petrolina, por sua vez, acreditam ter chance bem menor de herança, do que os homens de Congonhinhas.

Em relação ao interesse em herdar, o das mulheres de Petrolina é visivelmente superior ao das mulheres de Congonhinhas; tendência similar é observada para os homens.

Outra dimensão da vida familiar investigada consistiu no incentivo dado pelas famílias a diversas escolhas com que o jovem pode ser confrontado, em um futuro próximo. Estas escolhas contemplam estudo e trabalho, ficar na roça ou buscar trabalho nas cidades, e obtenção de terra, por diferentes programas de acesso à terra (reforma agrária e crédito fundiário).

A **Figura 40** apresenta as percepções (médias) dos jovens (homens e mulheres), sobre a frequência de incentivos recebidos da família, em relação às escolhas sobre estudo e trabalho (na terra ou na casa), nos dois municípios. As avaliações foram feitas em uma escala de quatro pontos, em que 0=nunca ocorre este incentivo; até 3= a família sempre dá este incentivo.

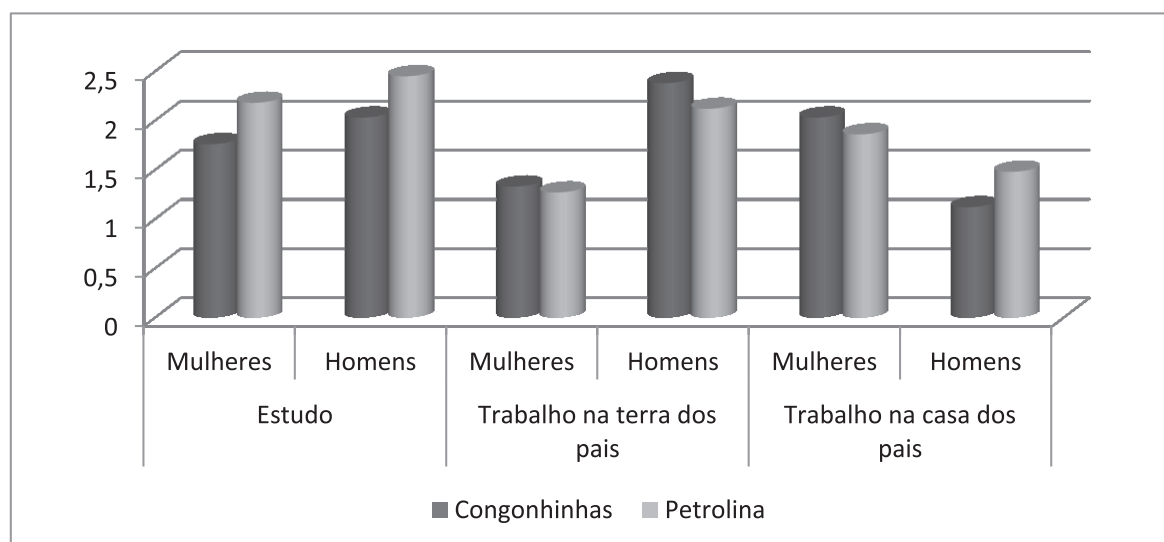


Figura 40: Média de avaliações sobre frequência de incentivo, dado pela família, para dedicação ao estudo, ao trabalho na terra dos pais, e/ou ao trabalho na casa dos pais, de entrevistados em Congonhinhas e Petrolina, conforme seu gênero.

Um resultado interessante, por não ser esperado, é a de que homens são mais incentivados a estudar do que as mulheres, tanto em Congonhinhas como em Petrolina. Uma possível explicação para este resultado, a ser confirmado em futuras pesquisas, é a de que as famílias estejam mais conscientes da importância do estudo para os filhos e, dado que as moças já apresentam esforço neste sentido, estejam direcionando sua orientação preferencialmente para os filhos homens.

Em total consistência com a pesquisa sobre o jovem rural aparece o resultado de que as mulheres, tanto as de Congonhinhas como as de Petrolina, recebem incentivo muito pequeno para que se envolvam no trabalho na terra dos pais; também consistente é o dado de que elas são mais incentivadas que os homens, a trabalharem na casa de suas famílias.

Em relação ao lugar em que o jovem vai viver (campo ou cidade), perguntou-se aos entrevistados sobre a frequência com que sua família o incentiva a ficar na roça ou a buscar trabalho na cidade. As avaliações foram feitas na mesma escala de quatro pontos já descrita (0=nunca; até 3=sempre). Os resultados são apresentados na **Figura 41**.

A comparação entre o incentivo recebido para ficar na roça e para buscar trabalho na cidade mostra que as famílias são conservadoras, incentivando tanto homens e mulheres, nos dois municípios, a preferirem a escolha de permanecer na terra. Este resultado é consistente com os arranjos domiciliares anteriormente discutidos.

Em Congonhinhas, os homens são sensivelmente mais incentivados a permanecer no campo que as mulheres; em Petrolina, tanto homens como mulheres são fortemente incentivados a ficar na roça.

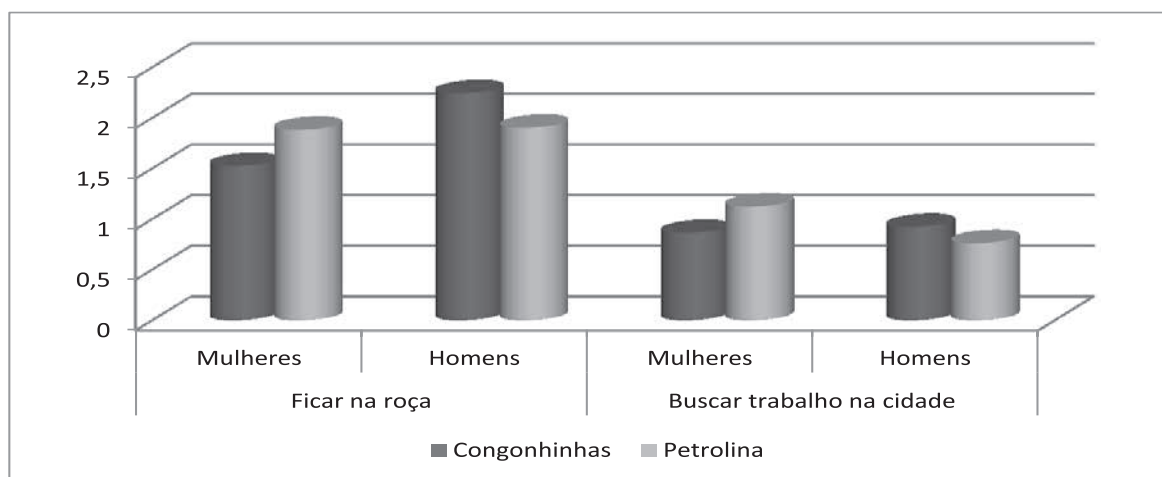


Figura 41: Média de avaliações sobre frequência de incentivo, dado pela família, para ficar na roça e para buscar trabalho na cidade, de entrevistados em Congonhinhas e Petrolina, conforme seu gênero.

Quanto a buscar trabalho na cidade, Congonhinhas e Petrolina apresentam tendências opostas. Enquanto em Congonhinhas os homens são mais incentivados que as mulheres a fazer esta escolha, em Petrolina verifica-se o contrário: as mulheres do município são mais incentivadas a buscar trabalho na cidade que seus conterrâneos homens, talvez por haver maior demanda pelo trabalho feminino, nas cidades próximas aos acampamentos em que vivem.

Sobre a obtenção de terras, condição que seria desejável ter, caso o jovem resolva permanecer na terra, as famílias também tem algo a dizer. Na **Figura 42** se apresentam as avaliações (médias) de frequência de incentivos, oferecidos pelas famílias, para a escolha de programas de acesso à terra, para as moças e rapazes, em Congonhinhas e Petrolina. Para estas avaliações, foi usada a mesma escala de quatro pontos (0=nunca, até 3=sempre), já descrita.

Talvez a primeira conclusão importante, a que estes resultados levam, seja a de que as mulheres são muito pouco estimuladas, pelas famílias, a obterem terra, em Congonhinhas, por qualquer dos programas de acesso à terra. Neste mesmo município, os homens são bastante incentivados a buscar terra pela reforma agrária, em oposição ao pouco incentivo observado para a obtenção de terra pelo programa de crédito fundiário.

Em Petrolina, observa-se também uma preferência relativa pelo programa de reforma agrária, sendo o incentivo similar para mulheres (nos dois programas) e para homens, no que se refere ao programa de crédito fundiário.

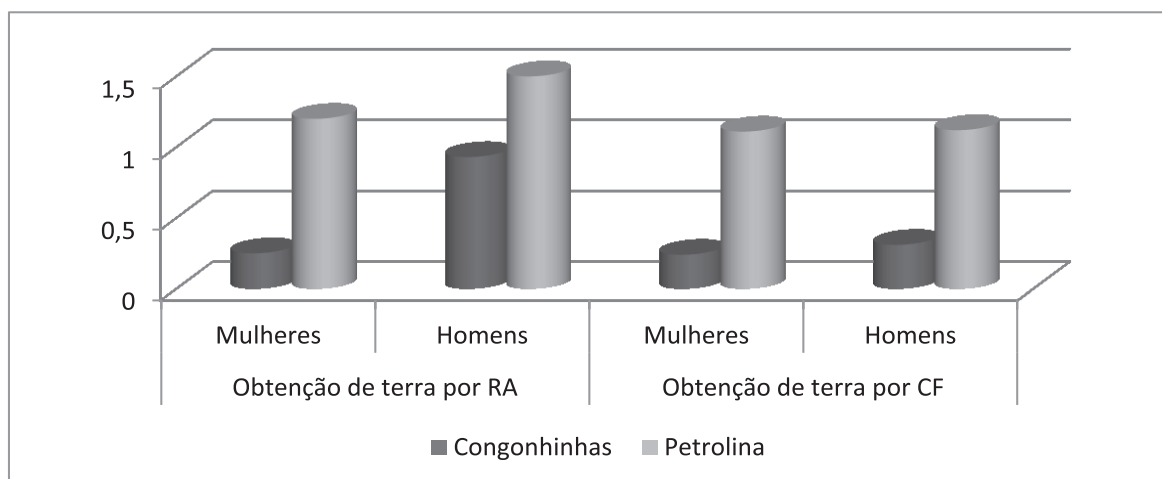


Figura 42: Média de avaliações sobre frequência de incentivo, dado pela família, para obtenção de terra por meio de reforma agrária ou de crédito fundiário, em Congonhinhas e Petrolina, conforme o gênero.

Estes resultados permitem reconhecer a importância de processos de interação entre os membros da família, que constituem uma importante influência sobre a decisão de aceitar o desafio da obtenção de terra ou, ao contrário, esforçar-se por deixar o campo e a família. Eles também são muito consistentes com a tendência de todos os entrevistados em permanecer na roça, e não em deixar o campo, como seria de esperar em Estados caracterizados por forte atratividade de regiões urbanas, como é o caso de Paraná e Pernambuco (ver descrição do desenho amostral)

Algumas demandas já muito conhecidas, como a de aquisição de maior educação formal, saem robustecidas da análise, e indicam que esta demanda não pode ser de forma alguma relegada, se há intenção de apoiar o incentivo da família para que o jovem rural “fique na roça”.

4.5.2. Razões para querer sair, razões para permanecer na terra

Parte relevante da pesquisa realizada até hoje sobre o jovem rural trata da questão da permanência ou migração. Esta literatura foi analisada em detalhe, em seção anterior deste trabalho. A partir dos resultados encontrados, e com base nas categorias identificadas (ver Resultados, **seção 1.2**) foram formuladas questões sobre as principais influências sobre a intenção de deixar o campo ou nele permanecer, para os entrevistados que haviam manifestado cada uma destas intenções.

Cada uma das razões sugeridas na entrevista foi avaliada, pelos entrevistados, por meio de uma escala de três pontos (0=nenhuma influência, 1=pequena influência, 2=muita influência), o que permitiu calcular médias para cada uma destas razões ou influências. A **Tabela 31** apresenta estas médias, comparando homens e mulheres de Congonhinhas e Petrolina.

Tabela 31: Avaliações médias sobre diferentes razões para a intenção de migrar, realizadas pelos entrevistados, conforme o município e sexo.

Legenda:
 Influência muito elevada;
 Influência elevada;
 Influência baixa;
 Influência nula

RAZÕES PARA MIGRAR	CONGONHINHAS		PETROLINA		Média Geral	Ranking, dada a média
	Homens (n=5)	Mulheres (n=4)	Homens (n=5)	Mulheres (n=8)		
Aqui os serviços (de luz, água, telefone, etc.) tem pouca qualidade	0,8	1	0,6	0,85	0,81	17
Aqui não se tem internet, transporte e lazer de qualidade	0,8	1,25	1	1,11	1,04	10
A terra nesta região é ruim para a agricultura	0,2	0	0,6	0,32	0,28	21
Aqui seu trabalho na terra não é pago (em dinheiro)	0,6	0,5	0	0,00	0,28	21
Você precisa sair daqui para estudar mais	0,4	1,75	1	1,23	1,09	8
Você vai levar uma vida melhor, no lugar onde vai morar	1,6	2	1	1,51	1,53	3
Você acha ruim a vida no campo	0,8	1,25	0,6	0,96	0,90	14
Aqui a chance de que você consiga sua própria terra é pequena	0	0	0,6	0,51	0,28	21
Aqui há muito pouca oportunidade de trabalho	1,4	1,75	1,6	1,51	1,57	2
Você quer que seus filhos sejam criados em outro lugar.	0,4	1,75	0,8	0,87	0,95	11
Em outro lugar, você vai ter outras atividades, além de trabalho.	1,25	2	1,2	1,47	1,48	4
O que você ganha aqui é muito pouco para suas necessidades.	1	1,5	1,6	1,70	1,45	5
Em outros lugares, há mais chance de qualificação profissional.	1,2	2	2	1,66	1,72	1
Aqui não há condições para conseguir renda da agricultura (dinheiro para o plantio ou criação, máquinas, estradas para vender produtos).	1,75	1	0,8	0,76	1,08	9
O trabalho no campo é muito duro.	0,8	1,5	0,8	0,98	1,02	12
A maioria dos seus amigos está indo embora.	1,2	1,25	0,6	0,62	0,92	13
Você pretende se casar com alguém que não seja daqui.	0	0	0,8	0,87	0,42	19
Suas chances de herdar a terra de seus pais são pequenas.	0	0	0,2	0,70	0,22	22
O seu trabalho aqui lhe desagrada.	0,25	1,75	0,6	1,41	1,00	11
Seus pais só passaram dificuldades neste lugar.	0,75	1,25	0,4	1,17	0,89	15
Aqui você leva uma vida muito difícil.	1,5	1	1	1,23	1,18	7
Em outro lugar, você vai poder fazer o que quiser, sem o controle de sua família	0,25	0,5	0,6	0,29	0,41	20
Aqui é muito difícil formar uma família	1,25	0,75	1	0,44	0,86	16
As pessoas aqui pensam de forma muito diferente da sua	0,75	0,5	0,8	0,64	0,67	18
Você quer que seus filhos tenham outra profissão, diferente da agricultura	1,25	1,25	1,2	1,36	1,26	6

Em primeiro lugar, considerando o valor da média geral, as seguintes razões foram classificadas na faixa mais elevada (corresponde a influências muito elevadas), de valores superiores a 1. São elas:

- Maior chance de qualificação profissional, em outro lugar (1,72);
- Pouca oportunidade de trabalho no campo (1,57);
- Possibilidade de melhoria de qualidade de vida, no lugar onde vai morar (1,53);
- Possibilidade de ter outras atividades, além de trabalho, em outro lugar (1,48);
- Ganhos no campo insuficientes para atendimento das necessidades dos jovens (1,45);
- Desejo de que os filhos tenham outra profissão, diferente da agricultura (1,26);
- Dificuldades da vida no campo, de modo geral (1,18);
- Necessidade de deixar o campo para estudar mais (1,09);
- Falta de condições para conseguir renda da agricultura (1,08);
- Falta de serviços de internet, transporte e lazer de qualidade, no campo (1,04); e
- Rigor (dureza) do trabalho no campo (1,02).

Foram também calculadas as médias de avaliações por município, somando-se homens e mulheres em cada município, e as médias de avaliações por sexo (somando as avaliações somente de mulheres, nos dois municípios, e a de homens, de igual modo). Estes cálculos foram feitos em relação às nove influências mais relevantes sobre a intenção de migrar, já descritas. Estas médias são apresentadas na **Tabela 32**.

Tabela 32: Avaliações de influências mais relevantes para intenção de migrar, por município e por sexo (médias).

RAZÕES MAIS RELEVANTES PARA A INTENÇÃO DE MIGRAR	Congonhinhas	Petrolina	Homens	Mulheres
Em outros lugares, há mais chance de qualificação profissional.	1,60	1,83	1,60	1,83
Aqui há muito pouca oportunidade de trabalho	1,58	1,56	1,50	1,63
Você vai levar uma vida melhor, no lugar onde vai morar	1,80	1,25	1,30	1,75
Em outro lugar, você vai ter outras atividades, além de trabalho.	1,63	1,34	1,23	1,74
O que você ganha aqui é muito pouco para suas necessidades.	1,25	1,65	1,30	1,60
Você quer que seus filhos tenham outra profissão, diferente da agricultura	1,25	1,65	1,23	1,30
Aqui você leva uma vida muito difícil.	1,25	1,11	1,25	1,11
Você precisa sair daqui para estudar mais	1,08	1,11	0,70	1,49
Aqui não há condições para conseguir renda da agricultura (dinheiro para o plantio ou criação, máquinas, estradas para vender produtos).	1,38	0,78	1,28	0,88

Na Tabela, cores iguais indicam similaridade de avaliações (entre municípios ou entre sexos). Em relação a municípios, estes só apresentam similaridade em relação à pouca oportunidade de trabalho, e à necessidade de sair do campo para estudar mais; Congonhinhas apresenta avaliações mais elevadas para a possibilidade de melhoria de vida, em outro lugar; de ter outras atividades, além de trabalho, neste lugar; das dificuldades da vida no campo, e da falta de condições para conseguir renda da agricultura, no município. Os entrevistados de Petrolina, por sua vez, estão mais preocupados com a obtenção de qualificação profissional, com a melhoria de qualidade de vida em outro lugar, com a possibilidade de outras atividades, além do trabalho, neste outro lugar, com a insuficiência de seus ganhos no campo, com o projeto de retirar seus filhos da agricultura e com a necessidade de sair do campo para estudar mais. Os homens apresentam avaliações superiores às das mulheres para a dureza da vida no campo, e para a falta de condições para conseguir renda da agricultura.

De modo geral, pode-se dizer, ainda com base na **Tabela 32**, que as razões mais relevantes para migrar estão mais presentes (são em maior número) em Congonhinhas do que em Petrolina; de modo similar, que as mulheres também percebem maior número de razões para migrar do que os homens.

Análises semelhantes às descritas para as razões para migrar foram feitas, em relação às razões para permanecer na terra. A **Tabela 33** apresenta as avaliações por sexo, dentro de cada município. Nesta Tabela, observa-se que são mais numerosas as variáveis que influenciam a intenção de permanecer no campo. Também, pode-se dizer que o conteúdo das avaliações mais relevantes indica que agora aparecem em maior número as avaliações que revelam valorização afetiva do campo e das condições de vida e trabalho que ele oferece.

Esta Tabela apresenta um maior número de variáveis em relação às quais todos os grupos (homens e mulheres em Congonhinhas e Petrolina) acreditam ser muito relevantes como influência para sua intenção de permanecer na terra. São elas: satisfação com a vida no campo, satisfação com o trabalho no campo, segurança da vida no campo, e acesso à terra para trabalhar na agricultura.

Considerando o valor da média geral, as seguintes razões para permanecer no campo foram classificadas na faixa mais elevada :

- Acesso à terra para continuar na agricultura (1,81);
- Segurança da vida no campo (1,80);
- Satisfação com o trabalho no campo (1,73);
- Satisfação com a vida do campo (1,71);
- Facilidade para formar uma família no campo (1,63);
- Projeto para criar os filhos neste lugar (1,63);
- Qualidade da terra, para a agricultura (1,61);
- Facilidade da vida no campo (1,60);
- Liberdade percebida para tomar as decisões que precisa (1,59);
- Dificuldade da vida em outro lugar (1,55);
- Exemplo dos pais e sua satisfação por viver no campo (1,50);
- Falta de atratividade do trabalho na cidade (1,19);
- Disponibilidade, no campo, das condições que precisa para viver (1,11);
- Projeto para que os filhos trabalhem na agricultura (1,09);
- Disponibilidade, no campo, de alimentos e casa barata (0,96).

Tabela 33: Avaliações médias sobre diferentes razões para a intenção de permanecer no campo, realizadas pelos entrevistados, conforme o município e sexo.

Legenda:

■ Influência muito elevada; ■ Influência elevada; ■ Influência baixa; □ Influência nula

RAZÕES PARA PERMANECER NA TERRA	CONGONHINHAS		PETROLINA		Média Geral	Ranking, dada a média
	Homens (n=25)	Mulheres (n=24)	Homens (n=23)	Mulheres (n=46)		
Aqui os serviços (luz, água, telefone) tem boa qualidade	0,56	0,46	0,64	0,59	0,56	19
Aqui se tem internet, transporte e lazer de qualidade	0,24	0,17	0,39	0,42	0,31	23
A terra nesta região é boa para a agricultura	1,60	1,43	1,78	1,64	1,61	6
Aqui, você recebe alimentos e casa barata	0,96	1,35	0,83	0,71	0,96	14
Você não tem intenção de estudar mais	0,36	0,13	0,30	0,20	0,25	24
A vida fora daqui é muito mais difícil	1,44	1,54	1,61	1,60	1,55	9
Aqui você economiza porque mora na casa de seus pais.	0,58	0,21	0,39	0,36	0,39	22
Todos os seus amigos estão aqui.	0,72	0,46	1,00	0,84	0,76	16
Você leva uma vida boa, aqui.	1,64	1,63	1,78	1,35	1,60	7
Aqui você tem tudo que precisa, tanto no trabalho, como nas horas de descanso.	1,08	1,13	1,26	0,98	1,11	12
Você gosta de viver aqui	1,76	1,70	1,78	1,59	1,71	4
Aqui há condições para conseguir renda da agricultura (dinheiro para o plantio ou criação, máquinas, estradas, etc.).	0,64	0,96	0,74	0,84	0,79	15
Você tem chances de herdar a terra de seus pais.	0,54	0,17	0,62	0,75	0,52	20
Você gosta do trabalho no campo	1,84	1,63	1,83	1,61	1,73	3
Você quer se casar com alguém daqui.	0,57	0,12	0,41	0,49	0,40	21
Você quer que seus filhos cresçam aqui.	1,68	1,50	1,70	1,64	1,63	5
Aqui existem boas oportunidades de trabalho.	0,76	0,79	1,00	0,60	0,79	15
Aqui você tem toda a liberdade de que precisa.	1,40	1,58	1,74	1,62	1,59	8
A vida aqui é muito mais segura.	1,68	1,67	2,00	1,84	1,80	2
O dinheiro que você ganha aqui atende todas as suas necessidades.	0,71	0,83	0,61	0,49	0,66	18
Meus pais sempre trabalharam no campo, e foram felizes.	1,68	1,39	1,70	1,24	1,50	10
Aqui você tem terra para continuar na agricultura.	1,64	1,88	1,96	1,78	1,81	1
Você não gosta do trabalho que pode ter na cidade	1,20	1,43	1,30	0,81	1,19	11
É mais fácil formar uma família aqui.	1,56	1,79	1,70	1,49	1,63	5
As pessoas aqui pensam como você	0,56	0,63	1,09	0,74	0,75	17
Quero que meus filhos trabalhem na agricultura	1,00	1,13	1,39	0,86	1,09	13

Foram também calculadas as médias de avaliações por município, somando-se homens e mulheres em cada município, e as médias de avaliações por sexo (somando as avaliações somente de mulheres, nos dois municípios, e a de homens, de igual modo). Estes cálculos foram feitos em relação às nove influências mais relevantes sobre a intenção de migrar, já descritas. Estas médias são apresentadas na **Tabela 34**.

Tabela 34: Avaliações de influências mais relevantes para intenção de permanecer na terra, por município e por sexo (médias).

RAZÕES MAIS RELEVANTES PARA A INTENÇÃO DE PERMANECER NA TERRA	Congonhinhas	Petrolina	Homens	Mulheres
Aqui você tem terra para continuar na agricultura.	1,76	1,87	1,80	1,83
A vida aqui é muito mais segura.	1,67	1,92	1,84	1,75
Você gosta do trabalho no campo	1,73	1,72	1,83	1,62
Você gosta de viver aqui	1,73	1,68	1,77	1,64
É mais fácil formar uma família aqui.	1,68	1,59	1,63	1,64
Você quer que seus filhos cresçam aqui.	1,59	1,67	1,69	1,57
A terra nesta região é boa para a agricultura	1,52	1,71	1,69	1,54
Você leva uma vida boa, aqui.	1,63	1,57	1,71	1,49
Aqui você tem toda a liberdade de que precisa.	1,49	1,68	1,57	1,60
A vida fora daqui é muito mais difícil	1,49	1,60	1,52	1,57
Meus pais sempre trabalharam no campo, e foram felizes.	1,54	1,47	1,69	1,32
Você não gosta do trabalho que pode ter na cidade	1,32	1,06	1,25	1,12
Aqui você tem tudo que precisa, tanto no trabalho, como nas horas de descanso.	1,10	1,12	1,17	1,05
Quero que meus filhos trabalhem na agricultura	1,06	1,13	1,20	0,99
Aqui, você recebe alimentos e casa barata	1,15	0,77	0,89	1,03

As maiores avaliações, de modo geral, foram feitas por entrevistados em Petrolina (em comparação com os de Congonhinhas), e por homens, em comparação com as mulheres, em qualquer dos dois municípios. Pode-se dizer, assim, que os de Petrolina encontram mais razões para permanecer no campo do que os de Congonhinhas; e que os homens, de qualquer lugar, também percebem que há mais razões para esta decisão, do que as mulheres. Estas últimas, diga-se de passagem, não apresentaram avaliação superior a dos homens em

relação a nenhuma das variáveis consideradas. Apenas apresentaram avaliações semelhantes a eles, em relação à satisfação com a vida no campo, à facilidade de formar uma família no campo, à liberdade que experimentam, à percepção de dificuldades com a vida em outro lugar.

Nos municípios, Congonhinhas apresentou uma única avaliação superior às de Petrolina: em relação à facilidade de formar uma família no campo.

Os resultados apresentados, tanto em termos de razões para migrar como de razões para permanecer, foram comparados às categorias identificadas a partir da análise de pesquisas anteriores sobre migração e permanência (ver Resultados, seção 1.2). Esta comparação foi feita considerando as influências mais relevantes para migrar e para permanecer.

Esta comparação permitiu identificar que as influências para migrar, identificadas na presente pesquisa, estão relacionadas (por ordem de importância da influência) às categorias de *Acesso à Educação e a Formação Profissional, Oferta de Trabalho no meio urbano (e no rural), Valores sobre modos de vida e permanência na terra, Acesso a Recursos Financeiros para atendimento a necessidades de consumo, Características do Trabalho no Campo e nas Cidades, Condições para Obtenção de Sucesso na Produção Agrícola, Serviços Oferecidos no local de residência.*

Por outro lado, as principais influências sobre a intenção de permanecer na terra estão relacionadas às seguintes categorias: *Acesso à terra, Valores sobre modos de vida e permanência na terra, Características do Trabalho no Campo e nas Cidades, Condições para Obtenção de Sucesso na Produção Agrícola.*

Há categorias que são comuns, tanto como influências para migrar como para permanecer. No entanto, é possível perceber que apresentam peso distinto, em cada caso. Por exemplo, a categoria *Valores sobre modos de vida* tem uma importância muito maior na decisão sobre permanência, como se indica pelo maior número de variáveis a ela relacionadas que apareceu como influência relevante para esta decisão.

Importante destacar que há algumas variáveis que só influenciam a decisão de migrar (é o caso da busca por educação, oferta de trabalho no campo e na cidade, acesso a recursos financeiros, serviços oferecidos), e outras, que só influenciam a decisão de permanecer na terra (que é o caso do Acesso à terra).

4.6 A Experiência dos Jovens Rurais com as Políticas de Acesso à Terra

A amostra dividiu-se, como já comentado, em beneficiários de reforma agrária (assentamentos), de crédito fundiário, e não beneficiários. Em Congonhinhas, 38,60% dos entrevistados eram beneficiários de RA; 24,56% de crédito fundiário, e 36,84% eram não beneficiários. Em Petrolina, 43,75% eram assentados de reforma agrária; 26,25% de crédito fundiário, e os restantes 30% eram compostos por não beneficiários.

É interessante comentar a divisão por gênero, dentro de cada uma destas categorias (com acesso à terra por reforma agrária, por crédito fundiário e sem acesso à terra. A **Figura 43** apresenta estes resultados. Nesta Figura, observa-se que entre os beneficiários de reforma agrária, as mulheres estão em maioria, nos dois municípios; a proporção relativa de mulheres é ainda maior para Petrolina.

Para beneficiários de crédito fundiário e para não beneficiários, o padrão é semelhante: os homens estão em maioria em Congonhinhas, e as mulheres, em Petrolina.

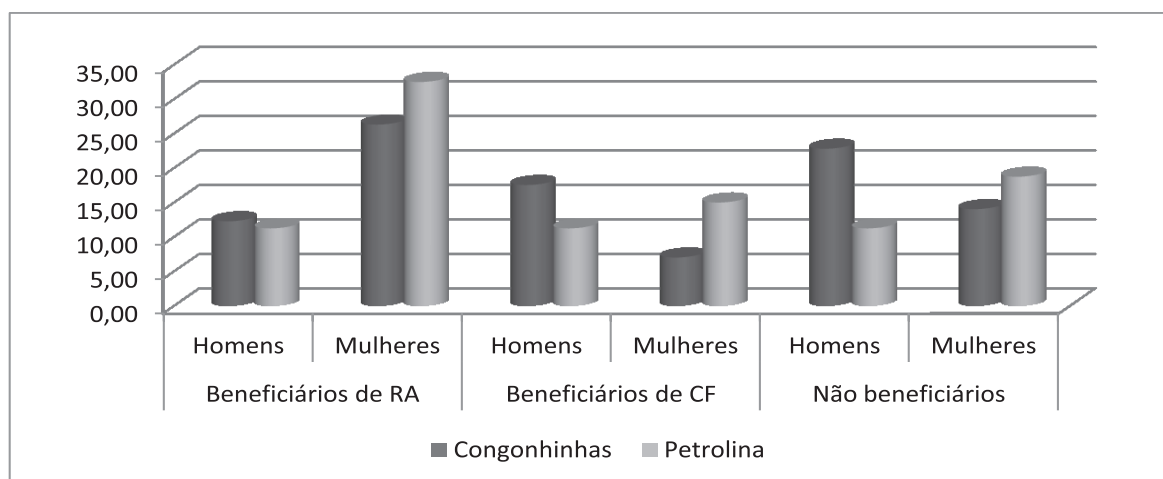


Figura 43: Proporção (%) de beneficiários de reforma agrária (RA), de crédito fundiário (CF), e de não beneficiários, por gênero, nos dois municípios analisados.

Aos beneficiários do PNCF a pesquisa indagou também a qual programa de crédito fundiário (CAF (Consolidação da Agricultura Familiar); CPR (Combate à Pobreza Rural); ou BT (Banco da Terra)), os entrevistados estavam vinculados. A **Figura 44** apresenta os resultados sobre esta questão, e evidencia uma forte presença do Banco da Terra, com 71,43% do total de beneficiários do PNCF na amostra estudada, no município de Congonhinhas. Nesta localidade, aparece em segundo lugar a linha CAF, criada após a interrupção do Banco da Terra, em 2003. E em último na proporção de quase 10% dos beneficiários do Paraná, que não sabem a que programa se vinculam. Não existem beneficiários da linha CPR, entre os entrevistados.

Em Petrolina, a maioria se enquadra nesta condição de beneficiários que não sabem a que programa se vinculam (76,19%). A linha de Combate à Pobreza Rural aparece com 14,29% dos beneficiários do crédito fundiário em Petrolina e, em último lugar estão os beneficiários do antigo Programa Banco da Terra.

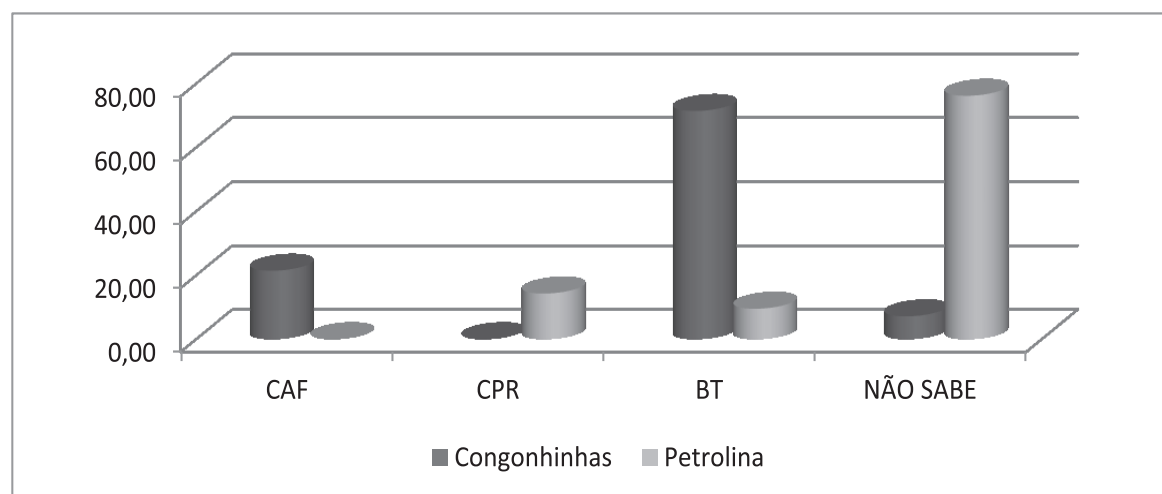


Figura 44: Proporção de jovens rurais, por programa/linha de acesso a crédito fundiário e por município, em relação ao total de entrevistados e suas respostas, em cada categoria.

Foi solicitado aos beneficiários do crédito fundiário informar, também, se recebiam adicional do selo Nossa Primeira Terra (NPT), recursos que podem ser solicitados pelos beneficiários que se enquadrem como jovens rurais. A **Figura 45** apresenta as informações dos entrevistados indicando que os jovens do município de Congonhinhas estão tendo maior acesso a estes recursos. Também evidenciam a elevada proporção de jovens rurais que desconhece este adicional, nas duas localidades; no entanto, quase 100% dos jovens de Petrolina (e somente a metade deste valor) declararam-se sem informação a respeito do NPT.

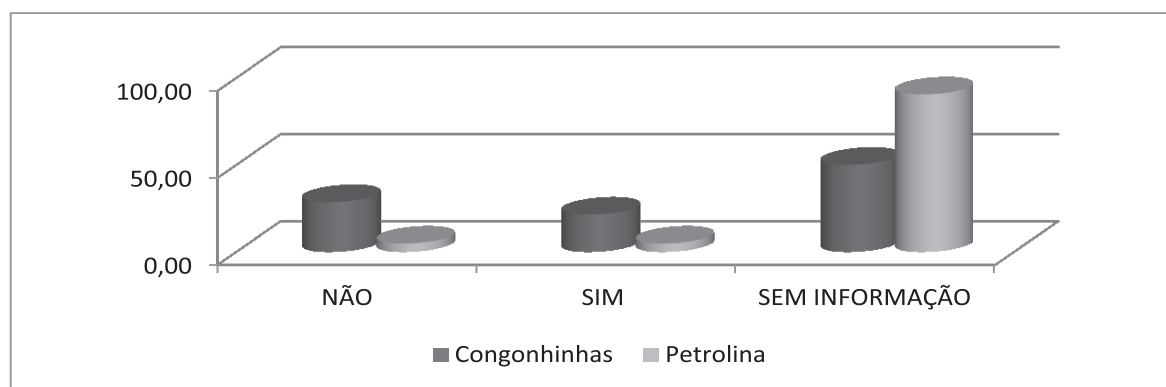


Figura 45: Proporção de jovens rurais beneficiários do crédito fundiário, por município, que responderam SIM ou NÃO à questão sobre o recebimento de recursos adicionais do selo Nossa Primeira Terra.

Por sua vez, os não beneficiários foram solicitados a informar se gostariam de obter terra. Sua resposta a esta questão está bastante clara (**Figura 46**): há um grande interesse na obtenção de terra, maior em Petrolina do que em Congonhinhas. Nesta questão, houve pequeno número de respostas inválidas, nos dois municípios, indicando a motivação dos jovens em expressar este seu desejo. Há, no entanto, uma proporção expressiva de jovens rurais sem acesso à terra, em Congonhinhas (35% dos entrevistados nesta categoria), que **não** desejam ter este acesso.

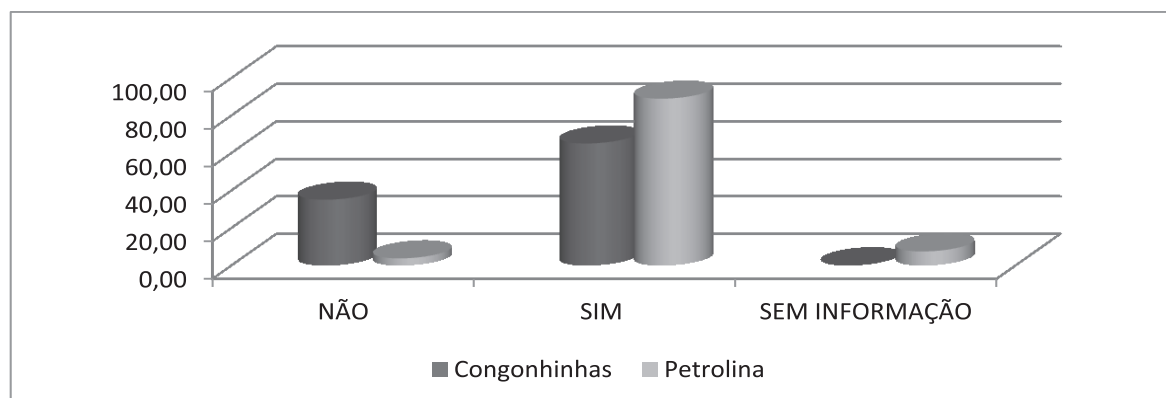


Figura 46: Proporção de jovens rurais sem acesso à terra, por município, que responderam SIM ou NÃO a questão sobre seu interesse na obtenção de terra.

Na amostra, há vinte e três não beneficiários que desejam obter terra, em Congonhinhas, e vinte e quatro, em Petrolina. Questionados sobre sua preferência, em relação ao programa para obtenção de terra, apresentaram as respostas da **Figura 47**. Ali se observa que os não beneficiários de Congonhinhas, em sua maioria, preferem o programa de reforma agrária, enquanto os de Petrolina apresentam tendência exatamente contrária a esta, isto é, preferem o programa de crédito fundiário.

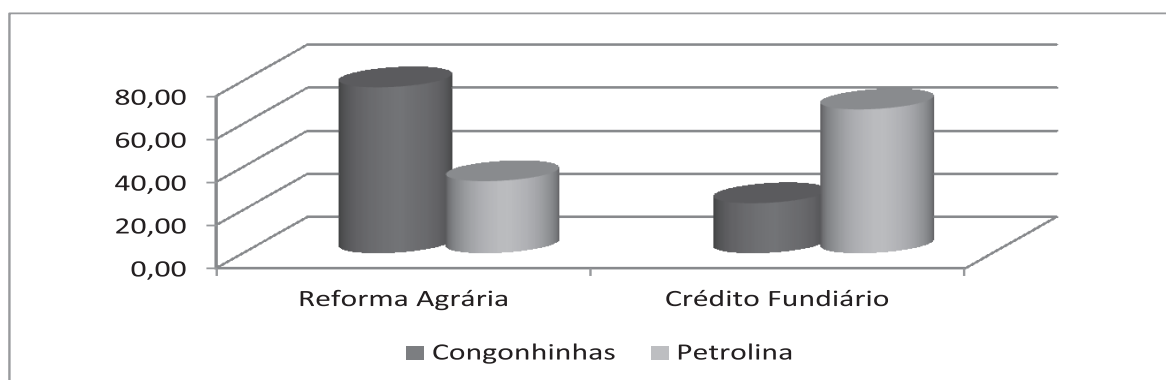


Figura 47: Preferência declarada pelos jovens rurais sem terra, por município, e que gostariam de obter terra, sobre o programa em que estão mais interessados.

Os jovens sem-terra foram também solicitados a indicar aos pesquisadores se já contavam com a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Suas respostas são apresentadas na **Figura 48**, e indicam que a maioria não possui este documento, essencial para o acesso às políticas, e que uma proporção expressiva desconhece que o documento existe e sua finalidade.

Verifica-se ainda que os jovens de Congonhinhas dividem-se entre os que não possuem a DAP, ou que não sabem responder a questão, portanto pouco informados sobre a importância desta Declaração. Em Petrolina, há um percentual de 44,44% que não sabem responder a questão, também indicando a pouca informação dos jovens sem terra, sobre o processo de obtenção de terra, de modo geral.

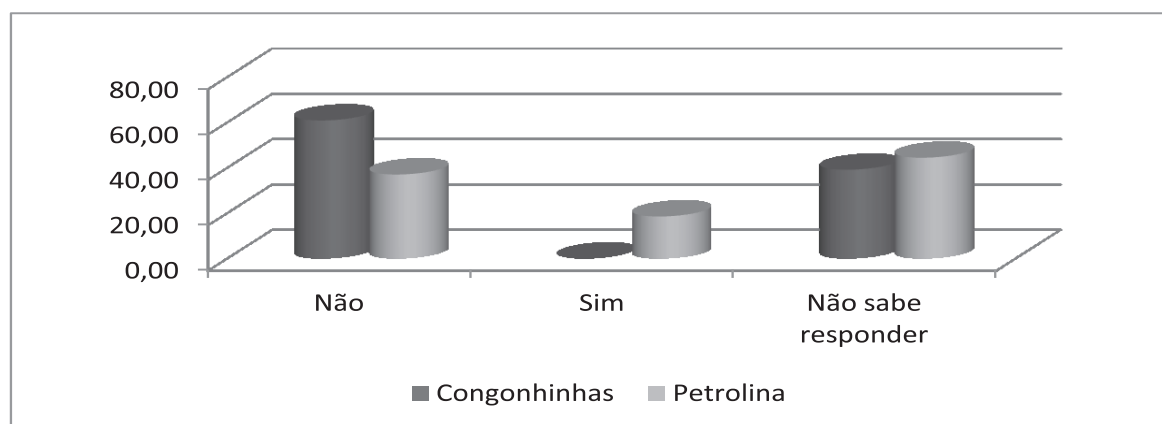


Figura 48: Proporção de jovens rurais sem terra, por município, que declararam possuir ou não DAP, ou ainda não saber responder sobre este documento, e que gostariam de obter terra, entre os entrevistados sem terra.

Finalmente, os jovens sem terra (e interessados em obtê-la) foram solicitados a avaliar o seu nível de conhecimento sobre o processo de obtenção de terra. A questão era: “*Você tem todas as informações necessárias para obter a terra?*” A resposta poderia variar entre: “*De modo algum*”; “*Sim, em parte*”, e “*Sim, totalmente*”. As respostas são apresentadas na **Figura 49**.

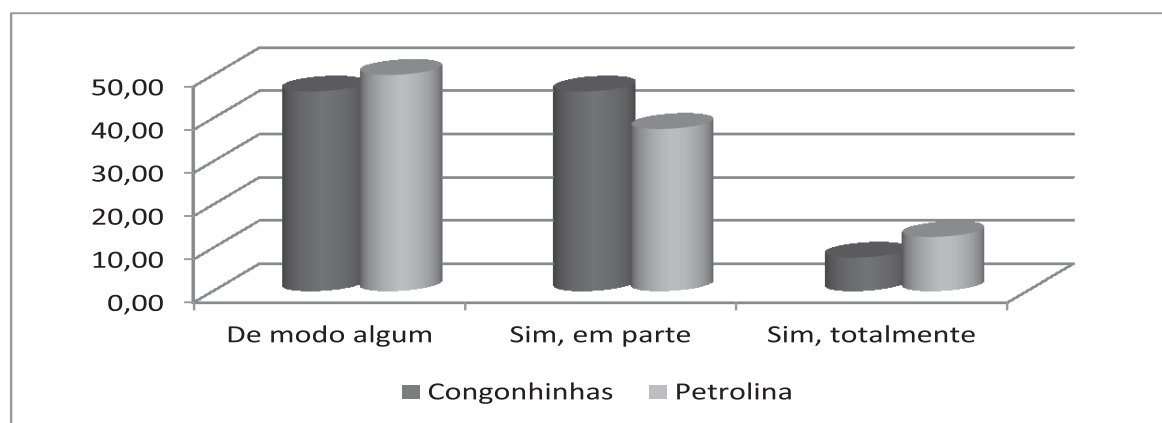


Figura 49: Proporção de jovens rurais sem terra (que gostariam de obtê-la), por município, e sua autoavaliação sobre o conhecimento em relação ao processo de obtenção de terra.

Novamente, confirma-se um reduzido nível de informação, em geral, por parte dos jovens sem terra. Aproximadamente a metade, nos dois municípios afirma não ter conhecimento algum do processo. Apenas 7,69% dos jovens sem terra (e interessados em obtê-la) em Congonhinhas, afirmaram conhecer todo o processo, ao lado de 12,5% dos jovens de Petrolina que declararam o mesmo.

Posse e uso da DAP nos últimos 3 anos

Um requisito essencial para enquadrar-se como beneficiário do PRONAF (Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é a apresentação da DAP, a Declaração de Aptidão ao PRONAF. A posse da DAP significa que o beneficiário atende aos requisitos de enquadramento como agricultor familiar¹³ e lhe abre o acesso às linhas de financiamento do PRONAF.

A DAP, não obstante sua grande relevância para permitir acesso ao PRONAF, ganhou com o tempo ampliação de uso, servindo também como meio de acesso a outras políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e outros pequenos produtores de base familiar¹⁴. Entre essas políticas, pode-se citar as de acesso à terra, como o PNRA e PNCF, e o programa habitacional “Minha Casa Minha Vida Rural”, por exemplo. Na **Tabela 35** apresentam-se dados referentes à posse da DAP por parte dos agricultores entrevistados.

Tabela 35: Posse da DAP: Situação dos jovens agricultores entrevistados

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Jovens Não beneficiários		
	Não Tem	Tem	Sem Resposta	Não Tem	Tem	Sem Resposta	Não Tem	Tem	Sem Resposta
Congonhinhas	19%	15%	3%	2%	19%	3%	24%	0%	15%
Petrolina	6%	23%	13%	11%	10%	5%	12%	6%	14%
Total	11%	20%	9%	7%	13%	4%	17%	4%	15%

No município de Congonhinhas, a maioria dos beneficiários do PNRA (19%), bem como a maioria do grupo de jovens não beneficiários de políticas de acesso à terra (24%), não possui DAP. No entanto, a maioria dos beneficiários do PNCF (19%) possui a DAP. Em Petrolina, por seu turno, a maioria dos beneficiários do PNRA (23%) possui a DAP, enquanto que, dos beneficiários do PNCF, somente 10% a possuem. Com relação aos jovens não beneficiários de políticas de acesso à terra, em Petrolina, apenas uma pequena fração (6%) possui a DAP.

Dada a importância da DAP para acesso às linhas de crédito do PRONAF e a outras políticas públicas específicas para o agricultor familiar, esses resultados são surpreendentes e já fazem supor que esses grupos, por razões diversas, estão à margem dos benefícios que poderiam ser alcançados por tais políticas. Com efeito, na **Tabela 36** apresentam-se os dados referentes ao uso da DAP, nos últimos 3 anos, pelos jovens entrevistados nesse estudo; estes indicam que dentre os jovens entrevistados de Congonhinhas, somente 10% dos beneficiários do PNRA e 12% dos beneficiários do PNCF utilizaram a DAP nos últimos 3 anos. Nenhum dos jovens não beneficiários de Congonhinhas a utilizou.

¹³ São agricultores que atendam às seguintes condições (FETAEP, 2012):

- Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou permissionário de áreas;
- Residam no estabelecimento ou em local próximo;
- Detenham, a qualquer título, no máximo, 4 (quatro) módulos fiscais de terra, vizinhos ou não;
- No mínimo 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- O trabalho familiar seja a base da exploração do estabelecimento, admitindo-se, no máximo, 2 empregados permanentes;
- Renda bruta anual familiar de até R\$ 160 mil, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer membro da família.

¹⁴ A lém dos agricultores familiares, são beneficiários do PRONAF: pescadores artesanais; aquicultores com até 2 ha de lâmina d'água; silvicultores; extrativistas (exceto garimpeiros e fiscoadores); integrantes de comunidades quilombolas rurais; povos indígenas; e os povos e comunidades tradicionais (Portaria MDA no. 17, de 23/03/2010).

Tabela 36: Uso da DAP nos últimos 3 anos por parte dos jovens agricultores entrevistados.

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Não beneficiários		
	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta
Congonhinhas	24%	10%	3%	8%	12%	3%	24%	0%	15%
Petrolina	18%	11%	13%	20%	0%	5%	18%	0%	14%
Total	20%	11%	9%	15%	5%	4%	20%	0%	15%

Em Petrolina, dentre os entrevistados, apenas 11% dos jovens beneficiários do PNRA fez algum uso da DAP. Nas demais categorias (beneficiários do PNCF e não beneficiários) não houve declaração do uso da DAP nos últimos 3 anos.

De acordo com esses dados, a fração de jovens agricultores que usaram a DAP nos últimos 3 anos é relativamente pequena, o que, de certa forma, contraria o esperado. Na análise a seguir, busca-se ser mais específico sobre o uso dado à DAP pelos jovens entrevistados.

Na **Tabela 37** apresentam-se dados sobre o uso da DAP para obter financiamento da produção, isto é, para financiamento do custeio da safra, nos últimos 3 anos. Os dados apontam que apenas uma fração relativamente pequena dos entrevistados utilizou a DAP para esse fim. Dentre os que utilizaram a DAP para financiamento da produção, estão principalmente os jovens beneficiários do PNRA, tanto em Congonhinhas, quanto em Petrolina, representados por respectivamente 7% e 8% do total de entrevistados em cada um desses municípios.

Tabela 37: Uso da DAP para financiamento da produção, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Não beneficiários		
	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta
Congonhinhas	27%	7%	3%	12%	8%	3%	24%	0%	15%
Petrolina	20%	8%	13%	20%	0%	5%	18%	0%	14%
Total	23%	8%	9%	17%	4%	4%	20%	0%	15%

Dentre os beneficiários do PNCF, não houve indicação do uso da DAP para esse fim em Petrolina e, em Congonhinhas, somente 8% dos entrevistados indicaram tê-la usado para obter financiamento do custeio da safra. Nenhum dos entrevistados na categoria de jovens não beneficiários das políticas de acesso à terra indicaram esse uso da DAP.

Na **Tabela 38** são apresentados dados sobre o uso da DAP para obtenção de financiamento para investimento em equipamentos por parte dos jovens agricultores entrevistados.

Tabela 38: Uso da DAP para financiamento de equipamentos, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Não beneficiários		
	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta
Congonhinhas	27%	7%	3%	19%	2%	3%	24%	0%	15%
Petrolina	24%	5%	13%	20%	0%	5%	18%	0%	14%
Total	25%	6%	9%	20%	1%	4%	20%	0%	15%

Novamente as declarações de uso da DAP para esse fim representam uma fração relativamente pequena da amostra de entrevistados, mais frequentes entre os beneficiários do PNRA, representando 7% dos entrevistados de Congonhinhas e 5% dos entrevistados de Petrolina. Entre os beneficiários do PNCF, somente em Congonhinhas foram registradas declarações de uso da DAP para essa finalidade, por uma fração de apenas 2% dos entrevistados naquele município. Não há, também, registro de uso da DAP para financiamento de investimentos em equipamentos por parte dos jovens agricultores não beneficiados por políticas de acesso à terra.

A DAP pode ainda ser utilizada para apoiar a atividade de comercialização dos estabelecimentos familiares, via enquadramento como fornecedores de programas de aquisição de alimentos implementados e apoiados por diferentes níveis de governo. Na **Tabela 39** apresentam-se dados relativos ao uso da DAP para esse fim. Apenas uma pequena fração dos beneficiários do PNRA, respectivamente, 3% dos entrevistados em Congonhinhas e 5% em Petrolina, declararam ter usado a DAP para facilitar a comercialização da sua produção. Quanto aos beneficiários do PNCF, apenas 7% dos entrevistados utilizaram a DAP para essa finalidade, enquanto que, junto aos jovens não beneficiários entrevistados, não se verificou nenhum uso.

Tabela 39: Uso da DAP para facilitar a comercialização de produtos, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Não beneficiários		
	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta
Congonhinhas	31%	3%	3%	14%	7%	3%	24%	0%	15%
Petrolina	24%	5%	13%	20%	0%	5%	18%	0%	14%
Total	27%	4%	9%	18%	3%	4%	20%	0%	15%

Por fim, entre os possíveis usos específicos da DAP analisados os entrevistados foram solicitados a indicar se a usavam para acessar as políticas de habitação (**Tabela 40**).

Tabela 40: Uso da DAP para acessar políticas de habitação, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Não beneficiários		
	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta	Não usou	Usou	Sem Resposta
Congonhinhas	31%	3%	3%	19%	2%	3%	24%	0%	15%
Petrolina	28%	1%	13%	20%	0%	5%	18%	0%	14%
Total	29%	2%	9%	20%	1%	4%	20%	0%	15%

Verifica-se uma repetição do padrão obtido nas respostas sobre os usos da DAP apresentadas anteriormente: pequenas frações de beneficiários do PNRA, respectivamente, 3% dos entrevistados em Congonhinhas e 5% em Petrolina. Dentre os beneficiários do PNCF, apenas em Congonhinhas verifica-se o uso da DAP para acessar políticas de habitação, declarada por 2% dos beneficiários. Entre os jovens não beneficiários não houve uso da DAP para esse fim.

Tipos de DAP

A DAP, Declaração de Aptidão ao PRONAF, mostrou ser um instrumento bastante útil de enquadramento dos beneficiários potenciais do PRONAF em diversas políticas e programas sociais do Governo. Os modelos de DAP em uso oferecem a identificação de beneficiários “pessoas físicas” do PRONAF, e também de “pessoas jurídicas”, entre elas as associações e cooperati-

vas potencialmente beneficiárias do PRONAF. A DAP que identifica “pessoa física” classifica-se como “principal” ou “acessória” e a DAP que identifica “pessoa jurídica” classifica-se como “especial”. Tanto a DAP “acessória” quanto a “especial” só podem ser concedidas se vinculadas a DAP principal. O **Quadro 6** apresenta os modelos de DAP para “pessoas físicas”, em que os entrevistados se enquadram.

Quadro 6: Tipos de DAP para Pessoas Físicas e suas finalidades

DAP PARA PESSOAS FÍSICAS	
DAP modelo 1.7.1:	DAP principal , identifica a unidade familiar de Agricultores Familiares dos Grupos “A” e “A/C” , respectivamente assentados pelo PNRA ou pelo PNCF. Inclui a identificação do casal responsável pelo sustento da família, ou do único titular, caso seja solteiro, viúvo ou não tenha vínculo conjugal estável.
DAP modelo 1.7.2:	DAP principal , identifica, exclusivamente , as unidades familiares dos beneficiários do Grupo B (com renda familiar anual bruta inferior a R\$ 10 mil e que não contratem trabalho assalariado permanente); inclui a identificação do casal responsável pelo sustento da família, ou de único titular.
DAP modelo 1.7.32:	DAP principal , identifica a unidade familiar dos beneficiários elegíveis como beneficiários do PRONAF ¹⁵ , não enquadrados nos grupos “A”, “A/C” e “B”; inclui a identificação do casal responsável pelo sustento da família, ou do único titular, caso seja solteiro, viúvo ou não tenha vínculo conjugal estável.
DAP modelo 2.0:	DAP acessória , emitida para identificar o (a) jovem, filho (a) de agricultor (a) familiar, sendo obrigatória a existência de uma DAP principal válida, para caracterização da vinculação à unidade familiar.
DAP modelo 2.1:	DAP acessória , emitida para identificar a mulher agregada ¹⁶ ao estabelecimento familiar; é obrigatória a existência de uma DAP principal válida para caracterização da vinculação à unidade familiar.

Fonte: MDA/SAF, 2008; FETAEP, 2012.

Nesse estudo buscou-se caracterizar e quantificar a posse dos modelos “principal” e “acessório” de DAP por parte dos jovens beneficiários. Na **Tabela 41** apresentam-se as proporções dos jovens agricultores entrevistados que possuem DAPs do tipo principal e acessória.

Tabela 41: Posse de DAP principal e acessória pelos jovens agricultores entrevistados

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária			Beneficiários do Crédito Fundiário			Não beneficiários		
	Acessória	Principal	Sem Resposta	Acessória	Principal	Sem Resposta	Acessória	Principal	Sem Resposta
Congonhinhas	2%	5%	31%	2%	8%	14%	0%	0%	39%
Petrolina	4%	1%	37%	0%	5%	20%	0%	0%	33%
Total Geral	3%	3%	35%	1%	6%	18%	0%	0%	35%

Tanto em Congonhinhas como em Petrolina, as proporções de entrevistados que declararam a posse de DAP principal e acessória são pequenas. Em Congonhinhas, 2% dos beneficiários do PNRA declaram possuir DAP acessória e 5% declaram possuir DAP principal. Entre os beneficiários do PNCF, 2% declaram possuir a DAP acessória e 8% a DAP principal. Nenhum dos jovens sem acesso à terra declarou possuir DAP, seja principal ou acessória.

Em Petrolina, as proporções de declarantes de posse de DAP acessória e principal são ainda menores: entre os beneficiários do PNRA, 4% dos entrevistados declararam possuir DAP acessória e apenas 1%, DAP principal. Para os beneficiários do PNCF nenhum entrevistado tem DAP acessória e 5% tem DAP principal. Novamente, os jovens não beneficiários declararam não ter posse de DAP principal ou acessória.

¹⁵ Ver **Nota de Rodapé 18**.

¹⁶ “Mulher agregada” é a mulher que convive com a família responsável pelo estabelecimento, mas que normalmente não tem parentesco com os titulares do estabelecimento. Ou seja, não é arrimo de família, nem esposa ou companheira do titular do estabelecimento.

Esses dados estão em linha com a **Tabela 35**, que apresenta os dados relativos à posse da DAP, e da **Tabela 36**, que apresenta os dados sobre o uso da DAP nos últimos 3 anos, todos muito baixos frente à importância do instrumento para os agricultores familiares.

Frente às proporções bastante baixas de declarantes de posse, uso e especificação de tipo da DAP, surgem como hipóteses para explicar esses dados, as situações seguintes: a) o desconhecimento do instrumento e dos seus diferentes modelos por parte significativa dos jovens agricultores entrevistados; b) um alto grau de substituições informais dos jovens detentores de terra; c) um alto grau de inadimplência dos beneficiários, frente aos créditos que tomaram, impossibilitando o uso e a renovação da DAP. Infelizmente, no âmbito deste estudo, não foi possível testar essas hipóteses.

Qualidade da informação recebida sobre acesso à terra via PNRA e PNCF

No presente estudo, procurou-se identificar a qualidade da informação recebida pelos jovens agricultores buscando conhecer as políticas de acesso à terra, e suas respectivas fontes. Para esse fim, aos jovens entrevistados foi solicitada uma avaliação da qualidade da informação recebida de diferentes agentes. Os agentes avaliados foram os sindicatos (STTRs), as UTEs e os Agentes Financeiros (Bancos). Os resultados obtidos da avaliação da qualidade das informações obtidas dos sindicatos (STTRs) são apresentados na **Tabela 42**.

As respostas dos beneficiários do PNRA apontam que 64% em Congonhinhas e 17% em Petrolina declararam não haver recebido quaisquer orientações dos sindicatos; 5% dos entrevistados em Congonhinhas e 9% em Petrolina declararam haver recebido informação “pouco útil”; 18% dos declarantes em Congonhinhas e 11% em Petrolina avaliam que receberam boa orientação; e, ainda em Petrolina, 23% dos entrevistados avaliaram como “ótimas” as orientações recebidas dos sindicatos e, em Congonhinhas não foi observada nenhuma avaliação nesse grau.

Quanto ao grupo dos beneficiários do PNCF, em Congonhinhas 28% dos entrevistados avaliaram as informações recebidas dos sindicatos como “boa” ou “ótima”, enquanto em Petrolina esse total atingiu 43%.

Tabela 42: Qualidade da informação sobre acesso à terra fornecida pelos sindicatos (STTRs).

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária					Total Geral
	Não recebeu orientação	Recebeu informação pouco útil	Recebeu boa orientação	Recebeu ótima orientação	Sem resposta	
Congonhinhas	64%	5%	18%	0%	14%	100% (n=22)
Petrolina	17%	9%	11%	23%	40%	100% (n=35)
Beneficiários do Crédito Fundiário						
Congonhinhas	21%	43%	21%	7%	7%	100% (n=14)
Petrolina	5%	10%	5%	38%	43%	100% (n=21)
Não beneficiários						
Congonhinhas	48%	0%	4%	0%	48%	100% (n=23)
Petrolina	37%	0%	7%	7%	48%	100% (n=27)
Total Geral						
Congonhinhas	47%	12%	14%	2%	25%	100% (n=59)
Petrolina	20%	6%	8%	22%	43%	100% (n=83)

Entre os jovens não beneficiários de Congonhinhas, apenas 4% avaliaram como “boa” a informação sobre acesso à terra recebida do sindicato, sem qualquer avaliação “ótima”. Em Petrolina, no entanto, 14% deles consideraram a informação recebida como “boa” ou “ótima”.

Chama a atenção o fato de que as avaliações sobre a qualidade das informações oferecidas pelos sindicatos em Petrolina alcançaram conceitos consistentemente melhores que os obtidos pelo sindicato em Congonhinhas, talvez sugerindo um melhor preparo dos responsáveis por esse serviço em Petrolina do que em Congonhinhas. Chama também a atenção a parcela dos jovens não beneficiários que não receberam orientação sobre as políticas de acesso à terra: 48% em Congonhinhas e 37% em Petrolina. Esses números sugerem que os objetivos dos sindicatos de fazer chegar aos jovens sem terra as informações sobre as políticas de acesso à terra necessitam de novas estratégias para ser mais bem cumpridos. Mesmo entre jovens com acesso à terra, o conjunto não atingido por orientação dos sindicatos é substancial, principalmente em Congonhinhas. Na **Tabela 43** se apresentam dados da qualidade da informação prestada por Unidades Técnicas Estaduais (UTES).

O padrão das avaliações sobre a qualidade das informações fornecidas pelos beneficiários assemelha-se com o padrão observado com respeito à orientação obtida dos sindicatos. Observa-se uma proporção alta de beneficiários que não recebeu nenhuma orientação da UTE, tanto no PNRA (55%), quanto no PNCF (26%); as avaliações “boa” e “ótima”, relativos à qualidade da orientação recebida das UTES, mais frequentes em Petrolina (PNRA com 14% e PNCF com 28%), do que em Congonhinhas (5% no PNRA e 7% no PNCF); e jovens não beneficiários não sendo atingidos pela orientação das UTES. Da mesma forma que o observado com respeito aos sindicatos, nos casos estudados, os jovens têm sido pouco atingidos por orientações das UTES.

No caso dos bancos, examinado a seguir, cujos dados estão apresentados na **Tabela 44**, o padrão também é semelhante: pouca informação de qualidade em Congonhinhas relativamente à Petrolina; uma proporção substantiva dos jovens beneficiários e não beneficiários das políticas de acesso à terra que não receberam orientação dos bancos, tanto em Petrolina (beneficiários do PNRA: 23%; do PNCF: 24%; e jovens não beneficiários: 48%), e mais ainda em Congonhinhas (beneficiários do PNRA: 45%; do PNCF: 64%; e jovens não beneficiários: 48%).

Tabela 43: Qualidade da informação sobre acesso à terra fornecida pelas UTES.

Municípios	Beneficiários da Reforma Agrária					Total Geral
	Não recebeu orientação	Recebeu informação pouco útil	Recebeu boa orientação	Recebeu ótima orientação	Sem resposta	
Congonhinhas	55%	0%	5%	0%	41%	100% (n=22)
Petrolina	26%	3%	11%	3%	57%	100% (n=35)
Beneficiários do Crédito Fundiário						
Congonhinhas	64%	14%	7%	0%	14%	100% (n=14)
Petrolina	10%	10%	14%	14%	52%	100% (n=21)
Não beneficiários						
Congonhinhas	48%	0%	0%	0%	52%	100% (n=23)
Petrolina	52%	0%	0%	0%	48%	100% (n=27)
Total Geral						
Congonhinhas	54%	3%	3%	0%	39%	100% (n=59)
Petrolina	30%	4%	8%	5%	53%	100% (n=83)

Embora aqui se trate de um estudo de caso, as evidências obtidas parecem indicar a existência de um desnivelamento importante entre municípios e regiões, tanto do ponto de vista dos agentes da rede de apoio utilizar estratégias eficientes para chegar aos seus públicos-alvo, quanto dos próprios interessados, em informar-se sobre as políticas de acesso à terra disponíveis e como acessá-las.

Grau de dificuldade para ter acesso à terra via PNRA e o PNCF

No sentido de analisar, do ponto de vista do público alvo, a percepção das facilidades e dificuldades para ter acesso à terra por meio do PNRA e do PNCF, os beneficiários de cada um desses programas foram instados a avaliar os graus de dificuldades encontradas para superar etapas-chaves do processo associado ao programa específico pelo qual obteve a terra. A avaliação usou uma escala composta de quatro conceitos: nenhuma dificuldade, pequena dificuldade, grande dificuldade e sem resposta. Os resultados dessas avaliações são apresentados, separadamente, nas seções seguintes.

- Percepções dos graus de dificuldades associados ao PNRA

A primeira etapa-chave para acessar a terra via PNRA é, obviamente, a obtenção das informações sobre o processo para candidatar-se ao Programa. Na **Figura 50** são apresentados os resultados das percepções dos beneficiários do PNRA sobre os graus de dificuldades para superar essa etapa.

Tabela 44: Qualidade da informação sobre acesso à terra fornecida pelos Bancos.

Beneficiários da Reforma Agrária						
Municípios	Não recebeu orientação	Recebeu informação pouco útil	Recebeu boa orientação	Recebeu ótima orientação	Sem resposta	Total Geral
Congonhinhas	45%	5%	0%	0%	50%	100% (n=22)
Petrolina	23%	6%	9%	6%	57%	100% (n=35)
Beneficiários do Crédito Fundiário						
Municípios	Não recebeu orientação	Recebeu informação pouco útil	Recebeu boa orientação	Recebeu ótima orientação	Sem resposta	Total Geral
Congonhinhas	64%	21%	7%	0%	7%	100% (n=14)
Petrolina	24%	10%	14%	10%	43%	100% (n=21)
Não beneficiários						
Municípios	Não recebeu orientação	Recebeu informação pouco útil	Recebeu boa orientação	Recebeu ótima orientação	Sem resposta	Total Geral
Congonhinhas	48%	0%	0%	0%	52%	100% (n=23)
Petrolina	48%	4%	0%	0%	48%	100% (n=27)
Total Geral						
Municípios	Não recebeu orientação	Recebeu informação pouco útil	Recebeu boa orientação	Recebeu ótima orientação	Sem resposta	Total Geral
Congonhinhas	51%	7%	2%	0%	41%	100% (n=59)
Petrolina	31%	6%	7%	5%	51%	100% (n=83)

As respostas mostram as percepções dos beneficiários concentradas nos extremos: um grupo importante declarou que não enfrentou “nenhuma dificuldade” para obter as informações sobre essa etapa, com predominância dos beneficiários de Congonhinhas (50%) em relação aos beneficiários de Petrolina (31%); em contraposição, um grupo também significativo declarou ter enfrentado “grande dificuldade” para superar essa etapa, aí prevalecendo os

beneficiários de Petrolina (46%) em contraposição à avaliação dos beneficiários de Congonhinhas (27%).

Outro componente importante do processo é, certamente, atender aos critérios de elegibilidade do Programa. Conforme os dados apresentados na **Figura 51**, a maioria dos beneficiários, de ambas as localidades em estudo (50% em Congonhinhas e 54% em Petrolina), declararam não ter tido “nenhuma dificuldade” para atender aos critérios de elegibilidade do PNRA.

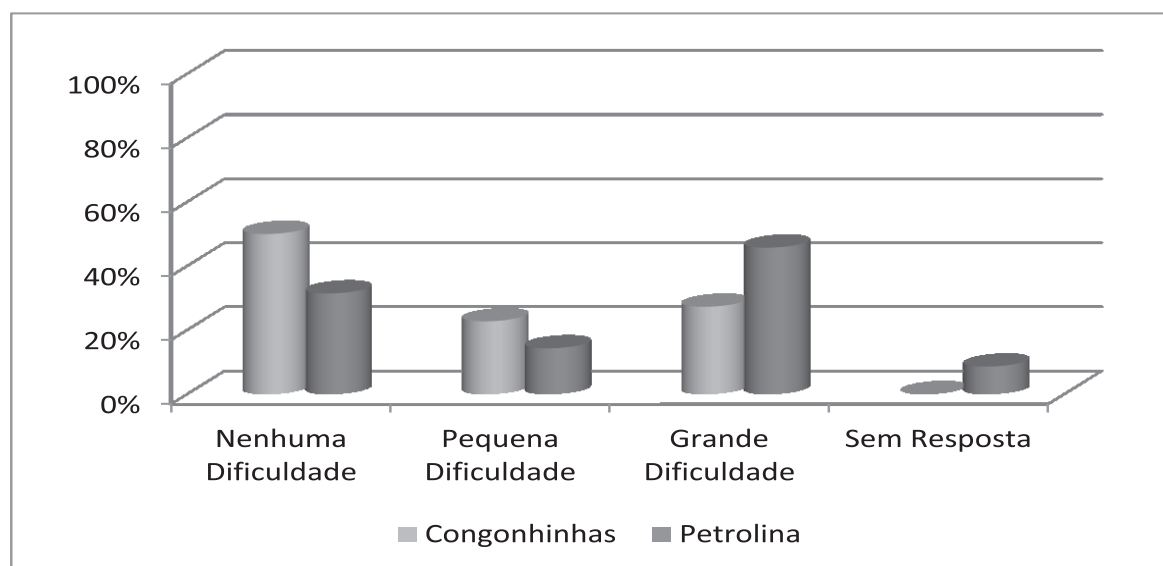


Figura 50: Grau de dificuldade para obter informações sobre o processo para candidatar-se à obtenção de terra pelo PNRA, de acordo com a percepção dos seus beneficiários.

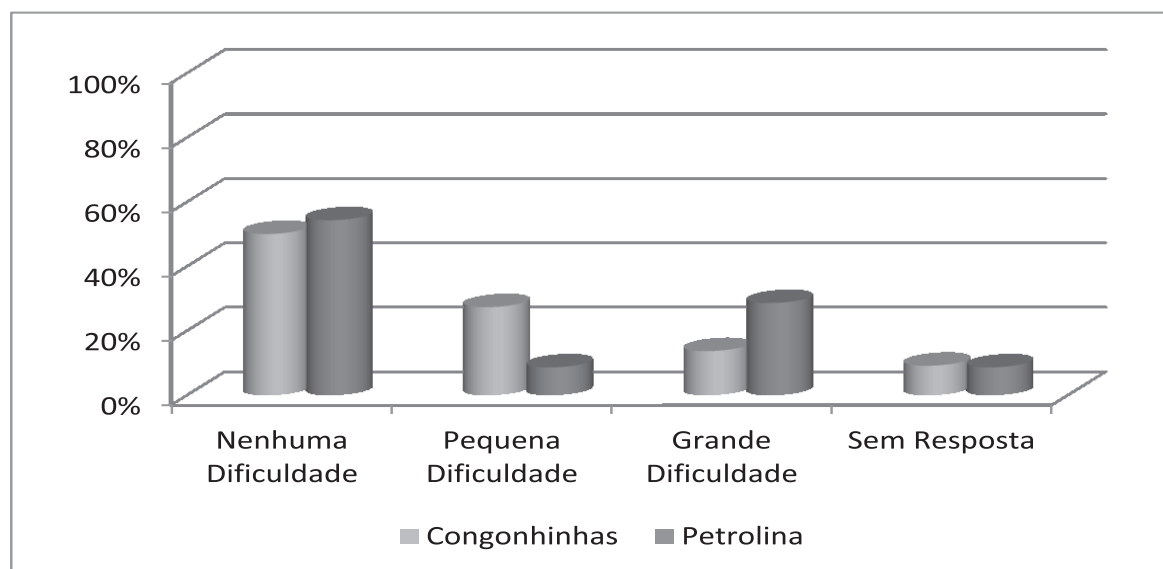


Figura 51: Grau de dificuldade para atender aos critérios de elegibilidade para candidatar-se à obtenção de terra pelo PNRA, de acordo com a percepção dos seus beneficiários.

A posse da DAP é um dos pré-requisitos para acessar o PNRA e os dados sobre as percepções dos beneficiários sobre o grau de dificuldade para obtê-la estão apresentados na **Figura 52**. Embora a grande maioria dos respondentes (27% em Congonhinhas e 40% em Petrolina) tenha declarado não ter enfrentado nenhuma dificuldade para obter a DAP, um grupo relativamente importante de beneficiários (18% em Congonhinhas e 11% em Petrolina) declarou ter enfrentado “grande dificuldade” para obtê-la. Além disso, chama a atenção o número de beneficiários que não responderam a essa avaliação: 45% em Congonhinhas e 43% em Petrolina.

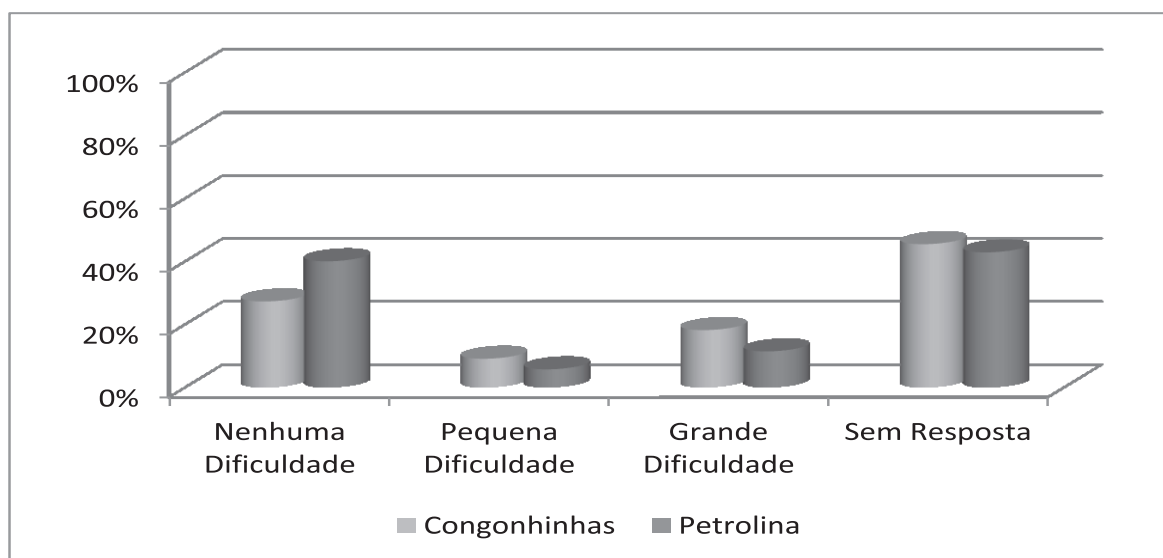


Figura 52: Grau de dificuldade para obter a DAP, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

Outra etapa importante do pleito de acesso à terra por meio do PNRA é a juntada dos documentos necessários para aderir ao PNRA. As percepções dos beneficiários com relação a esse ponto estão compiladas nos dados apresentados na **Figura 53**.

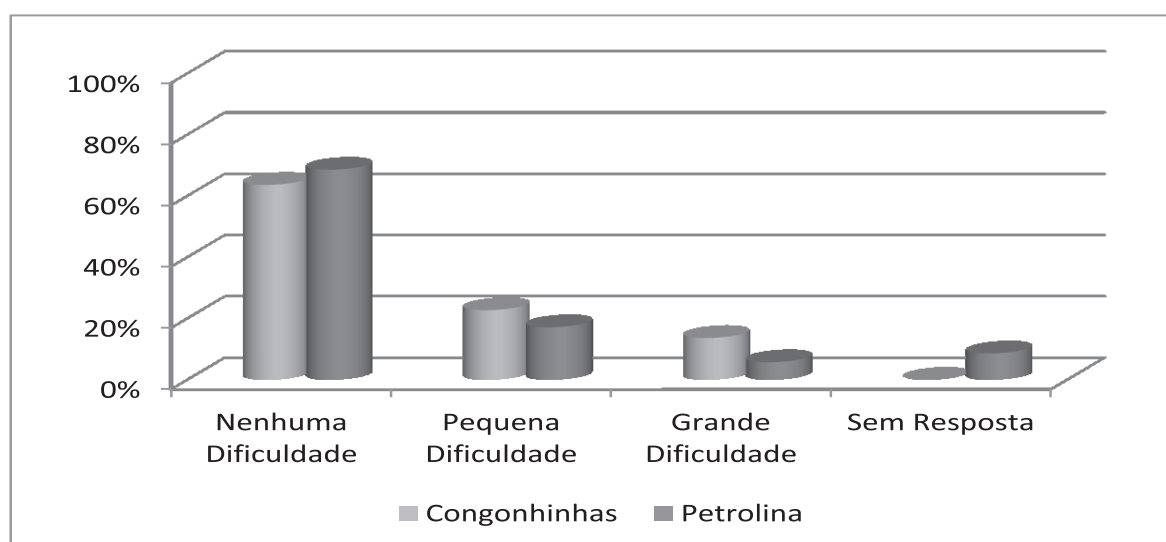


Figura 53: Grau de dificuldade para juntar a documentação necessária para atender ao PNRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

Sobre esse item, as respostas concentram-se predominantemente no conceito “nenhuma dificuldade” em ambas as localidades (Congonhinhas: 64%; Petrolina: 69%). As percepções de “pequena dificuldade” foram declaradas por 23% dos entrevistados em Congonhinhas e por 17% em Petrolina. “Grande dificuldade” para preparar a documentação demandada pelo PNRA foi declarada por, respectivamente, 14% e 6% dos beneficiários de Congonhinhas e Petrolina.

Uma questão crítica para a viabilidade dos empreendimentos agrícolas familiares é sua localização. Grandes distâncias dos centros urbanos que, geralmente, representam seus principais mercados, bem como ausência de estradas e meios adequados para permitir o escoamento da produção podem significar sérios problemas para viabilizar a geração de renda da família. Essa questão também foi investigada junto aos beneficiários do PNRA e os resultados obtidos estão apresentados na **Figura 54**.

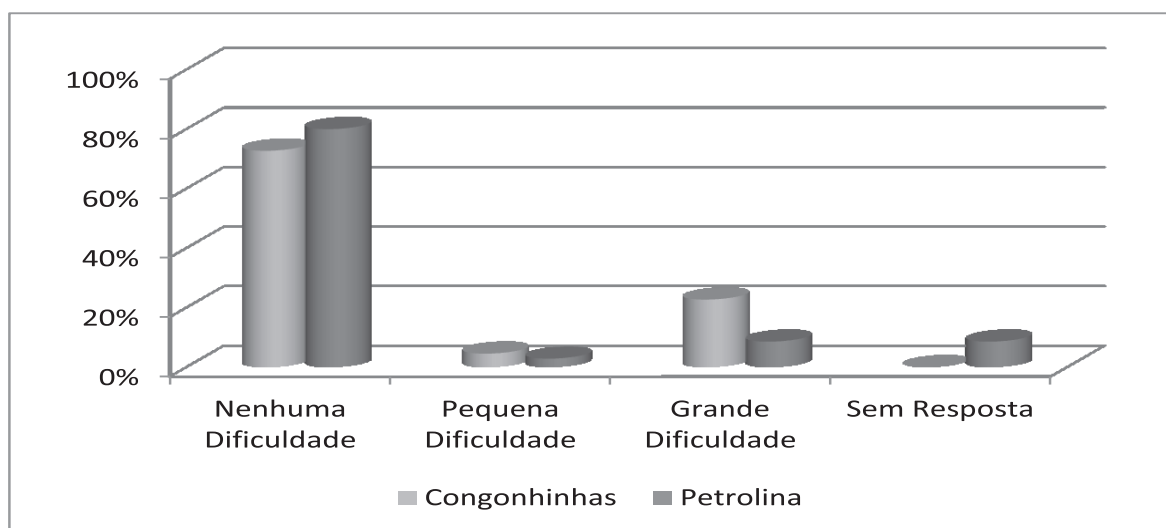


Figura 54: Grau de dificuldade representada pela localização do lote obtido, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

A percepção predominante entre os beneficiários do PNRA, em ambos os municípios, é que não enfrentam “nenhuma dificuldade” em relação à localização dos lotes obtidos por meio do programa. As proporções de “nenhum problema” declaradas são de 73%, em Congonhinhas, e de 80%, em Petrolina. Entretanto, ainda que substancialmente menor, um grupo formado por 23% dos beneficiários, em Congonhinhas, e por 9%, em Petrolina, declararam enfrentar “grande dificuldade” decorrente da localização do lote.

As avaliações seguintes dizem respeito às percepções dos beneficiários sobre o relacionamento com as instituições mais importantes da rede de apoio, aqui representadas pelos sindicatos (STTRs), pelos agentes financeiros (bancos) e pela superintendência do INCRA. Os dados compilados sobre a percepção dos beneficiários sobre os graus de dificuldades para obter orientação ou apoio dos sindicatos estão apresentados na **Figura 55**.

Em termos gerais, as percepções declaradas pelos beneficiários de Petrolina (77%) indicam que não enfrentam “nenhuma dificuldade” para obter orientação do sindicato. Por outro lado, a situação em Congonhinhas apresenta-se bastante diversa, com as percepções dos beneficiários do PNRA no município apresentando proporções mais substantivas em todos os conceitos (“nenhuma dificuldade”: 36%; “pequena dificuldade”: 23%; “grande dificuldade”: 27%; e, por fim, 14% de beneficiários “sem resposta”).

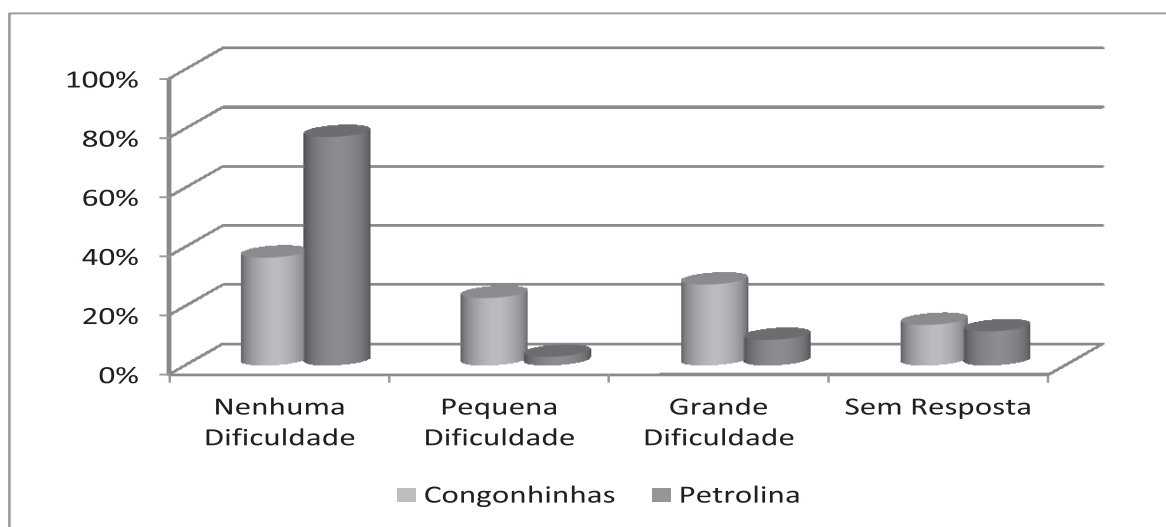


Figura 55: Grau de dificuldade na obtenção de orientação/apoio do sindicato (STTRs), de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

O relacionamento do beneficiário com o agente financeiro é uma dimensão bastante importante do processo de viabilização dos empreendimentos agrícolas familiares e, por conseguinte, do próprio PNRA. Na **Figura 56** são apresentados os dados sobre as percepções dos beneficiários respectivamente a esse aspecto.

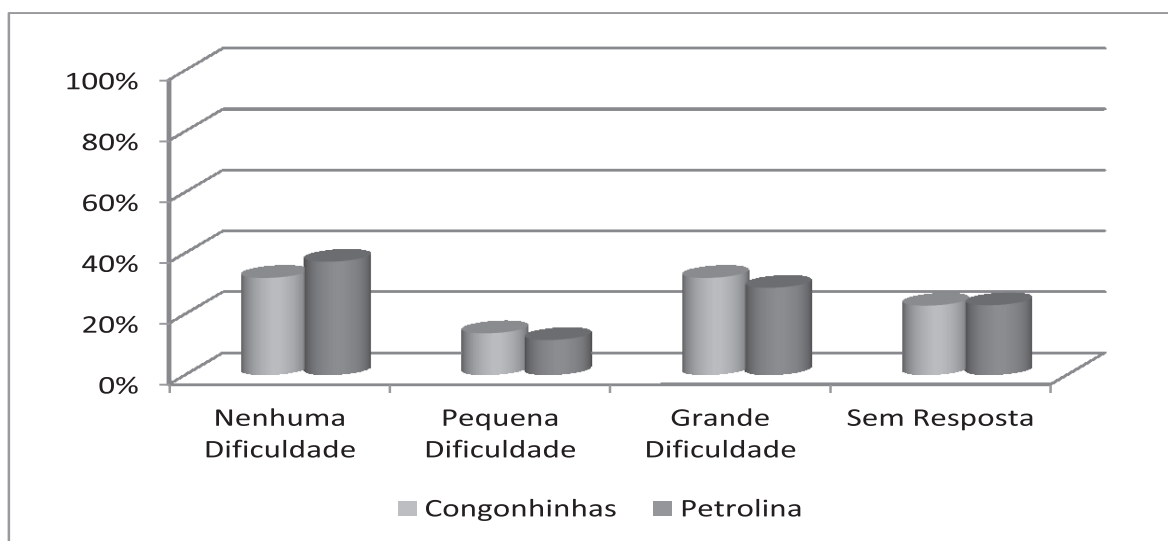


Figura 56: Grau de dificuldade na obtenção de orientação/apoio do agente financeiro (banco), de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

Em ambos os municípios as opiniões se dividem. Existe uma substancial proporção de beneficiários que declaram não encontrar “nenhuma dificuldade” para obter apoio e orientação dos agentes financeiros tanto em Petrolina (37%) quanto em Congonhinhas (32%). Entretanto, existem também proporções importantes de beneficiários, representados por 32%, em Congonhinhas, e 29%, em Petrolina, que declaram enfrentar “grande dificuldade” para obter apoio e orientação dos agentes financeiros.

Na **Figura 57** são apresentados os dados sobre as percepções dos beneficiários relativos ao grau de dificuldade na obtenção de orientação e apoio da superintendência do INCRA.

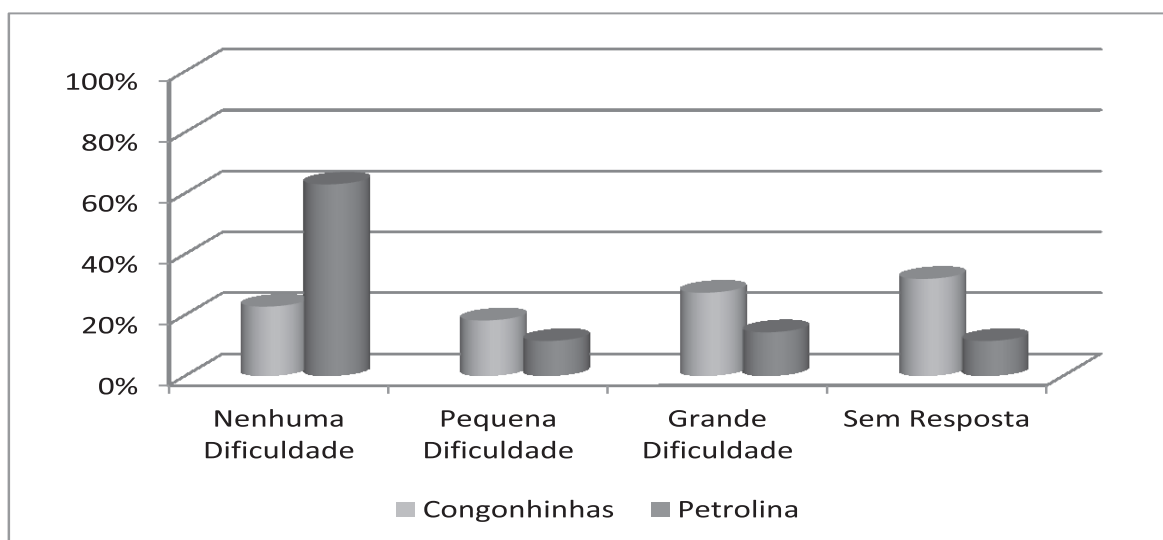


Figura 57: Grau de dificuldade na obtenção de orientação/apoio da superintendência do INCRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

As percepções dos beneficiários de Petrolina e de Congonhinhas são bastante distintas a respeito dessa questão: enquanto em Petrolina, 63% dos beneficiários indicam “nenhuma dificuldade”, contra apenas 14%, que indicam “grande dificuldade”, para obter orientação e apoio

da superintendência do INCRA, em Congonhinhas a maioria dos entrevistados (27%) indicam “grande dificuldade”, com 23% apenas indicando “nenhuma dificuldade”.

As percepções sobre o grau de dificuldade para a obtenção de informações sobre o andamento dos processos no âmbito do PNRA também apresentam comportamento inverso nos dois municípios: enquanto a proporção de beneficiários que indicam “nenhuma dificuldade” para acompanhar o andamento dos processos é de 51% em Petrolina, essa proporção em Congonhinhas não passa de 14%. Por outro lado, a percepção de 47% dos beneficiários de Congonhinhas é de “grande dificuldade” para acompanhar seus processos, enquanto que em Petrolina essa proporção fica em 17%. Os dados correspondentes estão apresentados na **Figura 58**.

Outra etapa fundamental no processo de buscar acesso à terra via o PNRA, é a apresentação do projeto técnico de exploração da propriedade. Na **Figura 59** são apresentados os dados das percepções dos beneficiários sobre o grau de dificuldade para cumprir essa etapa.

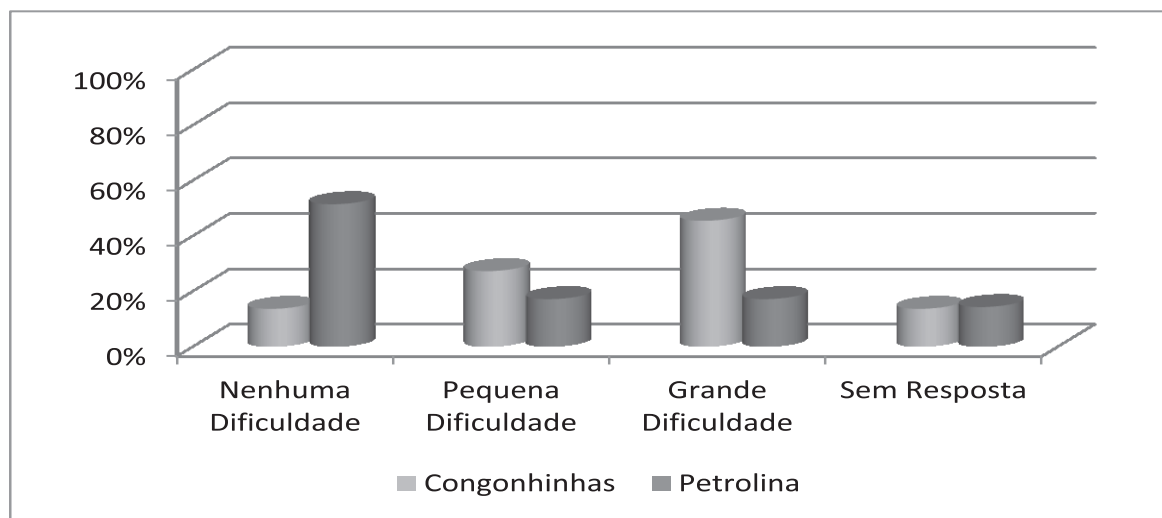


Figura 58: Grau de dificuldade para obter informações sobre andamento dos processos do PNRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

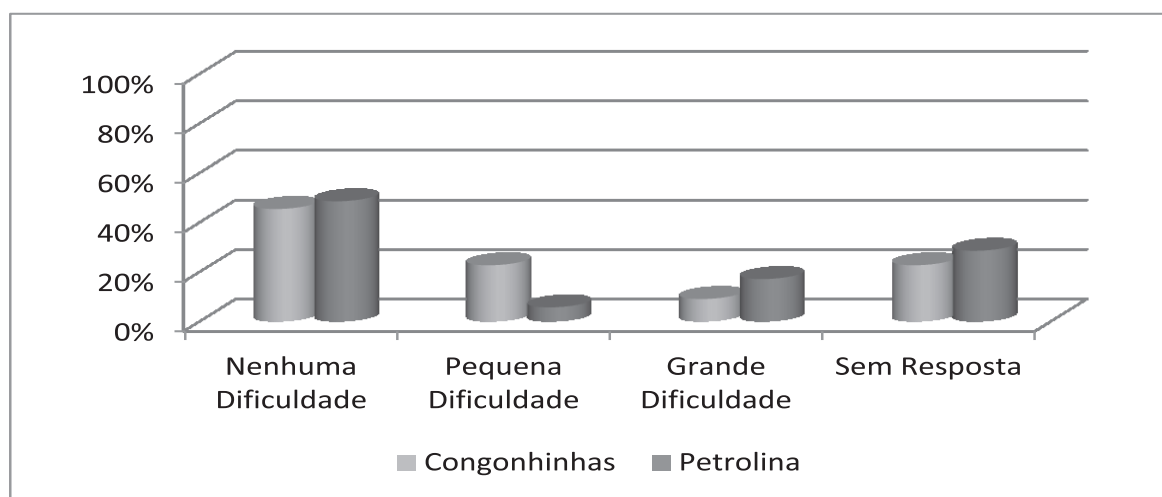


Figura 59: Grau de dificuldade para apresentar o projeto técnico de uso da propriedade exigido pelo PNRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

Nesse item, tanto em Petrolina quanto em Congonhinhas, as percepções dominantes convergem para o conceito de “nenhuma dificuldade”, com 49% e 47%, respectivamente. Seguem-se os conceitos de “pequena dificuldade”, com 23% das avaliações em Congonhinhas e 6% em Petrolina, e “grande dificuldade” com 9% em Congonhinhas e 17% em Petrolina.

Uma questão crucial para os beneficiários das políticas de acesso à terra é o tempo para se

conseguir a terra. No presente estudo, a percepção dos beneficiários do PNRA, quanto a essa questão, concentra-se maciçamente, em ambos os municípios, no conceito “grande dificuldade”, apresentando proporções de 73% das avaliações em Petrolina e 71% em Congonhinhas, conforme se verifica pelos dados apresentados na **Figura 60**.

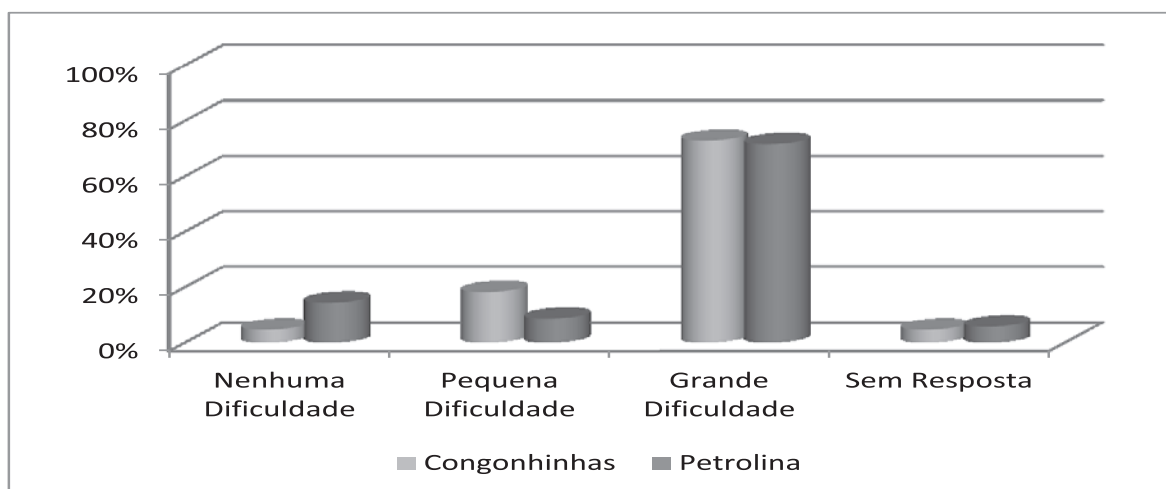


Figura 60: Grau de dificuldade respectivo ao tempo para conseguir a terra, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

Ainda com respeito às percepções sobre o tempo para conseguir terra, o conceito “nenhuma dificuldade” apresenta proporções de 5% em Congonhinhas e 14% em Petrolina, enquanto que “pequena dificuldade” não passa de 18% em Congonhinhas e 9% em Petrolina.

Outra questão crucial para determinar a viabilidade do empreendimento agrícola familiar é a obtenção tempestiva do crédito de instalação, em valor adequado para possibilitar a construção da infraestrutura necessária para instalação da família na propriedade e para a implantação do projeto de exploração da propriedade. Os dados resultantes da investigação das percepções dos beneficiários sobre o grau de dificuldade relacionado com a obtenção do crédito no valor adequado para atender a essas finalidades estão apresentados na **Figura 61**.

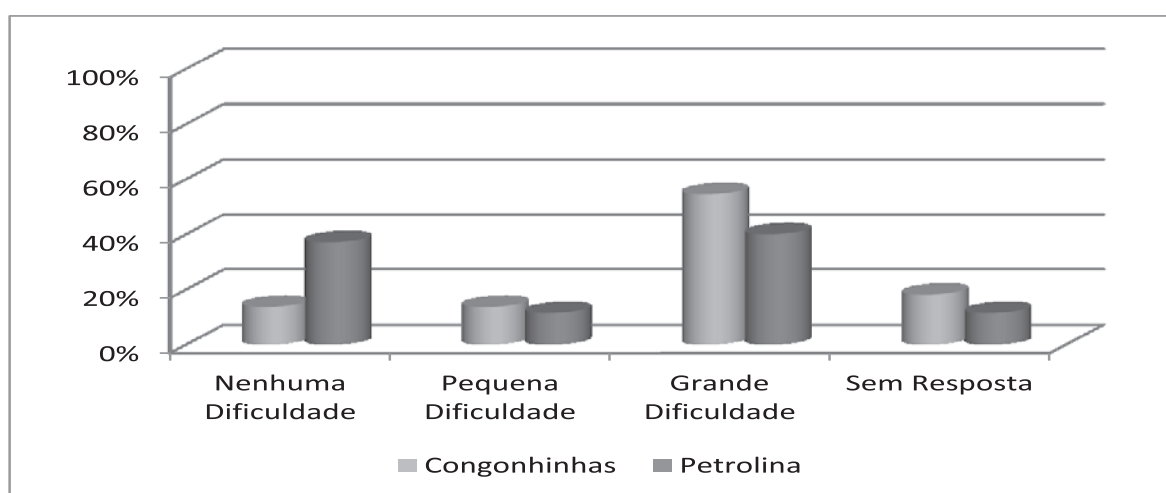


Figura 61: Grau de dificuldade respectivo ao valor do crédito de instalação, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.

Embora exista uma proporção relativamente alta de beneficiários de Petrolina (37%, contra 14% de Congonhinhas), que avaliam que a obtenção do crédito de instalação em valor adequado não apresentou “nenhuma dificuldade”, a maioria substantiva dos beneficiários, tanto em Congonhinhas (55%), quanto em Petrolina (40%), indicou enfrentar “grande dificuldade” com essa questão, conforme claramente indicado pelos dados apresentados na figura já mencionada.

Em conclusão, para a maior parte dos quesitos analisados, os beneficiários de Petrolina parecem estar em melhor posição que os de Congonhinhas, com proporções maiores de beneficiários indicando o conceito “nenhuma dificuldade” na maior parte dos itens estudados.

Em contraposição, os beneficiários de Congonhinhas assinalam o conceito “grande dificuldade” em proporções maiores que os beneficiários de Petrolina na maior parte dos itens investigados.

Ainda, para ambos os municípios, existem concordâncias sobre o peso substantivo do conceito “grande dificuldade” nos itens “informações sobre o processo para candidatar-se à terra”, “conseguir orientação/apoio dos agentes financeiros”; “obter informações sobre o andamento dos processos”; “tempo necessário para conseguir o lote”; e “valor do crédito de instalação”.

• Percepções dos graus de dificuldades associados ao PNCF

De forma análoga ao que se investigou sobre o PNRA, e seguindo roteiro similar, tratou-se de obter as percepções dos beneficiários do PNCF sobre o grau de dificuldade enfrentado para cumprir passos críticos do processo de obtenção do financiamento da terra por meio do PNCF.

O primeiro passo trata da obtenção de informações sobre o que fazer para candidatar-se ao financiamento do PNCF. A compilação das percepções dos beneficiários do PNCF sobre essa questão nos municípios de Congonhinhas e Petrolina estão sumarizados na **Figura 62**.

Uma parcela importante dos beneficiários de Congonhinhas (36%) e de Petrolina (38%) declararam não ter enfrentado “nenhuma dificuldade” para obtenção dessa informação básica. Entretanto, as opiniões sobre esse tópico estão divididas, com uma fração considerável dos beneficiários declarando haver enfrentado “pequena dificuldade” (14% em Congonhinhas e 24% em Petrolina), mas com outra fração, também importante, declarando haver enfrentado “grande dificuldade” para obter informação sobre como se candidatar ao financiamento do PNCF (36% em Congonhinhas e 24% em Petrolina).

A percepção dos beneficiários do PNCF sobre suas dificuldades para o atendimento dos critérios de elegibilidade do PNCF é apresentada na **Figura 63**. Com respeito a esse item, a maioria dos beneficiários entrevistados, tanto em Congonhinhas (57%), quanto em Petrolina (52%), indicaram não ter enfrentado “nenhuma dificuldade” para satisfazê-lo. Entretanto, registram-se também frações não desprezíveis de beneficiários indicando ter enfrentado “grande dificuldade” para satisfazer os critérios de elegibilidade (21% em Congonhinhas e 14% em Petrolina).

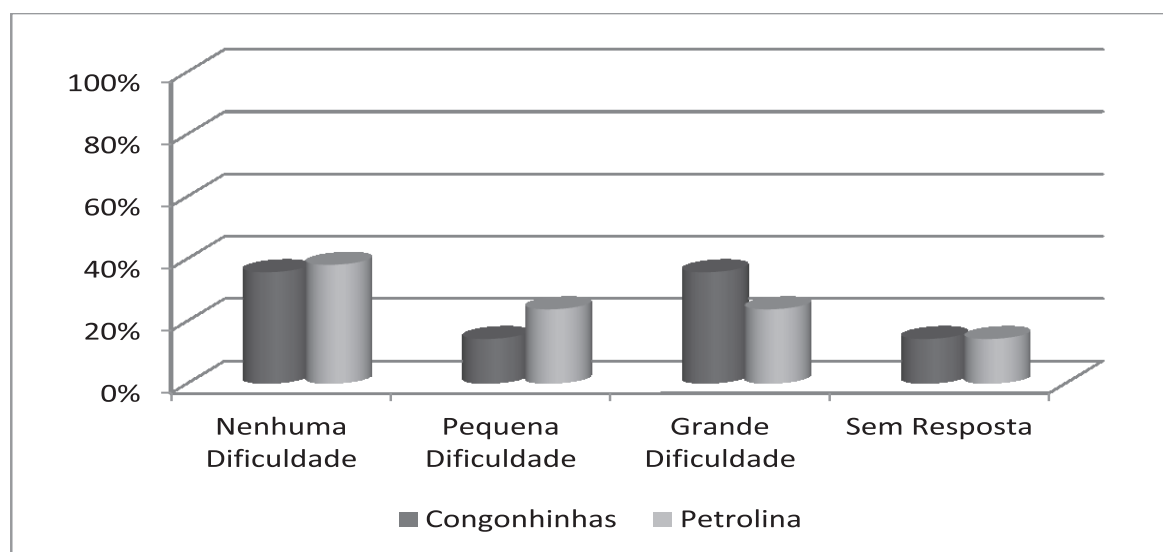


Figura 62: Grau de dificuldade para obter informações sobre o que fazer para ter acesso ao financiamento da terra por meio do PNCF.

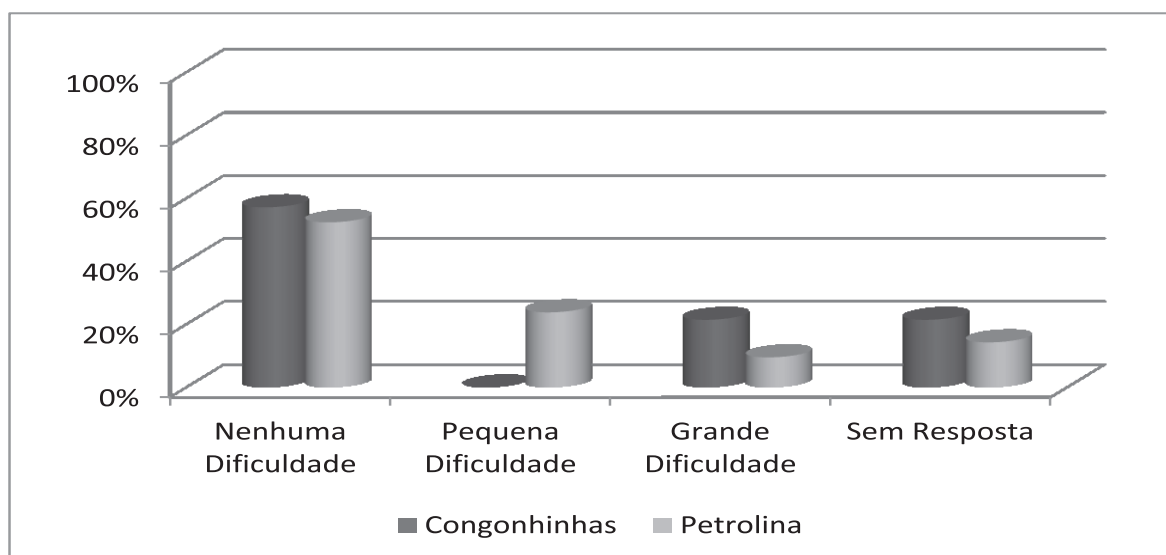


Figura 63: Grau de dificuldade para atender aos critérios de elegibilidade do PNCF.

O grau de dificuldade enfrentado pelos beneficiários para obtenção da DAP, requisito essencial para enquadramento no PNCF, difere substancialmente entre os municípios de Congonhinhas e Petrolina, conforme mostram os dados apresentados na **Figura 64**.

50% dos beneficiários em Congonhinhas declararam não ter tido “nenhuma dificuldade” para obter a DAP, em oposição a 62% dos beneficiários de Petrolina, que apontam o evento como de “grande dificuldade”. 36% de beneficiários em Congonhinhas e 14% em Petrolina não responderam a questão.

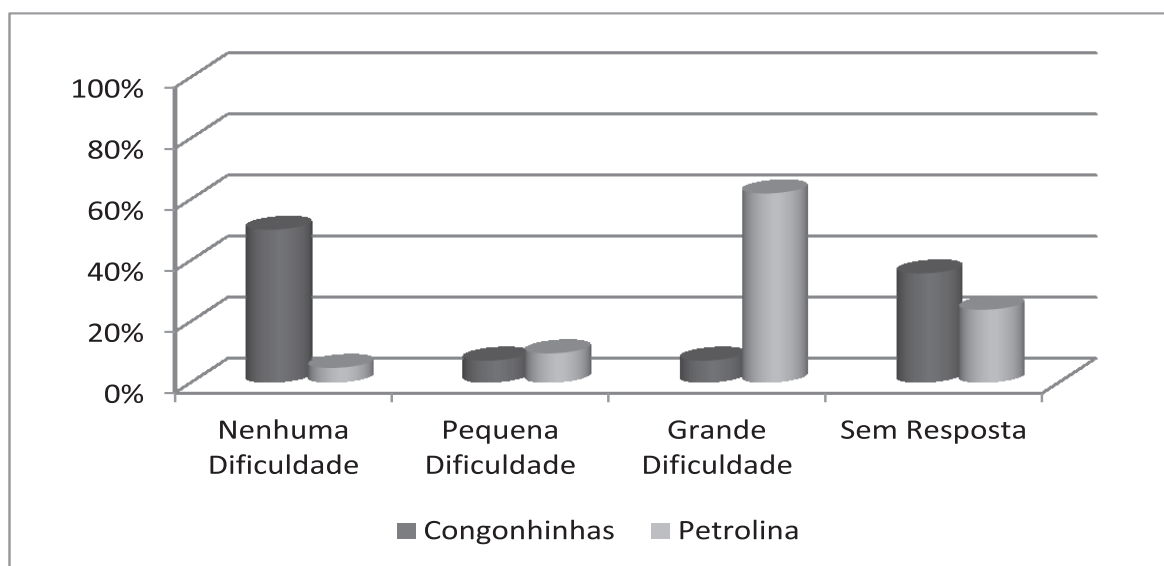


Figura 64: Grau de dificuldade para obter a DAP entre os beneficiários do PNCF.

Com respeito ao grau de dificuldade enfrentado pelos beneficiários para juntar a documentação demandada pelo PNCF, verifica-se uma polarização da percepção em ambos os municípios, com proporções substanciais de beneficiários indicando não haver enfrentado “nenhuma dificuldade” para compor a documentação exigida (29% em Congonhinhas e 43% em Petrolina) contrapondo-se a grupos, também de peso considerável (43% em Congonhinhas e 33% em Petrolina) que consideraram a juntada de documentos para apresentar ao PNCF uma ação de “grande dificuldade”. Os dados relativos à essa questão são apresentados na **Figura 65**.

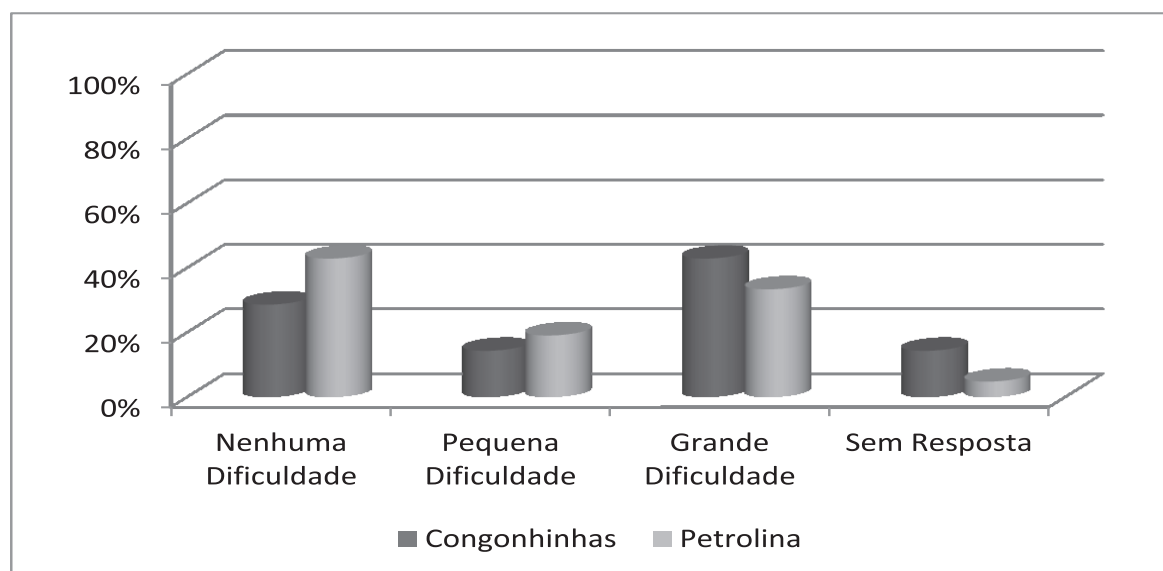


Figura 65: Grau de dificuldade para compor a documentação necessária para enquadramento no PNCF.

O processo de obtenção do financiamento da terra no PNCF foi desenhado para estimular a participação da rede de apoio na orientação e no apoio ao beneficiário potencial em todas as fases da organização do seu processo de solicitação de financiamento, incluindo as fases de busca da terra, organização de grupos de interessados na aquisição da terra, orientação e apoio na negociação do valor a ser pago e, ainda, na organização do pedido de financiamento. Portanto é importante avaliar o grau de dificuldade na relação entre o beneficiário e os agentes que compõem a rede de apoio. Na **Figura 66** são apresentados os dados da percepção dos beneficiários sobre o grau de dificuldade no relacionamento com os sindicatos.

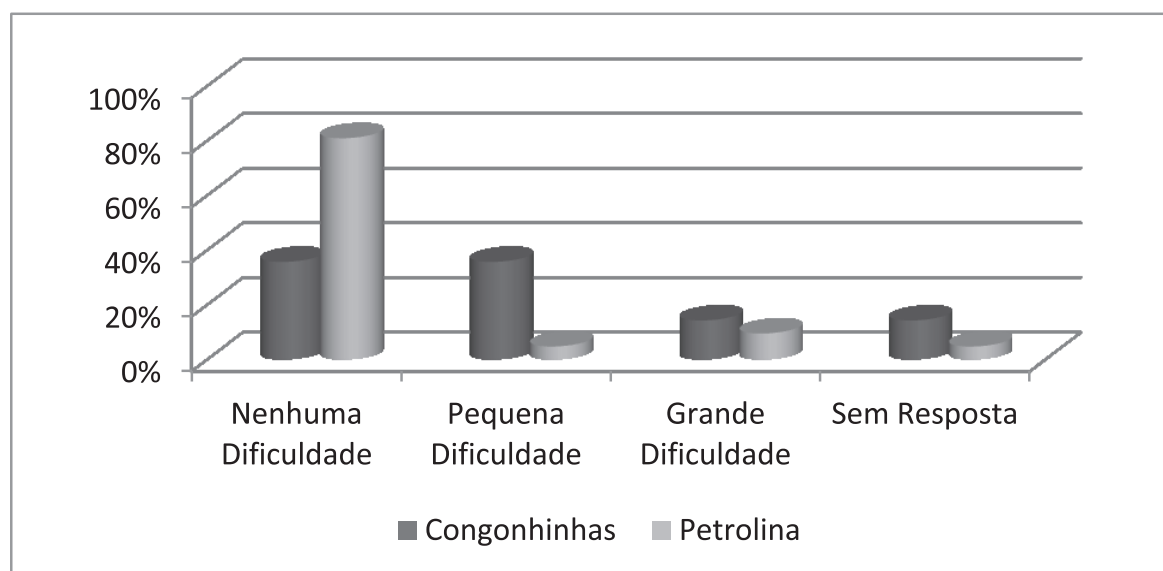


Figura 66: Grau de dificuldade para obtenção de orientação e apoio do sindicato, beneficiários do PNCF.

Em ambas as localidades verificaram-se proporções substanciais de avaliações concentradas nos conceitos “nenhuma dificuldade” (36% em Congonhinhas e 81 % em Petrolina) e “pequena dificuldade” (36% em Congonhinhas e 5% em Petrolina). Essas avaliações fazem supor uma relação bastante fluída entre os beneficiários e os seus sindicatos.

Outro componente importante na rede de apoio e no processo de obtenção de financiamento no âmbito do PNCF são as UTEs. Os dados relativos às avaliações do relacionamento com as UTEs na percepção dos beneficiários são apresentados na **Figura 67**.

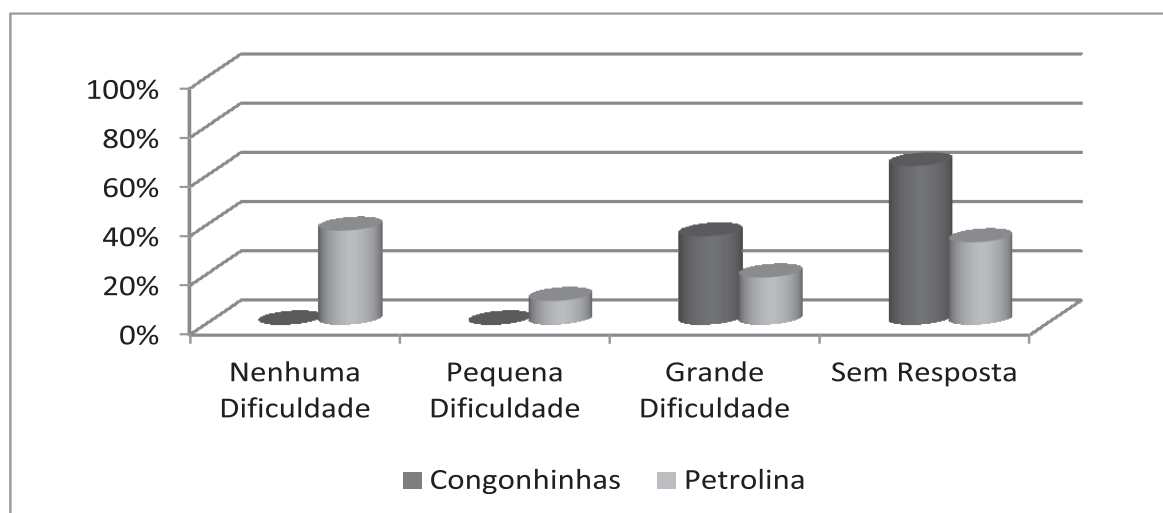


Figura 67: Grau de dificuldade para obtenção de orientação e apoio das UTEs, beneficiários do PNFC.

No caso do relacionamento dos beneficiários do PNCF com outros órgãos governamentais, as percepções compiladas encontram-se sumarizada na **Figura 68**. Existe uma proporção substantiva de avaliações indicando o conceito de “nenhuma dificuldade” (21% em Congonhinhas e 24% em Petrolina), porém, verifica-se também proporção importante de avaliações concentradas no conceito “grande dificuldade” (36% em Congonhinhas e 19% em Petrolina). Também substancial é a ausência de respostas à questão, tanto em Congonhinhas (36%), quanto em Petrolina (48%).

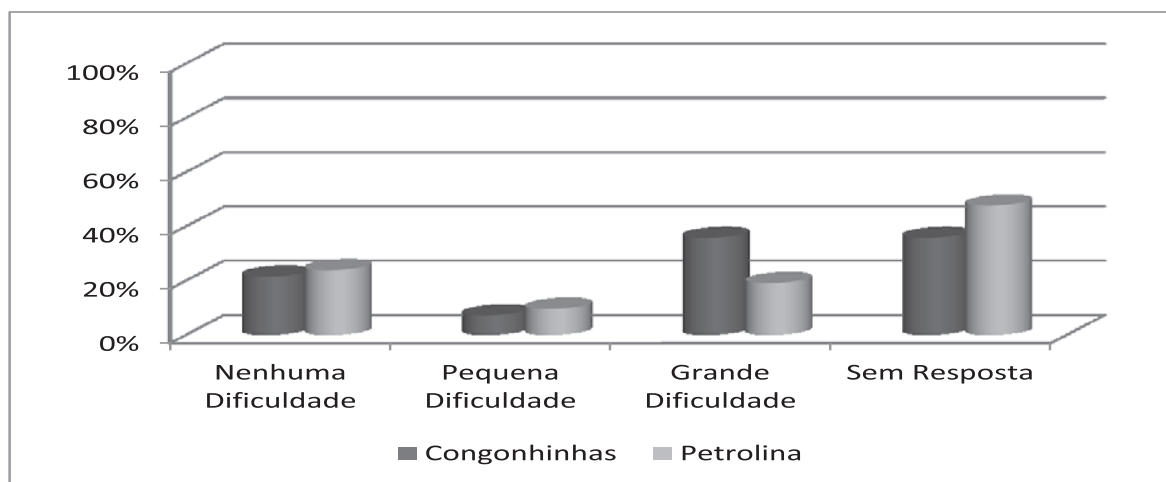


Figura 68: Grau de dificuldade na obtenção de orientação e apoio de outros órgãos governamentais, beneficiários do PNFC.

Embora haja uma fração importante dos beneficiários de Petrolina que indicam “nenhuma dificuldade” (38%) e “pouca dificuldade” (10%) no relacionamento com a respectiva UTE, o quadro em Congonhinhas apresenta-se substancialmente diferente, com 36% dos beneficiários indicando “grande dificuldade” no relacionamento e os demais 64% não respondendo à questão. Também de se notar é que, em Petrolina, a ausência de resposta à questão atinge 33% dos beneficiários.

Entre os componentes mais importantes da rede de apoio estão os agentes financeiros, ou seja, os bancos, responsáveis pelas questões financeiras envolvendo o financiamento para aquisição da terra e dos demais financiamentos necessários para a instalação e operação do empreendimento familiar. As percepções dos beneficiários relativamente ao grau de dificuldade no relacionamento com o agente financeiro são apresentadas na **Figura 69**.

A maior parte dos beneficiários indicou que a obtenção de orientação e apoio por parte dos agentes financeiros não apresenta “nenhuma dificuldade” ou apenas “pequena dificuldade”, tanto em Congonhinhas (respectivamente 57% e 7%), como em Petrolina (38% e 24%, respectivamente). No entanto, uma fração relativamente pequena, mas não negligenciável, indica “grande dificuldade” no relacionamento com os agentes financeiros (21% em Congonhinhas e 14% em Petrolina).

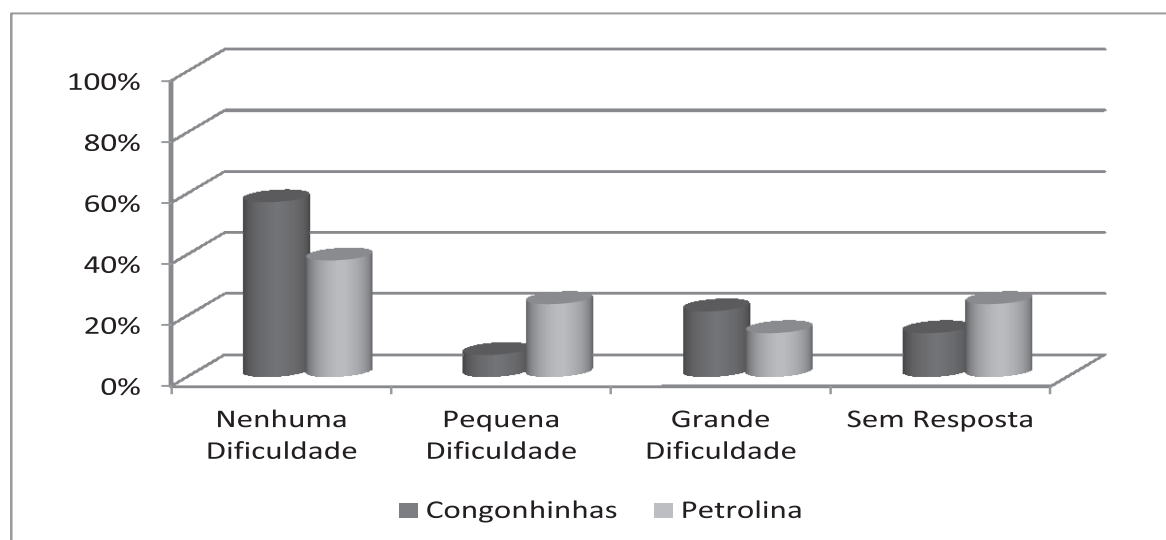


Figura 69: Grau de dificuldade na obtenção de orientação e apoio do agente financeiro, beneficiários do PNCF.

Do ponto de vista do beneficiário, um ponto importante no processo de obtenção de financiamento no âmbito do PNCF é a possibilidade de obter informações que permita acompanhar o andamento do processo. Com relação a esse ponto, as percepções expressas pelos beneficiários de Congonhinhas e Petrolina diferem substancialmente, conforme permitem visualizar os dados apresentados na **Figura 70**.

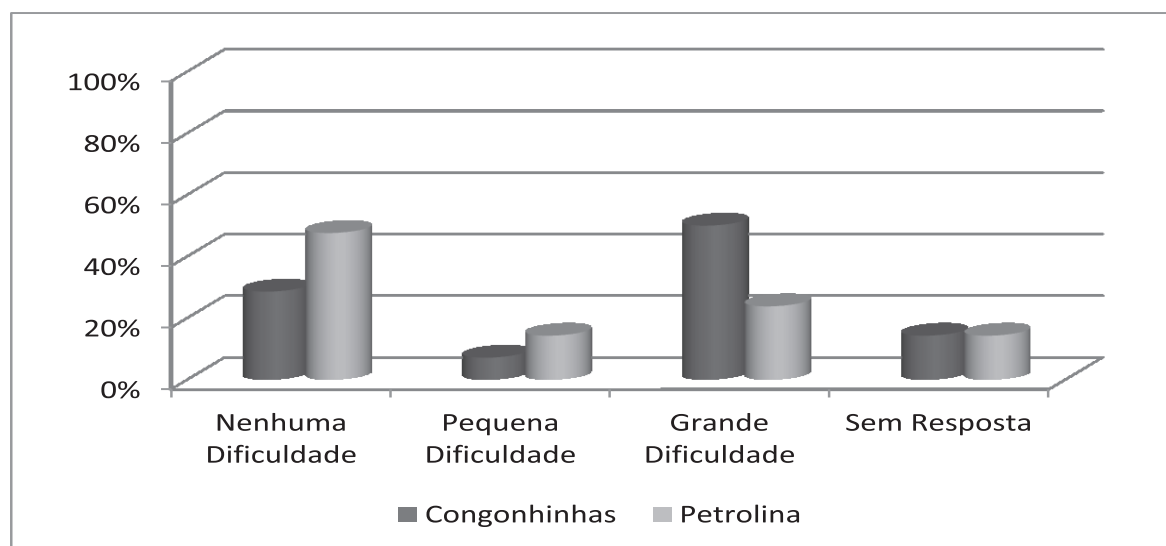


Figura 70: Grau de dificuldade para obter informações sobre o andamento do processo, beneficiários do PNCF.

A parcela dos beneficiários do PNCF em Congonhinhas que indicam não enfrentar “nenhuma dificuldade” para obter informações sobre o andamento do seu processo é de 29%, em contraposição à parcela de 48% dos beneficiários de Petrolina.

Por seu turno, 50% dos beneficiários de Congonhinhas indicam enfrentar “grande dificuldade” para acompanhar o seu processo, o que se contrapõe a uma fração consideravelmente menor, de 24% dos beneficiários, em Petrolina.

Na **Figura 71** são apresentados dados relacionados a outra vertente importante do processo do PNCf, que diz respeito ao grau de dificuldade enfrentado pelos beneficiários para apresentar o projeto técnico de exploração do empreendimento.

As percepções dos beneficiários, tanto de Congonhinhas como de Petrolina, indicam que a maioria, respectivamente 43% e 48% dos beneficiários em cada um desses municípios, não enfrentaram “nenhuma dificuldade” para apresentar o seu respectivo projeto técnico. A esse grupo contrapõe-se um grupo menor, representado por 29% dos beneficiários de Congonhinhas e por 14% de Petrolina, que declararam ter enfrentado “grande dificuldade” para apresentar seu projeto técnico.

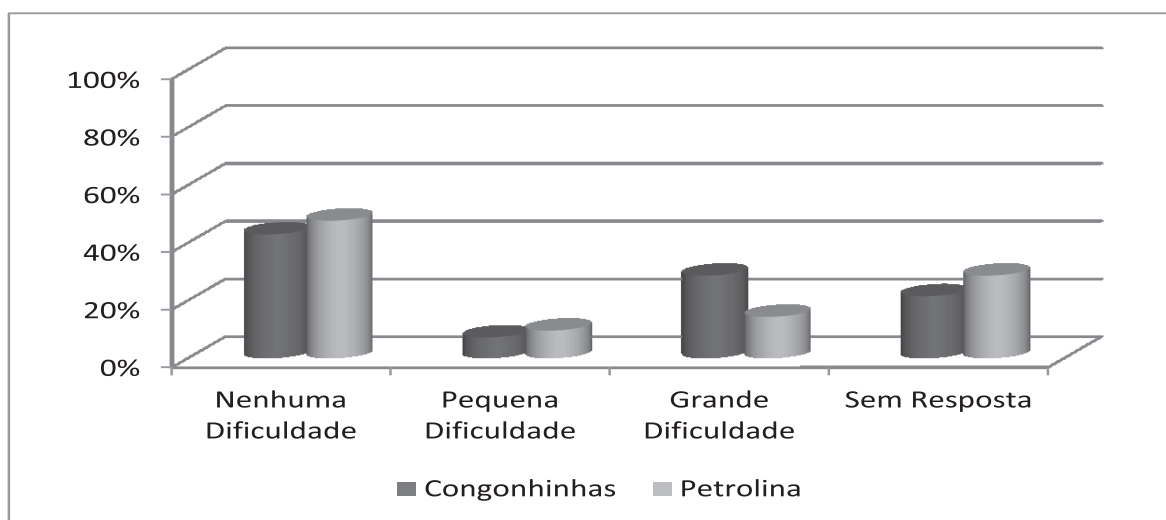


Figura 71: Grau de dificuldade para apresentar o projeto técnico exigido pelo PNCf.

Uma questão importante da perspectiva dos beneficiários das políticas de acesso à terra é o tempo de espera para conseguir obter a terra. Nessa questão a percepção dos beneficiários de Congonhinhas e Petrolina apresentam divergências substanciais, conforme se depreende dos dados da **Figura 72**.

A indicação de que não houve “nenhuma dificuldade” com o tempo de espera para obtenção da terra é expressada por 43% dos beneficiários do PNCf de Petrolina e por apenas 29% dos beneficiários de Congonhinhas. Curiosamente as proporções invertem-se quando consideradas as parcelas dos beneficiários que expressaram ter enfrentado “grandes dificuldades” com o tempo de espera para obter seu lote, agora representados por 43% em Congonhinhas e 29% em Petrolina.

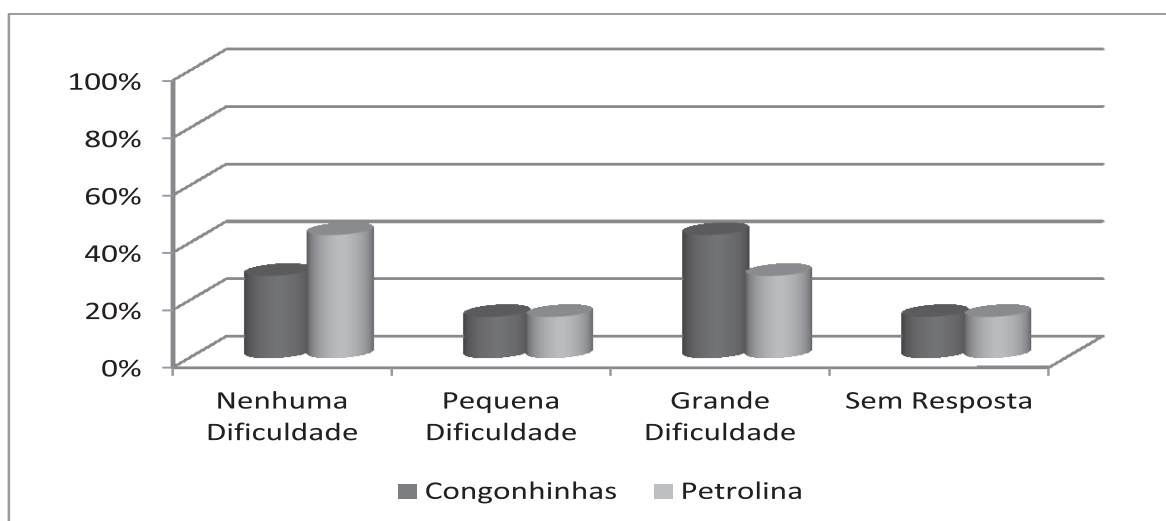


Figura 72: Grau de dificuldade representada pelo tempo necessário para se conseguir a terra.

Com a apresentação do tópico relacionado ao grau de dificuldade para obtenção de informações sobre o que fazer para ter acesso ao “Nossa Primeira Terra”, ou NPT, fecha-se a análise das questões relacionadas ao PNCF. Considerando que o público alvo desse estudo são os jovens agricultores, a questão do NPT, que é especificamente voltado para os jovens rurais, ganha bastante importância. Na **Figura 73** estão consolidados os dados sobre as percepções dos jovens beneficiários do PNCF sobre as dificuldades percebidas para acessar recurso adicional.

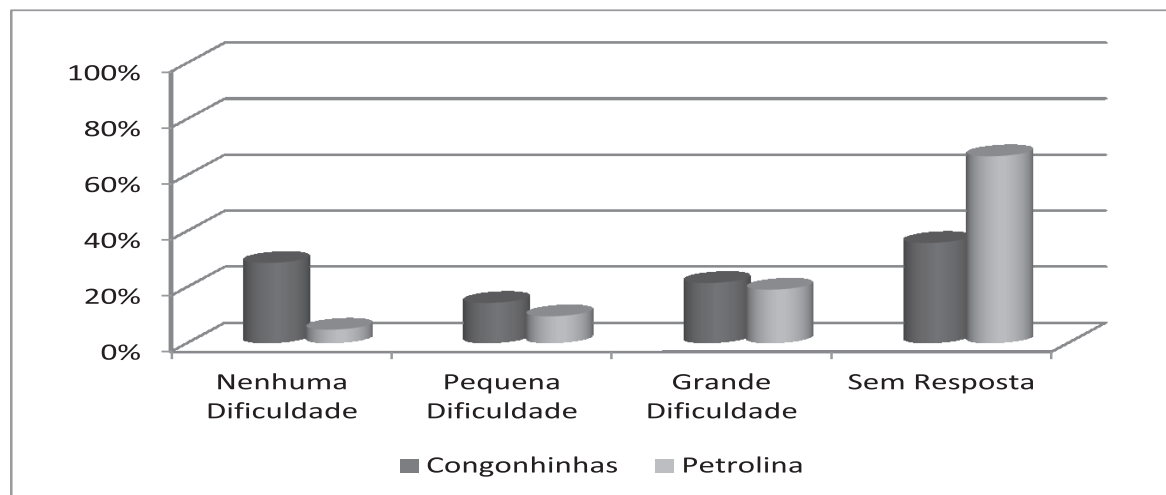


Figura 73: Grau de dificuldade para obter informações para acessar o selo NPT, beneficiários do PNCF.

A percepção de 29% dos beneficiários de Congonhinhas, a qual se alinha a percepção de apenas 5% de Petrolina, é que não enfrentam “nenhuma dificuldade” para entender como acessar o NPT. A esse grupo pode-se adicionar o conjunto dos beneficiários do PNCF que indicaram enfrentar apenas “pequena dificuldade” para acessar o NPT, representado por 14% dos beneficiários em Congonhinhas e 10% em Petrolina. No entanto é substancial o grupo dos beneficiários que expressaram “grande dificuldade” para acessar as informações sobre o NPT, representando 21% em Congonhinhas e 19% em Petrolina.

Além da distribuição dessas percepções, chama atenção a proporção de beneficiários que não respondeu à questão, de 36% em Congonhinhas e 67% em Petrolina, o que parece indicar, na verdade, um desconhecimento do que seja o selo NPT por parte da maioria desses beneficiários.

Em conclusão, as observações sobre o conjunto das análises dos tópicos relacionados com o PNCF parecem repetir os padrões de respostas observadas nas análises relativas ao PNRA, ou seja, a julgar pelas proporções dos beneficiários que declaram enfrentar “pequena dificuldade” ou “nenhuma dificuldade” os beneficiários de Petrolina parecem estar em melhor situação que os de Congonhinhas. Inversamente, os beneficiários do PNCF de Congonhinhas declaram, em maior proporção que os de Petrolina, enfrentar “grande dificuldade para acessar o NPT” .

Essas conclusões, em conjunto com as que puderam ser inferidas das análises do PNRA, parecem indicar que a rede de apoio disponível para a implementação das políticas de acesso à terra em Petrolina tem se mostrado mais eficaz na orientação e apoio aos beneficiários potenciais e atuais do que a rede de apoio disponível em Congonhinhas.

4.7. A Experiência do Jovem Rural com as Políticas de Apoio

Uma vez obtida a posse da terra, via programas de reforma agrária e crédito fundiário, a exploração produtiva da terra requer que os beneficiários acessem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este acesso lhe permite obter recursos para o custeio da produção agrícola. Nos municípios de Congonhinhas e Petrolina, os 92 jovens rurais beneficiários destes programas de acesso à terra foram consultados para identificar se haviam obtido acesso ao crédito rural por meio do PRONAF.

Em Congonhinhas foram entrevistados 36 jovens rurais, 22 deles beneficiários da Reforma Agrária e 14 do Crédito Fundiário; em Petrolina, 56 jovens rurais beneficiários - 35 da Reforma Agrária e 21 do Crédito fundiário; estes entrevistados prestaram informações sobre o acesso ao PRONAF, linha que acessaram, e adequação do valor de crédito obtido, às necessidades de exploração agrícola. A **Figura 74** apresenta os dados referentes ao acesso ao PRONAF, pelos entrevistados, conforme o município e o programa de acesso à terra a que se vinculam.

Em Congonhinhas, uma maioria de beneficiários de reforma agrária (40,91%), não havia ainda obtido recursos do Pronaf; e no caso do crédito fundiário, a maior parte dos beneficiários (78,57%) havia obtido este financiamento. Os beneficiários de Petrolina, tanto de reforma agrária como de crédito fundiário, indicaram não ter acessado o Pronaf (54,29% dos beneficiários de reforma agrária e 90,48% dos de crédito fundiário).

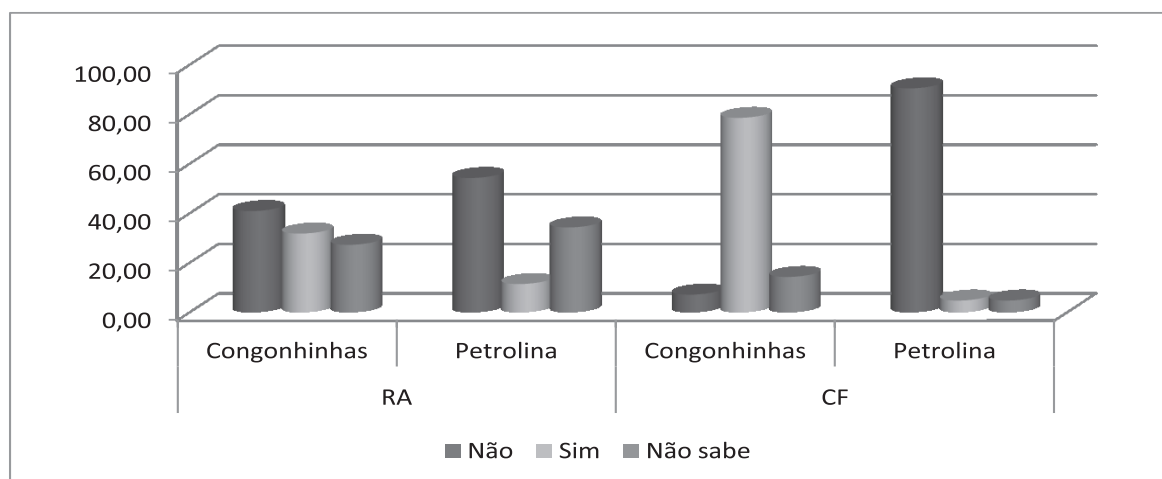


Figura 74: Obtenção de crédito de custeio (PRONAF) pelos jovens rurais de Congonhinhas e Petrolina, Beneficiários de terra por reforma agrária (RA) ou por crédito fundiário (CF).

Chama também a atenção a proporção de respostas que indicam falta de informação sobre este crédito, especialmente em relação aos beneficiários de reforma agrária, tanto em Congonhinhas como em Petrolina.

Uma outra questão apresentada aos beneficiários que haviam acessado o Pronaf, em cada município, diz respeito ao tipo de grupo de beneficiários em que cada entrevistado acessou este Programa¹⁷. Além dos grupos relativos a beneficiários dos programas de reforma agrária e de crédito fundiário (Grupos “A”, “B” e “A/C”, o PRONAF contempla outros grupos, entre eles os jovens rurais (Pronaf Jovem) e as agricultoras (Pronaf Mulher). A **Tabela 45** apresenta o número de beneficiários, em cada município e programa (reforma agrária e crédito fundiário), por tipo de grupo especial em que acessaram o crédito rural.

¹⁷ Segundo o Manual de Crédito Rural (BCB, 2012),

“Os beneficiários do Pronaf definidos nos itens 1 e 2 podem ser enquadrados em grupos especiais deste Programa, mediante apresentação de DAP válida, conforme as seguintes condições: (Res 4.107)

- Grupo “A”: assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf de que trata o MCR 10-17, itens 3, 5 e 6;
- Grupo “B”: beneficiários cuja renda bruta familiar anual, de que trata a alínea “f” do item 1, não seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente;
- Grupo “A/C”: assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que:
 - tenham contratado a primeira operação no Grupo “A”;
 - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.

Tabela 45: Beneficiários de programas de reforma agrária ou de crédito fundiário, em Congonhinhas e em Petrolina, conforme o grupo especial do PRONAF pelo qual tiveram acesso ao crédito.

Acesso à Terra por	Municípios	Grupos Especiais do PRONAF (no. de beneficiários)							
		PRONAF JOVEM	A	B	C	A/C	MULHER	NS	Total
RA (n=11)	Congonhinhas	0	5	0	0	1	0	1	7
	Petrolina	0	2	0	0	0	0	2	4
CF (n=12)	Congonhinhas	0	6	0	0	1	0	4	11
	Petrolina	1	0	0	0	0	0	0	1

Na **Tabela 45**, destaca-se a reduzida procura destes beneficiários pelo Pronaf Jovem. De modo similar, nenhum obteve financiamento no Pronaf Mulher, embora parte substantiva dos beneficiários pudesse tê-lo feito. Os beneficiários também não consideraram os grupos B e C como alternativas para acesso ao PRONAF.

Tanto em Congonhinhas como em Petrolina, independente do programa de acesso à terra, o grupo mais popular entre os beneficiários entrevistados é o "A". A maior parte dos beneficiários de Congonhinhas, tanto de reforma agrária como de crédito fundiário, acessou o PRONAF por este grupo. Em Petrolina, ocorreu algo semelhante, apenas se destaca que o único beneficiário de crédito fundiário que acessou o PRONAF o fez por meio do Pronaf Jovem.

Há um número expressivo de beneficiários que não responderam a esta questão, indicando talvez falta de informação sobre as condições para o acesso ao crédito.

Finalmente, aos entrevistados que haviam tido acesso ao PRONAF, indagou-se se o valor deste crédito havia sido suficiente para o atendimento de necessidades da exploração agrícola da terra. As informações sobre esta questão são apresentadas na **Tabela 46**, e indicam que em ambos os municípios e para ambos os tipos de beneficiários (reforma agrária e crédito fundiário), este crédito atendeu parcialmente a estas necessidades.

Tabela 46: Valor do crédito de custeio recebido e atendimento a necessidades da exploração agrícola da terra, em Congonhinhas e Petrolina, conforme avaliações de beneficiários de reforma agrária e crédito fundiário que acessaram o PRONAF.

Município	Beneficiários de RA (n=11) Crédito recebido atendeu necessidades?			Município	Beneficiários de CF (n=12) Crédito recebido atendeu necessidades?		
	De modo algum	Sim, em parte	Sim, completamente		De modo algum	Sim, em parte	Sim, completamente
Congonhinhas (n=7)	14,29	85,71	0,00	Congonhinhas (n=11)	36,36	63,64	0,00
Petrolina (n=4)	0,00	100,00	0,00	Petrolina (n=1)	0,00	100,00	0,00

É de se notar, também, que os dados indicam uma proporção maior de beneficiários de crédito fundiário (em comparação com os de reforma agrária), em Congonhinhas, que avaliaram que o valor recebido não atende "de modo algum" às necessidades de exploração da terra. Em resultado anterior apresentado nesta mesma seção, constatou-se, por outro lado, que a maioria dos beneficiários de reforma agrária em Congonhinhas ainda não havia acessado o PRONAF, o contrário se verificando em relação ao crédito fundiário.

Os resultados apresentados nesta seção, de avaliação sobre o PRONAF, devem ser conside-

rados como pistas valiosas para novas pesquisas. Seria importante identificar as razões para o baixo acesso a estes recursos, e ainda o porque da insatisfação – se for mesmo a avaliação predominante – com o seu valor.

Novamente, a questão de um número relativamente elevado de ausência de respostas mostra que as informações sobre as diversas políticas de desenvolvimento agrário não estão chegando aos jovens, da forma como deveriam. Tal como em relação às políticas de acesso à terra, já apresentadas, este padrão repetiu-se, no caso do PRONAF. A seguir se apresenta a análise de avaliações em relação à política de ATER, e se poderá ver se este dado também se confirma, em relação a esta política.

A ATER é de grande importância para o sucesso de agricultores familiares mais vulneráveis, que muitas vezes desenvolveram suas capacidades na própria prática familiar, sem o uso de tecnologias – mesmo que de baixo custo – que permitissem uma produção mais expressiva e de qualidade, e que normalmente trabalharam em terras de terceiros, onde a orientação recebida pode ter sido mais instrumental (para que fizessem, por exemplo, o plantio de forma correta, mas sem que entendessem o porque de cada operação). Neste último caso, também é possível que estes agricultores, por não terem esta responsabilidade, também deixassem de compreender e se apropriar de lógicas e procedimentos de gestão da propriedade.

O acesso dos jovens rurais a estas competências não é menos problemático, já que sua prática pode ser exatamente a que obteve na terra de terceiros e na própria família. Esta seção, por isto, visa entender se o jovem recebeu orientação/capacitação por meio de ATER, e que competências obteve, por meio destas atividades. Avalia também a suficiência do tempo de ATER que ele/ela recebeu.

Para chegar a algumas destas respostas, primeiro é preciso identificar quantos dos entrevistados, em cada programa de acesso à terra (reforma agrária ou crédito fundiário), já participaram de atividades de ATER, em cada município. A **Tabela 47** apresenta estes dados.

Tabela 47: Número de Beneficiários de Reforma Agrária e de Crédito Fundiário, em cada município pesquisado, que receberam atividades de ATER.

Município	BENEFICIÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA				BENEFICIÁRIOS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO			
	Não	Sim	SR	Total	Não	Sim	SR	Total
Congonhinhas	5	14	3	22	8	4	2	14
Petrolina	8	25	2	35	9	10	2	21
Total	13	39	5	57	17	14	4	35

Os beneficiários de reforma agrária em Congonhinhas foram mais contemplados com ATER do que os de Petrolina, comparativamente. Em Congonhinhas, cerca de 64% dos beneficiários de reforma agrária já receberam ATER, e apenas 29% dos de crédito fundiário foram atendidos por ela; em Petrolina, enquanto os beneficiários de reforma agrária que tiveram esta orientação somam quase 72%, os de crédito fundiário, no mesmo município, correspondem a cerca de 48%. Considerando os dois municípios, 68% dos beneficiários de reforma agrária já receberam ATER, e apenas 40% dos vinculados ao programa de crédito fundiário lograram este apoio.

As avaliações sobre qualidade da ATER recebida, sobre o quanto ela capacitou/qualificou cada beneficiário (sobre decisões relativas à produção agrícola, de gestão, de comercialização de produtos), e sobre a suficiência do tempo recebido de orientação especializada de ATER, foram feitas em uma escala de 3 pontos (0=de modo algum; 1=em parte; 2=completamente). As médias destas avaliações, para os dois tipos de beneficiários, e nos dois municípios analisados, são apresentadas na **Figura 75**.

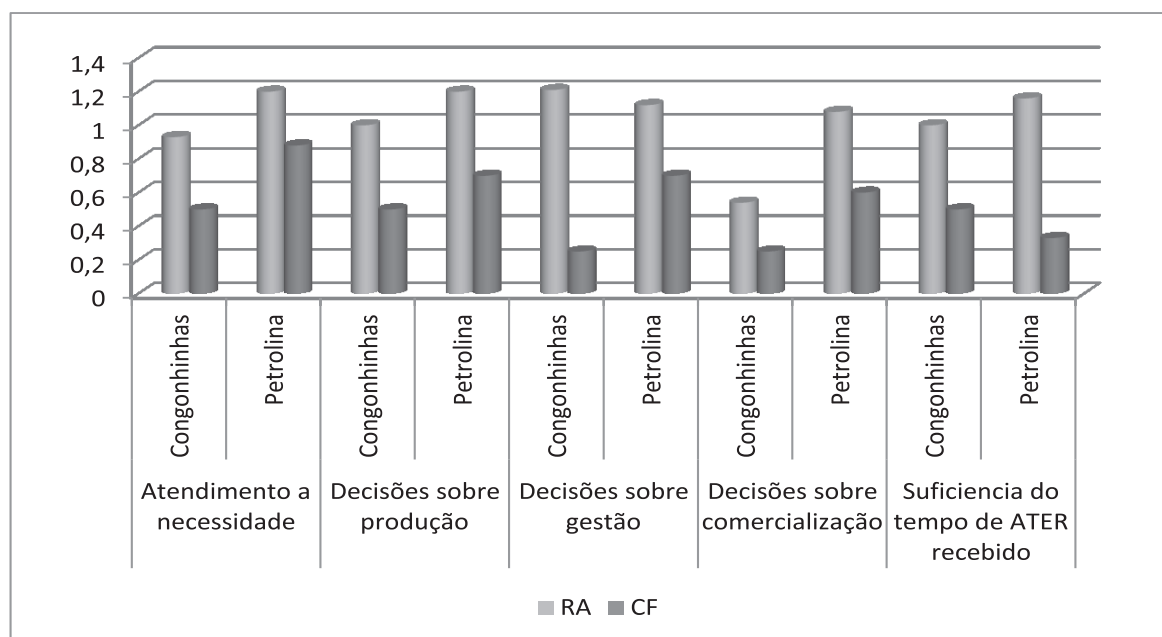


Figura 75: Avaliações dos entrevistados sobre qualidade da ATER recebida, e sobre domínio de competências sobre tomada de decisão (sobre produção, gestão, comercialização), e sobre suficiência do tempo recebido de ATER.

De modo geral, as avaliações feitas pelos entrevistados situam-se ao redor do segundo ponto da escala, indicando alguma insatisfação com a ATER; estas avaliações também apresentam um padrão, em que beneficiários de reforma agrária apresentaram mensurações mais elevadas; médias mais elevadas também são observadas para Petrolina, em comparação com Congonhinhas. As exceções a este padrão são as médias relativas à competência de tomada de decisões sobre gestão, considerada como mais elevada em Congonhinhas (mas para os beneficiários de reforma agrária); Congonhinhas também quebrou o padrão geral descrito, porque obteve média mais elevada para o tempo de ATER recebido, *por beneficiários do crédito fundiário*.

Em relação ao conteúdo das avaliações, observa-se que em geral as competências relativas a gestão e à comercialização de produtos foram as avaliadas como menos apropriadas, pelos beneficiários que já participaram de ATER. Este resultado, embora esperado, se apresenta como distante do que seria ideal, especialmente para o município de Congonhinhas.

Houve um número reduzido de avaliações sem resposta, em relação à ATER. Ou seja, esta política é aparentemente mais eficaz, pelo menos em alcançar os jovens rurais, no que se refere ao conhecimento geral sobre ela.

4.8. Os jovens rurais e a exploração da terra

A exploração econômica da propriedade rural é um dos fatores de alta relevância na obtenção de renda pelos proprietários e sua permanência na terra. Para avaliar o efeito dessa variável sobre a decisão de ficar no campo, investigou-se nos dois locais da pesquisa que atividades eram desenvolvidas pelos entrevistados em suas propriedades, qual a finalidade dessas explorações (vendas ao mercado ou autoconsumo), como a produção era comercializada e que parte das despesas familiares mensais era paga com renda derivada da exploração produtiva da terra (produtos vendidos ao mercado).

Primeiramente, foi investigado qual o percentual da amostra que possuía alguma atividade produtiva (criação ou plantação) para autoconsumo (subsistência da família). A **Tabela 48** apresenta o resultado obtido.

Tabela 48: Percentual de propriedades com exploração agrícola (criação ou plantação) para autoconsumo.

Municípios	PRODUÇÃO VEGETAL OU ANIMAL PARA AUTO-CONSUMO		
	Não	Sim	Total
Congonhinhas	13,89	86,11	100,00
Petrolina	30,19	69,81	100,00

De forma semelhante, foi investigado qual o percentual da amostra que possuía alguma atividade produtiva (criação ou plantação) para vendas ao mercado (e geração de rendas para a família). A **Tabela 49** apresenta o resultado obtido.

Tabela 49: Percentual de propriedades com exploração agrícola (produção animal ou vegetal) para vendas ao mercado nas localidades pesquisadas.

PRODUÇÃO ANIMAL PARA VENDA AO MERCADO	Não	Sim	Total
Congonhinhas	50,00	50,00	100,00
Petrolina	79,25	20,75	100,00
PRODUÇÃO VEGETAL PARA VENDA AO MERCADO	Não	Sim	Total
Congonhinhas	36,36	63,64	100,00
Petrolina	63,46	36,54	100,00

Os resultados expressos nas Tabelas anteriores mostram os jovens produtores com forte dedicação à produção para subsistência da família e menor exposição ao mercado. Na região Sul, representada pelo município de Congonhinhas, a produção destinada ao mercado foi declarada como muito mais expressiva do que a informada no Nordeste, tanto para os produtos de origem animal como para a produção vegetal.

A existência de atividade produtiva nas propriedades (seja para autoconsumo ou para vendas ao mercado) é um fator muito importante para a permanência do produtor (e do jovem rural) no campo. Esta atividade produtiva gera valor econômico e social, constituindo-se em uma importante variável influenciadora da permanência ou evasão do jovem rural.

Em estudo realizado com os beneficiários dos programas de crédito fundiário em todo o Brasil, investigou-se o estado atual das atividades produtivas dos empreendimentos das famílias entrevistadas, considerando o tipo de exploração (agrícola ou produção animal) e a destinação da produção, se para mercado ou para autoconsumo. Os resultados obtidos na Região Sul (Estado do Paraná) indicaram que a maioria dos beneficiários está produzindo para o mercado e para autoconsumo, da mesma forma que o resultado obtido no presente estudo. Predomina a produção agrícola, com menor participação da produção pecuária. Os produtores que produziam para autoconsumo eram os que tinham mais dificuldade para manter o pagamento das prestações dos seus financiamentos em dia, figurando entre os beneficiários inadimplentes. (Castro et al., 2012).

No Centro Oeste, o estudo de Vieira et al. (2011) determinou que 45% dos produtores entrevistados com melhor situação econômica exploravam a produção animal e vegetal com destinação ao mercado. Apenas 24% daqueles produtores em situação econômica menos favorável (25 entre 106 entrevistados) produziam vegetais e animais para vendas ao mercado. Da mesma forma, o estudo de Lima et al. (2012) encontrou resultados semelhantes em idêntico estudo realizado no Nordeste, nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão.

Dessa forma, os resultados anteriores corroboram os achados do presente trabalho, mostrando uma predominância da produção vegetal sobre a produção animal nos lotes dos entrevistados, a maior dedicação produtiva dos produtores para o autoconsumo e a região Sul (Congonhinhas) com uma maior produção orientada ao mercado, quando comparada à produção dos jovens rurais do Nordeste (Petrolina).

A destinação da produção tem implicações sobre uma importante variável relacionada com a permanência dos jovens na área rural, a geração de rendas que possam atender as necessidades dos jovens e suas famílias. Os estudos anteriores mostraram que a variável renda das propriedades é muito dependente das escolhas de atividades feitas pelos produtores familiares e que determinadas atividades agrícolas podem gerar até dez vezes mais rendas que outras. A **Tabela 50** ilustra esta afirmação, com base em um estudo realizado no Estado do Paraná sobre o desempenho de agricultores familiares naquele Estado.

A geração de renda pelos jovens entrevistados não foi detalhada no presente trabalho, embora a baixa geração de rendas nas propriedades tenha sido apontada como uma das razões para a não permanência no meio rural pelos jovens. Esta afirmação foi muito bem ilustrada pelas respostas obtidas quando foi perguntado aos jovens entrevistados “qual seria a parte das despesas familiares pagas com as rendas oriundas da agricultura”. A **Figura 76** detalha as respostas obtidas em Petrolina e Congonhinhas.

Tabela 50: Geração de rendas por diferentes atividades agrícolas em propriedades de agricultores familiares do Estado do Paraná em 2012.

Produção	Preços recebidos pelos produtores/kg (média 2011)	Quantidade média produzida kg (ano)		Médias de rendas geradas/produto ao ano	
		De	A	De	A
Café (em coco)	6,45	4.375	3.310	21.349	28.219
Feijão	1,33	907	5.600	1.207	7.448
Mandioca	0,11	1.600	10.557	176	1.161
Milho	0,29	8.250	8.327	2.392	2.415
Uva de mesa)	2,41	17.500	25.000	42.175	60.250

Fonte: Castro et al., 2012.

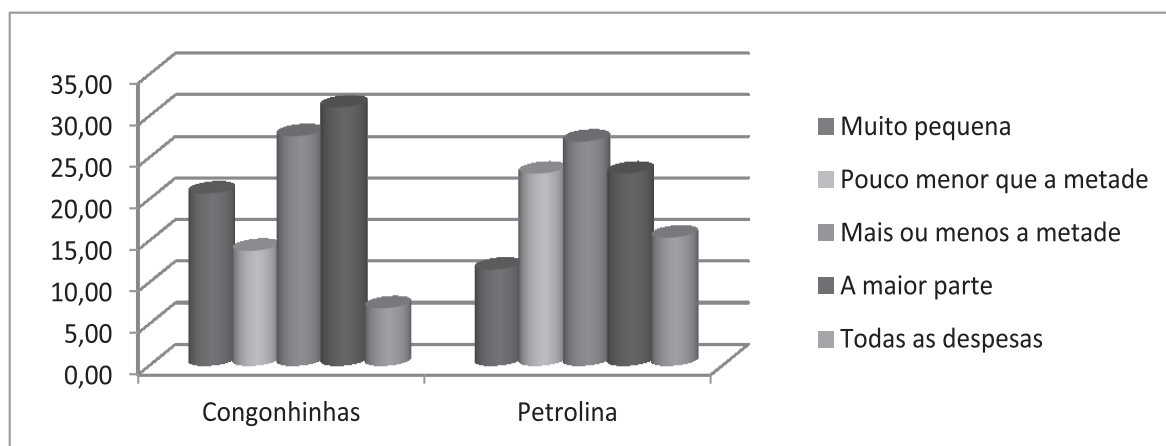


Figura 76: Estimativa da contribuição da renda da agricultura para pagamento das despesas familiares (em % das despesas).

Em Congonhinhas cerca de 38% dos entrevistados afirmaram que a renda proveniente da atividade agropecuária é suficiente para pagar, no mínimo, a maior parte das despesas. Destes 38%, 7% indicam que esta renda paga todas as despesas das famílias. Em Petrolina, esta situação é ainda melhor, com 48% (aproximadamente) declarando ter no mínimo a capacidade de pagar a maior parte das despesas, com esta renda; destes 48%, uma proporção que é o dobro da observada em Congonhinhas (15%), paga todas as suas despesas com o valor gerado na terra.

Na outra ponta, cerca de 34% dos entrevistados nos dois municípios não geram renda (com a

exploração da terra) suficiente para pagar valor inferior à metade de suas despesas mensais. Proporção também semelhante (27%), nos dois municípios, declaram que a renda da agricultura é suficiente apenas para a metade das despesas. Somadas, estas estimativas indicam que metade ou mais das despesas deixa de ser paga com receitas derivadas da atividade de exploração da terra, para cerca de 62% dos entrevistados, em cada município.

Este fenômeno tem influência direta sobre a evasão dos jovens de suas propriedades, já que premidos pela pobreza, vão à busca de emprego rural ou urbano ou qualquer outra atividade que lhes possa garantir meios de subsistência que a atividade agrícola não lhes proporciona.

Obviamente, a produção é apenas parte do processo de geração de rendas com a atividade agrícola, uma vez que os produtos da agricultura necessitam encontrar mercados para que os produtores possam auferir os benefícios sociais e econômicos da produção. Perguntou-se aos entrevistados dos dois municípios que canais de comercialização da produção estariam sendo utilizados por eles. A **Figura 77** apresenta os resultados obtidos.

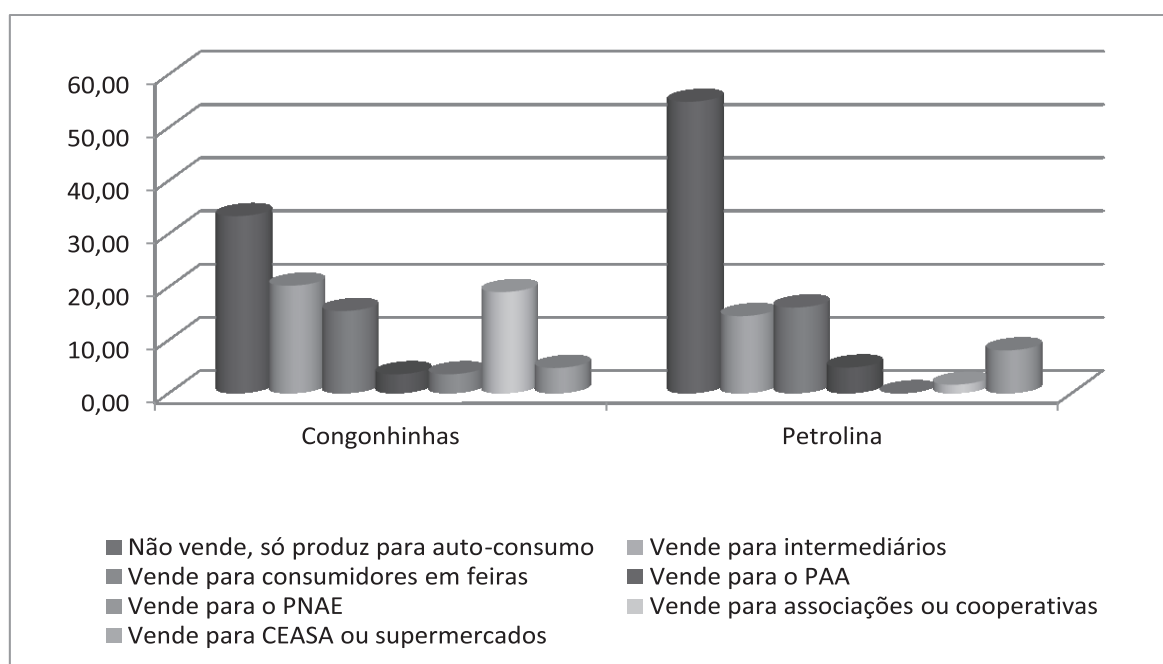


Figura 77: Canais de comercialização utilizados pelos jovens rurais de Congonhinhas e Petrolina.

O acesso dos jovens produtores ao mercado é muito maior em Congonhinhas do que em Petrolina, o que é justificado pela importância da atividade agropecuária em cada um desses locais. Tradicionalmente, a agricultura familiar nordestina tem sido explorada com uma maior orientação para o autoconsumo, diferentemente do que ocorre no Sul do Brasil, onde a orientação para o mercado é mais difundida.

Os canais de comercialização utilizados em cada local mostram uma predominância de intermediários e feiras livres, pouca participação de mecanismos institucionais de aquisição de produtos da agricultura familiar (principalmente no Nordeste, onde a comercialização dos produtos agrícolas é mais complicada para o pequeno produtor) e uma forte participação das cooperativas no processo de comercialização em Congonhinhas, com uma participação ínfima deste mecanismo de comercialização em Petrolina.

Obviamente, a comercialização em feiras livres oferece riscos e apresenta dificuldades para o jovem rural, uma vez que o mesmo precisa colocar a sua produção no sítio de venda, o que demanda tempo e recursos. A comercialização com intermediários em geral é desvantajosa para os produtores, que frequentemente tem que aceitar os preços aviltados oferecidos pelos intermediários e condições desvantajosas de comercialização. O cooperativismo tem representado

uma solução interessante para a comercialização, mas tem encontrado problemas para uma maior penetração no Norte e Nordeste do País.

Em estudos anteriores sobre agricultura familiar no Brasil, Castro et al. (2012), Lima et al. (2011) e Vieira et al. (2011) entrevistaram produtores familiares vinculados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário nas regiões Sul, Centro Oeste e Nordeste. Inquiridos sobre suas relações com o mercado de produtos agrícolas, os produtores apontaram suas dificuldades em acessar mercados. As feiras livres e os intermediários foram os principais canais de comercialização e como principais causas das dificuldades para comercializar os produtos agrícolas foram apontadas a distância entre a propriedade e os mercados e a má qualidade das estradas de acesso às propriedades dos produtores. No geral, os resultados obtidos no presente trabalho são muito semelhantes aos anteriormente descritos.

Em síntese, a geração de rendas e o acesso a mercados são duas variáveis de grande importância para o sucesso da agricultura familiar praticada pelos jovens e que precisa ser enfrentada pelos formuladores de políticas públicas, para favorecer a permanência dos jovens no meio rural. Mecanismos como inovação tecnológica, assistência técnica e extensão rural, capacitação de mão de obra, cooperativismo, clubes de comercialização coletiva, informatização, melhoria de acesso as propriedades são possíveis meios de remoção das limitações e favorecimento da atividade produtiva nos lotes dos jovens rurais.

A partir dos resultados obtidos, foi feita uma prospecção das expectativas dos jovens rurais entrevistados sobre o futuro da exploração agrícola de suas propriedades. Os entrevistados foram perguntados sobre se suas condições estariam diferentes, no futuro, para aumentar as suas explorações nos próximos 10 anos. A **Figura 78** resume os resultados da consulta.

Os resultados obtidos mostram uma grande maioria de jovens mais otimistas em relação ao futuro das suas atividades agrícolas. Somando-se os percentuais de respondentes otimistas (os que responderam *Terei boas condições*) aos muito otimistas (que responderam *Terei ótimas condições*), obtém-se um total de 77,78% de respondentes em Congonhinhas e 86,80% em Petrolina. Somente uma pequena fração dos jovens nos dois locais (11,11% em Congonhinhas e 1,89% em Petrolina) respondeu *não ter condições* de aumentar suas explorações nos próximos 10 anos, indicando uma visão de futuro mais pessimista sobre a atividade agrícola em seus lotes.

Este resultado é uma boa notícia para o futuro da agricultura familiar, uma vez que é sugerida a permanência do jovem rural na atividade. Caso tal tendência possa ser extrapolada para todo o País, a remoção das limitações indicadas ao longo deste estudo poderia se constituir em um fator de fixação dos jovens rurais à terra.

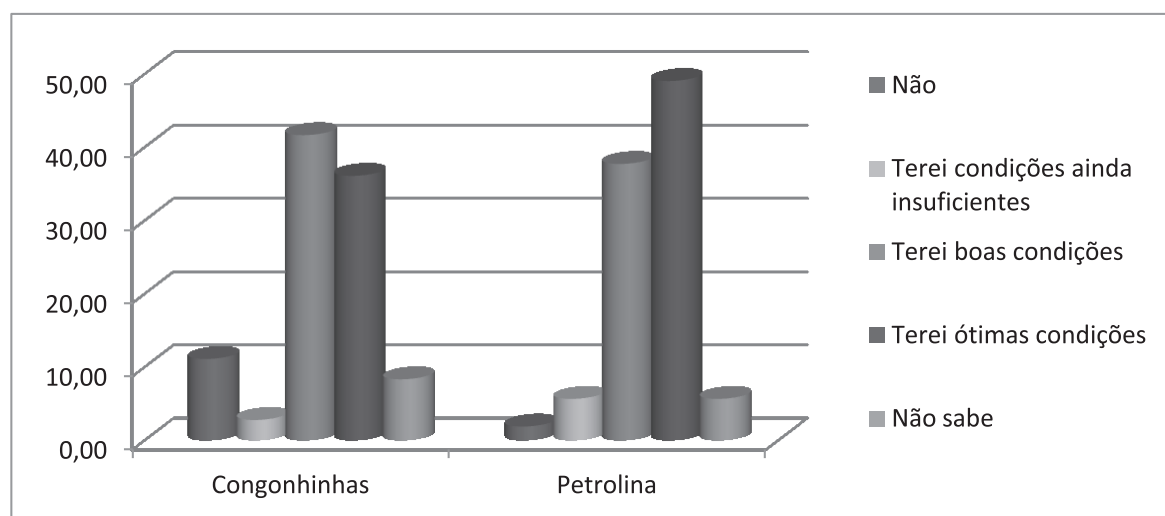


Figura 78: Expectativas dos jovens entrevistados sobre suas condições para aumentar a exploração produtiva da terra, nos próximos dez anos.

Conclusões e Recomendações

Conclusões e Recomendações

Conclusões

Nesta seção, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa, considerando todos os levantamentos e análises realizados. Para se chegar às conclusões apresentadas, determinou-se a convergência ou divergência entre resultados identificados pela pesquisa de campo, pela avaliação de gestores de políticas de desenvolvimento agrário e de representantes de juventudes rurais e considerando ainda indicadores demográficos e a pesquisa anterior sobre migração e permanência (dados secundários).

A convergência entre estas diversas fontes foi considerada como forte indicação de que o resultado encontrado deva ser considerado como elemento relevante para a definição de políticas para o jovem rural. Divergências entre estas fontes (em relação a um mesmo tema), por outro lado, tornariam mais frágeis as conclusões sobre este tema, na definição das políticas. Na verdade, não foram observados conflitos entre as diversas fontes. Na maioria das vezes, como se irá ver, houve convergência ou complementariedade entre elas.

A pesquisa mostrou que a maioria dos jovens rurais tem a intenção de permanecer na terra (e que apenas uma minoria pretende deixar o campo), e que este padrão é semelhante, para os diferentes beneficiários de terra e ainda, para os não beneficiários. Além disto, mostrou também que jovens com intenção de migrar e jovens com intenção de permanecer na terra apresentam necessidades distintas, embora haja um núcleo comum de necessidades, para estes dois grupos de jovens rurais.

Em um e em outro caso, as necessidades estão relacionadas: a) à obtenção de renda, no campo e na cidade (por exemplo, a busca de educação e formação profissional, a busca de empregos em um mercado mais dinâmico, acesso a recursos financeiros, condições para obtenção de sucesso na produção agrícola); b) às características do trabalho nos dois locais; e c) à valorização de modos de vida no campo e nas cidades.

As percepções, no entanto, são distintas: o jovem que pretende migrar desenvolveu uma atitude bastante negativa em relação à vida e ao trabalho no campo, o que faz com que de-seje a alternativa de mudança para as cidades. Esta atitude é manifesta em um número de avaliações mais positivas em relação a estes aspectos, na cidade, do que o que conhecem no meio rural. Para parte destes jovens, é possível que as políticas de desenvolvimento agrário não se apliquem, pois ele já tomou a decisão de deixar o campo, embora ainda não tenha condições de realizá-la.

A questão sobre migração/permanência é central ao desenvolvimento de alternativas e aperfeiçoamentos corretos das políticas existentes. A crescente urbanização da população brasileira é uma tendência já antiga, observada desde meados do século passado. É preciso reconhecer que a cidade apresenta facilidades de vida, trabalho e renda que não são atualmente encontradas no campo, com poucas exceções; e que a escolha, em última análise, pertence ao jovem.

Assim, o que se pode imaginar como alternativa será a oferta, no campo, de melhores condições para a realização de um trabalho digno, que lhe permita a geração de renda para garantir qualidade de vida, para si e para sua família. Isto significa que as políticas precisam ser mais eficazes em garantir condições de renda e vida do que têm sido até o momento.

Os resultados indicam que uma forte necessidade, para a grande maioria que deseja permanecer no campo, é o acesso à terra. Indicam ainda que este é um fator de fixação do jovem rural ao campo. Neste sentido, as políticas de desenvolvimento agrário para o jovem rural avançaram com a instituição da política de acesso à terra dirigida ao jovem rural, dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário, por meio da linha de financiamento Nossa Primeira Terra. Por outro lado, os critérios de acesso à terra por meio de novos assentamentos (reforma agrária) não distinguem o jovem rural e, mesmo, privilegiam candidatos mais idosos. Além disto, não foi prevista a possibilidade de expansão de assentamentos, em decorrência do crescimento das famílias de assentados (incluindo as crianças que se tornarão jovens sem terra).

Parte do que torna um ambiente qualquer mais amigável e prazeroso para um jovem é a constituição de uma nova família, ainda mais se perto de pais e parentes. Esta possibilidade se apresenta como mais difícil para o jovem rural, dada a maior probabilidade de que as jovens rurais deixem o campo, buscando mais educação e trabalho. Alternativas como a do Selo (PNCF) para mulheres constituem um incentivo para que permaneçam na terra. A tendência das mulheres em deixar o campo contamina parte dos jovens rapazes, e tem mostrado forte impacto sobre a migração campo-cidade. Sem um incentivo para a permanência das jovens rurais, a tendência à migração deve continuar.

No entanto, como se sabe, somente o acesso à terra não é suficiente para garantir ao jovem rural e à sua família uma vida melhor. Sem capital para explorar esta terra, e sem orientação adequada para a produção e sua gestão, e para a comercialização de produtos, o jovem rural pouco pode fazer além de usar a terra para produzir alimentos (poucos e de baixa qualidade, em geral) para sua família.

Os jovens rurais que lograram acesso à terra, em sua maioria, não obtiveram acesso ao Pronaf, sejam eles beneficiários de reforma agrária ou de crédito fundiário. Falta-lhes, portanto, a segunda condição para que possam emancipar-se e desenvolver-se, que é o suporte financeiro para a produção.

Tanto nos programas de crédito fundiário como nos de crédito rural, a cobertura dos programas (a proporção do público alvo que procura os programas e que é atendida) não é conhecida. Particularmente, as razões para recusas de solicitações de crédito (do agricultor familiar em geral, e do jovem rural, em especial) pelos agentes financeiros precisam ser melhor compreendidas, tanto no que pode significar proteção para a escolha correta em projetos produtivos, como o que pode ser resultante de zelo excessivo, que pode prejudicar o desenvolvimento pretendido pelos programas.

O programa de assistência técnica e extensão rural (ATER) busca apoiar a agricultura familiar em relação a todos os aspectos de produção e gestão, necessários à exploração produtiva bem sucedida, constituindo-se na terceira condição para o desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar. Ela tem sido oferecida de forma incipiente e insuficiente, até o momento, tanto para os agricultores familiares em geral como para o jovem rural. Os valores de financiamento destinados a esta atividade são reduzidos, principalmente os de infraestrutura básica e de instalação (apesar de terem sido revisados, em abril de 2013), e implicam em limitações para que possa desenvolver-se com a qualidade que seria necessária.

A baixa eficácia das políticas de suporte (Pronaf e ATER), no momento, explicam pelo menos em parte, o baixo desempenho observado na exploração agrícola da terra.

Para todas as políticas analisadas, observou-se um padrão em que o município de Con-

gonhinhos experimenta maiores dificuldades para acesso, relativamente à Petrolina. As razões para esta diferença consistente e não esperada não são claras, mas se constituem em forte indício de que o problema de fixação do jovem à terra é diferenciado por região, território e município, e que estas diferenças devem ser melhor entendidas, para que as soluções possam ser melhor adaptadas a cada situação.

A presente pesquisa lançou algumas luzes sobre a situação dos jovens rurais brasileiros, em duas áreas (uma do Nordeste, outra da região Sul), e sobre fatores que influenciam sua permanência na terra - ou sua busca por outras oportunidades nas cidades - entre estes, as políticas de desenvolvimento agrário. Sua generalização para outras situações é restrita, como demonstraram as inúmeras situações em que até mesmo as diferenças de gênero, forte fator de influência sobre as decisões dos jovens e de suas famílias, são diferenciadas nos dois municípios em que a pesquisa foi realizada. Conhecer melhor o jovem rural, suas demandas e dificuldades, com propósitos semelhantes aos da presente pesquisa, requereria pesquisa de campo com uma amostra bem maior, que cubra vários estados brasileiros, e que permita generalização segura de seus resultados.

A presente pesquisa evidenciou dificuldades na atualização sistemática de sistemas de informação gerencial a elas direcionados, que permitam o seu acompanhamento. No presente estudo de caso, para a reforma agrária, a pesquisa obteve dados demasiado imprecisos, que não permitiam a identificação dos jovens. Por seu lado, a base de jovens do crédito fundiário também não foi eficiente para permitir localizar os jovens, pois a grande mobilidade dos beneficiários, conjugada com dificuldades para atualização das bases originais, também requereu dos pesquisadores que buscassem identificar os jovens rurais nos assentamentos, com a ajuda de guias locais que apenas eventualmente os conheciam.

As respostas indicaram também dificuldades no fluxo de informações sobre diferentes etapas dos processos de obtenção de terra, ou de crédito fundiário, ou ainda de ATER. Há ainda informações necessárias para o melhor aproveitamento do que cada política oferece que parecem ser desconhecidas pelos jovens entrevistados.

O reconhecimento social do jovem rural como um ator que enfrenta situação de vulnerabilidade para seu desenvolvimento social e econômico, e que portanto, deveria ser considerado como grupo social a merecer a ação de políticas públicas, ainda não se pode considerar como institucionalizado, nem na sociedade como um todo, e nem dentro do MDA, segundo os gestores entrevistados.

Há problemas quanto à integração das diferentes políticas do MDA, tanto no plano geral, como em relação ao jovem rural. As consequências de decisões de um determinado setor ou unidade do Ministério sobre uma dada política, deveriam ser consideradas, em relação a seus impactos sobre outras políticas do próprio MDA. Da mesma forma, a integração de ações do MDA com outros Ministérios, em temas de interesse comum, como é o caso do jovem rural, ainda enfrenta dificuldades.

O MDA conta com orçamento relativamente baixo e número relativamente reduzido de profissionais para a realização de suas ações. Existem algumas dificuldades para realização destas ações em parcerias, com outros Ministérios, ou com organizações sociais. As primeiras são dificultadas pelas lógicas em geral diferentes dos demais Ministérios, em comparação com a lógica do MDA, cuja execução envolve sempre colegiados e conselhos de desenvolvimento rural (e não as Prefeituras). A parceria com as organizações sociais vem enfrentando dificuldades, desde 2011.

Recomendações

Gerais:

1. Esforço de institucionalização, dentro do MDA, dos demais órgãos governamentais pertinentes e junto ao público externo, da importância dos jovens rurais como público-alvo de políticas de desenvolvimento agrário;
2. Integração entre políticas de desenvolvimento agrário dirigidas aos jovens rurais, no MDA; e participação do Ministério em políticas desenvolvidas em outros Ministérios que possam impactar este segmento;
3. Adoção de uma única faixa etária para definição do jovem rural, para todas as políticas de desenvolvimento agrário que focalizem este segmento. A faixa sugerida é a de 18 (ou 16 anos, se emancipados) a 29 anos, já adotada pelo PNCF;
4. Interação com o IBGE para que esta faixa seja contemplada em Censos nacionais e agropecuários, e ainda nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNAD); isto permitiria um acompanhamento mais adequado de grandes tendências nacionais, regionais e municipais;
5. Modulação de políticas de desenvolvimento agrário, considerando diferenças regionais, territoriais e locais, a partir da constatação de que estas diferenças influenciam necessidades e demandam soluções distintas;
6. Incentivos à permanência **da** jovem rural na terra, seja por meio de recursos adicionais para sua adesão aos programas de acesso à terra (como por exemplo, o Selo concedido pelo PNCF), seja por outras alternativas que além de facilitar este acesso, lhes garantam apoio à exploração agrícola, o alcance à educação e qualificação profissional, uma das demandas deste segmento. Estes incentivos (de exploração da terra e de maior educação e qualificação) devem ser, no entanto, oferecidos também para **o** jovem rural, pois de outro modo se aprofundariam as diferenças entre mulheres e homens no campo;
7. Instituição de mecanismos de ouvidoria para beneficiários de terra pelos diferentes programas de acesso à terra, e em especial para o jovem rural, junto ao MDA;

Em relação a Políticas de Acesso à terra para o Jovem Rural:

8. Formulação, implantação, acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo de uma política de acesso à terra por meio de novos assentamentos (reforma agrária), a que possam candidatar-se jovens rurais;
9. Implementação, acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo da linha de financiamento Nossa Primeira Terra na nova política de acesso à terra por meio de crédito fundiário;
10. Estudo e definição de incentivos à participação feminina em programas de acesso à terra, em novos assentamentos ou no PNCF, dada a importância de gênero como influência para migração e permanência, e a tendência (geral) de uma maior intenção de migrar entre as mulheres jovens;
11. Melhoria no sistema de acompanhamento de concessões de lote e de financiamento de imóveis, visando manter os sistemas de informação atualizados, relati-

vamente às alterações formais e informais de posse (por abandono, desistência, inadimplência, exclusão, etc.) de beneficiários em cada programa.

Em relação a Políticas de Suporte à Exploração Produtiva da Terra: Financiamento Agrícola

12. Avaliação sobre fatores que influenciam a baixa adesão (ou baixo acesso) de beneficiários de programas de acesso à terra ao PRONAF, com a finalidade de identificar aperfeiçoamentos necessários ao programa;
13. Avaliação do impacto do PRONAF sobre o sucesso na exploração agrícola de diferentes segmentos de beneficiários e regiões, e de fatores que influenciam alto/baixo impacto do programa;

Em relação a Políticas de Acesso à terra e de Financiamento Agrícola

14. Forte ação de comunicação dirigida aos jovens rurais, para oferta de informação e orientação (exigências, critérios, procedimentos, agentes e suas responsabilidades) sobre como obter acesso à terra e ao crédito agrícola;
15. Aperfeiçoamento dos procedimentos burocráticos para seleção de beneficiários, como forma de facilitar o acesso à terra e ao crédito agrícola;
16. Fortalecimento da parceria com bancos oficiais que atualmente operacionalizam o crédito fundiário e o crédito agrícola, por meio de treinamento e orientação periódica dos agentes (que deverá ser feita em conjunto, entre MDA e bancos), bem como do monitoramento de etapas a seu cargo (informação, orientação, análise de projeto técnico, seleção final de beneficiários). A decisão final sobre a seleção ou recusa de beneficiários deve ser fundamentada e documentada, e os processos recusados devem estar acessíveis para análises pelo MDA;
17. Busca e teste de alternativas para a introdução de outras formas de financiamento (como o Microcrédito), um modo menos burocrático e mais amigável de financiamento para populações vulneráveis como a do agricultor familiar mais pobre, como é o caso de jovens rurais. Estas alternativas poderiam, no futuro, ser empregadas mais intensivamente para este segmento.
18. Intensificação e aperfeiçoamento de estratégias de informação e divulgação, orientação, suporte e acompanhamento de ações a cargo da rede de apoio (sindicatos, bancos, Superintendências Estaduais do INCRA, Unidades Técnicas Estaduais);
19. Conceituação, definição e implantação de um sistema de qualidade de atendimento para todas as fases e segmentos da rede de apoio, com respectivo esforço de capacitação, de forma a melhorar a interação do apoio com os potenciais beneficiários, em especial jovens de ambos os sexos.

Em relação a programas de ATER

20. Intensificação de ações de ATER para todos os beneficiários de terra, e especialmente para os beneficiários de crédito fundiário, de forma a aumentar o número atendido por ATER neste último programa, o qual apresenta déficit elevado de famílias não atendidas;
21. Centrar a ação da ATER em gestão da inovação, como forma de estimular a gera-

ção de renda pelos jovens produtores;

22. Incentivar alternativas para a organização da comercialização, para melhorar integração a mercados;
23. Busca de alternativas para aumentar a quantidade e qualificação de técnicos de ATER. Alternativas como a participação de jovens rurais como extensionistas devem ser monitoradas e avaliadas em sua eficácia; alternativas como clubes de ATER (em complementação a redes de ATER) podem também ser consideradas e avaliadas;
24. Busca de alternativas para aumentar a qualificação e a formação do jovem rural, em especial sobre a gestão da propriedade e do negócio;
25. Intensificação e aperfeiçoamento da capacitação de jovens rurais, de forma compatível com a sua atividade de produção rural, e preferencialmente, no próprio local de trabalho.

Em relação à exploração agrícola

26. Busca de alternativas para aumentar a eficiência da exploração rural, utilizando-se tecnologias que permitam a redução de custos, de forma de gerar maior renda da produção agropecuária;
27. A assistência técnica deve focalizar produções adequadas à agricultura familiar que sejam valorizadas por mercados locais, ademais de produção para autoconsumo;
28. Incentivos ao aumento da produção destinada ao mercado devem ser propostos, para alcance gradativo, a longo prazo. Incentivos devem ser avaliados e aperfeiçoados (e mesmo eliminados) ao longo do tempo.

R eferências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H.; SOUTO, A.L.S.; FACCHINI, R.; NASCIMENTO, E. Relatório Nacional. Brasil. **Pesquisa sobre Juventudes no Brasil**. Instituto Pólis. 2009. Disponível em: http://www.polis.org.br/tematicas.asp?cd_camada2=226&cd_camada3=&cd_camada4=. Acesso em: junho de 2012.

ABRAMOVAY, R.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T.; SILVESTRO, M.; MELLO, M. **Agricultura familiar e Sucessão Profissional: Novos Desafios**. Brasília: Edições NEAD/MDA, 2001. 122 p.

ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>. Acesso em: junho de 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. MCR. **Manual de Crédito Rural** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2012. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=MCR-indice>. Acesso em: junho de 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa. 1977.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia das políticas públicas de juventude** / Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: SNJ, 2010. 24 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010**. Conselho Nacional de Juventude. Brasília: SNJ, 2011. 113 p.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G.C.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil**. Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. IPEA, Texto para Discussão nº 621, 1999.

CARNEIRO, M. J. **“O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”**. In: SILVA, Francisco C. Teixeira; SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz F. Carvalho (orgs.). *Mundo rural e política. Ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J.P.; FERRER, M. T. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade**. 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>. Acesso em: abril de 2012.

CASTRO, A.M.G. de; LIMA, S.M.V. ; VIEIRA, L.F. **Estudos de Reordenamento Agrário No 10: Perfil dos Beneficiários do Banco da Terra**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 152 p.

CASTRO, E. G. de. **Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 7, 1, 179-208, 2009.

_____. **As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais**. In Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, organização; Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará [co-editor], 2008. 348 p.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. (Orgs.) Texto para Discussão nº 1335. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L.; ANDRADE, C.C. **Juventude e políticas sociais no Brasil** (Organizadores). Brasília: Ipea, 2009.303 p.

CERQUEIRA, C. A. ; GIVISIEZ, G. H. N. **Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira**. In: Eduardo Luiz G. Rios-Neto; Juliana de Lucena Ruas-Riani. (Org.). Introdução à demografia da educação. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004, , p. 13-44.

CMN. **Resolução No 4.177, de 07/01/2013**, do Conselho Monetário Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, de 08/01/2013, p: 8-9. Brasília, DF. 2013a.

CMN. **Resolução No 4.178, de 07/01/2013**, do Conselho Monetário Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, de 01/02/2013, p: 42. Brasília, DF. 2013b.

CMN. **Resolução No 4.186, de 31/01/2013**, do Conselho Monetário Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, de 08/01/2013, p: 9-10. Brasília, DF.2013c.

CONDÉ, P.A.A. **O Acesso à terra e a visão do público não mobilizado em acampamentos: o crédito fundiário no município de Caçador (SC)**. Dissertação. Mestrado em Agroecossistemas. UFSC. Florianópolis, 2006. 283 p.

CONTAG. **Manual Operacional do Sistema DAP-WEB**. CONTAG/Secretaria de Política Agrícola, 2011, 22 p. Brasília, DF.

CORDEIRO, M.S.S. **Jovens na Reforma Agrária: Perspectiva Intergeracional e Lógicas de Sucessão no Assentamento Novo Horizonte/Campo dos Goytacazes-RJ**. Revista IDEAS, 3, número especial, 544-563, 2009. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/>. Acesso em: janeiro de 2012.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. Disponível em: www.nead.gov.br/portal/need/need-especial/. Acesso em: janeiro de 2012.

DRAIBE, S. **Avaliação de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In Maria Cecília Roxo Nobre Barreira & Maria do Carmo Brant de carvalho (orgs). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP. P13-42. 2001.

FERREIRA, B.; ALVES, F. **Migração juvenil e processo sucessório**. In. Castro, J.A. de; AQUINO, L. e ANDRADE, C.C. de. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

FETAEP. **Cartilha de Orientação FETAEP – PRONAF: Plano de Safra 2013/2013**. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Paraná (FETAEP), 2012, 16p. Disponível em http://www.fetaep.org.br/Agricola/cartilha_pronaf_2012-2013.pdf. Acesso em: abril de 2013.

GALIZONI, F.M. **Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 40, 3, 2002.

GARCIA JR., A.R. ; HEREDIA, B.A. **Campesinato, Família e Diversidade de Explorações Agrícolas no Brasil**. In GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. (Orgs.). Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias – Estratégias de Reprodução Social. Brasília: MDA/NEAD, 2009.

HIRSCHMAN, A. O. **Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Universo – Características da População e dos Domicílios**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010u-universo.asp?o=5&i=P>. Acesso em: abril de 2012.

_____. **Produção da Pecuária Municipal, v.38, 2010**.

_____. **Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 28, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf. Acesso em: abril de 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SERTÃO PERNAMBUCO. **Petrolina**. Dis-

ponível em http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodi/observatorio/microrregiao_petrolina/petrolina.pdf. Acessado em abril de 2013.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Edital de Solicitação de Propostas nº 093/2011**. Brasília, DF: 2011.

____. **Concorrência nº 2008/2011**. Brasília, DF: 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relação de Beneficiários da Reforma Agrária**, 2012a; Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-beneficiarios-rb>. Acesso em: outubro de 2012.

____. **Famílias assentadas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em: abril de 2013.

____. **Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005**. DOU 166, de 29/8/2005, seção 1, p. 122 – B.S. 35. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atos-internos/normas-de-execucao/file/323-norma-de-execucao-n-45-25082005?start=40>. Acesso em: abril de 2012.

____. **Pesquisa de Qualidade de Vida nos Assentamentos (2010)**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010>. Acesso em: abril 2012.

____. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, 2005.

____. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. 2012b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em: outubro de 2012.

____. **Manual de Operações do Pronera**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/manuais-e-procedimentos/file/654-pronera>. Acesso em: junho de 2012.

____. **Norma de Execução INCRA/Nº 79/08, de 19/12/2008**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>. Acesso em: junho de 2012

____. **Norma de Execução INCRA/Nº 84/09, de 03/09/2009**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>. Acesso em: julho de 2013.

____. **Crédito Instalação. 2011**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>. Acesso em: julho de 2012.

____. **Portaria MDA nº 6, de 31/01/2013**. DOU de 01/02/2013 (nº 23, Seção 1, pág. 87)

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico**. Município de Congonhinhas, 2012. Disponível em www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86320, acessado em janeiro de 2013.

JUNGES, D.M. **Jovens Rurais de Iracema do Oeste**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. 2009.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU / EDUSP, 1980.

LIMA, S.M.V.; CASTRO, A.M.G. de, SARMENTO, E.P.M.; VIEIRA, L.F. **Estudo sobre a situação da Juventude Rural nos Programas e Políticas de Acesso à terra. Produto 1: Plano de Trabalho**. Brasília, DF. Manuscrito não publicado. 2012^a.

LIMA, S.M.V.; SARMENTO, E.P.M.; VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de. **Estudo sobre a situação da Juventude Rural nos Programas e Políticas de Acesso à terra. Produto 2: Diagnóstico Preliminar de Políticas: Análise Documental e a Visão de Gestores de Políticas**. Manuscrito não publicado. 2012b.

LIMA, S.M.V.; VIEIRA, L.F.; SARMENTO, E.P.M.; CASTRO, A.M.G. de. **Estudo sobre a situação da Juventude Rural nos Programas e Políticas de Acesso à terra. Produto3:** Diagnóstico da Presença de Jovens Rurais em Programa de Acesso à terra e Planejamento de Áreas de Pesquisa e de Instrumentos de Coleta de Dados. Brasília, DF. Manuscrito não publicado. 2012c.

LIMA, S.M.V., VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de. **Estudos de Reordenamento Agrário No 8: Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Combate à Pobreza Rural.** Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 119p.

LISBOA, S.S. **Da Migração à Não-Migração: o exemplo de pequenas cidades da Zona da Mata Mineira.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

MARTINS, M. **Juventude e Reforma Agrária: O caso do Assentamento Rural Paz na Terra.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. 142 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** 2007. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/>, acessado em maio de 2012

_____. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 6** /Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007. 240p. :

_____. **Base de dados SRA/CMA**, arquivo em Excel cedido à pesquisa, 2012.

_____. **Chamada Pública SAF/ATER N. 03/2012**, Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/>, acessado em maio de 2012

_____. **Manual de Operações do Programa de Combate à Pobreza Rural.** 2010a. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/institucional/reordenamentoagrario>. Acesso em: abril de 2012.

_____. **Manual de Operações do Programa de Consolidação da Agricultura Familiar.** 2010b. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/institucional/reordenamentoagrario>. Acesso em: abril de 2012.

_____. **Painel de indicadores gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário.** 2012. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/>. Acesso em: abril de 2012.

_____. **Portaria MDA no. 17, de 23/03/2010.** Diário Oficial da União, 24/03/2010, Seção 1, p. 85-86. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1588719/dou-secao-1-24-03-2010-pg-85>. Acesso em: abril de 2012.

_____. **Relatório final. Grupo Temático de Juventude Rural.** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2011. Disponível em: www.asbraer.org.br/.../42Relatório%20Final%20GTJR_%20resumido_versaoCONDRAF.pdf. Acesso em: janeiro de 2012.

_____. **Declaração de Aptidão do Agricultor ao PRONAF.** Manual do Cadastrador 2008/2009. MDA/SAF, 2008, 84 p. Brasília, DF. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/institucional/Manual_DAP_2008_2009.pdf. Acesso em: abril de 2013.

_____. **Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar ao Pronaf:** Manual do Cadastrador. MDA/SAF, 2007, 84 p. Brasília, DF. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/institucional/Manual_DAP_1_7_x_colocada_no_site.pdf. Acesso em: abril de 2012.

_____. **Portal da Cidadania, Territórios da Cidadania, Norte Pioneiro.** Disponível em http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/nortepioneiropr/one-community?page_num=0, acessado em janeiro de 2013a.

_____. **Portal da Cidadania, Territórios da Cidadania, Sertão do São Francisco.** Disponível em http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodosofrancisco/one-community?page_num=0, acessado em janeiro de 2013b.

MEC. Pronatec. **Qualificação Profissional para Trabalhadores e Alunos do Ensino Médio**. 2011. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/pronatec.html>. Acesso em: junho de 2012.

MENEZES, M.A; MALAGODI, E.; MARQUES, F.R. **Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano**. In Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (Orgs.). Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília : MDA ; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008. 348 p.

NEVES, J. A. S. das. **Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade de trabalho na produção de fumo em São Lourenço do Sul**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009.

NOVAES, R.C.R. Estudo 11: **Juventude(s) e Políticas Públicas: Horizontes de Inclusão e Participação**. Projeto "Perspectivas dos Investimentos Sociais no Brasil". Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, sem data. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projetos-em-andamento/projeto-pis/imprimir.php>. Acesso em: julho de 2011.

PORTAL BRASIL. **Pronacampo vai melhorar qualidade do ensino no campo para aumentar produtividade**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/20/governo-lanca-programa-de-educacao-para-populacao-rural>. Acesso em: junho de 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 12.188**, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater. Acesso em: junho de 2012.

SRA /MDA. **Apresentação das Novas Condições do PNCF** (Apresentação em PowerPoint). Secretaria de Reordenamento Agrário /MDA, 07/março/2013, 37 p. Brasília, DF. Site MDA: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/sra/arquivos/index?folder%5fid=12064684> (consultado em 26/03/2013).

SCHNEIDER, I. **Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola**. Indicadores Econômicos, Porto Alegre, FEE, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SILVA, E.O.; MOREIRA, E.R.F. **Permanências e migrações de jovens em áreas de Assentamento do estado da Paraíba**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

SILVA, E.R.A. da; ANDRADE, C.C. **A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades**. In CASTRO, J. A. de; AQUINO, L.; ANDRADE, C.C. Juventude e políticas sociais no Brasil (Organizadores). Brasília: Ipea, 2009.

SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/nead/institucional/Livro_de_Bolso. Acesso em: janeiro de 2012.

SNJ. **Carta do I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Disponível em: www.juventude.gov.br/. Acesso em: junho de 2012.

VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de; LIMA, S.M.V. **Estudos de Reordenamento Agrário No 9: Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Consolidação da Agricultura Familiar**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 132 p.

WEDIG, J.C.; MENASCHE R. **Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais**. In PINTO, M.L; PACHECO, J.K. (Orgs.). Juventude, Consumo & Educação 2. Porto Alegre: ESPM. 2009.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76p.

WOORTMAN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 1, 35-53, 1990.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Listas de Tabelas, Figuras e Quadros

Listas de Tabelas, Figuras e Quadros

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tamanho e composição da amostra de jovens rurais a serem entrevistados	30
Tabela 2: Categorias de variáveis, variáveis e exemplos de questões que serão utilizadas para mensuração das variáveis, em pesquisa de campo.....	31
Tabela 3: Condições de enquadramento do financiamento, por linha de crédito do PNCF.....	50
Tabela 4: Indicadores da produção animal de Congonhinhas, Paraná.....	81
Tabela 5: Indicadores da produção agrícola de Congonhinhas, Paraná.....	82
Tabela 6: Número de famílias nas áreas urbana e rural, de acordo com o número de membros da família.....	82
Tabela 7: População urbana e rural de Congonhinhas, por faixa etária.....	83
Tabela 8: Área, produção e valor das principais lavouras permanentes de Petrolina, safra 2010.....	86
Tabela 9: Produção e Valor das lavouras temporárias, safra 2010.....	86
Tabela 10: Número de famílias residentes nas áreas urbana e rural, de acordo com o número de membros (componentes) da família.....	87
Tabela 11: População urbana e rural de Petrolina, por faixa etária.....	88
Tabela 12: Número de entrevistados (beneficiários da Reforma Agrária, do Crédito Fundiário e sem terra), por município; e percentual relativo ao total previsto em cada categoria, por município.....	90
Tabela 13: População (beneficiários), tamanho da amostra e percentual relativo à população, por município.....	90
Tabela 14: Entrevistas previstas, realizadas e não realizadas, e razões pelas quais não puderam ser realizadas, considerando os beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, em Congonhinhas.....	92
Tabela 15: Entrevistas previstas, realizadas e não realizadas, e razões pelas quais não puderam ser realizadas, considerando os beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, em Petrolina.....	92
Tabela 16: Congonhinhas (n=59) e Petrolina (n=83): Distribuição da amostra de beneficiários entrevistados, segundo o gênero.....	97
Tabela 17: Distribuição dos entrevistados, por Gênero e Estado Civil, no município de Congonhinhas.....	97
Tabela 18: Distribuição dos entrevistados, por Gênero e Estado Civil, no município de Petrolina.....	97
Tabela 19: Congonhinhas e Petrolina: Distribuição dos beneficiários entrevistados, segundo o grupo étnico declarado.....	98
Tabela 20: Congonhinhas e Petrolina: Ocupação dos domicílios dos beneficiários entrevistados.....	98
Tabela 21: Congonhinhas e Petrolina: Com quem moram os beneficiários entrevistados.....	98
Tabela 22 : Congonhinhas e Petrolina: Proporção de beneficiários casados que moram com seus cônjuges.....	99
Tabela 23 : Congonhinhas e Petrolina: Proporção de beneficiários entrevistados que tem filhos e com eles moram.....	99
Tabela 24: Percentual de jovens que frequentam/frequentaram a escola em Petrolina, PE e Congonhinhas, PR.....	99
Tabela 25: Tipo de escola que os jovens rurais frequentam ou frequentaram	101
Tabela 26: Distância entre escola (que frequenta ou frequentou) e sua casa (em km).....	102
Tabela 27: Proporção de entrevistados que trabalham na terra de terceiros, como empregado, meeiro, arrendatário ou parceiro, em Congonhinhas (21 entrevistados), e Petrolina (31 entrevistados).....	104

Tabela 28: Indicadores de participação política dos entrevistados (em número de respostas).....	105
Tabela 29: Número e proporção de entrevistados, entre os que desejam migrar, por área de residência que gostariam de ter, na nova localidade.	108
Tabela 30: Número de entrevistados, por situação em relação a políticas de acesso à terra e por município, e sua intenção de migrar.	108
Tabela 31: Avaliações médias sobre diferentes razões para a intenção de migrar, realizadas pelos entrevistados, conforme o município e sexo.	114
Tabela 32: Avaliações de influências mais relevantes para intenção de migrar, por município e por sexo (médias).....	115
Tabela 33: Avaliações médias sobre diferentes razões para a intenção de permanecer no campo, realizadas pelos entrevistados, conforme o município e sexo.	117
Tabela 34: Avaliações de influências mais relevantes para intenção de permanecer na terra, por município e por sexo (médias).	118
Tabela 35: Posse da DAP: Situação dos jovens agricultores entrevistados.....	123
Tabela 36: Uso da DAP nos últimos 3 anos por parte dos jovens agricultores entrevistados.	124
Tabela 37: Uso da DAP para financiamento da produção, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.....	124
Tabela 38: Uso da DAP para financiamento de equipamentos, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.....	124
Tabela 39: Uso da DAP para facilitar a comercialização de produtos, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.....	125
Tabela 40: Uso da DAP para acessar políticas de habitação, nos últimos 3 anos, por parte dos jovens agricultores entrevistados.....	125
Tabela 41: Posse de DAP principal e acessória pelos jovens agricultores entrevistados	126
Tabela 42: Qualidade da informação sobre acesso à terra fornecida pelos sindicatos (STTRs).	127
Tabela 43: Qualidade da informação sobre acesso à terra fornecida pelas UTEs.	128
Tabela 44: Qualidade da informação sobre acesso à terra fornecida pelos Bancos.	129
Tabela 45: Beneficiários de programas de reforma agrária ou de crédito fundiário, em Congonhinhas e em Petrolina, conforme o grupo especial do PRONAF pelo qual tiveram acesso ao crédito.	144
Tabela 46: Valor do crédito de custeio recebido e atendimento a necessidades da exploração agrícola da terra, em Congonhinhas e Petrolina, conforme avaliações de beneficiários de reforma agrária e crédito fundiário que acessaram o PRONAF.....	144
Tabela 47: Número de Beneficiários de Reforma Agrária e de Crédito Fundiário, em cada município pesquisado, que receberam atividades de ATER.	145
Tabela 48: Percentual de propriedades com exploração agrícola (criação ou plantação) para autoconsumo.	147
Tabela 49: Percentual de propriedades com exploração agrícola (produção animal ou vegetal) para vendas ao mercado nas localidades pesquisadas.	147
Tabela 50: Geração de rendas por diferentes atividades agrícolas em propriedades de agricultores familiares do Estado do Paraná em 2012.	148

Lista de Figuras

Figura 1: População residente em área urbana e rural do Brasil, no período 1950 a 2010 (em milhões de pessoas). Fone: IBGE, (2010).....	17
Figura 2: Homens e mulheres residentes em área urbana e rural no Brasil, em 2010 (em milhões de pessoas) Fonte: IBGE (2010).....	36

Figura 3:	Taxa de analfabetismo, por faixa etária e local de residência, Brasil. Fonte: DIEESE (2011).	37
Figura 4:	Percentual de homens e mulheres, por anos de estudo, na área rural, Brasil. Fonte: DIEESE,2011, adaptado.	37
Figura 5:	Proporção de domicílios, nas áreas rural e urbana do Brasil, por tipo de esgotamento sanitário. Fonte: DIEESE,2011.	38
Figura 6:	Famílias assentadas, por ano (1995-2012), pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Fonte: INCRA, 2013.	51
Figura 7:	Distribuição dos membros das famílias, por faixa etária, na população investigada, em percentual. Fonte: INCRA, 2010.	52
Figura 8:	Número de membros na família, na população investigada, em proporção de famílias. Fonte: INCRA, 2010.	52
Figura 9:	Número de famílias atendidas pelo PNCF, no período 2002 a 2011. Fonte: MDA, 2012.	54
Figura 10:	Participação percentual de beneficiários, por faixa etária, no PNCF. Fonte: MDA, 2012.	54
Figura 11:	Congonhinhas, Paraná, Distribuição do número de famílias pelo tamanho e localização. Fonte: IBGE, 2010.	83
Figura 12:	População rural de Congonhinhas, por faixa etária e sexo. Fonte: IBGE, 2010.	84
Figura 13:	Percentual do PIB total de Petrolina (R\$ 2,88 bilhões), gerado por diferentes atividades econômicas. Fonte: IBGE (2010).	85
Figura 14:	Empregos por atividade formal em Petrolina (em %). Fonte: IFCET- Sertão Pernambuco, 2010.	85
Figura 15:	Efetivo dos Rebanhos (em cabeças) de Petrolina em 2010. Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM 2010, IBGE, 2011.	87
Figura 16:	Distribuição do número de famílias pelo tamanho e localização. IBGE, 2010.	88
Figura 17:	População rural de Petrolina, por faixa etária e sexo. Fonte: IBGE, 2010.	89
Figura 18:	Mapa com georreferenciamento de entrevistas realizadas em Congonhinhas, Paraná, indicando localização da entrevista e condição de acesso à terra do entrevistado (beneficiários de reforma agrária, beneficiários de crédito fundiário, filho de assentado de RA, filho de beneficiário de CF, sem terra).	94
Figura 19:	Mapa com georreferenciamento de entrevistas realizadas em Lagoa Grande, Pernambuco, indicando localização da entrevista e condição de acesso à terra do entrevistado (beneficiários de reforma agrária, beneficiários de crédito fundiário, filho de assentado de reforma agrária, filho de beneficiário do CF, sem terra.)	95
Figura 20:	Mapa com georreferenciamento de entrevistas realizadas em Petrolina, Pernambuco, indicando localização da entrevista e condição de acesso à terra do entrevistado (beneficiários de reforma agrária, beneficiários de crédito fundiário, filho de assentado de reforma agrária, filho de beneficiário do CF, sem terra).	96
Figura 21:	Grau de escolaridade, em proporção (%) dos entrevistados em Petrolina (n=78) e Congonhinhas (n=59).	100
Figura 22:	Nível de escolaridade de entrevistados homens e mulheres, em Congonhinhas, em percentual de entrevistados em cada nível considerado.	100
Figura 23:	Nível de escolaridade de entrevistados homens e mulheres, em Petrolina, em percentual de entrevistados em cada nível considerado.	101
Figura 24:	Razões apontadas pelos entrevistados para a evasão escolar.	102
Figura 25:	Atividades desempenhadas pelos jovens rurais em duas localidades (Congonhinhas e Petrolina).	103
Figura 26:	Locais/atividades de trabalho dos entrevistados, em Congonhinhas e em Petrolina.	103
Figura 27:	Proporção de entrevistados que se dedicam a diferentes tipos de emprego, na cidade, em Congonhinhas (13 entrevistados) e em Petrolina (15 entrevistados).	104
Figura 28:	Filiação a sindicatos (em %).	105
Figura 29:	Participação em movimento social (em %).	105
Figura 30:	Participação em espaço social (em %).	105

Figura 31: Grau de participação política de jovens rurais (homens e mulheres), em Congonhinhas.....	106
Figura 32: Grau de participação política de jovens rurais (homens e mulheres), em Petrolina.....	106
Figura 33: Proporção de entrevistados, em cada município, que possuem experiência (SIM) de morar em outro local.....	107
Figura 34: Proporção de jovens rurais que desejam (ou não) migrar para outro local, em Congonhinhas.....	107
Figura 35: Proporção de jovens rurais que desejam (ou não) migrar para outro local, em Petrolina.....	107
Figura 36: Intenção de migrar ou não, em Congonhinhas, por gênero.....	107
Figura 37: Intenção de migrar ou não, em Petrolina, por gênero.....	107
Figura 38: Proporção de jovens rurais, por categoria (acesso à terra e município), que responderam SIM ou NÃO a questão sobre sua intenção de migrar, em relação ao total de entrevistados e suas respostas, em cada categoria.....	109
Figura 39: Média de avaliações sobre chance de herdar a terra e interesse nesta herança (medida em escala de três pontos, 0=nenhuma chance ou nenhum interesse, até 2=muita chance ou muito interesse), de entrevistados em Congonhinhas e Petrolina, conforme seu gênero.....	110
Figura 40: Média de avaliações sobre frequência de incentivo, dado pela família, para dedicação ao estudo, ao trabalho na terra dos pais, e/ou ao trabalho na casa dos pais, de entrevistados em Congonhinhas e Petrolina, conforme seu gênero.....	111
Figura 41: Média de avaliações sobre frequência de incentivo, dado pela família, para ficar na roça e para buscar trabalho na cidade, de entrevistados em Congonhinhas e Petrolina, conforme seu gênero.....	112
Figura 42: Média de avaliações sobre frequência de incentivo, dado pela família, para obtenção de terra por meio de reforma agrária ou de crédito fundiário, em Congonhinhas e Petrolina, conforme o gênero.....	112
Figura 43: Proporção (%) de beneficiários de reforma agrária (RA), de crédito fundiário (CF), e de não beneficiários, por gênero, nos dois municípios analisados.....	120
Figura 44: Proporção de jovens rurais, por programa/linha de acesso do PNCF e por município, em relação ao total de entrevistados e suas respostas, em cada categoria.....	120
Figura 45: Proporção de jovens rurais beneficiários do crédito fundiário, por município, que responderam SIM ou NÃO à questão sobre o recebimento de recursos adicionais do selo Nossa Primeira Terra.....	121
Figura 46: Proporção de jovens rurais sem acesso à terra, por município, que responderam SIM ou NÃO a questão sobre seu interesse na obtenção de terra.....	121
Figura 47: Preferência declarada pelos jovens rurais sem terra, por município, e que gostariam de obter terra, sobre o programa em que estão mais interessados.....	121
Figura 48: Proporção de jovens rurais sem terra, por município, que declararam possuir ou não DAP, ou ainda não saber responder sobre este documento, e que gostariam de obter terra, entre os entrevistados sem terra.....	122
Figura 49: Proporção de jovens rurais sem terra (que gostariam de obtê-la), por município, e sua autoavaliação sobre o conhecimento em relação ao processo de obtenção de terra.....	122
Figura 50: Grau de dificuldades para obter informações sobre o processo para candidatar-se à obtenção de terra pelo PNRA, de acordo com a percepção dos seus beneficiários.....	130
Figura 51: Grau de dificuldades para atender aos critérios de elegibilidade para candidatar-se à obtenção de terra pelo PNRA, de acordo com a percepção dos seus beneficiários.....	130
Figura 52: Grau de dificuldade para obter a DAP, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	131
Figura 53: Grau de dificuldade para juntar a documentação necessária para atender ao PNRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	131
Figura 54: Grau de dificuldade representada pela localização do lote obtido, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	132
Figura 55: Grau de dificuldade na obtenção de orientação/apoio do sindicato (STTRs), de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	132
Figura 56: Grau de dificuldade na obtenção de orientação/apoio do agente financeiro (banco), de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	133

Figura 57: Grau de dificuldade na obtenção de orientação/apoio da superintendência do INCRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	133
Figura 58: Grau de dificuldade para obter informações sobre andamento dos processos do PNRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	134
Figura 59: Grau de dificuldade para apresentar o projeto técnico de uso da propriedade exigido pelo PNRA, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	134
Figura 60: Grau de dificuldade respectivo ao tempo para conseguir a terra, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	135
Figura 61: Grau de dificuldade respectivo ao valor do crédito de instalação, de acordo com a percepção dos beneficiários do PNRA.....	135
Figura 62: Grau de dificuldade para obter informações sobre o que fazer para ter acesso ao financiamento da terra por meio do PNCF.....	136
Figura 63: Grau de dificuldade para atender aos critérios de elegibilidade do PNCF.....	137
Figura 64: Grau de dificuldade para obter a DAP entre os beneficiários do PNCF.....	137
Figura 65: Grau de dificuldade para compor a documentação necessária para enquadramento no PNCF.....	138
Figura 66: Grau de dificuldade para obtenção de orientação e apoio do sindicato, beneficiários do PNCF.....	138
Figura 67: Grau de dificuldade para obtenção de orientação e apoio das UTEs.....	139
Figura 68: Grau de dificuldade na obtenção de orientação e apoio de outros órgãos governamentais.....	139
Figura 69: Grau de dificuldade na obtenção de orientação e apoio do agente financeiro.....	140
Figura 70: Grau de dificuldade para obter informações sobre o andamento do processo, beneficiários do PNCF.....	140
Figura 71: Grau de dificuldade para apresentar o projeto técnico exigido pelo PNCF.....	141
Figura 72: Grau de dificuldade representada pelo tempo necessário para se conseguir a terra.....	141
Figura 73: Grau de dificuldade para obter informações para acessar o NPT.....	142
Figura 74: Obtenção de crédito de custeio (PRONAF) pelos jovens rurais de Congonhinhas e Petrolina, Beneficiários de terra por reforma agrária (RA) ou por crédito fundiário (CF).....	143
Figura 75: Avaliações dos entrevistados sobre qualidade da ATER recebida, e sobre domínio de competências sobre tomada de decisão (sobre produção, gestão, comercialização), e sobre suficiência do tempo recebido de ATER.....	146
Figura 76: Estimativa da contribuição da renda da agricultura para pagamento das despesas familiares (em % das despesas).....	148
Figura 77: Canais de comercialização utilizados pelos jovens rurais de Congonhinhas e Petrolina.....	149
Figura 78: Expectativas dos jovens entrevistados sobre suas condições para aumentar a exploração produtiva da terra, nos próximos dez anos.....	150

Lista de Quadros

Quadro 1: Resultados sobre qualidade de vida nos assentamentos.....	53
Quadro 2: Beneficiários do Pronaf Jovem e critérios de elegibilidade no Programa.....	55
Quadro 3: Causas da redução em participação no programa de reforma agrária, segundo os entrevistados.....	65
Quadro 4: Dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, em pontos selecionados do processo de obtenção de terra pelo PNCF, segundo Gestor entrevistado.....	69
Quadro 5: Dificuldades encontradas pelo jovem rural para o obtenção de crédito agrícola, em algumas etapas do processo, segundo um dos entrevistados.....	71
Quadro 6: Tipos de DAP para Pessoas Físicas e suas finalidades.....	126

A nexos

ANEXOS

ANEXO 1: Metodologia para Planejamento da Pesquisa de Campo

1. Escolha de Áreas de Pesquisa

1.1 Seleção dos Estados

Para selecionar as áreas em que a pesquisa de campo foi realizada, iniciou-se por definir os Estados de cada região. Optou-se por selecionar um Estado em cada região, utilizando-se de critérios que fossem relacionados à situação socioeconômica, nos Estados, e que pudessem ser considerados como indicadores da atratividade, das regiões urbana e rural, para os jovens que residem no campo.

Para realizar esta escolha, foram usadas informações do Censo Brasileiro de 2010 (IBGE, 2011). Entre estas informações, foram selecionadas as que descrevem a idade da população e as que descrevem o rendimento familiar domiciliar per capita conforme sua situação de residência (urbana/rural), por Estado. A partir destas informações, foram criados índices de idade e de rendimento médio, conforme a situação de residência.

Estes índices foram calculados da seguinte maneira:

Proporção de jovens (15 a 24 anos), por residência= Total de jovens, na população urbana do Estado/ Total de jovens, na população rural do Estado

Razão entre rendimento domiciliar médio, por residência= Valor médio do rendimento mensal total domiciliar per capita, na população urbana do Estado/ Valor médio do rendimento mensal total domiciliar per capita, na população rural do Estado.

Para ambos os índices, valores superiores a 1 indicam maior proporção de jovens, na população urbana, e maior rendimento médio na população urbana, em relação à população rural; valores iguais a 1 indicam mesma proporção de jovens, tanto nas cidades como no campo, (e igualdade de rendimento médio nas áreas rural e urbana); e valores inferiores a 1 indicam maior proporção de jovens (ou maior rendimento médio), no campo em relação às cidades. As **Tabelas A1.1 e A1.2** apresentam estes dados, para os Estados das regiões Nordeste e Sul, em relação à proporção de jovens de 15 a 24 anos (**Tabela A1.1**), e em relação ao rendimento mensal total domiciliar per capita, por situação de residência (**Tabela A1.2**).

O primeiro destes índices fornece uma visão do resultado da atratividade das cidades sobre os jovens, comparando-os com os jovens que residem na área rural. A faixa de 15 a 24 anos foi a escolhida, por ser a mais próxima da faixa etária normalmente utilizada em políticas de desenvolvimento em que os jovens são focalizados, nos dados publicados pelo IBGE. A lógica para utilizar este índice olha para o passado, quando a atração da cidade sobre os jovens (ou seus pais) foi exercida, possivelmente por diversos fatores.

Tabela A1. 1: Proporção de jovens (15 a 24 anos), conforme situação de residência, em Estados das regiões Nordeste e Sul, em ordem decrescente de razão, por região.

ESTADOS/ REGIÃO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS		PROPORÇÃO DE JOVENS POR SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA
			URBANA	RURAL	
REGIÃO NORDESTE					
Maranhão	4 147 149	2 427 640	854.727	484.314	1,76
Piauí	2 050 959	1 067 401	400.962	202.272	1,98
Ceará	6 346 557	2 105 824	1.252.810	416.743	3,01
Rio Grande do Norte	2 464 991	703 036	468.841	137.936	3,40
Paraíba	2 838 678	927 850	521.181	178.333	2,92
Pernambuco	7 052 210	1 744 238	1.287.028	344.313	3,74
Alagoas	2 297 860	822 634	436.364	166.666	2,62
Sergipe	1 520 366	547 651	294.191	108.709	2,71
Bahia	10 102 476	3 914 430	1.869.968	761.748	2,45
REGIÃO SUL					
Paraná	8 912 692	1 531 834	1.574.873	255.510	6,16
Santa Catarina	5 247 913	1 000 523	943.575	167.287	5,64
Rio Grande do Sul	9 100 291	1 593 638	1.513.378	232.990	6,50

Fonte: IBGE, 2011.

O segundo índice (focalizando o valor médio do rendimento mensal total domiciliar per capita), captura um destes fatores de atratividade, pressupondo que a decisão do jovem (de permanecer no campo ou partir para a cidade), é motivada, entre outras coisas, pela oportunidade de maiores ganhos, para o jovem, em um ou outro lugar de residência.

Tabela A1. 2: Valor médio de rendimento domiciliar per capita, conforme situação de residência, razão entre valor médio na área urbana e na área rural, e posição de cada Estado (regiões Nordeste e Sul), em ordem decrescente desta razão.

ESTADOS/ REGIÃO	Rendimento mensal total domiciliar <i>per capita</i> nominal				Rendimento mensal total domiciliar <i>per capita</i> nominal				Razão urbana/rural	Posição
	Valor médio (R\$)	Quartis (R\$)			Valor médio (R\$) 1º quartil	Quartis (R\$)				
		1º quartil	2º quartil (mediana)	3º quartil		2º quartil (mediana)	3º quartil			
Urbana				Rural						
REGIÃO NORDESTE										
Maranhão	319	85	170	340	170	41	106	204	1,88	9
Piauí	367	100	200	383	174	42	118	234	2,11	7
Ceará	395	104	204	400	173	49	118	231	2,28	3
Rio Grande do Norte	475	129	255	506	210	75	150	255	2,26	4
Paraíba	412	116	222	428	197	64	135	255	2,09	8
Pernambuco	442	125	233	450	187	64	128	250	2,36	1
Alagoas	378	101	190	378	170	51	114	204	2,22	5
Sergipe	453	120	233	488	193	69	128	250	2,35	2
Bahia	423	114	227	443	193	63	128	255	2,19	6
REGIÃO SUL										
Paraná	802	300	510	855	423	170	300	510	1,90	1
Santa Catarina	895	380	602	1 000	563	253	437	667	1,59	2
Rio Grande do Sul	857	302	510	925	544	203	383	610	1,58	3

Fonte: IBGE, 2011.

Os dados apresentados nas **Tabela A1.1 e A1.2** indicam maior atratividade das cidades:

- Em relação à região Nordeste, para o Estado de Pernambuco, tanto considerando a proporção maior de jovens, como em termos de rendimentos domiciliares superiores, para a população urbana, neste Estado, em comparação com os demais Estados da mesma região;
- Em relação à região Sul, a proporção maior de jovens nas cidades é observada no Rio Grande do Sul, enquanto o rendimento domiciliar superior (da cidade) é verificado no Paraná (este tem o segundo maior valor, em proporção de jovens nas cidades). Ambos os índices são analisados em comparação aos dos demais Estados nesta região.

Considerando os dois indicadores, fica clara a posição destacada de Pernambuco como o estado a ser escolhido na região Nordeste. Por outro lado, observa-se leve discrepância dos dois indicadores (no caso da região Sul) em relação ao indicador de rendimento médio, ao mesmo tempo em que se evidencia pouca diferença entre Paraná e Rio Grande do Sul, no que diz respeito à proporção de jovens nas cidades.

Por esta razão, optou-se por considerar os dois Estados da Região Sul, em uma primeira etapa, como elegíveis para a execução da pesquisa. Como é necessário também definir os municípios em cada Estado, considerando para isto a proporção de jovens (ou de beneficiários) de crédito fundiário e de reforma agrária, esta consideração permitiu identificar também os Estados da região Sul que serão mais adequados para a pesquisa de campo.

1.2. Seleção dos Municípios

Na definição de municípios para a pesquisa procurou-se identificar aqueles com maior presença de jovens rurais, nos Estados inicialmente selecionados na base de dados fornecida pelo MDA/SRA. Além disto, o mesmo município deveria contar com assentamentos de reforma agrária com um número de beneficiários¹ adequado. Definiu-se como critério que a escolha deveria contemplar municípios com um número igual a superior a 80 jovens, no Programa de Crédito Fundiário, e igual ou superior a 100 beneficiários do Programa de Reforma Agrária (jovens ou não). A **Tabela A1.3** apresenta os municípios com maior número destes atores, em Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em Pernambuco, Petrolina é o único município com mais de 80 jovens, na base de dados de do PNCF. Conta ainda com um número expressivo de famílias assentadas (Incra, 2012b). Este município é o indicado, pela equipe de pesquisa, como a área de levantamento de campo, no Nordeste.

¹⁸ Para identificar o número de beneficiários em cada Estado/município, utilizou-se a “Relação de Beneficiários”, por Estado, conforme Incra (2012a) e/ou a Relação de Projetos de Reforma Agrária”, por Estado (Incra, 2012b).

Tabela A1. 3: Número de beneficiários jovens e adultos, no Programa Nacional de Crédito Fundiário, e Número de Beneficiários de Reforma Agrária, nos Estados de Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul.

ESTADO/Município	CRÉDITO FUNDIÁRIO		REFORMA AGRÁRIA
	Número de jovens	Número de adultos	Número de Beneficiários
PERNAMBUCO			
Petrolina	106	144	>345 ¹
Belém do São Francisco	67	103	
Floresta	64	102	
Serra Talhada	51	79	
PARANÁ			
Congonhinhas	88	121	194
Missal	54	106	
Pinhalão	40	111	
Catanduvas	39	93	
RIO GRANDE DO SUL			
Santo Cristo	234	282	0
Crissiumal	123	152	0
Constantina	113	107	0
Três de Maio	110	118	0
Seberi	102	125	0
Arroio do Tigre	89	93	0
Ibirubá	86	33	0
Alecrim	82	193	0
Planalto	82	117	0
Tunas	81	89	0

Fonte: Base de dados SRA/CMA, 2012; Incra, 2012a; Incra, 2012b;

No Paraná, Congonhinhas foi o único município a atender o critério de número mínimo de jovens, no Programa Nacional de Crédito Fundiário, e atende também o critério de número de beneficiários de Reforma Agrária. Por outro lado, verifica-se que nenhum dos municípios que atendem ao número mínimo de beneficiários do PNCF, no Rio Grande do Sul, conta com assentamentos de reforma agrária (conforme Incra, 2012a e ainda Incra, 2012b). Assim, na região Sul, foram indicados o Estado do Paraná e o município de Congonhinhas, para a realização da pesquisa de campo.

O estudo de campo realizado pode ser definido como um estudo de caso. A amostragem foi feita a partir da seleção aleatória de beneficiários, em cada Estado/município (ver **Anexo 2**). Pretendia-se entrevistar um número igual de jovens beneficiários do PNRA, do PNCF e sem terra, em cada caso. A amostragem proposta é a apresentada na **Tabela A1.4**.

Tabela A1. 4: Amostragem proposta para a pesquisa de campo sobre a situação do jovem rural

Estado	Município	Jovens, Crédito Fundiário	Jovens, Reforma Agrária	Jovens sem terra	TOTAL
Pernambuco	Petrolina	35	35	35	105
Paraná	Congonhinhas	35	35	35	105
TOTAL		70	70	70	210

ANEXO 2: Critérios para a seleção de entrevistados

Quadro A2. 1: Critérios para a seleção de entrevistados (jovens beneficiários de Reforma Agrária, de Crédito Fundiário e sem terra)

Programa	PNCF Congonhinhas	Reforma Agrária Congonhinhas	PNCF Petrolina	Reforma Agrária Petrolina	Jovens Sem Terra
Cadastro	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Do cadastro constam 88 jovens beneficiários do PNCF em Congonhinhas. <input type="checkbox"/> Os jovens de Congonhinhas são beneficiários da modalidade CAF Individual. <input type="checkbox"/> Do cadastro constam datas de nascimento e da posse da terra, permitindo identificar os beneficiários jovens. <input type="checkbox"/> Da base de dados utilizada não constam os endereços dos beneficiários 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Do cadastro obtido junto ao INCRA constam 233 famílias beneficiárias, vivendo em 4 assentamentos. <input type="checkbox"/> Apenas 2 assentamentos têm mais de 50 famílias. <input type="checkbox"/> Do cadastro não constam as datas de nascimento dos beneficiários, nem as datas da posse da terra, não sendo possível a identificação dos jovens assentados. <input type="checkbox"/> Também não constam os endereços dos beneficiários, porém os assentamentos estão identificados. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Do cadastro constam 106 jovens beneficiários do PNCF em Petrolina <input type="checkbox"/> Os jovens de Petrolina são beneficiários da modalidade CPR Coletivo, organizados em 14 assentamentos. <input type="checkbox"/> Do cadastro constam datas de nascimento e da posse da terra, permitindo identificar os beneficiários jovens. <input type="checkbox"/> Da base de dados utilizada não constam os endereços dos beneficiários, porém identifica os assentamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Do cadastro obtido junto ao INCRA constam 940 famílias beneficiárias, vivendo em 19 assentamentos. Apenas 6 destes assentamentos têm mais de 50 famílias. <input type="checkbox"/> Do cadastro não constam as datas de nascimento dos beneficiários, nem as datas da posse da terra, não sendo possível a identificação dos jovens assentados. <input type="checkbox"/> Também não constam os endereços dos beneficiários, porém os assentamentos estão identificados. 	<p>Não existem cadastros disponíveis, nem outra informação sobre os jovens sem terra dos municípios de Congonhinhas e de Petrolina..</p>
Amostragem	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Foram sorteados 35 jovens beneficiários do PNCF – CAF em Congonhinhas, identificados por seus nomes e CPFs, para entrevistas. <input type="checkbox"/> Ao entrevistador foram fornecidas as listas dos jovens sorteados e também a lista completa dos jovens identificados no cadastro. <input type="checkbox"/> O entrevistador, com as listas deveria procurar o STTR (ou a EMATER, ou outra fonte mais adequada) do município para obter o endereço dos beneficiários e o trajeto mais adequado para o trabalho. <input type="checkbox"/> Definido o primeiro endereço a ser visitado, dirigir-se ao assentamento e procurar o presidente da Associação, caso existisse, para confirmar as indicações dos jovens a serem entrevistados; <input type="checkbox"/> Se o jovem buscado não estivesse mais ocupando o lote, ou não estivesse em casa, o entrevistador deveria: <input type="checkbox"/> Verificar se o atual ocupante do lote tinha idade entre 16 e 28 anos quando se instalou no local. Se positivo, entrevista-lo; <input type="checkbox"/> Se negativo, informar-se com o ocupante do lote, para identificar o jovem beneficiário mais próximo; <input type="checkbox"/> Caso não se possa obter essa informação do atual ocupante, dirigir-se ao seu vizinho mais próximo para obter essas informações; <input type="checkbox"/> Repetir esses passos até encontrar um ocupante que atenda aos critérios de jovem. <input type="checkbox"/> Caso esse procedimento se mostre infrutífero, retornar ao presidente da associação, em busca de auxílio para encontrar entrevistados. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A lista completa dos 233 beneficiários da Reforma Agrária de Congonhinhas, especificando o assentamento de cada família, será liberada ao entrevistador; <input type="checkbox"/> O entrevistador, munido dessa lista, deverá procurar o STTR (ou a EMATER, ou o presidente da Associação do assentamento, ou outra fonte mais adequada) do município buscando identificar os beneficiários jovens (entre 16 e 28 anos de idade ao tomar posse da terra) e obter os respectivos endereço, bem como identificar o trajeto mais adequado para o trabalho. <input type="checkbox"/> Definido o primeiro endereço a ser visitado, dirigir-se ao assentamento e procurar o presidente da Associação, caso ainda não o tenha feito, para confirmar as indicações dos jovens a serem entrevistados; <input type="checkbox"/> Caso o jovem buscado não esteja mais ocupando o lote, ou não esteja em casa, o entrevistador deverá seguir os seguintes passos: <input type="checkbox"/> Verificar se o atual ocupante do lote tinha idade entre 16 e 28 anos quando se instalou no local. Se positivo, entrevista-lo; <input type="checkbox"/> Se negativo, informar-se com o ocupante do lote, para identificar o jovem beneficiário mais próximo; <input type="checkbox"/> Caso não se possa obter essa informação do atual ocupante, dirigir-se ao seu vizinho mais próximo para obter essas informações; <input type="checkbox"/> Repetir esses passos até encontrar um ocupante que atenda aos critérios de jovem. <input type="checkbox"/> Caso esse procedimento se mostre infrutífero, retornar ao presidente da associação, em busca de auxílio para encontrar entrevistados. <input type="checkbox"/> Esse procedimento deverá ser adotado para cada um dos assentamentos incluídos na amostra. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Foram sorteados 35 jovens beneficiários do PNCF – CPR em Petrolina, identificados por seus nomes e CPFs, para serem entrevistados. Essa amostra foi obtida considerando cada assentamento do PNCF com um estrato e sorteando-se um número aproximado de 40% beneficiários de cada estrato para compor a amostra. Ao final, obteve-se uma amostra proporcional, composta de indivíduos dos 6 maiores assentamentos. <input type="checkbox"/> Ao entrevistador serão fornecidas as listas dos jovens sorteados e também a lista completa dos jovens identificados no cadastro. <input type="checkbox"/> O entrevistador, munido da lista dos jovens sorteados, deverá procurar o STTR (ou a EMATER, ou outra fonte mais adequada) do município buscando obter o endereço dos beneficiários e identificar o trajeto mais adequado. <input type="checkbox"/> Definido o primeiro endereço a ser visitado, dirigir-se ao assentamento e procurar o presidente da Associação, caso exista, para confirmar as indicações dos jovens a serem entrevistados; <input type="checkbox"/> Caso o jovem buscado não esteja mais ocupando o lote, ou não esteja em casa, o entrevistador deverá seguir os seguintes passos: <input type="checkbox"/> Verificar se o atual ocupante do lote tinha idade entre 16 e 28 anos quando se instalou no local. Se positivo, entrevista-lo; <input type="checkbox"/> Se negativo, informar-se com o ocupante do lote, para identificar o jovem beneficiário mais próximo; <input type="checkbox"/> Caso não se possa obter essa informação do atual ocupante, dirigir-se ao seu vizinho mais próximo para obter essas informações; <input type="checkbox"/> Repetir esses passos até encontrar um ocupante que atenda aos critérios de jovem. <input type="checkbox"/> Caso esse procedimento se mostre infrutífero, retornar ao presidente da associação, em busca de auxílio para encontrar entrevistados. <input type="checkbox"/> Esse procedimento deverá ser adotado para cada um dos assentamentos incluídos na amostra. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Uma lista de 635 beneficiários da Reforma Agrária de Petrolina, dos 6 maiores assentamentos de Petrolina, especificando o assentamento de cada família, será liberada ao entrevistador; <input type="checkbox"/> O entrevistador, munido dessa lista, deverá procurar o STTR (ou a EMATER, ou o presidente da Associação do assentamento, ou outra fonte mais adequada) do município buscando identificar os beneficiários jovens (entre 16 e 28 anos de idade ao tomar posse da terra) e obter os respectivos endereço, bem como identificar o trajeto mais adequado para o trabalho. <input type="checkbox"/> Definido o primeiro endereço a ser visitado, dirigir-se ao assentamento e procurar o presidente da Associação, caso ainda não o tenha feito, para confirmar as indicações dos jovens a serem entrevistados; <input type="checkbox"/> Caso o jovem buscado não esteja mais ocupando o lote, ou não esteja em casa, o entrevistador deverá seguir os seguintes passos: <input type="checkbox"/> Verificar se o atual ocupante do lote tinha idade entre 16 e 28 anos quando se instalou no local. Se positivo, entrevista-lo; <input type="checkbox"/> Se negativo, informar-se com o ocupante do lote, para identificar o jovem beneficiário mais próximo; <input type="checkbox"/> Caso não se possa obter essa informação do atual ocupante, dirigir-se ao seu vizinho mais próximo para obter essas informações; <input type="checkbox"/> Repetir esses passos até encontrar um ocupante que atenda aos critérios de jovem. <input type="checkbox"/> Caso esse procedimento se mostre infrutífero, retornar ao presidente da associação, em busca de auxílio para encontrar entrevistados. <input type="checkbox"/> Esse procedimento deverá ser adotado para cada um dos assentamentos incluídos na amostra. 	<p>No caso dos jovens sem terra, as informações para se obter uma amostra são bastante escassas.</p> <p>Por essa razão busca-se até 35 jovens sem terra para serem entrevistados</p> <p>O entrevistador deverá procurar o STTR (ou a EMATER, ou o presidente da Associação do assentamento, ou outra fonte mais adequada) do município buscando identificar os beneficiários jovens (entre 16 e 28 anos) que tenham interesse em ter acesso à terra e que ainda não a tenha obtido.</p> <p>Ainda, durante as entrevistas dos jovens já assentados, ao manter contato com as diversas famílias dos assentamentos, buscar identificar jovens nessa situação e entrevistá-los sempre que os encontrar.</p>

ANEXO 3: Informações normativas e operacionais das políticas de desenvolvimento agrário

Tabela A3. 1: Critérios para seleção de candidatos a lotes da Reforma Agrária, segundo a Norma de Execução do Incra nº 45, de 25 de agosto de 2005. (INCRA, 2005).

Critérios Básicos, Máximo de 60 pontos	Nota	Peso	Total
Proprietário do imóvel desapropriado que queira explorar diretamente a parcela.	10	06	60
Trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário, foreiro que reside ou trabalhe no imóvel desapropriado.	09	06	54
Trabalhador assalariado, posseiro, arrendatário, foreiro que trabalhe em outro imóvel ou Trabalhador rural sem terra ou Agricultor cujo imóvel não alcance a dimensão do módulo rural regional, ou seja, comprovadamente insuficiente para o sustento próprio e o da sua família.	08	06	48
Critérios Complementares, Máximo de 24 pontos	Nota	Peso	Total
Tamanho da Família - TF(quanto maior a família, maior a pontuação)	1 - 4 - 6 - 8 - 10	0,7	0,7 a 7,0
Força Trabalho Família – FT(quanto maior a força, maior a pontuação)	1 a 10	0,9	0,9 a 9,0
Idade do Candidato – IC(16 a 25 anos: 1,0; 26 a 35: 5; 36 a 45: 10; 46 a 55: 7,5; 56 ou mais anos: 3,5)	1 - 3,5 - 5 - 7,5 - 10	0,4	0,4 a 4,0
Tempo na Atividade Agrícola – TAA(Multiplica-se 0,002222 por dia trabalhado, até o máximo de 4,0 pontos)	0,002222	1,0	0,0 a 4,0
Critérios Suplementares, Máximo de 16 pontos	Nota	Peso	Total
Moradia no município	0 ou 10	0,3	0 ou 3,0
Moradia no imóvel desapropriado	0 ou 10	0,5	0 ou 5,0
Associativismo	0 ou 10	0,1	0 ou 1,0
Tempo de residência no imóvel(quanto maior o tempo, maior a pontuação)	0 a 10	0,2	0 a 2,0
Renda mensal da família (quanto menor a renda, maior a pontuação)	1 a 10	0,1	0 a 1,0

Tabela A3. 2: Resolução 4.177: Novas condições de juros, prazos de pagamento e rebates no PNCF.

CONDIÇÕES ANTERIORES	NOVAS CONDIÇÕES (EFETIVAS A PARTIR DE 01/04/2013)
Juros de 2% a 5%	Juros de 0,5% a 2% - CPR (CAD-Único)*: 0,5% a.a. - NPT (Jovens entre 18 a 29 anos): 1,0% a.a. - CAF (demais beneficiários): 2,0% a.a.
Prazo de Pagamento: - 17 a 20 anos	Prazo de Pagamento: - 20 anos, incluídos 36 meses ano de carência.
Rebates Regionalizados: - Semiárido: 40% + 10%* - Nordeste: 30% + 10%* - Demais regiões: 18% + 10%*	Rebates Regionalizados: - Semiárido: 40% + 10%* - Nordeste: 30% + 10%* - Demais regiões: 20% + 10%*
Limite de Rebate: - R\$ 1.300,00	Limite de Rebate: - R\$ 3.000,00

* Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

** NPT: Nossa Primeira Terra

*** Bônus adicional de adimplência

Fontes: a) Resolução CMN no. 4.177, de 07/01/2013 (CMN, 2013);

b) Apresentação das novas condições do PNCF (SRA/MDA, 2013).

Tabela A3. 3: Créditos específicos às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) enquadradas nos Grupos "A" e "A/C" do Pronaf. (Bônus de adimplência: 40% para todos os grupos e tipos de crédito).

Grupo	Tipo de crédito	Requisito	Limites		Encargos financeiros	Prazo de reembolso
			PNRA	PNCF		
A	Investimento*	Projeto Técnico	No mínimo, três operações, R\$7.500,00 máximo R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00 por beneficiário, 1 ou mais operações	0,5% a.a	10 anos, incluídos 3 de carência, expansíveis para cinco anos
			Valor máximo de R\$ 21.500,00, com ATER			10 anos, 3 de carência
	Estruturação complementar (implantação, ampliação, recuperação de infraestrutura produtiva)	Adimplência, SRA ou PRA, sem Pronaf, assentamento ou contrato até 1/8/2001; AT obrigatória.	R\$ 6.000,00, 1 operação		1,0% a.a.	
A/C	Custeio		R\$ 5.000,00, em até três operações		1,5% a.a.	Custeio agrícola: até 2 anos; Custeio pecuário e agroindustrial: até 1 ano

*Não pode ser concedido a reassentados em função da construção de barragens. Fonte: Banco Central do Brasil, 2012.

ANEXO 4: Questionário utilizado na pesquisa de campo.

A. DADOS SOBRE A ENTREVISTA	ORIENTAÇÃO		
0. Número da Entrevista	Registre o número como exemplificado, em sequência		
1. Data	DDMMAAAA HHmm		
3. Estado	PR=0;PE=1		
4. Município (Escreva)			
5. Latitude	Grave com o SAVEPOINT		
6. Longitude			
7. A que distância de sua casa fica a sede do município?	Medida em kms		
B. DADOS SOBRE O ENTREVISTADO			
1. Nome do entrevistado	Nome completo		
2. CPF do entrevistado	NÚMEROS CORRIDOS		
3. Data de nascimento:	DDMMAAAA		
4. Estado de nascimento	SIGLA DO ESTADO		
5. Município de nascimento (Escreva):			
6. Sexo	Masc=0; Fem=1		
7. De qual raça você se considera?	0=branco, 1=pardo; 2=negro; 3=outra raça		
8. Estado civil	Solteiro=0; Casado/ outro=1		
9. Quantos irmãos você tem?	Número (zero, se não tem irmãos)		
10. Quantos filhos tem?	Número (Zero, se não tem filhos)		
C. DADOS SOBRE O DOMICÍLIO			
1. Você mora sozinho(a)?	0=Não; 1=Sim)		
SE MORA SOZINHO, PASSAR PARA SEÇÃO D			
2. Com quem você mora?	0=Com os pais; 1=Com parentes; 2=Com pais e parentes; 3=Com outras pessoas		
3. Tem mulher/marido morando com você	0=Não; 1=Sim		
4. Tem filhos morando com você?			
5. Se tem, quantos?			
6. Quantos irmãos seus vivem com seus pais?	Número (Zero, se nenhum)		
D. EDUCAÇÃO E ESCOLARIDADE			
Em relação à escola :			
1. Frequenta escola atualmente?	0=Não; 1=Sim		
2. Frequentou escola no passado?			
3. Na escola, qual o nível que frequenta ou o último que frequentou?			
último que frequentou?			
a) Fundamental incompleto?		0=Não; 1=Sim	
b) Fundamental completo?			
c) Ensino médio incompleto?			
d) Ensino médio completo?			
g) Superior incompleto ou maior?			
4. Que tipo de escola frequenta (ou frequentou)?			
a) Escola pública convencional?	0=Não; 1=Sim		
b) Escola privada convencional?			
c) Escola de alternância?			
d) Escola agrotécnica?			
SE FOR ALGUMA DAS ESCOLAS ANTERIORES, COLOCAR ZERO NA PRÓXIMA QUESTÃO			
d) Outro tipo de escola?		0=Não; 1=Sim	
e) Qual tipo? (Escreva)			
5. Se você parou de estudar, por que isto aconteceu?			
a) A escola ficava muito longe?	0=Não; 1=Sim		
b) A escola fechou?			
c) Não havia transporte até a escola?			
d) Você tinha que trabalhar?			
e) Você aprendia mais no trabalho na terra?			
f) Você trabalha na roça e a escola não ensinava nada sobre este trabalho?			
g) Outro motivo?			
h) Qual motivo? (Escreva):			
2. A que distância de sua casa fica a escola que frequenta ou frequentou?		Distância em Kms	
E. ATIVIDADES ATUAIS: TRABALHO E ESTUDO			
1. Durante a semana, qual é a sua atividade rotineira?			
a) Não trabalha nem estuda?	0=Não; 1=Sim		
b) Não trabalha, só estuda?			
c) Não estuda, só trabalha			
SE RESPONDEU SIM A QUESTÃO A), PASSE PARA O ITEM E 3; CASO CONTRÁRIO, SIGA PARA O ITEM E1 D.			
d) Estuda e/ou trabalha cuidando da casa de sua família?	0=Não; 1=Sim		
e) Estuda e/ou trabalha cuidando da terra dos pais?			
f) Estuda e/ou trabalha cuidando de sua própria terra?			

g) Estuda /ou trabalha cuidando da terra de outras pessoas, próximo a este lote?	0=Não; 1=Sim, como empregado; 2=Sim, como meeiro; 3=Sim, como arrendatário;4=Sim, como parceiro	4. A conseguir terra por meio de crédito fundiário (se você não tem terra)?	
h) Estuda e/ou trabalha na cidade, em outra atividade diferente da agricultura?	0=Não; 1=Sim	5. A trabalhar cuidando da casa?	
2. Se trabalha na cidade, em outra atividade diferente da agricultura, qual é esta atividade?		6. A permanecer na roça?	
a) Trabalha em casa de família?	0=Não; 1=Sim	7. A buscar oportunidade de trabalho na cidade?	
b) Trabalha por conta própria?			
c) Trabalha como funcionário público ou no governo?			
d) É empregado em uma firma?			
3. Se você trabalhou na roça, por quanto tempo trabalhou ?	0=Nunca trabalhei na roça; 1=por algum tempo; 2= Sempre trabalhei na roça	H. PROJETOS DE MIGRAÇÃO E SUAS RAZÕES	
4. Com quantos anos começou a trabalhar na roça campo?	Idade, em anos	1. Há quantos anos mora aqui?	Tempo de residência , em anos
5. Se você deixou de trabalhar na roça, que idade tinha quando parou?		2. Nos últimos cinco anos, você morou em outro Estado / município?	0=Não; 1=Sim
6. A escola que você frequenta ou frequentou, ajudou você no trabalho rural?	0=não ajudou; 1=ajudou um pouco; 2=ajudou muito	a) Qual Estado ?	SIGLA DO ESTADO
7. Você fez ou está fazendo curso de qualificação profissional?	0=Não; 1=Sim	b) Qual município (escreva):	
7. Que curso de qualificação profissional você fez ou faz?		3. Por quanto tempo morou neste lugar?	Tempo de residência , em anos
a) Curso de técnico agrícola?	0=Não; 1=Sim	4. Pretende mudar-se daqui, nos próximos anos?	0=Não; 1=Sim
b) Curso do consórcio social de juventude?		SE RESPONDEU NÃO NA QUESTÃO ANTERIOR, PASSE PARA A QUESTÃO 32; SE RESPONDEU SIM , PASSE PARA A PRÓXIMA QUESTÃO (4a)	
c) Curso do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural)?		a) Para qual Estado pretende mudar ?	SIGLA DO ESTADO
d) Outro curso?		b) Qual Município? (Escreva)	
e) Qual ? (Escreva):		c) Neste novo lugar, em que área pretende morar?	0=Rural; 1=Urbana (Cidade)
F. FAMÍLIA E SUCESSÃO		5. O que pretende fazer, neste novo local de moradia?	
1. Você é o filho mais velho?	0=Não; 1=Sim	a) Só estudar?	0=Não; 1=Sim
2. Você tem chance de herdar a terra de seus pais?	0=Nenhuma; 1=Alguma; 2=Muita; 9=não sabe	b) Só trabalhar?	
3. Você tem interesse em explorar esta terra, se a herdar?	0=Nenhum; 1=Algum; 2=Muito	c) Estudar e trabalhar?	
G. FAMÍLIA E VALORES		6. Se pretende trabalhar (estudando ou não) neste novo local, em que pretende trabalhar?	
Com que frequência sua família lhe incentiva?		a) Na roça?	0=Não; 1=Sim
1. A estudar?	0=Nunca; 1=de vez em quando; 2=muitas vezes; 3=sempre	b) Cuidando da casa de sua família?	
2. A trabalhar na terra de seus pais?		c) Como empregado de outras pessoas?	
3. A conseguir terra por meio de reforma agrária (se você não tem terra)?		d) Outro tipo de trabalho?	
4. A conseguir terra por meio de crédito fundiário (se você não tem terra)?		e) Qual ? (escreva):	
		Existem várias situações que podem levar você a querer mudar para outro lugar. Vou falar de várias destas situações. Para cada situação, E APENAS SE VOCE ACHAR QUE ELA É VERDADEIRA (PELO MENOS EM PARTE), diga se ela: não influencia sua decisão de mudar, tem pequena influência sobre sua decisão; tem grande influência sobre sua decisão de sair do campo.	
		7. Aqui os serviços (de luz, água, telefone, etc.) tem pouca qualidade	0=não influencia decisão de mudar, 1= tem pequena influência sobre decisão; 2= tem grande influência sobre decisão, 9=SITUAÇÃO NÃO É VERDADEIRA (NEM PARCIALMENTE)
		8. Aqui não se tem internet, transporte e lazer de qualidade	
		9. A terra nesta região é ruim para a agricultura	
		10. Aqui seu trabalho na terra não é pago (em dinheiro)	

11. Você precisa sair daqui para estudar mais	É VERDADEIRA (NEM PARCIALMENTE)	42. Você gosta de viver aqui			
12. Você vai levar uma vida melhor, no lugar onde vai morar		43. Aqui há condições para conseguir renda da agricultura (dinheiro para o plantio ou criação, máquinas, estradas para vender produtos).			
13. Você acha ruim a vida no campo		44. Você tem chances de herdar a terra de seus pais.			
14. Aqui a chance de que você consiga sua própria terra é pequena		45. Você gosta do trabalho no campo		46. Você quer se casar com alguém daqui.	
15. Aqui há muito pouca oportunidade de trabalho		47. Você quer que seus filhos cresçam aqui.		48. Aqui existem boas oportunidades de trabalho.	
16. Você quer que seus filhos sejam criados em outro lugar.		49. Aqui você tem toda a liberdade de que precisa.		50. A vida aqui é muito mais segura.	
17. Em outro lugar, você vai ter outras atividades, além de trabalho.		51. O dinheiro que você ganha aqui atende todas as suas necessidades.		52. Meus pais sempre trabalharam no campo, e foram felizes.	
18. O que você ganha aqui é muito pouco para suas necessidades.		53. Aqui você tem terra para continuar na agricultura.		54. Você não gosta do trabalho que pode ter na cidade	
19. Em outros lugares, há mais chance de qualificação profissional.		55. É mais fácil formar uma família aqui.		56. As pessoas aqui pensam como você	
20. Aqui não há condições para conseguir renda da agricultura (dinheiro para o plantio ou criação, máquinas, estradas para vender produtos).		57. Quero que meus filhos trabalhem na agricultura		I. RELAÇÃO COM POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA	
21. O trabalho no campo é muito duro.		1. Você é beneficiário de Reforma Agrária?		0=Não; 1=Sim	
22. A maioria dos seus amigos está indo embora.		2. Você é beneficiário de Crédito Fundiário?			
23. Você pretende se casar com alguém que não seja daqui.		2.1. Em caso positivo, recebe adicional do Nossa Primeira Terra?		0=Não; 1=Sim; 9=Não conhece o selo	
24. Suas chances de herdar a terra de seus pais são pequenas.		3. Se é beneficiário de Crédito Fundiário, em que Programa ?		0=CAF; 1=CPR, BT=2	
25. O seu trabalho aqui lhe desagrada.		4. É filho de assentado da Reforma Agrária?		0=Não; 1=Sim	
26. Seus pais só passaram dificuldades neste lugar.		5. É filho de beneficiário de crédito fundiário?			
27. Aqui você leva uma vida muito difícil.		J. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
28. Em outro lugar, você vai poder fazer o que quiser, sem o controle de sua família		AS QUESTÕES J1 A J3 DEVEM SER RESPONDIDAS APENAS POR QUEM NÃO TEM TERRA			
29. Aqui é muito difícil formar uma família		1. Se você não possui terra, gostaria de ter?		0=Não; 1=Sim	
30. As pessoas aqui pensam de forma muito diferente da sua		2. Em caso positivo, você pretende obtê-la por qual programa?		Reforma agrária (0) ou CF (1)	
31. Você quer que seus filhos tenham outra profissão, diferente da agricultura		3. Você tem todas as informações necessárias para obter a terra?		0=De modo algum, 1=Sim, em parte ; 2=Sim, totalmente	
(32) Existem várias situações que podem levar você a querer permanecer aqui. Vou falar de várias destas situações. Para cada situação, E APENAS SE VOCE ACHAR QUE ELA É VERDADEIRA (PELO MENOS EM PARTE), diga se ela: não influencia sua decisão de ficar, tem pequena influência sobre sua decisão; tem grande influência sobre sua decisão de ficar.		4. Você já tem a DAP?		0=Não; 1=Sim	
		5. Se você já tem a DAP, você a usou, nos últimos três anos?			
32. Aqui os serviços (luz, água, telefone) tem boa qualidade		AS QUESTÕES 5.1 A 5.4 SÃO APENAS PARA QUEM USOU A DAP NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS; CASO CONTRÁRIO, PASSE PARA A QUESTÃO 6.			
33. Aqui se tem internet, transporte e lazer de qualidade		5.1 Usou a DAP para financiar a produção		0=Não; 1=Sim	
34. A terra nesta região é boa para a agricultura		5.2 Usou a DAP para compra de equipamentos			
35. Aqui, você recebe alimentos e casa barata		5.3 Usou a DAP para obter facilidades para comercialização de produtos			
36. Você não tem intenção de estudar mais		5.4 Usou a DAP para acessar políticas de habitação			
37. A vida fora daqui é muito mais difícil		0=não influencia decisão de ficar, 1= tem pequena influência sobre decisão; 2= tem grande influência sobre decisão, 9=SITUAÇÃO NÃO É VERDADEIRA (NEM PARCIALMENTE)			
38. Aqui você economiza porque morana casa de seus pais.					
39. Todos os seus amigos estão aqui.					
40. Você leva uma vida boa, aqui.					
41. Aqui você tem tudo que precisa, tanto no trabalho, como nas horas de descanso.					

6. Se tem a DAP, qual DAP tem?	0=Acessória, 1=Principal	k) Tempo necessário para conseguir o lote	
7. Você recebeu uma orientação útil do sindicato, sobre o acesso à terra por reforma agrária ou por crédito fundiário ?	0=Não recebeu orientação; 1=Recebeu orientação pouco útil; 2=Recebeu boa orientação; 3=Recebeu ótima orientação.	l) Saber o que teria que fazer para obter o Nossa Primeira Terra?	
8. Você recebeu uma orientação útil da UTE, sobre o acesso à terra por crédito fundiário ?		12. Você já conseguiu o crédito rural (Pronaf)?	0=Não; 1=Sim
9. Você recebeu uma orientação útil do Banco, sobre o acesso à terra por crédito fundiário ?		a) Em caso positivo, que linha do Pronaf acessou?	0=Pronaf Jovem); 1=Pronaf A; 2= Pronaf B; 3=Pronaf C; 4=Pronaf A/C
10. Se você tem terra, em que programa acessou a terra?	0= Programa de Reforma Agrária; 1= Programa de Crédito Fundiário	b) O valor do Pronaf atendeu às necessidades de exploração da terra?	0=De modo algum , 1=Sim, em parte; 2=Sim, completamente
SE TEM TERRA DE REFORMA AGRÁRIA, DEVE RESPONDER A PRÓXIMA QUESTÃO (11); SE TEM TERRA DO CRÉDITO FUNDIÁRIO, PASSE PARA A QUESTÃO 12		13. Você já teve acesso a assistência técnica e extensão rural?	0=Não; 1=Sim
11. Se você já tem terra, e a conseguiu por meio de reforma agrária , indique o grau de dificuldade (nenhuma, pequena ou grande) que teve, para conseguir o seu lote, em relação a:		SE RESPONDEU NÃO NA QUESTÃO ANTERIOR, PASSE PARA A SEÇÃO K, CASO CONTRÁRIO, PASSE PARA A PRÓXIMA QUESTÃO (13 a)	
a) Saber o que teria de fazer para candidatar-se a um lote em assentamento da RA	0=nenhuma dificuldade ; 1=pequena dificuldade ; 2=grande dificuldade; 9= não sabe	a) Em caso positivo, a assistência técnica e extensão rural atenderam às necessidades de exploração da terra?	0=De modo algum , 1=Sim, em parte; 2=Sim, completamente
a) Atender os critérios de elegibilidade da reforma agrária		b) A ATER recebida deixou você preparado para decidir sobre o que, como, quando e quanto plantar, ou o que, como, quando e quanto esforço despender na criação animal?	
b) Conseguir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)		c) A ATER recebida foi adequada para que você pudesse decidir sobre o planejamento e o controle (gestão) da produção rural?	
c) Conseguir juntar toda a papelada necessária		d) A ATER recebida foi adequada para que você pudesse decidir sobre a comercialização de seus produtos (de plantação ou criação)?	
d) Localização do lote que me foi destinado		e) O tempo de ATER que você recebeu foi suficiente?	
e) Conseguir orientação/apoio do sindicato		K. EXPLORAÇÃO PRODUTIVA DA TERRA	
f) Conseguir orientação/apoio do banco		1. No seu lote, você tem plantações/ criações para a sua alimentação e a de sua família?	0=Não; 1=Sim
g) Conseguir orientação/apoio da Superintendência:		2. Que alimentos produz com este fim?	Lista de produtos, auto-consumo
h) Obter informação sobre o andamento do processo		3. Você produz produtos de criações (ovos, carne, leite, queijo) que sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?	0=Não; 1=Sim
i) Fazer o projeto técnico exigido		4. O que produz com este fim?	Lista de produtos para mercado
j) Tempo necessário para conseguir o lote	5. Você produz plantações (arroz, milho, frutas) que sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?	0=Não; 1=Sim	
k) Valor do crédito instalação	6. O que produz com este fim?	Lista de produtos para mercado	
12. Se você já tem terra, e a conseguiu por meio de crédito fundiário , indique a dificuldade que teve (nenhuma, pequena ou grande) , para:	7. Que proporção (%) de produtos de criações ou plantações vende?		
a) Saber o que teria de fazer para ter acesso ao financiamento da terra	a) Não vende, apenas planta ou cria para sua família	Marque 0%	
b) Atender os critérios de elegibilidade do crédito fundiário	b) Para intermediários	% declarado (ATENÇÃO: A SOMA DOS PERCENTUAIS DEVE SER IGUAL A 100%)	
c) Conseguir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)	c) Para consumidores, em feiras		
d) Conseguir juntar toda a papelada necessária	d) Para o Programa de Aquisição de Alimentos		
e) Conseguir orientação/apoio do sindicato	e) Para o Programa Nacional de Alimentação Escolar		
f) Conseguir orientação/apoio da UTE	f) Para Associação ou Cooperativa		
g) Conseguir orientação/apoio de outro organismo governamental	g) Para CEASA ou Supermercados		
h) Conseguir orientação/apoio do banco			
i) Obter informação sobre o andamento do processo			
j) Fazer o projeto técnico exigido			

8. Que parte das despesas familiares mensais (pensando em sua casa) é paga com renda derivada da exploração produtiva da terra (produtos vendidos ao mercado)?	1=Parte muito pequena ; 2=parte pouco menor que a metade ; 3=mais ou menos metade ; 4=a maior parte , 5=todas as despesas
9. Você acredita que terá condições de aumentar a exploração produtiva de sua terra, nos próximos dez anos ?	CREIO QUE: 0= não terei condições; 1=Terei condições ainda insuficientes; 2= Terei boas condições; 3= Terei ótimas condições
10. Aponte até três condições que você considere como as mais importantes, para que você aumente a exploração produtiva de sua terra:	Declaração de condições (escreva a seguir).
Condição 1	
Condição 2	
Condição 3	
L. SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS	
1. Você é sindicalizado?	0=Não; 1=Sim
2. Você participa de algum movimento social?	
3. Qual? (Escreva):	
4. Você participa de algum espaço de controle social (ONGs, associações, federações, etc.?)	0=Não; 1=Sim
5. Qual? (Escreva):	
AS PRÓXIMAS QUESTÕES SÃO APENAS PARA ENTREVISTADOS SELECIONADOS (3 DO PNCF, 3 DA RA, 3 SEM TERRA)	
1. Como você gostaria que fosse o seu futuro? Onde você gostaria de viver, em que gostaria de trabalhar?	Gravar a resposta
2. Vivendo aqui, do que é que você sente mais falta, e o que gosta mais de fazer?	
N. TÉRMINO DA ENTREVISTA	
1. Nome do Entrevistador	
2. Término da entrevista	HH/mm
AGRADECIMENTOS AO ENTREVISTADO	

